

DEBATES EMERGENTES: DOS GÊNEROS AOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS



ORGANIZADORES

Antonio Bernardes

Emerson M. Arruda

Carlos H. C. da Silva

Naomi A. C. Barbosa

Letícia F. F. M. da Silva

Organizadores do Dossiê: “Debates emergentes: dos gêneros aos eventos climáticos extremos”

Antonio Bernardes

Emerson Martins Arruda

Carlos Henrique Costa da Silva

Naomi André Cambará Barbosa

Letícia Fernanda Fogaça Moreira da Silva

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2>

Editor Chefe – REDD

Rodrigo Ribeiro de Sousa, Professor Doutor na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Possui graduação em Direito e em Filosofia, ambas pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de doutoramento na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Coordenador do Laboratório de Estudos do Setor Público (LESP).

E-mail: rrsousa@unicamp.br

Editor Adjunto – REDD

Rodrigo Alberto Toledo, Pesquisador e Professor Permanente na Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/UNICAMP/ICHSA). Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr/UNESP) e pelo Centro de Estudios Brasileños y Instituto de Iberoamérica da Universidad de Salamanca – Espanha.

E-mail: ralberto@unicamp.br

Assistentes Editoriais Internos e Externos – REDD

Flavia Traldi de Lima, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Limeira/SP.

Marcos Paulo Dias Leite Resende, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Limeira/SP.

Rodolfo Bassani, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Limeira/SP, Brasil.

Normalização e diagramação

Letícia Fernanda Fogaça Moreira da Silva

Naomi André Cambará Barbosa

Antonio Bernardes

Projeto gráfico

Thais Tiemi Tomiyama

Telefone: (44) 9978-2798

Editorial

O dossiê **Debates emergentes: do gênero aos eventos climáticos extremos** é fruto de reflexões, pesquisas e experiências amadurecidas ao longo do V Seminário do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba, realizado no primeiro semestre de 2025. Publicada pela REDD (Revista Espaço de Diálogo e Desconexão), esta edição especial nasce do esforço coletivo de docentes, discentes e pesquisadores em pensar, a partir da Geografia e de campos afins, os desafios contemporâneos que atravessam os territórios, a Educação, as questões ambientais e as políticas públicas.

É nesse horizonte interpretativo que a própria capa do dossiê adquire densidade conceitual. A imagem de uma planta com raízes expostas, longe de constituir mero elemento ilustrativo, traduz visualmente a condição contemporânea de exposição compartilhada entre corpos, territórios e ecossistemas. Observadas com atenção, essas raízes evocam o desenho de um rio em seus meandros e afluentes. São linhas que se bifurcam, se encontram e persistem em seu fluxo mesmo diante de obstáculos. A metáfora desloca a ideia de enraizamento fixo para uma compreensão dinâmica do território, aproximando pertencimento e movimento, memória e transformação.

Tal imagem dialoga diretamente com o título do dossiê. Se os debates sobre gênero revelam vulnerabilidades inscritas nos corpos e nas relações sociais, os eventos climáticos extremos expõem fragilidades inscritas na própria terra. Ambos emergem à superfície como cursos d'água que transbordam, tornando visíveis estruturas subterrâneas de desigualdade, violência e injustiça socioambiental. Ao mesmo tempo, tal como os rios que persistem em seus percursos sinuosos, a vida social e ambiental manifesta resistência, adaptação e possibilidade de futuro. A emergência que nomeia este volume é, assim, simultaneamente sinal de urgência histórica e abertura para transformações ainda em curso.

O conjunto de textos que compõem esse dossiê reflete a pluralidade de olhares e métodos que marcam o PPGGeo e, ao mesmo tempo, reafirma o compromisso com uma produção científica crítica, socialmente implicada e sensível às desigualdades socioespaciais.

Para tanto organizamos o dossiê em alguns eixos temáticos que estruturaram os debates do seminário, distribuídos em três grandes seções.

A primeira sessão é **Educação, cultura, ciberespaço e práticas sociais**. Ela concentra trabalhos voltados à análise das experiências cotidianas, das relações de poder e das novas linguagens que constituem tanto o espaço geográfico quanto as práticas pedagógicas contemporâneas. Os artigos desta seção transitam entre o mundo digital e os territórios vividos, identidades e formas de resistência, assim como a Educação.

Nesse eixo, Augusto Martinez Perez Filho e Ana Clara Chaves Marques discutem a condição de cidadania vulnerável em territórios indígenas da Amazônia Legal, analisando o papel estratégico do Poder Judiciário frente à expansão do crime organizado, como as facções PCC (Primeiro Comando Capital) e CV (Comando Vermelho). O estudo demonstra que a atuação judicial não se limita à garantia de direitos territoriais, mas também se insere na defesa de ecossistemas fundamentais, assumindo relevância indireta na mitigação das mudanças climáticas.

Letícia Lauane Souza e Neusa de Fátima Mariano voltam-se às experiências das mulheres assentadas no Horto Bela Vista, em Iperó (SP), evidenciando como a divisão sexual do trabalho historicamente invisibiliza as práticas femininas no campo. Ao destacar a agroecologia como instrumento de autonomia e reconhecimento, o artigo revela o entrelaçamento entre gênero, território e luta política na construção de espaços mais justos.

A violência simbólica e material que atravessa o ambiente digital é analisada por Naomi André Cambará Barbosa e Antonio Bernardes, que investigam a disseminação de discursos de ódio em redes sociais virtuais. A partir da análise de interações na rede social “X”, os autores demonstram como o anonimato favorece a radicalização e como essas subjetividades violentas circulam entre o digital e o físico, resultando em práticas misóginas, exclusões e agressões concretas.

Ainda no campo da Educação, Letícia Fernanda Fogaça Moreira da Silva e Antonio Bernardes apresentam uma experiência metodológica ao discutir o uso do jogo Minecraft no Ensino Médio de Geografia. Por meio da pesquisa-ação, o trabalho mostra como o ambiente lúdico possibilita a simulação do ciclo de produção do espaço, favorecendo a compreensão de conceitos complexos e estimulando o pensamento crítico dos estudantes.

A linguagem dos quadrinhos também aparece como ferramenta pedagógica no artigo de Carlos Vinicius Antunes Rufini e Carlos Henrique Costa da Silva, que analisam a HQ *Mukanda Tiodora*, de Marcelo D’Saete. A partir do conceito de “rugosidades”, de Milton Santos, os autores propõem uma alfabetização geográfica sensível à memória negra no Bairro da Liberdade, em São Paulo, enfrentando processos de apagamento histórico e colonialidade urbana.

Fechando essa sessão, Lucas Gutierrez Trevisan e Carlos Henrique Costa da Silva realizam uma análise da trajetória profissional dos egressos do curso de Licenciatura em Geografia da UFSCar entre 2020 e 2025. O estudo evidencia os impactos da precarização do trabalho docente, da pandemia e da digitalização do ensino, ao mesmo tempo em que aponta a persistência do compromisso ético e crítico na prática pedagógica desses profissionais. Já Lara Bittar Lobo e Antonio Bernardes discutem a Educação ambiental crítica a partir das

potencialidades e limitações da Floresta Nacional de Ipanema como espaço educativo não formal, destacando entraves estruturais que dificultam uma formação ambiental emancipatória.

A segunda sessão, denominada **Território, ambiente, planejamento e políticas públicas**, reúne pesquisas que problematizam a gestão dos recursos naturais, a governança urbana e metropolitana e os limites das políticas públicas diante das desigualdades socioespaciais. Os trabalhos enfatizam a necessidade de um planejamento que articule técnica, política e justiça social.

Claudio Machado Junior e Emerson Martins Arruda apresentam um diagnóstico preocupante sobre o estado das nascentes do rio Tatuí e do córrego do Matadouro Velho, na cidade de Tatuí, revelando altos níveis de degradação associados à urbanização desordenada e à supressão de matas ciliares. Em diálogo com essa temática, Isadora de Moraes Maria, Oswaldo Gonçalves Junior e Rodrigo Alberto Toledo analisam os desafios da gestão hídrica na bacia PCJ (Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí), destacando a importância da governança intermunicipal frente à pressão demográfica e aos impactos da agroindústria.

A reflexão sobre sustentabilidade também aparece no estudo de Silvia Rosa da Costa Corrêa e Cidoval Moraes de Sousa, que discutem o *ecodesign* no campo CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) a partir de feiras de economia solidária em Joinville (SC). Inspirados em Bruno Latour, os autores evidenciam o protagonismo feminino e defendem uma concepção de *design* que considere relações de poder e formas coletivas de produção.

As políticas urbanas são analisadas por Bianca Marchesin Bottosso e Carlos Henrique Costa da Silva, que examinam o Programa Lotes Sociais em Sorocaba, evidenciando as tensões entre o uso de áreas públicas, a burocracia estatal e a efetivação do direito à moradia. Alexandre Junger de Freitas e Carlos Henrique Costa da Silva, por sua vez, realizam uma leitura crítica da reconfiguração do BRT (Bus Rapid Transit) Oeste, denunciando o esvaziamento das audiências públicas e a priorização de interesses privados em detrimento dos usuários do transporte coletivo.

Encerrando esta sessão, Beatriz Anselmo Olinto, Daniela Vallandro de Carvalho e Lucy Victoria Chimilowski analisam a revista *Informação MSF (Médicos Sem Fronteiras)* como espaço de repolitização da ação humanitária. O estudo demonstra como narrativas e imagens são mobilizadas para enfrentar a indiferença moral e reafirmar o humanitarismo como compromisso ético com a vida.

A terceira e última sessão, **Resenha**, apresenta a resenha crítica de Julia Dias Milani sobre a obra *Visões Multidisciplinares da Ayahuasca* (2023). A autora destaca a complexidade científica, cultural e ritualística da bebida, bem como as tensões entre saberes tradicionais indígenas e a produção acadêmica contemporânea, contribuindo para o debate sobre o chamado “renascimento psicodélico”.

Ao reunir pesquisas diversas, metodologias plurais e olhares sensíveis às contradições do presente, este dossiê reafirma o papel do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSCar, campus Sorocaba, na construção de uma Geografia dialógica, aplicada e comprometida com a transformação socioespacial. A produção aqui reunida não se limita ao campo acadêmico, mas se projeta para as políticas públicas, na medida em que boa parte dos

trabalhos apresentados é desenvolvida por docentes e discentes que também são técnicos que atuam diretamente na gestão pública, em órgãos municipais, estaduais e regionais, muitos deles exercendo funções de coordenação e de tomada de decisão. Esse perfil também é composto por professores da Educação Básica da Região Metropolitana de Sorocaba, alguns dos quais ocupam cargos de gestão escolar, coordenação pedagógica e funções administrativas no sistema educacional.

Esse perfil é um traço estruturante do PPGGeo da UFSCar Sorocaba. A experiência profissional desses docentes e discentes-profissionais confere densidade empírica às pesquisas e estabelece uma relação orgânica entre território, políticas públicas, Educação e gestão, fazendo com que os problemas investigados emergjam, em grande medida, das práticas institucionais e dos desafios concretos enfrentados no cotidiano da administração pública e das escolas.

Não por acaso, os trabalhos reunidos nesse dossiê evidenciam de forma recorrente essa articulação, ao abordarem temas como planejamento urbano, habitação, mobilidade, gestão ambiental, recursos hídricos, Educação, conflitos territoriais e justiça socioambiental a partir de uma leitura situada dos territórios da Região Metropolitana de Sorocaba e adjacências. As pesquisas revelam como o território se constitui como espaço de incidência direta das políticas públicas e como a atuação profissional, seja na gestão pública ou na Educação Básica, atravessa os processos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação dessas políticas.

Ao assumir a pesquisa como prática socialmente implicada, o PPGGeo da UFSCar Sorocaba se consolida como um espaço de formação de pesquisadores-profissionais, capazes de articular rigor teórico, sensibilidade territorial e compromisso com o interesse público. O conhecimento produzido no âmbito do Programa não se encerra na universidade, mas retorna aos territórios sob a forma de diagnósticos, projetos, práticas pedagógicas, programas e ações institucionais, reafirmando o papel do PPGGeo como mediador qualificado entre universidade, gestão pública, Educação básica e demandas sociais, e fortalecendo sua contribuição para o desenvolvimento regional e para a construção de políticas públicas mais justas e territorialmente situadas.

Prof. Dr. Antonio Bernardes



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20361

Recebido em: 17/06/2025.

Aceito para publicação em: 14/12/2025.

Augusto Martinez Perez Filho

Universidade de Araraquara - UNIARA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9659-7689>**Ana Clara Chaves Marques**

Universidade de Araraquara - UNIARA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8728-9681>

Cidadania vulnerável e gestão de conflitos: O papel do Poder Judiciário no enfrentamento do crime organizado em reservas indígenas na Amazônia Legal e como agente de prevenção das mudanças climáticas.

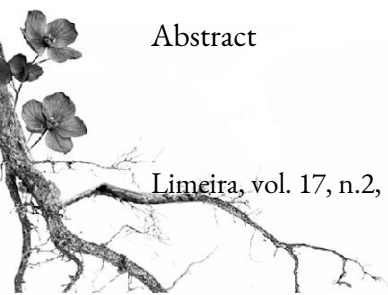
Resumo

As comunidades indígenas da Amazônia brasileira enfrentam ameaças que comprometem sua sobrevivência física e cultural. Embora a Constituição Federal de 1988 reconheça direitos territoriais e culturais aos povos originários, o avanço do crime organizado sobre os territórios indígenas, por meio do narcotráfico, garimpo ilegal e grilagem de terras, agrava o cenário. A Amazônia Legal tornou-se um eixo estratégico para facções como PCC e CV, que exploram a fragilidade institucional e as características geográficas da região. Entre os principais problemas estão o desmatamento, a mineração ilegal e a contaminação por mercúrio. Diante desse contexto, o presente trabalho busca analisar de que forma o Poder Judiciário pode atuar de maneira efetiva no enfrentamento ao crime organizado que ameaça os territórios indígenas, assegurando os direitos desses povos e contribuindo para o enfrentamento das mudanças climáticas. Os objetivos específicos incluem: analisar a evolução dos direitos indígenas, mapear a atuação das principais organizações criminosas na região, identificar os impactos socioambientais e avaliar a atuação judicial. A metodologia será qualitativa, com abordagem dedutiva, utilizando pesquisa bibliográfica, documental, análise de decisões e dados secundários. Espera-se demonstrar o papel estratégico do Judiciário na gestão de conflitos, na proteção dos direitos indígenas e na preservação dos ecossistemas amazônicos.

Palavras-chave: Amazônia; Comunidades Indígenas; Crime Organizado; Poder Judiciário; Gestão de Conflitos.

Vulnerable citizenship and conflict management: the role of the Judiciary in combating organized crime in indigenous reserves in the Legal Amazon and as an agent for climate change prevention.

Abstract





Indigenous communities in the Brazilian Amazon face serious threats that jeopardize their physical and cultural survival. Although the 1988 Federal Constitution recognizes territorial and cultural rights for Indigenous peoples, organized crime has expanded its influence over Indigenous lands through drug trafficking, illegal mining, and land grabbing. The Legal Amazon has become a strategic hub for criminal organizations such as the PCC and CV, which exploit institutional weaknesses and geographic characteristics of the region. Major problems include deforestation, illegal mining, and mercury contamination. Given this scenario, this study aims to analyze how the Judiciary can effectively combat organized crime threatening Indigenous territories while ensuring Indigenous rights and contributing to climate change mitigation. The specific objectives are to analyze the evolution of Indigenous rights, map the main criminal organizations operating in the Amazon, identify the socio-environmental impacts, and evaluate judicial actions. The methodology is qualitative, with a deductive approach, using bibliographic and documentary research, case law analysis, and secondary data. The study aims to demonstrate the Judiciary's strategic role in conflict management, protection of Indigenous rights, and preservation of Amazonian ecosystems.

Keywords: Amazon; Indigenous Communities; Organized Crime; Judiciary; Conflict Management.

Ciudadanía vulnerable y gestión de conflictos: el papel del Poder Judicial en el enfrentamiento del crimen organizado en las reservas indígenas de la Amazonía Legal y como agente de prevención de los cambios climáticos.

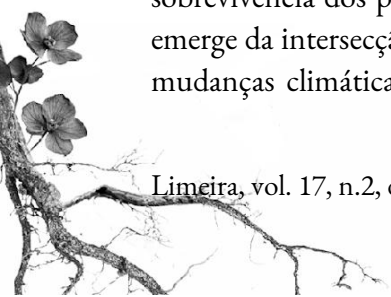
Resumen

Las comunidades indígenas de la Amazonía brasileña enfrentan amenazas que ponen en riesgo su supervivencia física y cultural. Aunque la Constitución Federal de 1988 reconoce derechos territoriales y culturales a los pueblos originarios, el crimen organizado ha ampliado su influencia sobre los territorios indígenas mediante el narcotráfico, la minería ilegal y la apropiación ilícita de tierras. La Amazonía Legal se ha convertido en un eje estratégico para organizaciones criminales como el PCC y el CV, que aprovechan la fragilidad institucional y las características geográficas de la región. Los principales problemas incluyen la deforestación, la minería ilegal y la contaminación por mercurio. Ante este escenario, el presente estudio tiene como objetivo analizar cómo el Poder Judicial puede actuar de manera efectiva en el combate al crimen organizado que amenaza los territorios indígenas, garantizando los derechos de estos pueblos y contribuyendo a la mitigación del cambio climático. Los objetivos específicos son analizar la evolución de los derechos indígenas, mapear las principales organizaciones criminales que operan en la Amazonía, identificar los impactos socioambientales y evaluar las acciones judiciales. La metodología será cualitativa, con enfoque deductivo, utilizando investigación bibliográfica, documental, análisis de jurisprudencia y datos secundarios. Se espera demostrar el papel estratégico del Poder Judicial en la gestión de conflictos, la protección de los derechos indígenas y la preservación de los ecosistemas amazónicos.

Palabras clave: Amazonía; Comunidades Indígenas; Crimen Organizado; Poder Judicial; Gestión de Conflictos.

Introdução

A região Amazônica enfrenta uma confluência de ameaças que coloca em risco não apenas a sobrevivência dos povos originários, mas também a estabilidade climática global. Este cenário complexo emerge da intersecção entre questões históricas de direitos territoriais, a expansão do crime organizado e as mudanças climáticas, em que pese a Carta Cidadã assegure os direitos culturais, territoriais e direitos





fundamentais aos indígenas que possuem repercussão na sociedade “não indígena”, o que demonstra a existência de um verdadeiro estado de coisas inconstitucionais para os povos originários ante a violação sistemática dos direitos à terra, saúde, vida e meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim a cidadania indígena está fragilizada, apesar dos direitos formalmente reconhecidos e que impactam diretamente na Justiça Ambiental.

Nesse contexto, o presente trabalho busca entender como a intervenção judicial pode ser instrumentalizada para neutralizar as ameaças do crime organizado aos territórios indígenas na Amazônia Legal, promovendo simultaneamente os direitos indígenas e a redução dos impactos das alterações climáticas.

Nessa linha, a pesquisa tem como objetivo busca investigar a atuação do sistema judiciário brasileiro no combate as organizações criminosas que operam na Amazônia Legal, analisando o papel como agente de proteção dos direitos fundamentais e prevenção das mudanças climáticas, de forma específica visa examinar a evolução histórica dos direitos indígenas, mapear as principais facções criminosas que operam na região, os impactos da macrocriminalidade nas reservas indígenas e as consequências ambientais e entender a relação entre a preservação dos povos indígenas e os impactos ambientais positivos para a mitigação das mudanças climáticas.

Para o desenvolvimento desta investigação foi empregado o método dedutivo de pesquisa qualitativa, utilizando técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, análise de decisões judiciais, complementadas por análise de dados fornecidos por institutos com abordagem interdisciplinar que articula com perspectivas jurídicas, criminológicas e ambientais.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como o Poder Judiciário pode contribuir efetivamente para a resolução dos conflitos fundiários que afetam diretamente as comunidades indígenas e os ecossistemas estratégicos para a estabilidade climática global.

Conclui-se, portanto, que os povos originários possuem desafios decorrentes pela criminalidade organizada e mudanças climáticas, problemas que não só ameaçam tais comunidades, mas também impactam diretamente a biodiversidade, a sociedade e a humanidade como um todo. Nessa conjuntura, o Poder Judiciário se revela como peça-chave, atuando tanto na mediação de conflitos quanto na proteção dos direitos indígenas e da Amazônia – bioma fundamental para a sustentabilidade ambiental, a mitigação das alterações do clima e o equilíbrio ecológico global, além de ser vital para o futuro coletivo.

Reservas indígenas e o desafio contemporâneo do crime organizado na Amazônia

As relações entre europeus e povos originários da América iniciaram-se por volta do século XV, envolvendo uma história de conquista, exploração de terras e subjugação de comunidades. No que concerne às comunidades indígenas brasileiras, tem-se que a história do Brasil é marcada pela presença deles, eis que o primeiro contato de Pedro Álvares Cabral ao aportar em Porto Seguro/BA foi com nativos.

A descoberta realizada por Cabral foi resultante de uma política expansionista para chegar às Índias na tentativa de encontrar especiarias, mas em virtude de um desvio a frota portuguesa aportou no atual território brasileiro. Consequentemente, iniciou-se o domínio português que aproveitou a terras para extrair a madeira pau-brasil em troca de quinquilharias e catequizar as comunidades, a fim de deter o avanço da heresia.

Estima-se que na época da descoberta do Brasil, havia cinco milhões de povos nativos, segundo Brasil (2018), ao tempo em que atualmente há aproximadamente 1.693. 535 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e trinta e cinco) de acordo com o IBGE em pesquisa realizada por Souza e Exner (2024), o que representa tão somente 0,83% da população total do país, desse total 868.000





(oitocentos e sessenta e oito mil) indígenas vivem na Amazônia Legal.

Devido à ocupação desenfreada do território brasileiro no período colonial, à escravização e à extinção de comunidades, houve uma redução da população nativa. É interessante rememorar que a Lei de Terras de 1850 teve um papel fundamental nessa diminuição, pois não reconheceu a propriedade dos indígenas, facilitando a destruição de inúmeras aldeias, inclusive houve até mesmo um decreto em 1860, na província do Ceará, que declarou a extinção de aldeias, de acordo com Cunha (1992).

A legislação elaborada em favor dos índios foi realizada visando a integração, o que foi feito de forma expressa, como por exemplo nas constituições de 1934, 1946, 1967 que previam a “incorporação à comunhão nacional”. A proteção legal implementada visava integrar as terras indígenas, partindo do pressuposto de que viver em uma sociedade moderna com recursos disponíveis era um benefício, somente no século XX com avanço das ciências sociais percebeu-se que a política assimilacionista era um equívoco.

O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) foi um marco legal na história da proteção aos povos originários antecedendo a Constituição Federal de 1988, estabeleceu direitos e deveres relacionados à integração do índio à sociedade nacional, sob uma perspectiva assimilacionista.

A Constituição Cidadã rompeu com a subjugação das comunidades e a teoria assimilacionista, assegurando a sobrevivência física e cultural, bem como a autonomia. O art. 231 da Carta Magna revela a intenção do constituinte de garantir direitos territoriais aos povos originários. Antes da promulgação da CF/88 as terras indígenas necessitavam de um processo de reconhecimento pelo Poder Público. Atualmente, há dispositivo legal que reconhece o caráter originário e a forma tradicional de ocupação.

Os povos nativos têm o usufruto exclusivo das áreas, o direito independe de qualquer formalidade estatal, como reconhecimento, demarcação ou registro por parte do Poder Público, caso ocorra possui natureza declaratória, visando tornar público um direito que já existe e garantir eficácia jurídica contra terceiros, vez alguns estados retiraram os nativos da terra para utilização pela atividade agropecuária.

Além disso, a Declaração da ONU sobre Direito dos Povos Indígenas, da qual o Brasil é signatário reconhece o direito dos povos às terras e recursos que de forma tradicional ocupam ou utilizam, exigindo uma proteção legal mesmo para áreas em que foram expulsos (UNESCO, 2009).

Nesse contexto, surgem as reservas indígenas que são áreas adquiridas, desapropriadas pela União ou doadas, que se destinam à posse permanente dos índios e são terras onde múltiplas sociedades indígenas vivem e expressam suas visões de mundo e na Amazônia Legal há 430 terras indígenas, consoante levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental (2025).

Para os povos originários e comunidades quilombolas, o território representa muito mais que um espaço físico: é a base viva de sua existência cultural e espiritual, além de ser fundamental para a preservação da identidade pessoal e política que não se sobrepõe as questões administrativas, de acordo com o Ministério Público de Minas Gerais (2014).

A efetividade da garantia dos direitos territoriais é um dos desafios para a sobrevivência física e cultural dos povos, devido à lentidão dos processos demarcatórios, aos interesses de terceiros e à insegurança jurídica em territórios que, no passado, foram ocupados por comunidades indígenas, mas que hoje são alvos de madeireiros e grileiros ligados a grandes empreendimentos econômicos.

A questão fundiária no Brasil é profundamente marcada por uma assimetria de poder: de um lado estão as comunidades tradicionais, que lutam pelo direito básico de permanecer em suas terras; de outro há um aparato político-jurídico frequentemente manipulado para beneficiar interesses econômicos.

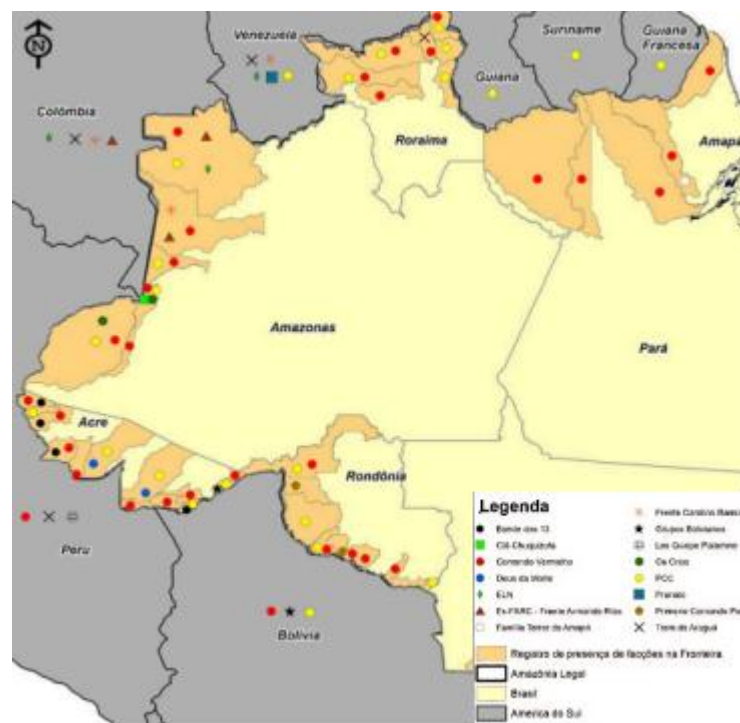
Atualmente, o cenário Amazônico é marcado pela mineração ilegal, conflitos fundiários, expansão desordenada de áreas agrícolas e grilagem, que afetam diretamente as comunidades indígenas, seja pela apropriação indevida de terras, seja pelas mudanças climáticas. Existe uma profunda vulnerabilidade diante dos fatores sociais e econômicos, já que os nativos dependem dos recursos naturais considerando que o



Além dos problemas mencionados, há também o narcotráfico, que aumentou a violência e a vulnerabilidade das comunidades. O crime organizado aproveita-se da fragilidade institucional e extensão territorial da Amazônia Legal para estabelecer rotas de tráfico, intimidar lideranças, promover a mineração e extração ilegal de madeira, usando os recursos obtidos para financiar suas atividades. Dessa forma, a Amazônia tornou-se um ponto estratégico para facções criminosas.

Segundo a UNODC (2023), o crime organizado está se expandindo de forma crescente e direta para os territórios indígenas, causando conflitos pelo domínio territorial ou a cooperação/recrutamento de indígenas para atuar em diferentes frentes dessas organizações (Figura 1).

Figura 1 - Presença das organizações criminosas na Fronteira



Fonte: Instituto Mãe Crioula/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

A presença do crime organizado na Amazônia agrava os desafios enfrentados pelos povos originários desde o descobrimento do Brasil, como violência, invasão de terras e exploração ilegal de recursos. A



convergência entre ocupação indevida de terras públicas e o narcotráfico ameaça a integridade da floresta e dos povos originários, a situação representam os efeitos do que o escritor Humphreys (2009) chama de “injustiça climática”, onde grupos com proteção precária de direitos enfrentam desproporcionalmente os piores efeitos tanto de mudanças climáticas quanto da degradação ambiental provocada por atividades criminosas.

Breves reflexos sobre o crime organizado no Brasil e a ocupação na Amazônia Legal

O crime organizado possui atividades de grandes dimensões e exerce significativa influência social e estatal. Analisando a história, verifica-se que o fenômeno possivelmente tem início com o cangaço, movimento que ocorreu no sertão nordestino no final do século XIX, promovido por Virgulino Ferreira da Silva (“lampião”).

As organizações criminosas modernas adquiriram uma estrutura hierárquica e coordenação após a ditadura militar, quando presos políticos eram mantidos no cárcere com detentos comuns. Os presídios brasileiros tornaram-se verdadeiras escolas do crime, onde os custodiados aprenderam com os encarcerados políticos táticas de guerrilha, organização e hierarquia, aplicando posteriormente esses conhecimentos na atividade criminosa.

No século XXI, essas organizações surgem em um cenário marcado pelo capitalismo exacerbado, consumismo desenfreado, desigualdades sociais, desenvolvimento tecnológico – que facilita tanto a comunicação quanto as operações ilícitas – e facilidade do acesso a substâncias ilícitas.

Comando Vermelho – CV

O Comando Vermelho surgiu como “Falange Vermelha” em 1979 no Instituto Penitenciário Cândido Mendes, em Ilha Grande (RJ), fundado por Rogério Lemgruber, William da Silva Lima. Inicialmente, o grupo organizou-se para garantir a sobrevivência dos presos e melhorar condições de vida.

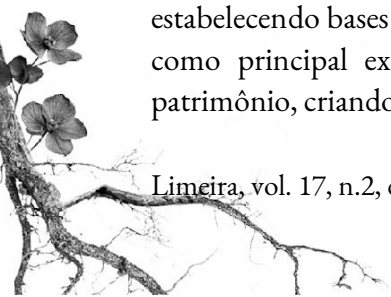
No começo dedicava-se a roubo, sequestros e controle de armas, usando os recursos para sustentar os membros. Posteriormente, ingressou no narcotráfico, tornando-se distribuidor de cocaína para a Europa e expandindo-se pelo Brasil. Inclusive, com o crescimento das máfias latino-americanas, o CV firmou-se como parceiro do narcotráfico internacional estabelecendo uma aliança até mesmo com Pablo Escobar (Amorim, 1993).

Na Amazônia, seu crescimento ocorreu devido aos confrontos estratégicos com o PCC pela disputa de rotas do tráfico transnacional, estabelecendo uma cooperação operacional com dissidentes das FARC, o que permitiu o compartilhamento de rotas e logística na região.

Primeiro Comando da Capital - PCC

Fundado em 1993 na Casa de Custódia de Taubaté (SP), o PCC (inicialmente codificado como 15.3.3, referência à posição das letras no alfabeto) surgiu após uma partida de futebol entre presos, que, após uma disputa violenta decidiram criar a facção para defender direitos dos detentos e unir o crime organizado. O Massacre do Carandiru (1992) onde 111 presos foram mortos foi decisivo para a formação.

Expandiu-se na Amazônia após o “salve geral” e guerra faccional com o CV por territórios, estabelecendo bases estratégicas em Tabatinga (Amazonas – Brasil) e Letícia (Colômbia), consolidando-se como principal exportador de cocaína (Global Initiative, 2022). Iniciou-se com crimes contra o patrimônio, criando um estatuto baseado em lealdade e gradualmente transformou-se em uma organização





transnacional.

O PCC focou em crimes contra o patrimônio para se estabilizar financeiramente, criando um estatuto baseado na lealdade e solidariedade. Expandiu-se de forma discreta, aproveitando a negação do governo paulista sobre a existência e logo espalhou para o Brasil e Paraguai. Com o tempo, tornou-se uma agência reguladora do crime atuando como uma empresa transnacional.

Família do Norte – FDN

A Família do Norte (FDN) foi fundada em 2006 em Manaus (AM) por Zé Roberto da Compensa, João Pinto Carioca e Gelson Carnaúba, ex-detentos de presídios federais que tiveram contato com outras facções criminosas e aprenderam a dinâmica de atuação sofisticada. Diante da ameaça de expansão do PCC no Amazonas, os líderes decidiram criar um grupo local que se consolidou como uma das principais organizações da região amazônica.

O ponto crucial para o fortalecimento ocorreu em 2015 quando a FDN estabeleceu uma aliança estratégica com o CV para enfrentar disputas territoriais. Os violentos conflitos, sobretudo após o “salve geral”, entre as facções pelo controle da região resultaram no aumento de índices de homicídios em cidades da Amazônia, particularmente em Manaus/AM e municípios situados próximos às fronteiras do Brasil com a Colômbia e o Peru (FBSP, 2023). Um dos episódios mais emblemáticos dessa disputa ocorreu em janeiro de 2017 quando integrantes do FDN, em confronto com membros do PCC, protagonizaram um massacre de 56 presos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ) em Manaus/AM, o episódio ficou marcado como a terceira maior chacina da história no sistema penitenciário brasileiro.

A FDN estabeleceu o controle sobre as principais rotas do tráfico na região, aproveitando-se da extensa rede de rios navegáveis, da fiscalização precária e da densa vegetação da floresta amazônica. Essas características facilitaram não apenas o transporte de drogas para as áreas de fronteira, mas também permitiram à facção estabelecer conexões com outros grupos criminosos e consolidar-se em um eixo estratégico.

Bonde dos 40

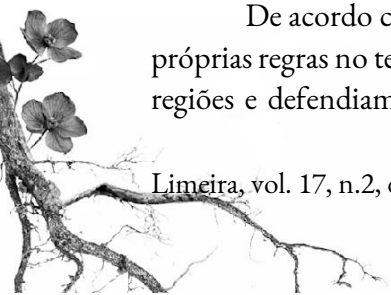
Fundada no presídio de Pedrinhas em São Luís/MA, em 2007, como uma reação organizada de detentos à expansão do Primeiro Comando do Maranhão (PCM), facção criminosa que atuava no território maranhense dentro e fora dos presídios.

Segundo Melo (2017), o Bonde dos 40 surgiu como uma resposta à dominância do PCM no sistema prisional maranhense, refletindo a rivalidade histórica entre presos da baixada e da capital. A facção, identificada como representante dos detentos de São Luís no Complexo de Pedrinhas, ficou conhecida por sua extrema violência, incluindo motins com decapitações e torturas contra membros de grupos rivais.

Bonde dos 13 – B13

O B13 é um grupo criminoso que surgiu no estado do Acre como uma reação dos traficantes locais à tentativa de expansão de organizações criminosas de outros estados, como o PCC e o CV, foi fundado por presos mais antigos e com maior influência no sistema carcerário.

De acordo com o MPAC (2017), o grupo buscava controlar o mercado ilegal de drogas e impor as próprias regras no território acreano, pois os líderes locais não aceitavam se submeter a comandos de outras regiões e defendiam uma gestão local do crime organizado, mantendo a autonomia do grupo (ACRE,





2017).

Os conflitos na fronteira panamazônica resultam de uma sobreposição de interesses e os corredores do narcotráfico alimentam a violência e a infiltração do crime organizado. Segundo o FBSP (2023), o avanço do garimpo ilegal no Territórios dos Yanomami e Raposa Serra do Sol levou à expansão das facções para essas áreas, inicialmente usadas como refúgio por sentenciados que viram a oportunidade de acumular lucros com o controle da extração e comercialização de minérios.

A transnacionalização do crime na Amazônia evidencia uma estrutura organizacional sofisticada, que opera por meio de redes interconectadas capazes de explorar as vulnerabilidades institucionais da região. Essa complexa teia transpassa o narcotráfico, abrangendo garimpo ilegal, grilagem de terras públicas e invasão de territórios indígenas, gerando graves violações aos direitos dos povos originários e ao meio ambiente.

Povos indígenas entre a vulnerabilidade da cidadania e as mudanças climáticas

A colonização portuguesa foi marcada pela violenta expulsão dos indígenas de suas terras e por tentativas de assimilação cultural e religiosa, o que resultou na diminuição populacional e desrespeito aos direitos de personalidade dos povos originários. Nesse contexto, as próprias constituições de 1934 a 1967 tratavam os indígenas como “silvícolas”, negando a autonomia e declarando as terras como de propriedade da União.

A Constituição de 1988 alterou o cenário, garantindo aos indígenas o direito à terra, à cultura e à autodeterminação, com reconhecimento de sua organização social. Como observa José Afonso da Silva (2010), a Carta Magna ao confirmar a ocupação histórica pelos povos originários assegura também um direito futuro, reforçando a garantia contínua de proteção e autonomia dos povos indígenas.

Contudo, conforme alerta Albuquerque (2008), essa conquista enfrenta ameaças concretas de grupos como madeireiros e pecuaristas, bem como de seus representantes no Congresso Nacional que pressionam para promover o retrocesso. Além da Constituição Cidadã, há a Declaração sobre os Direitos dos Povos Originários da Assembleia Geral da ONU que reconhece o direito à autodeterminação dos povos, às terras tradicionais, o direito à propriedade imaterial sobre o conhecimento tradicional e o pleno gozo dos direitos humanos.

Apesar das garantias formais, os indígenas sofrem ameaças políticas e jurídicas que buscam restringir seus direitos, além dos impactos das mudanças climáticas em seus territórios e modos de vida tradicionais. Essa dupla pressão – política e ambiental – coloca em risco a sobrevivência cultural, física e histórica considerando a relação simbiótica dos indígenas com a terra e a espiritualidade ligada ao ambiente.

Dados concretos evidenciam essa realidade alarmante: o desmatamento em TIs (território indígenas) aumentou 129% entre 2013 e 2021, com uma intensificação de 195% no período de 2019-2021, conforme pesquisa realizada por Silva Júnior *et al* (2023). No referido trabalho a equipe conclui que “[...] *recent increase in deforestation within ITs that coincided with a decrease in the protection and rights of indigenous people*” (o recente aumento do desmatamento dentro de TIs coincidiu com uma diminuição na proteção e nos direitos dos povos indígenas).

A mineração ilegal também tem avançado. Em 2020, mais de 46 toneladas de ouro foram extraídas de terras indígenas, causando impactos incalculáveis, sobretudo para os povos Yanomami e Kayapó, conforme constatado por Marques (2024), a seguir:

In 2020 alone, six states in the Brazilian Amazon extracted a recorded total of over 46 tons of gold, with immeasurable impacts on the Amazon’s well-preserved indigenous lands,





particularly those of the Yanomami, Munduruku, and Kayapó peoples. The main countries importing gold from the Amazon in 2020 were Canada, Switzerland, Poland, the United Kingdom, the United Arab Emirates, Italy, and India.

Além do agronegócio e do garimpo ilegal, os indígenas enfrentam o narcogarimpo, com grupos criminosos ocupando terras para extrair ouro, lavar dinheiro do tráfico e estabelecer rotas para o escoamento de substâncias ilícitas. Chagas (2024) relata que o garimpo criou uma extensa estrutura clandestina, composta por aeroportos e portos ilegais envolvendo acordos com elites locais e corrupção de agentes públicos e que tais condições atraem o narcotráfico que vê no ouro uma forma de lavar o dinheiro do tráfico e uma oportunidade para reinvestir lucros ilícitos.

Nessa linha, o World Drug Report (UNODC, 2023) defende que o crime organizado avança sobre os territórios indígenas na Amazônia, envolvendo disputas territoriais, recrutamento dos povos originários e expansão da mineração ilegal que cresceu 625% de 2011 até 2021. Em Roraima, membros do PCC infiltraram-se no garimpo ilegal em uma área Yanomami para fugir da polícia e passaram a atuar como seguranças armados, expandindo depois para o controle de áreas, exploração sexual, tráfico e comércio ouro (FBSP, 2024).

Segundo o FBSP (2024), o avanço do garimpo em terras indígenas, especialmente quando ligado a grupos criminosos do narcotráfico, que têm fácil acesso a armas e usam a violência para resolver conflitos, aumenta significativamente os riscos para as comunidades tradicionais, pois são expostos à desnutrição, desmatamento, mercúrio, contaminação de peixes e rios, como na TI Munduruku em que os casos de contaminação de mercúrio se multiplicaram e a população foi exposta à malária.

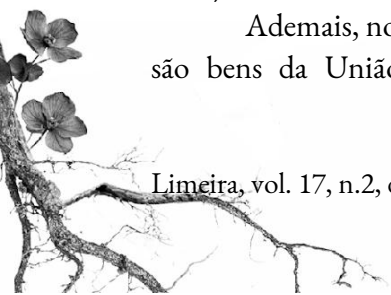
Pesquisas mostram que de 2018 a 2023 78% dos assassinatos de lideranças indígenas na Amazônia brasileira estavam ligados a conflitos fundiários e extração ilegal de recursos, os garimpeiros e grupos criminosos são identificados como os principais autores (FBSP, 2024) e etnias estão sendo forçadas a cooperar com os narcotraficantes sob ameaça de represálias violentas (Insight Crime, 2023).

Há uma clara desigualdade estrutural: embora os indígenas tenham os direitos fundamentais formalmente reconhecidos, seu acesso à justiça, à saúde, à terra e a educação é limitado pela sobreposição de interesses econômicos. Como destaca *Digital Observatory for Higher Education in Latin America and the Caribbean* (UNESCO, 2004), a saúde pública indígena está intimamente ligada às condições ambientais. Essa relação simbiótica entre bem-estar físico, preservação cultural e equilíbrio ecológico revela que a destruição dos territórios tradicionais não configura apenas uma violação territorial, mas um ataque multidimensional aos direitos fundamentais com repercussões sociais e ambientais. A contaminação por mercúrio nos rios, disseminação de doenças, desnutrição, exploração sexual e homicídios são faces concretas de um etnocídio silencioso.

Os indígenas possuem formalmente o reconhecimento de direitos e a capacidade de exercê-los, entretanto, na prática, os direitos não concorrem em igualdade com os não-indígenas ante a sobreposição de interesses. A convergência entre crise climática, criminalidade organizada, omissão estatal e homicídios cria um verdadeiro estado de coisas inconstitucionais para os povos originários.

A Constituição Cidadã prometeu uma reparação histórica, mas na prática há uma verdadeira violação de direitos fundamentais, sobretudo do direito territorial (art. 231 da CF/88) considerando a apropriação indevida realizada por grupos criminosos, do direito à saúde (art. 196 da CF/88) e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da CF/1988), todos inerentes à cidadania (Brasil, 1988).

Ademais, nos termos do art. 20, inciso IX, da CF/88, os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União, cuja exploração por particulares depende de expressa autorização dos órgãos





competentes. Tal dispositivo reforça a vedação à atividade garimpeira ilegal, especialmente quando realizada em terras indígenas. A Carta Magna dispõe em seu art. 231, § 3º, que a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas somente poderão ocorrer mediante autorização do Congresso Nacional, com a obrigatória oitiva das comunidades afetadas e assegurada a sua participação nos resultados da lavra, conforme definido em lei (Brasil, 1988). Diante disso, a realização de garimpo em terras indígenas, sem o devido processo legal e autorização específica, configura violação direta à Constituição.

No que concerne ao meio ambiente ecologicamente equilibrado sua concretização está intimamente ligada à proteção dos territórios indígenas, eis que são verdadeiros protetores das florestas. O próprio relatório do IPCC (2023) reconhece que o conhecimento tradicional dos povos originários, manifestado em práticas sustentáveis, uso da terra e manejo dos ecossistemas, fundamentais para o enfrentamento das mudanças climáticas (Brasil, 2023).

As terras indígenas quando respeitadas e preservadas funcionam como verdadeiros bastiões da biodiversidade, apresentando menos índices de degradação ambiental e contribuindo para a regulação climática global, mas apesar do conhecimento milenar e do respeito à floresta são os que mais sofrem com os efeitos das mudanças climáticas.

Desta feita, a omissão estatal frente à invasão dos territórios e a negligência quanto à proteção dos povos originários não representam apenas uma violação massiva de direitos e garantias fundamentais, mas uma ameaça à própria estabilidade ambiental do planeta, assim preservar os TT's não é uma questão constitucional, mas acima de tudo de humanidade e indispensável para o cumprimento das metas climáticas.

O papel do Poder Judiciário no enfrentamento à macrocriminalidade e na gestão de conflitos em territórios indígenas

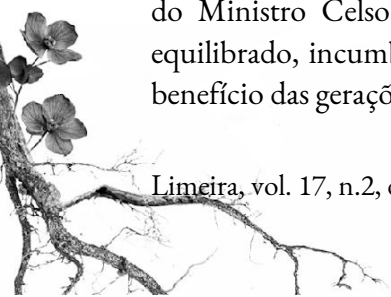
O Poder Judiciário possui o papel fundamental na pacificação social e na manutenção do Estado Democrático de Direito, a atuação vai além da simples aplicação da lei, abrangendo a resolução de conflitos e proteção institucional de forma imparcial, combinando métodos tradicionais e alternativos para garantir a justiça e acesso equitativo de direitos.

Na seara dos conflitos fundiários, o Judiciário assume um papel crucial em duas frentes: atua como mediador nos litígios possessórios e aplica direito penal quando há violação de bens jurídicos. Essa dupla atuação é essencial para garantir a responsabilização nas esferas cíveis e criminal.

No que tange à proteção ambiental, o Judiciário assume especial relevância como garantidor do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto no art. 225 da Carta Magna, assim como também para o cumprimento das metas climáticas estabelecidas pela ONU para 2030 e aos objetivos de desenvolvimento sustentável, em observância do princípio da solidariedade intergeracional.

Segundo Sarlet e Fensterseifer (2017), o princípio da solidariedade intergeracional determina que as gerações atuais têm responsabilidade tanto morais quanto jurídicas em relação à justiça entre gerações, garantindo equidade para gerações futuras, como essas futuras gerações não tem capacidade de agir no presente para proteger o meio ambiente, cabe as gerações atuais o dever de preservar a vida e a qualidade ambiental para o futuro.

Nessa linha, o Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida na ADI 3540/MC DF, da relatoria do Ministro Celso de Mello, destacou que todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Estado e à própria coletividade o dever especial de defender e preservar em benefício das gerações presentes e futuras (Brasil, 2006).





Diante da omissão dos demais Poderes, o Judiciário se torna o local onde as mazelas sociais acabam desaguardando para garantia dos direitos fundamentais e solução de conflitos estruturais, pois a inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, inciso XXXV da CF/88) dispõe que o Poder Judiciário deve julgar todo e qualquer litígio apresentado, mesmo quando o conflito decorre falhas crônicas dos demais poderes, o que também decorre da observância do *check and balances* (Brasil, 1988).

O Poder Judiciário tem se consolidado como instância decisiva na proteção de direitos e garantias fundamentais, conforme demonstrado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709 do STF que determinou que a União adotasse as medidas necessárias para proteger a vida, a saúde e segurança dos povos Yanomami e Munduruku ameaçados pela criminalidade organizada do garimpo ilegal. A decisão histórica determinou a atuação conjunta das Forças Armadas, Polícia Federal e órgãos de saúde para garantir a expulsão de invasores, atendimento médico emergencial, fornecimento regular de alimentação e água potável.

Ademais, o STF, por meio do RE 1017365, em sede de repercussão geral, fixou o entendimento de que não é possível adotar a promulgação da CF/88 (5/10/1988) como um termo inicial para definir a ocupação tradicional de terras pelos povos originários.

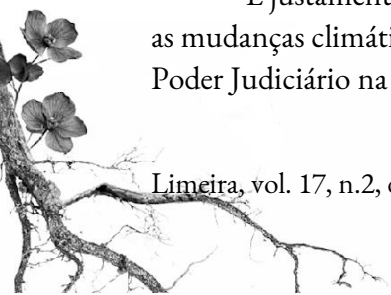
A Corte Interamericana de Direitos Humanos, por sua vez, expediu resolução em 01 de julho de 2022, em que requereu do Brasil a adoção de medidas necessárias para proteção efetiva dos povos Yanomami, Ye'kwana e Munduruku com especial atenção à integridade física e cultural de tais comunidades.

Nesse contexto de proteção aos direitos fundamentais dos povos originários e a preservação ambiental, o TRF-1 por meio dos autos da ação civil pública nº 000551-12.2017.4.01.4200 determinou a adoção de medidas concretas para o combate do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, oportunidade em que ordenou que fosse apresentado, no prazo de 60 dias, um plano de restabelecimento das Bases de Proteção da região, a partir das informações repassadas pelas próprias comunidades indígenas. Posteriormente, determinou que as Bases de Proteção Ambiental fossem efetivamente reativadas e previu a atuação complementar do Estado de Roraima para fornecer força policial sempre que constatadas emergências para auxiliar na fiscalização e repressão do garimpo ilegal.

No que diz respeito ao combate a macrocriminalidade, o Poder Judiciário possui um papel relevante no combate, pois compreende a coibição de crimes de grande escala como o tráfico internacional, lavagem de dinheiro e crimes ambientais em atuação articulada com o Ministério Público, Polícia Federal e Receita Federal e um exemplo claro é a Operação Emboabas deflagrada pela PF em cooperação com a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado no Amazonas ante a constatação de que uma organização criminosa adquiria ilegalmente ouro de terras indígenas e de leitos de rios com uso de dragas e que para dissimular a origem ilícita dos minérios os envolvidos declaravam falsamente que o ouro provinha de permissões de lavra garimpeira legal.

Recentemente, o Juízo da 4ª Vara Federal Criminal da Justiça Federal da Justiça de Roraima deferiu pedidos de busca e apreensão e aplicação de medidas cautelares em virtude de um pedido da Polícia Federal para apurar suspeitos de integrarem uma organização criminosa responsável pela exploração de garimpo ilegal na TI Yanomami, havendo ainda suspeitas de ligações com o PCC, as informações fazem parte da operação Buruburu, conforme dados extraídos do HC nº 1034818-87.2023.4.01.0000 e do HC nº 1047191-53.2023.4.01.0000 que foram impetrados em virtude de decisão proferida nos autos nº 1002399-24.2023.4.01.4200, todos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

É justamente em meio ao combate a macrocriminalidade ambiental e os problemas estruturais que as mudanças climáticas se impõem como uma questão urgente e transversal. Nesse contexto, a atuação do Poder Judiciário na preservação dos territórios indígenas assume um papel estratégico, pois a manutenção





das florestas está diretamente ligada aos eventos climáticos extremos.

Portanto, a intervenção judicial é vital, pois ao garantir o cumprimento das leis e dos direitos e garantias fundamentais e territoriais dos povos originários, não se realizará apenas justiça social, mas a prevenção contra as mudanças climáticas, considerando que os indígenas são os verdadeiros guardiões da floresta com conhecimentos milenares acerca da sustentabilidade.

Considerações Finais

A pesquisa revela que as relações entre os povos originários e o Estado brasileiro foram historicamente marcadas por violência e exclusão desde o período colonial, o que resultou na redução significativa da população indígena. Apesar dos direitos e garantias constitucionais estabelecidos os povos originários enfrentam problemas com demarcação, grilagem, exploração ilegal de recursos naturais e, recentemente, o avanço do crime organizado.

A expansão do crime organizado na Amazônia tem transformado territórios indígenas em bases estratégicas para as operações criminosas, pois se aproveitam da vulnerabilidade local para implementar uma rede sofisticada de tráfico de drogas e mineração ilegal, provocando uma violência sistemática e destruição dos modos de vida originários, bem como desmatamento e degradação ecológica. Os impactos são amplificados pelas mudanças climáticas, criando um cenário de risco cumulativo que ameaça a sobrevivência não só de indígenas, mas da humanidade.

O crescimento das organizações criminosas na Amazônia Legal está diretamente ligado à transformação vivenciada pelas facções criminosas, que, inicialmente, surgiram com o propósito declarado de reivindicar melhores condições no sistema prisional e, atualmente, atuam como verdadeiras empresas do crime.

A atuação das facções criminosas na região amazônica evidencia que o local é estratégico em razão da proximidade com países produtores de cocaína, vasta malha fluvial, baixa fiscalização, porosidade de fronteiras e vulnerabilidade dos povos para propiciar a extração de minérios. A presença de organizações com o PCC e o CV contribuem diretamente na violência em virtude das disputas territoriais, garimpo ilegal e invasão de territórios indígenas, fatores que resultam em consequências graves para a segurança pública e que comprometem a soberania nacional, direitos e garantias fundamentais e, por fim, o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A intervenção dos grupos criminosos em territórios indígenas afeta profundamente a segurança, a saúde, e a cultura dos povos indígenas, considerando o desmatamento, a poluição por mercúrio, violência armada e exploração sexual, o que ameaça a integridade física e cultural dos povos. Além disso, as alterações nos ecossistemas afetam diretamente a disponibilidade de recursos naturais essenciais para os grupos tradicionais e que afetam diretamente a sociedade, assim há a violação dos direitos à vida, ao acesso à terra, a saúde, meio ambiente ecologicamente equilibrado e à autodeterminação.

Nesse cenário, o Poder Judiciário exerce papel fundamental na proteção dos direitos dos povos das florestas e, consequentemente, prevenção das mudanças climáticas, atuando na mediação de conflitos fundiários, repressão a macrocriminalidade, garantia do meio ambiente equilibrado e promoção da justiça ambiental. Em razão da omissão dos demais poderes, o Judiciário se firma como última instância para assegurar os direitos e garantias fundamentais e enfrentar o crime organizado em territórios indígenas, essa atuação não é tão somente para uma justiça social, mas também para assegurar um meio ambiente para as gerações futuras e combate às mudanças climáticas.

Referências





ACRE (Estado). Ministério Público do Estado do Acre. **Relatório de Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade 2006-2017**: Demonstrativo Histórico de Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade no Estado do Acre. Rio Branco, 2017. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anuario_MPAC_2017.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago. **Multiculturalismo e direito à autodeterminação dos povos indígenas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: A História Secreta do Crime Organizado. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BRASIL, Daíse do Socorro Serrano. **A história do “descobrimento” do Brasil na perspectiva dos indígenas Kaká Werá Jecupé e Daniel Munduruku**. Orientador: Carlos Renato Carola. 2018. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7884>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Relatório Síntese do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC**. Mudança do Clima 2023, p. 1-182, 2 dez. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 3540/MC DF**. Requerente: Procurador-Geral da República. Relator: Ministro Celso de Mello. Julgado em 1 set. 2005. Publicação em 3 fev. 2006. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387260>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Habeas Corpus n. 1034818-87.2023.4.01.0000**. Décima Turma. Relator: Juiz Federal Marllon Sousa. Julgado em 03 out. 2023. Publicado em: PJe, 03 out. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-1/2593772507>. Acesso em: 04 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Habeas Corpus n. 1047191-53.2023.4.01.0000**. Décima Turma. Relatora: Desembargadora Federal Solange Salgado da Silva. Julgado em 26 abr. 2024. Publicado em: PJe, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-1/2596417602/inteiro-teor-2596417607>. Acesso em: 04 jun. 2025.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonía brasileira. **URVIO: Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 38, p. 32-48, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9358260>. Acesso em: 04 jun. 2025.





CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no Século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-da-violencia-na-amazonia-2a-edicao/.

Acesso em: 02 jun. 2025.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**: relatório final. 1. ed. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/e006ea2f-652e-4bee-846a-3df69ac0b0bd>. Acesso em: 02 jun. 2025.

FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo Wolfgang. **Princípios do direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FURTADO, Everaldo Bastos et al. Asas que devastam a Amazônia: Uma análise do cenário de pistas de pouso e voos irregulares que dão suporte ao garimpo ilegal na TI Yanomami. **Revista (Re) Definições das Fronteiras**, v. 2, n. 6, p. 16-51, 2024.

GLOBAL INITIATIVE. **Criminal Economies in the Peruvian Amazon**. Genebra, 2022.

HUMPHREYS, Stephen. **Human rights and climate change**. New York: Cambridge University Press, 2009.

INSIGHT CRIME. **InSight Crime's 2023 Homicide Round Up**. Insight Crime, 2024. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/insight-crime-2023-homicide-round-up/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Livro e boletim do Ipea analisam as causas e o histórico da violência na Região Norte após aumento de homicídios**. Portal Ipea, Brasília, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/porta/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15131-livro-e-boletim-do-ipea-analisam-as-causas-e-o-historico-da-violencia-na-regiao-norte>. Acesso em: 16 jun. 2025.

JUNIOR SIQUEIRA, Jaime Garcia; DA SILVA, Juliana Mel Dias Santos. Percepções indígenas sobre os impactos das mudanças climáticas na Amazônia Oriental. In: COSTA, Moab César C.; SANTOS, Raimundo Lima dos (org.). **História e diálogos**: múltiplos olhares. São Paulo: Pluralidades, 2024.

MARQUES, Luiz. Crossing tipping points in the Amazon rainforest: The decisive decade. **The Highlander**, v. 3, n. 2, p. 4-33, 2024.

MELO, Nelson Chagas. **Guerra Urbana**: morrendo pela vida loka. São Luís, 2017.





MPMG. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://issuu.com/asscom/docs/publicacao_especial_direitos_dos_po. Acesso em: 2 jun. 2025.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

SILVA-JUNIOR, Celso HL et al. Brazilian Amazon indigenous territories under deforestation pressure. **Scientific Reports**, 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-023-32746-7>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SOUZA, Motaui Ciocchetti de; EXNER, Camila Katurchi. A terra indígena como patrimônio cultural brasileiro. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, v. 24, 17 dez. 2024. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/541. Acesso em: 25 maio 2025.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Diagnóstico sobre educación superior indígena en Colombia**, IES/2004/ED/PI/23, Bogotá, Colômbia, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139947>. Acesso em: 29 ago. 2023.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**: perguntas e respostas. Rio de Janeiro: UNIC; Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001850/185079por.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

UNODC. UNITED NATIONS OFFICE OF DRUGS AND CRIMES. The Nexus Between Drugs and Crimes That Affect the Environment and Convergent Crime in the Amazon Basin. In: **World Drug Report 2023**. Organização das Nações Unidas, 2023.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20142

Recebido em: 02/04/2025.

Aceito para publicação em: 01/12/2025.

Leticia Lauane SouzaUniversidade Federal de São Carlos –
Campus SorocabaOrcid: <https://orcid.org/0009-0004-9571-6892>**Neusa de Fátima Mariano**Universidade Federal de São Carlos –
Campus SorocabaOrcid: <https://orcid.org/0000-0002-3472-7158>**Território entrelaçado: mulheres como sujeitas políticas na luta pela terra - Assentamento Horto Bela Vista – Iperó SP.****Resumo**

A luta das mulheres pelo acesso à terra no Brasil é um processo marcado pela invisibilização de seu trabalho e pela reprodução da desigualdade de gênero no campo. A partir da articulação entre entrevistas e o referencial teórico, essa pesquisa busca demonstrar como a divisão sexual do trabalho nos acampamentos e assentamentos marginalizam a atuação das mulheres, restringindo sua participação política, desvalorizando sua contribuição econômica e participação ativa na constituição desse território. Ao mesmo tempo, as mulheres protagonizam formas de resistência e organizações coletivas, como movimentos agroecológicos, que buscam a construção de um campo mais justo. A análise da trajetória da assentada Maria Rodrigues ilustra essa dinâmica, demonstrando que a luta pela terra é também uma luta pela autonomia e pelo reconhecimento das mulheres como sujeitas políticas. E esse movimento acontece de maneira coletiva, por isso esse texto recebe como título, Território entrelaçado, por remeter à ideia de algo construído coletivamente, como um tecido, formado por diferentes fios que se cruzam, assim como as mulheres camponesas, que através da luta pela terra, entrelaçam suas histórias, vozes e práticas. Portanto, a presente pesquisa reforça a importância da abordagem da questão de gênero nos estudos sobre a questão agrária brasileira.

Palavras-chave: luta das mulheres; questão agrária; agroecologia; gênero.

Interlaced territory: women as political subjects in the struggle for land – Horto Bela Vista Settlement – Iperó SP.**Abstract**

The struggle of women for access to land in Brazil is a process marked by the invisibility of their work and the reproduction of gender inequality in the countryside. Through the articulation of interviews and theoretical references, this research aims to demonstrate how the sexual division of labor in camps and settlements marginalizes women's participation, restricting their political engagement, undervaluing their economic contribution, and limiting their active role in the constitution of these





territories. At the same time, women play a leading role in forms of resistance and collective organization, such as agroecological movements, which seek to build a fairer rural environment. The analysis of settler Maria Rodrigues's trajectory illustrates this dynamic, showing that the struggle for land is also a struggle for autonomy and the recognition of women as political subjects. This movement takes place collectively, which is why the title Interlaced Territory was chosen, referring to the idea of something built together, like a fabric formed by different threads that cross one another — much like rural women who, through their fight for land, interweave their stories, voices, and practices. Therefore, this research reinforces the importance of addressing gender issues in studies of the Brazilian agrarian question.

Keywords: women's struggle; agrarian issue; agroecology; gender.

Territorio entrelazado: mujeres como sujetos políticos en la lucha por la tierra - Asentamiento Horto Bela Vista – Iperó SP.

Resumen

La lucha de las mujeres por el acceso a la tierra en Brasil es un proceso marcado por la invisibilización de su trabajo y por la reproducción de la desigualdad de género en el campo. A partir de la articulación entre entrevistas y el marco teórico, esta investigación busca demostrar cómo la división sexual del trabajo en los campamentos y asentamientos marginaliza la actuación de las mujeres, restringiendo su participación política, desvalorizando su contribución económica y su participación activa en la constitución de este territorio. Al mismo tiempo, las mujeres protagonizan formas de resistencia y organizaciones colectivas, como los movimientos agroecológicos, que buscan la construcción de un campo más justo. El análisis de la trayectoria de la asentada Maria Rodrigues ilustra esta dinámica, demostrando que la lucha por la tierra también es una lucha por la autonomía y el reconocimiento de las mujeres como sujetos políticos. Este movimiento ocurre de manera colectiva; por eso, este texto recibe el título de Territorio entrelazado, al referirse a la idea de algo que se construye colectivamente, como un tejido formado por diferentes hilos que se cruzan, así como las mujeres campesinas, que, a través de la lucha por la tierra, entrelazan sus historias, voces y prácticas. Por lo tanto, la presente investigación refuerza la importancia de abordar la cuestión de género en los estudios sobre la problemática agraria brasileña.

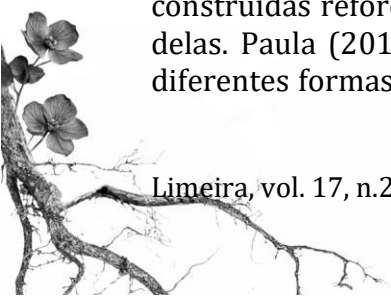
Palabras clave: lucha de las mujeres; cuestión agraria; agroecología; género.

Introdução

A questão da luta pela terra no Brasil é historicamente marcada por desigualdades estruturais, principalmente tendo em vista o processo de colonização. Martins (2019) resalta que a questão fundiária no país não deve ser analisada de maneira isolada, e sim dentro de um contexto amplo de exclusão social, histórica e econômica.

A questão de gênero ocupa um papel importante e, no entanto, é invisibilizada, pois, as mulheres do campo são fundamentais para a construção desse território, uma vez que enfrentam desafios ainda maiores em relação ao acesso à terra, ao reconhecimento de sua participação política, social além da superação da violência que perpassa suas trajetórias.

Nesse contexto é importante compreender que o campo não é apenas um território de disputas fundiárias, mas também o espaço onde as relações de poder historicamente construídas reforçam o papel das mulheres como “ajudantes”, evidenciando a desvalorização delas. Paula (2015) aponta que a invisibilização do trabalho das mulheres se manifesta de diferentes formas, desde o acesso restrito a espaços de poder e até mesmo à negação de suas





contribuições para a produção e reprodução da vida neste espaço. Paula (2015) também menciona que essas desigualdades não são acidentais, mas resultado de um sistema que deixa as mulheres em uma posição de subordinação. Essa mesma autora aponta que as mulheres conquistaram muitos direitos, ainda vivenciam preconceitos, violências e desvalorização, situação que se agrava quando realizado o recorte de classe e raça.

O território brasileiro é composto pela estrutura social pautada na família burguesa, em que se tem pai, mãe e filho. Neste contexto, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com toda a família, deixando a figura feminina restrita ao espaço privado. No entanto, as mulheres pobres precisam também trabalhar fora tendo que desempenhar duplas jornadas de trabalho. Tendo em conta que, segundo Louro (1996), as desigualdades de gênero não ocorrem de maneira homogênea, sendo mais intensa entre as mulheres pobres e negras.

Essa pesquisa está sendo desenvolvida nas bases da ciência geográfica e, desta forma, é válido mencionar que Massey (2000) nos relata que a inserção da questão de gênero dentro da Geografia faz parte de um esforço para analisar o espaço, além do aspecto econômico, pois esse é também influenciado por fatores como raça e gênero. Portanto, na presente pesquisa o conceito de gênero é entendido como parte importante nas relações de poder. Para Bourdieu (2011), as relações de gênero produzem uma relação desigual na distribuição de poder e consequentemente de privilégios de acordo com os sexos das pessoas.

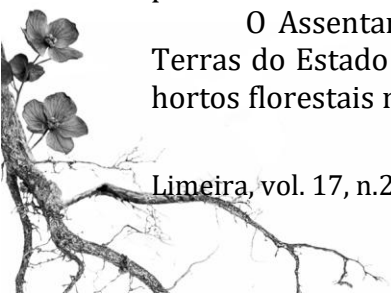
O gênero é uma construção social e histórica, e deve ser compreendido como um conceito plural, não havendo atributos naturais de homens e mulheres, mas sim características socialmente construídas. É importante destacar que sexo e gênero são coisas distintas: o primeiro está ligado às questões biológicas; e o segundo está relacionado às construções sociais. Paula (2015) evidencia que o conceito de gênero foi trabalhado por distintas escolas teóricas e militantes de diferentes correntes políticas, sendo válido mencionar, que o feminismo foi importante para a construção desse conceito.

Butler, uma pensadora pós-estruturalista, contribuiu para essa questão de gênero com uma perspectiva fluida, que está além das oposições biológicas e socialmente reforçadas, para essa autora, gênero é algo inacabado, é algo em devir, sendo composto por múltiplas divergências e convergências que tensionam as estruturas normativas binárias. Butler (2017) afirma que existem estruturas de controle sobre os corpos ligadas à hegemonia heterossexual, em que os corpos passam a representar de modo repetitivo. Essa autora tem em suas contribuições a fala de que o pessoal é político, sendo um diferencial para a leitura feminista da realidade, pois rompeu com o conceito de político, demonstrando que esse vai além do público. Dessa forma, o movimento trouxe para a discussão social temas que antes eram pensados apenas como privados.

A estrutura dual que guia a sociedade tem implicações nas relações de gênero, criando hierarquias e privilegiando as características tidas como masculinas, o que segundo Bereni *et al* (2012) geram consequências nas vivências espaciais. Na Geografia esse debate ganhou espaço nos anos de 1970, em especial no Reino Unido. O gênero dentro da geografia permitiu construções teóricas e metodológicas, que para Silva (2009), trouxe a ampliação dos campos de estudos, que passaram a compreender o espaço a partir também das relações de gênero, pois cada organização espacial é produto das relações de gênero instituídas socialmente.

Entretanto, por muito tempo essas questões foram tratadas apenas como problemas de mulheres, que representavam um pequeno número, dificultando a compreensão de que as relações de gênero são importantes para toda a sociedade. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a mulher como agente constituinte do território na luta pela terra, para isso será analisado o Assentamento Horto Bela Vista, localizado no município de Iperó/SP.

O Assentamento Horto Bela Vista teve início em 1998, implantado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo, em terras do antigo horto florestal. Almeida (2019) havia 17 hortos florestais no Estado que pertenciam a Ferrovia Paulista S.A., que estavam sem uso, pois





a empresa passou por mudanças em sua dinâmica e sucateamento, que acarretou privatizações. Dessa forma, o Assentamento Horto Bela Vista está localizado em Iperó, município no Estado de São Paulo.

O processo de luta por esse assentamento teve início a partir da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), que mapeou o estado de São Paulo em busca de terras para ocupação. Esse processo de ocupação iniciou-se com o acampamento à beira da Rodovia SP-41, que liga a zona industrial do município de Iperó ao município de Tatuí, que segundo Pontes (2020) é onde hoje ficam os lotes 22 e 31 do assentamento, uma vez que essa ocupação se deu no final de 1997.

Em 1999 de acordo com a Portaria nº 44, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dá reconhecimento ao Assentamento Horto Bela Vista com 31 lotes distribuídos, que segundo Pontes, Ferrante e Barone (2021), somam 1027,30 hectares. A área do Assentamento é próxima do centro urbano de Iperó/SP, que integra a dinâmica da região metropolitana de Sorocaba/SP. Em relação à área dos lotes é importante destacar que segundo Pontes, Ferrante e Baroni (2021), apenas 29 lotes estavam aptos para serem ocupados, pois a área destinada a ocupação antes era ocupada por eucaliptos e madeira era tratada com pentaclorofenol (PCP), tóxico para os seres humanos e para o meio ambiente.

Em relação ao Assentamento Horto Bela Vista Pontes, Ferrantes e Baroni (2009) destacam que as mulheres que praticam agroecologia nesse espaço enfrentam de maneira mais organizada o poder atribuído aos homens. Sendo de suma importância que essas mulheres sejam reconhecidas, uma vez que por meio do trabalho delas é possível garantir a segurança alimentar, conservação, recuperação da biodiversidade e preservação cultural, através dos saberes tradicionais com os quais a agroecologia se constrói.

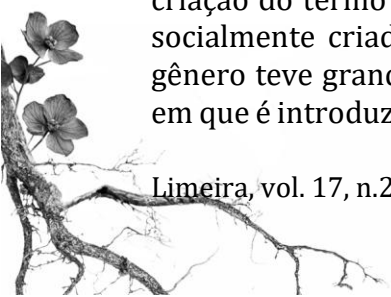
A metodologia empregada para desenvolver a presente pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevista com as assentadas. A pesquisa se pauta em textos acadêmicos sobre a temática estudada, além do Assentamento Horto Bela Vista, trabalho de campo nos lotes do Assentamento e entrevistas com roteiro semiestruturado com as assentadas. Isso permite uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder e as vivências a partir da perspectiva de gênero.

Relações de gênero na luta pela terra

A relação entre gênero e luta pela terra se dá na medida em que compreendemos a constituição dos territórios de maneira generificada, como fruto da organização social, ou seja, expressa gênero, havendo uma relação dialética na produção desse território, com os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da luta pela terra. Segundo Garcia (2004), os estudos das relações de gênero nos permitem repensar as contradições que fundam as diferenças e fortalecem a reprodução das desigualdades.

O gênero é um objeto de estudo reconhecido de maneira concreta. A compreensão deste conceito passa pela ideia do inacabado, sendo constantemente construído e reconstruído. Simone de Beauvoir enfrentou o determinismo biológico que pairava sobre esse conceito com a perspectiva de construção social, em meados do século XX publicou seu livro *O Segundo Sexo* que traz a emblemática afirmação “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 2000, p. 62). Segundo ela ressalta a opressão social que as mulheres sofrem é produto da opressão econômica. Não há estruturas biológicas que conformem a superioridade masculina, logo, os papéis de gênero são construções sociais.

Silva (2009), aponta que essa perspectiva de papéis sociais trouxe a necessidade da criação do termo gênero, para abarcar a construção das identidades masculinas e femininas, socialmente criadas. Garcia (2004), traz em seu trabalho que a construção do conceito de gênero teve grandes contribuições da antropóloga feminista marxista Gayle Rubin, momento em que é introduzida a ideia de sistema sexo/gênero. O sistema criado por Rubin é um conjunto





de mecanismos sociais que servem para transformar a sexualidade biológica em ações sociais e que, por meio da regulação social, o sexo transforma-se em gênero.

Para Haraway (1995), Rubin valeu-se desta teoria para explicar a complementaridade dos sexos, entendendo a heterossexualidade como obrigatória e a opressão das mulheres pelos homens através da premissa fundamental da troca das mulheres no estabelecimento da cultura mediante o parentesco. A análise marxista do sistema como produto da ação humana coloca, porém, a possibilidade da sua mudança mediante a luta política. Não obstante e de acordo com a Haraway (1995), é a objetivização sexual, e não a alienação, a consequência da estrutura sexo/gênero (Garcia, 2004, p. 118).

Nesse sentido, tem-se a perspectiva de que gênero não se distingue de sexo, pois o segundo é absorvido pelo primeiro. E essas ideias são sistematizadas pela historiadora Joan Scott (1995) quando diz que gênero é um elemento que forma as relações sociais, criados a partir das diferenças anatômicas dos sexos, como uma forma de significar as relações de poder. Portanto, para Scott (1995) o masculino e o feminino são constituídos a partir das concepções da sociedade. Sendo para a autora o gênero, um instrumento metodológico, teórico e político. Moore (1999) *apud* Rubin (1975) ampliou as percepções de gênero, trazendo que este deve ser analisado em duas perspectivas, que são diferentes, mas não excludentes, a construção simbólica e a como relação social.

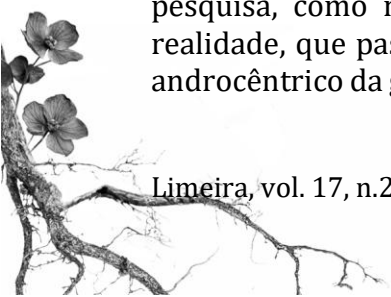
A análise cultural simbólica diz respeito ao que uma sociedade associa a ser homem ou mulher. Garcia (2004) destaca que o enfoque sociológico analisa as funções sociais, interessando-se no que fazem, e não na valorização do simbólico. E é a partir dessa perspectiva que tem se reflexões a respeito da divisão sexual do trabalho e da vida dividida em esferas públicas e domésticas.

Ao definir gênero (...) devemos ter em conta que as atuações sociais, entre um amplo espectro de interações entre múltiplos lugares e situações – por exemplo na casa, no trabalho, ou no boteco – e as distintas formas de pensar e representar os lugares e o gênero relacionam-se entre si e criam-se umas as outras. Todos atuamos como ditam-nos as nossas idéias, que sempre respondem a uma construção cultural, e estão histórica e espacialmente situadas (Mcdowell, 2000, p. 20 *apud* Garcia, 2004, p. 119).

Dentro do debate da construção do conceito de gênero é importante mencionar Donna Haraway, que afirma que o gênero se dá a partir da alteridade e da diferença, e que o conceito de gênero foi criado com base no paradigma de identidade cristalizado, sendo criado de acordo com Garcia (2004), no bojo da distinção entre biológico e cultural, em que o sexo foi relacionado com a biologia e o gênero com a cultura.

Portanto, o gênero contribui para a Geografia permitindo demonstrar que as relações de gênero são constantemente modificadas, variando no tempo e no espaço e são um imperativo nas relações cotidianas.

Pensar as relações de gênero nas análises geográficas, de acordo com Silva (2009), é algo recente, tendo em vista que a perspectiva de gênero na ciência geográfica é ainda pouco permeável. A geografia por muitos anos perpetuou a ciência hegemônica, a ciência ocidental, que legitima somente a visão de mundo dos homens brancos e heterossexuais. Isso fez com que as questões que abordam a desigualdade de gênero dentro da nossa sociedade fossem consideradas inadequadas para a ciência geográfica, e isso foi reproduzido nas suas áreas de pesquisa, como na geografia agrária. Porém, nasce um movimento de contestação dessa realidade, que passa a ser conhecido como a geografia feminista, que questiona o paradigma androcêntrico da geografia e propõe novas abordagens, que passam a considerar a importância





do gênero na construção do espaço. Garcia (2004), afirma que as primeiras geografias a refletirem sobre essa abordagem foram a Liz Bondi (1990, 1993) e McDowell (1999), levando em conta como o gênero influencia na construção do conhecimento, compreendendo o gênero como central para as análises espaciais.

Para Garcia (2004), o gênero condiciona o modo como as pessoas experienciam o mundo, quais oportunidades terão acesso ou o que será negado a esses indivíduos, tendo como ponto central como as relações de gênero concretizam as relações de poder em uma determinada formação social. Dessa forma, inserir a questão de gênero na luta pela terra no Assentamento Horto Bela Vista vai além de querer saber como os lugares de luta se constroem passa por querer compreender como é, onde se concentra e se exclui as pessoas que lutam pela terra, além de valorizar a luta das mulheres e reafirmar que elas também fazem parte da constituição daquele território como agente ativo. Portanto:

Incorporar estas questões significa implementar uma abordagem feminista na nossa pesquisa superando a parcialidade de estudos que ao ignorar tais assuntos, assumem que homens e mulheres têm um comportamento igual, negando o conflito das relações de gênero no processo de territorialização da Luta pela Terra (Garcia, 2004, p. 36).

Com essa perspectiva evidencia-se que as mulheres são situadas de maneira diferente no mundo e suas relações com os espaços que transitam também constroem de modo diferente. Essas diferenças, de acordo com Silva (2009), são concebidas com base no sistema de opressão-dominação em diferentes tempos e espaços.

A luta pela terra que tratamos nesta pesquisa se constitui pelos acampamentos e assentamentos rurais dos Trabalhadores Sem Terras, que são espaços que desafiam o poder, ocupando terras devolutas e latifúndios improdutivos, transformando a dinâmica espacial e construindo novas dinâmicas. A produção desses territórios como já mencionamos está condicionada a reprodução do poder, de acordo com Garcia (2004), tem a construção dos lugares masculinos e femininos expressando espaços de sociabilização apropriados e produzidos por cada gênero, criando uma divisão funcional do espaço.

No território da Luta pela Terra materializam-se estas relações sociais, e são os acampamentos e assentamentos os lugares da sua concretização singular. A sua especificidade radica em sua construção, através de uma constelação particular de relações sociais, que neles se encontram e se entrelaçam (Garcia, 2004, p. 66).

Portanto os acampamentos e assentamentos são lugares que expressam essas singularidades e as relações de poder definem os limites socioespaciais. A divisão das funções de gênero encontra-se, segundo Garcia (2004), condicionada ao caráter temporal dos espaços de luta pela terra. Movimento que inicia com acampamento que objetiva o lote. De acordo com o autor supracitado, durante a fase de acampamento as famílias ficam em situações muitas vezes precárias, o que amplia o tempo de convívio coletivo, fomentando as relações comunitárias, acima da unidade familiar. Sendo esse momento uma luta mais igualitária entre homens, mulheres e crianças.

Contudo, nesse momento da luta pela terra a mulher, segundo Garcia (2004), não está associada ao privado, porém, isso muda quando o assentamento é construído. “as extremas condições de subsistência e vulnerabilidade que o grupo vivência facilita a autopercepção dos acampados e acampadas como sujeitos iguais de resistência” (Garcia, 2004, p. 73). Certamente o cotidiano do acampamento é caracterizado pela construção da identidade coletiva, e neste contexto, a mulher é compreendida como companheira de luta.





Segundo Garcia (2004), as características mencionadas do acampamento são diferentes em relação ao cotidiano no assentamento, em que a participação coletiva é marcada por um corte de gênero. Assentamento rural é um dos maiores passos na luta pela terra, sendo a conquista do acesso à terra, e as famílias passam a se organizar em unidades familiares. Assim, surge a divisão entre o trabalho produtivo e o reprodutivo. Nesse contexto, entende-se os espaços públicos como a roça, o boteco, a militância, enquanto o privado é a casa, o lote. É válido mencionar que segundo Garcia (2004), a roça é compreendida como um espaço de cooperação entre gêneros, mas ainda assim, a concepção de trabalho da mulher é subalterna.

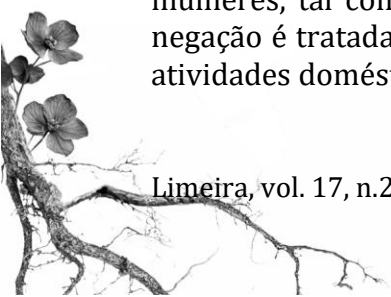
Ao refletir sobre aspectos da luta pela terra, Garcia (2004) observa que, após a conquista da sonhada terra, os objetivos pessoais e a projeção do futuro familiar passam por mudanças, o que acarreta a queda na participação nas lutas e organização do assentamento como um coletivo. E mesmo que o declínio na participação da militância afete ambos os gêneros, é a mulher, especialmente as casadas, que têm mais dificuldade em participar das reuniões e ações coletivas, visto seu cotidiano de trabalho doméstico e no roçado, constituído a dupla jornada de trabalho das mulheres assentadas. “Além do mais, na percepção das assentadas, fica claro que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero, que as impedem de se ausentar livremente do assentamento” (Garcia, 2004, p. 84). Dessa forma, a submissão da mulher sendo sistematicamente reproduzida é reforçada pelos contratos matrimoniais, exacerbando as assimetrias de poder entre homens e mulheres.

Como já mencionado anteriormente o trabalho prestado pelas mulheres é considerado improdutivo de ponto de vista da remuneração econômica, Garcia (2004), também ressalta esse ponto em sua pesquisa, quando diz que “estas que não são expressas em valores monetários, são facilmente esquecidas e desvalorizadas pela sociedade” (p. 86). O autor diz que embora esse discurso seja fortemente defendido pelos homens, há mulheres que também compactuam com esse pensamento, fato decorrente da naturalização das atividades masculinas e femininas. No entanto é importante frisar que segundo Rua e Abramovay (2000), não existe na natureza das mulheres algo que as torne menos participativas, isso ocorre por conta da barreira de participação construída a partir das relações de gênero.

De acordo com Rua e Abramovay (2000), a distribuição e ocupação de homens e mulheres são similares aos estereótipos clássicos, em relação à divisão de tarefas. E, muitas vezes, as tarefas desenvolvidas pelas mulheres superam as dos homens em quantidade, sendo este um panorama dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo de acordo com a pesquisa desenvolvida pela UNESCO nos anos 2000.

No assentamento, as mulheres são responsáveis por muitas tarefas com grande peso nas atividades produtivas, como capinar, cortar, plantar, colher, tombar a terra, tirar o leite etc. Mesmo diante do fato de que as mulheres participam de todas as atividades do campo, o discurso de ambos os sexos permanece caracterizando o trabalho feminino como uma ajuda, porque a responsabilidade pelas atividades econômicas, é sempre masculina, na decisão do que plantar ou na comercialização do produto (Garcia, 2004, p. 89).

Isso reforça a submissão das mulheres, em que seu trabalho, a sua participação na lavoura é compreendida como subalterno. Assim, Valenciano (2001) evidencia as assentadas que possuem jornadas triplas são as mulheres engajadas na luta e militância de movimentos. Referindo-se às mulheres que subvertem as imposições da divisão de gênero. Rua e Abramovay (2000), destacam em sua obra intitulada “Companheira de luta ou coordenadoras de painéis?” que as mulheres confinadas à esfera privada faz com que os direitos fundamentais das mulheres, tal como sair de casa, seja negado e essa discriminação e quando questionada a negação é tratada como natural. Há assim, um número restrito de mulheres que conciliam as atividades domésticas, o trabalho no roçado e a militância.





É imprescindível mencionar que as mulheres que constituem as lutas pela terra são diversas, sendo possível realizar análises interseccionais, levando em consideração sua raça, classe e história. Dessa forma, as mulheres experienciam a opressão de maneiras diferentes e consequentemente esse fato é relevante para o empoderamento das mulheres.

A desigualdade no acesso ao poder e tomada de decisões nos assentamentos e acampamentos rurais entre trabalhadores e trabalhadoras coloca o empoderamento como uma necessidade básica para as mulheres. Isso abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, seja por estar organizadas algumas em grupos, seja pela consciência da sua situação (Garcia, 2004, p. 95).

Nesse sentido, em alguns assentamentos e acampamentos as mulheres se articularam para melhorar a qualidade de vida nestes territórios, temos como exemplo, de acordo com Garcia (2004), o Coletivo de Gênero do MST e a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP), ambas atuaram fortemente nos acampamentos e assentamentos do Pontal do Paranapanema, e são referência na articulação das mulheres.

De acordo com Garcia (2004), a OMAUESP é coordenada pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e tem como objetivo organizar as mulheres assentadas em projetos para aumentar a renda familiar. E o Coletivo de Gênero do MST é um projeto mais amplo, que procura construir um novo sujeito político e histórico, unindo os trabalhadores e trabalhadoras contra o poder hegemônico, reconstruindo as relações de gênero que se estabelecem nesses espaços. É importante afirmar que as mulheres que fazem parte dessas organizações reconhecem sua tripla jornada. Esses são exemplos de organização das mulheres dentro da luta pela terra que concretizam o desejo de mudança da realidade. Diante disso, é muito significativo falar sobre o papel da mulher nos movimentos da luta pela terra, sendo uma luta pelas necessidades básicas de sobrevivência.

Entrelaçando histórias: A luta pela terra no Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP

Esse tópico dedica-se a analisar a entrevista realizada com a assentada Maria Rodrigues, assentada, militante do MST, mãe, avó, produtora agroecológica, com o objetivo de compreender, a partir de sua narrativa, os processos que marcam a luta pela terra no Assentamento Horto Bela Vista em Iperó, buscando evidenciar a mulher como agente constituinte desse território. Partir de sua trajetória de luta pela terra procura-se demonstrar o papel das mulheres, enquanto sujeitos históricos e protagonistas da luta pela reforma agrária, permitindo traçar reflexões sobre as formas de resistência dessas mulheres.

Para alcançar tais objetivos, será utilizada a entrevista oral realizada com a assentada em seu lote, conhecido como Lote Mãe Terra (Figura 1). A entrevista ultrapassa os simples registros de fatos, configurando-se como um instrumento que possibilita ter acesso às dimensões da experiência social, como os modos de vida e resistência, que de acordo com Queiroz (1988), é um método de pesquisa e um movimento de valorização das memórias coletivas e individuais. Essa abordagem permite buscar elementos simbólicos, culturais e políticos que estruturam as relações sociais, sendo então, fundamental para compreender as relações de gênero na luta pela terra. A análise da entrevista será articulada com o escopo teórico que fundamenta essa pesquisa.





Figura 1 - Lote Mãe Terra



Fonte: Registro da autora 1, 2025.

As falas da assentada Maria evidenciam como a luta pela terra é atravessada pelas desigualdades de gênero, revelando que para além da conquista do território, as mulheres enfrentam desafios específicos. Ao dialogar com a Maria ficam nítidas as diversas camadas de inviabilização que são impostas às mulheres, ainda que essas estejam presentes em todas as etapas da luta, do acampamento ao assentamento, seus papéis são naturalizados no campo da reprodução, organização doméstica e cuidado. Ao longo da entrevista, a Maria ressalta como o trabalho das mulheres está ancorado em uma lógica de múltiplas jornadas, nas quais precisam equilibrar todas as demandas:

Elas acompanham os homens em todas as atividades que os homens fazem e ainda fazem mais isso. [...] E a terceira jornada é os cuidados internos domésticos. Então, ela sempre tem três jornadas (Maria).

Isso ilustra o que Federici (2017), aponta como a naturalização da exploração do trabalho feminina pela perspectiva do amor, sendo configurado como o “trabalho por amor”, sendo o suporte da vida e da luta que não são reconhecidos da devida maneira.

Essa invisibilização do trabalho das mulheres pode ter se aprofundado com a mudança do acampamento para o assentamento, uma vez que Maria afirma que “no acampamento, o homem e a mulher estavam juntos ali na linha de frente, mas, com a consolidação do lote, volta essa questão do privado.”

Isso reafirma a divisão sexual do trabalho no campo a partir da lógica patriarcal da propriedade, o acesso à terra, embora formalmente coletivo, assume as desigualdades de gênero, pois os homens assumem a figura do produtor, sendo o agente público, enquanto as mulheres permanecem confinadas à esfera do cuidado, autoconsumo e reprodução da força de trabalho. No que diz respeito às atividades desempenhadas pelas mulheres Maria, aponta que

Quando a mulher camponesa vem um pé de alface, não é igual a mulher urbana que vai lá e compra no mercado o pé de alface. Ela tem que pensar na preparação do canteiro, na semente, plantar, manejar pra depois colher





Dessa forma, é possível refletir que as mulheres estão profundamente ligadas a um sistema produtivo invisibilizado, essencial para a vida camponesa, Federici (2017), traz essa perspectiva com o emprego do termo “trabalho invisível”, pois sustenta a vida, mas não é reconhecido economicamente e nem politicamente.

Maria, aponta ainda essa desigualdade em relação a administração dos recursos financeiros, quando diz que, “O homem que tem essa roça, depois vai pra rua vender [...] ele só vai e faz o comércio. Ele vai na hora que vai pegar o dinheiro. E o dinheiro não fica com ela”. É possível observar através das falas da entrevistada Maria, que mesmo quando as mulheres são protagonistas em todas as atividades produtivas, como o cuidado, plantio e colheita, o reconhecimento financeiro e social é destinado aos homens, fazendo com que a subalternização das mulheres aconteça pelo trabalho não reconhecido, pelo controle da renda e o poder de decisão.

É válido mencionar que a militância é um espaço marcado pela desigualdade de gênero, Maria afirma que “Se um homem tem menos do que isso [experiência militante], às vezes é mais conhecido. 3 anos já tá totalmente em direção nacional. E as mulheres, não”. Isso evidencia que mesmo quando envolvidas em movimentos sociais, dificilmente as mulheres ocupam cargos de liderança, e quando o fazem estão associadas às tarefas do cuidado ou acolhimento. Para a assentada Maria, esse fato é marcado por uma dupla deslegitimação. “A mulher militante é vista como mulher pública. A mulher pública é puta. [...] As mulheres também que ficam na base, elas pensam que é assim”.

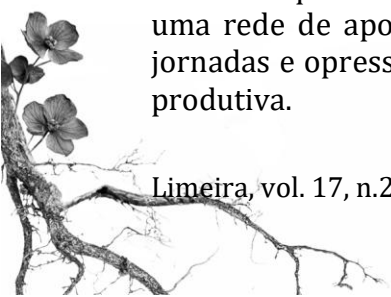
Trata-se da perpetuação dos ideais patriarcais, em que uma mulher fora do lar está transgredindo a ordem natural, sendo penalizada moralmente e simbolicamente. Retomando as reflexões de Federici (2020), que nos traz que o controle sobre os corpos das mulheres é também um controle sobre sua força reprodutiva. Ao se assumir uma militante a mulher passa a ser estigmatizada, desestimulada e, muitas vezes, abandonada, ficando exausta. Maria, aponta que “Muitas mulheres acabam desistindo. Elas não participam. Não aguentam. O sistema fala que elas não querem. Elas não sabem. Não tem capacidade. Não sabe falar em público”. A reprodução das violências ocorre, de diferentes formas, perpetuando a invisibilidade das mulheres na luta pela terra. Portanto, tensionar esse silenciamento é necessário.

Ao longo da entrevista, Maria deixa claro como a falta de reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos estruturam as relações no assentamento. Ela ressalta que as mulheres camponesas realizam sua luta de forma ética, articulando seus passos com os afazeres cotidianos, a lida com a terra, com a família, com a coletividade, entrelaçando entre a luta política e o trabalho reprodutivo.

Ao enfatizar que “a mulher é bastante direta, do ponto de vista da ética” Maria, aponta que as mulheres carregam consigo a luta nas relações com a família e com a comunidade, ressaltando o protagonismo ético-político das mulheres camponesas, que articulam cuidado, produção e reprodução da vida, desafiando a lógica produtiva e individualista dominante.

A entrevistada relata o que seria uma punição simbólica e material imposta às mulheres que emergem como lideranças. Maria, diz que, “Quando ela aparece, a turma já qualifica como egoísta, isso gera um nível de ciúme do caramba”. Apontando que a forma como a liderança feminina é vista é marcada por suspeitas e difamações, que atingem a vida pessoal delas. Nesse mesmo relato é notório essas questões quando ela diz que foi acusada de “andar com todos os homens”. Araújo (2014), diz que os boicotes morais, enfrentados por mulheres em espaços de poder, ressaltam como o patriarcado estrutura o imaginário e a prática das lutas.

Ao longo da entrevista Maria, em seu relato pessoal, expressa a realidade de milhares de mulheres, quando diz, “cansei, chega uma hora que cansa”, revelando o desgaste que as mulheres que lutam pela terra vivenciam, sendo muitas vezes isoladas e sobrecarregadas, sem uma rede de apoio sólida. Sendo a realidade que Faria (2013), chama de sobreposição de jornadas e opressão, que afetam as mulheres camponesas em sua atuação política, familiar e produtiva.





Ainda como referências as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres do assentamento, Maria nos fala sobre o que ela chama de boicote econômico, pois “a gente, que é as mulheres donas das propriedades, somos as mais pobres do assentamento”, evidenciando a desigualdade no acesso e controle dos recursos produtivos. Uma vez que, o acesso à terra, ao crédito e à titularidade, embora já tenha ocorrido avanços, ainda se dá de forma desigual entre homens e mulheres, mesmo com políticas públicas voltadas para essas questões.

Em relação às políticas públicas, a Maria, aponta as contradições que existem, quando relata que “o Estado finge que reconhece a mulher, que está dando crédito, mas está repartindo aquele dinheiro lá” (dinheiro destinado ao homem/família). Ela reconhece a importância de programas como o Pronaf Mulher, mas são insuficientes para transformar a realidade das camponesas que lutam pela terra. Nobre (2015), nos mostra que o reconhecimento formal precisa vir acompanhado de mudanças estruturais, que rompam com a lógica que atribui às atividades desenvolvidas pelas mulheres como “ajuda”.

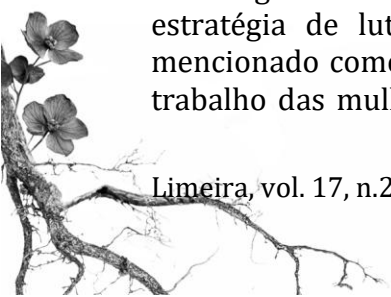
A perspectiva da ideia de “ajuda” desempenhada pelas mulheres é observado e problematizado pela entrevistada, quando aponta que “essa coisa de falar que a mulher ajuda, para as mulheres que não tem consciência, é uma coisa bonita, parece que está reconhecendo o papel delas”, mas é evidente que a noção de “ajuda” está distorcendo o trabalho real das mulheres, sendo uma força de trabalho não reconhecida e muito menos remunerada. Federici (2017), traz contribuições para essa discussão apontando o trabalho das mulheres como pilar oculto da economia capitalista.

É importante destacar que durante a entrevista, a assentada menciona a luta por reconhecimento documental das mulheres no campo, “as mulheres do campo não tinham identidade (documento), para ter CPF precisou ser feita uma campanha nacional para que as mulheres tivessem documentação”. Faria (2013), destaca que essas mobilizações foram decisivas para a construção de políticas de gênero no campo, que muitas vezes é limitada a uma abordagem superficial da desigualdade. Durante a entrevista, Maria, menciona a marcha das Margaridas, que ela chegou a participar, lutando por direitos fundamentais das camponesas, sendo um fato histórico de grande importância.

Em seu relato de luta pela terra, ela problematiza a ideia de empoderamento das mulheres camponesas, fato esse, construído pelo trabalho externo precarizado, pois muitas mulheres para buscar sua independência ou sobrevivência, trabalham como empregadas domésticas nos bairros próximos ao assentamento. Maria diz, “a gente não vê nenhuma mulher que sai trabalhar fora que consegue comprar um carro, sair de férias [...] ela só pega os serviços precarizados”. Ecoando essa fala no debate sobre a construção da autonomia econômica das mulheres do campo que ainda estão condicionadas à exploração, informalidade e sobrecarga. Portanto, as desigualdades de gênero operam estruturalmente no campo, tanto nos espaços de militância quanto nas relações produtivas, afetivas e simbólicas.

É notório que o trabalho da mulher camponesa vai além da esfera do privado, ainda que muitas vezes não seja reconhecido. A entrevistada Maria, problematiza a concepção dominante da produtiva na agricultura conhecida como familiar, ela afirma que nesse arranjo, a mulher produz, mas de forma invisível, afirmação que pode novamente ser associada a Federici (2017), quando a autora escreve sobre o trabalho reprodutivo invisível, sendo o conjunto de atividades desempenhadas pelas mulheres que sustentam a vida, no entanto, são sistematicamente desvalorizadas. Maria, chama usa a expressão “pacote de atividades” não reconhecidas, evidenciando o acúmulo de tarefas que não são apontadas na íntegra pelas políticas públicas.

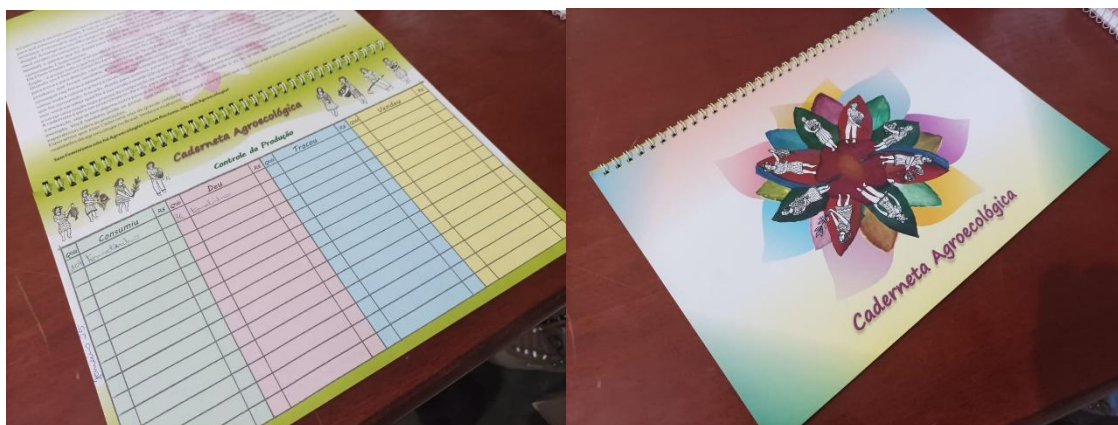
A entrevistada Maria é uma mulher que, apesar de todos os desgastes que a luta pela terra lhe trouxe, não perde a esperança em um futuro em que as mulheres tenham seu trabalho como agente constituinte do território reconhecido. E neste contexto é mencionado como estratégia de luta e resistência por parte das mulheres, as práticas agroecológicas, é mencionado como exemplo um novo programa do Governo Federal que visa permitir que o trabalho das mulheres tenha mais reconhecimento, o projeto recebe o nome de cadernetas





agroecológicas (Figura 2). Essa é reconhecida pela assentada como uma importante ferramenta para o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres camponesas, pois permite o registro tanto da produção voltada para o consumo como de troca e venda.

Figura 2 - Caderneta agroecológica



Fonte: Registro da autora 1, 2025.

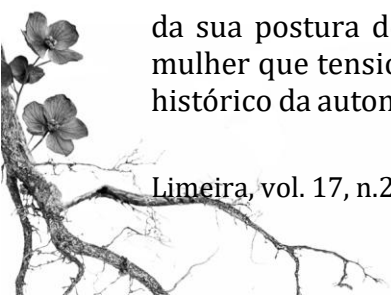
A entrevistada observa que, ao analisar os registros que já realizou, percebeu a magnitude da produção naturalizada e ignorada, muitas vezes até as próprias mulheres não têm a dimensão da sua contribuição. Essa caderneta possui uma força política e pedagógica, podendo ser compreendida de acordo com Araújo (2018), pois é possível romper com os indicadores convencionais de produtividade e valorizar uma lógica centrada na dinâmica do cotidiano dessas mulheres.

Outra iniciativa que visa valorizar o trabalho das mulheres é o Projeto dos Quintais, uma política pública voltada a ofertar financiamento próprio para as mulheres. Essas políticas são formas de garantir à mulher camponesa autonomia econômica, sendo uma crítica à estrutura patriarcal que historicamente concentrou o acesso à terra, ao crédito e a tomada de decisão nas mãos dos homens. Maria através das suas experiências reconhece as limitações dessas ações diante da força do patriarcado na agricultura convencional, mas acredita ser possível tensionar essas estruturas através de projetos coletivos e a força das mulheres.

Como mencionado, um dos pontos centrais da entrevista com a assentada Maria, é a relação entre agroecologia e a possibilidade de liberdade feminina. A assentada afirma que a agroecologia “é a mudança”, destacando que esse modo de cultivo ultrapassa a produção de alimentos, se inserindo como um movimento de transformação social. Araújo (2020), destaca como a agroecologia representa mais do que uma alternativa de cultivo, é também um projeto político que vislumbra a autonomia das mulheres e a ressignificação das relações de gênero no campo.

Maria aponta que no Assentamento Horto Bela Vista, diversas mulheres gostariam de praticar agroecologia, mas são impedidas pelos maridos, que priorizam os modelos convencionais de plantio. E isso é mencionado pela entrevistada através do que ela chama de “enfrentamento velado”, em que os homens não proíbem explicitamente a participação feminina em reuniões, mas sobrecarregam as mulheres com tarefas domésticas, dificultando sua atuação política e econômica. Nobre (2018), destaca que esse mecanismo de exclusão indireta, propiciado pela carga de trabalho invisível das mulheres, é uma das principais dificuldades para a libertação.

A assentada relata a sua experiência de isolamento dentro do Assentamento, por conta da sua postura de luta contra o machismo e o patriarcado. Por ser uma marginalização da mulher que tensiona as normas estabelecidas, Federici (2017), descreve como o cerceamento histórico da autonomia feminina é estabelecido. Diante desse contexto, evidencia a importância





de discutir a invisibilidade da mulher na luta pela terra, e demonstrando como a luta pela agroecologia é uma luta pelo reconhecimento e pela valorização das mulheres no campo.

Considerações finais

A luta pelo acesso à terra no Brasil é marcada por desigualdades estruturais, em que as mulheres desempenham um papel de agente fundamental na constituição dessa luta, mas são frequentemente invisibilizadas. Como evidenciado ao longo dessa pesquisa, a divisão sexual do trabalho nos assentamentos e acampamentos refletem a reprodução das desigualdades de gênero, limitando a participação das mulheres em diversos momentos, principalmente no que diz respeito às tomadas de decisões. Além disso, observa-se a perpetuação de seu trabalho como “ajuda”, promovendo uma desvalorização de seu trabalho.

No entanto, é notório que as mulheres resistem a essas opressões e ainda constroem alternativas coletivas, como por exemplo os coletivos femininos dentro da luta pela terra, que buscam garantir maior autonomia e reconhecimento para as camponesas que constroem esses territórios de luta. As experiências analisadas revelam que a luta pela terra é também uma luta pelo reconhecimento das mulheres como agentes políticos e históricos.

A trajetória da assentada Maria Rodrigues exemplifica como as mulheres estão resistindo no campo, enfrentando inúmeros desafios, múltiplas jornadas de trabalho e barreiras estruturais que dificultam a sua participação ativa nos espaços públicos. Sua história alinhada com o debate teórico reafirma que a perspectiva de gênero é indispensável para a compreensão dos processos da luta pela terra.

Dessa forma, essa pesquisa reforça a necessidade de uma abordagem que valorize o papel da mulher na luta pela terra, reconhecendo o seu trabalho e contribuição na constituição desses territórios. Compreende-se, assim, a luta pela terra como um espaço de transformação social e política.

Referências

ARAÚJO, Malu. **Agroecologia e Feminismo: Uma Construção Necessária**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

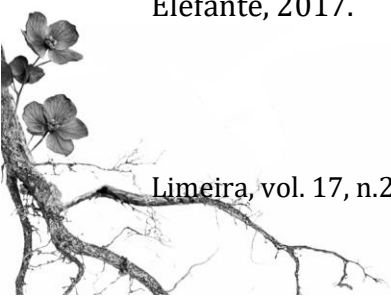
ARAÚJO, Malu. Gênero e poder nos movimentos sociais: desafios para a construção da igualdade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. p. 151-175.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FARIA, Nalu. A economia feminista e a crítica ao sistema capitalista e patriarcal. In: NOBRE, Miriam; NOBRE, Rosa; FERREIRA, Silvia (org.). **A economia feminista e a economia solidária: um debate necessário**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2013. p. 25-39.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.





FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. Vozes e Ações Das Mulheres na Trajetória dos Assentamentos Rurais. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 391-418, 2009. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2009.v12i1.64. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/64>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GARCIA, Maria Franco. **Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território**. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119 (27), número extraordinário dedicado ao IV Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio), 1 ago. 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-119-27.htm>. Acesso em: 2 abr. 2025.

NOBRE, Miriam. **Feminismo e Agroecologia: Resistências e Alternativas ao Capitalismo**. São Paulo: SOF, 2018.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. 2020. 392 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020. Orientadora: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-e-teses-2020/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

RUA, Maria das Graças. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"?: as relações de gênero nos assentamentos rurais**. Colaboração de Miriam Abramovay. Brasília: UNESCO, 2000. 347 p.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20252

Recebido em: 19/05/2025.

Aceito para publicação em: 13/10/2025.

Naomi André Cambará BarbosaUniversidade Federal de São Carlos –
Campus SorocabaOrcid: <https://orcid.org/0000-0001-6683-2422>**Antonio Bernardes**Universidade Federal de São Carlos –
Campus SorocabaOrcid: <https://orcid.org/0000-0002-4996-7031>

Violência e ciberespaço: A manifestação de ataques de ódio nas redes sociais virtuais

Resumo:

Com o advento e a popularização acelerada de novas tecnologias de comunicação e informação, dinâmicas sociais ganharam nova dimensão. As interações e os conflitos que antes se limitavam ao espaço físico agora se estendem para o ambiente virtual, onde podem assumir proporções ainda maiores e mais complexas. Nesse contexto, surge uma preocupação crescente em relação ao papel das redes sociais virtuais em casos de violência extrema. Este artigo apresenta uma reflexão baseada em uma pesquisa que investigou a relação entre os processos de violência e suas manifestações nas redes sociais virtuais. Por meio das interações online, da exposição a conteúdos violentos e da participação em grupos extremistas, busca-se compreender como experiências de marginalização nesses ambientes digitais podem ser reproduzidas e culminar em ataques de ódio em larga escala. Ao observar algumas interações, observamos que há uma relação entre as publicações realizadas e a efetivação de ataques em múltiplos ambientes.

Palavras-chave: Ciberespaço; Redes sociais; Violência; *Bullying*; Radicalização.

Violence and cyberspace: The manifestation of hate attacks on virtual social network.

Abstract:

With the advent and rapid popularization of new communication and information technologies, social dynamics have gained a new dimension. Interactions and conflicts that were once limited to physical spaces now extend into the virtual environment, where they can take on even greater and more complex proportions. In this context, there is a growing concern regarding the role of virtual social networks in cases of extreme violence. This article presents a reflection based on research that investigated the relationship between processes of violence and their manifestations on virtual social networks. Through online interactions, exposure to violent content, and participation in extremist groups, the study seeks to understand how experiences of marginalization in these digital environments can be reproduced and culminate in





large-scale hate attacks. By analyzing certain interactions, it was observed that there is a relationship between the posts made and the occurrence of attacks in multiple environments.

Keywords: Cyberspace; social networks; Violence; Bullying; Radicalization.

Violencia y ciberespacio: La manifestación de ataques de odio en las redes sociales virtuales.

Resumen

Con la llegada y popularización de las nuevas tecnologías, las dinámicas sociales han adquirido una nueva dimensión. Interacciones y conflictos que antes se limitaban al espacio físico se extienden ahora al entorno virtual, donde pueden adquirir proporciones aún mayores y más complejas. En este contexto, crece la preocupación por el papel de las redes sociales virtuales en los casos de violencia extrema. Este artículo presenta una reflexión basada en una investigación que indagó la relación entre los procesos de violencia y sus manifestaciones en las redes sociales virtuales. A través de las interacciones en línea, la exposición a contenidos violentos y la participación en grupos extremistas, se pretende comprender cómo las experiencias de marginación en estos entornos digitales pueden reproducirse y culminar en ataques de odio a gran escala.

Palabras clave: Ciberespacio; redes sociales; violência; intimidación; radicalización.

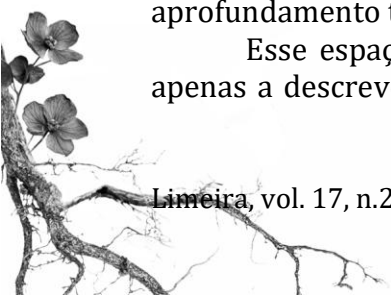
Introdução

As reflexões acerca da expansão do uso das redes sociais virtuais conduzem-nos à consideração de diversas questões acerca de sua popularização e impacto em nosso cotidiano. É notório o impacto que as novas tecnologias da informação e comunicação possuem em diversos âmbitos, tendo como enfoque o meio comunicacional. Essa nova fase do espaço geográfico através de instrumentos de comunicação (*smartphones, tablets, notebooks*, entre outros) demonstra um contexto de mudanças nas quais nós estamos diretamente interligados. Esse novo fluxo de informações reflete uma realidade na qual nossas espacialidades possuem outro sentido, a possibilidade de múltiplas conexões “nenhum lugar em particular, mas todos os lugares ao mesmo tempo” (Mitchell, 1996, p. 8).

Nas décadas de 1980 e 1990, essas discussões ganharam força em múltiplas áreas do conhecimento, ultrapassando os limites das ciências humanas e alcançando também a Geografia. O processo de evolução tecnológica direcionou-se, principalmente, a determinadas áreas dessa ciência, muitas vezes restritas a uma perspectiva quantitativa. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), por exemplo, valorizaram a Geografia sob tal viés. Todavia, pensar em tecnologias para além da herança da Geografia Quantitativa implica considerar novas formas de produção do espaço geográfico, que extrapolam os métodos tradicionais, incorporando também aspectos culturais, sociais e informacionais.

Com o advento das redes sociais virtuais, essas discussões tornaram-se ainda mais pertinentes, considerando a ampliação de possibilidades analíticas que tal categoria pode proporcionar. Na qualidade de extensão socioespacial, o ciberespaço configura-se como uma possibilidade de compreensão de outras sociabilidades. Ao examinar o mundo contemporâneo, observa-se que as relações sociais mediadas pelo ciberespaço apresentam convergências com diversos estudos geográficos, ainda que mantenham peculiaridades que demandam maior aprofundamento teórico.

Esse espaço possibilita o surgimento de novas metodologias de pesquisa, aptas não apenas a descrever e analisar o ambiente digital, mas também a interpretar suas dinâmicas





específicas. Os fluxos de informação que lhe são característicos permitem relações sociais mais fluidas, mediadas pela troca de experiências, culturas, ideias e ideologias e processos viabilizados pelas potencialidades singulares do ciberespaço.

Para que essa nova abordagem geográfica seja viável, torna-se necessário ampliar a compreensão da relação entre sujeito e objeto, neste caso, o ser humano e a tecnologia. Pensar o espaço geográfico como palco de todas as ações humanas exige a consideração de uma infinidade de questões sob uma perspectiva geográfica. Trata-se de ir além de uma compreensão superficial das condições e relações sociais no espaço; é preciso contemplar as espacialidades e subjetividades que nele se manifestam, reconhecendo todas as potencialidades oferecidas pelo ciberespaço, o qual serve como ferramenta para integrar diversas formas de vivência em um ambiente que transcende o físico. A vida cotidiana do século XXI está marcada. Em nosso cotidiano, não é incomum vivermos cercados pelo uso intensivo de dispositivos tecnológicos, celulares, *tablets*, *notebooks* e computadores, os quais se incorporaram à nossa condição enquanto sujeitos (Sandoval e Rosales, 2025).

Nossa experiência espacial atual não se limita à interação com o espaço físico, pois nossa comunicação é mediada pelas novas tecnologias. Diariamente, participamos de um ciclo que permite infinitas relações sociais, sem as barreiras de idioma, horário ou distância, apenas uma das muitas facetas da globalização. Transcendemos nossas limitações físicas ao explorar um mundo possível por meio do contato com as novas tecnologias, como as redes sociais virtuais, que nos conectam a comunidades e indivíduos com interesses afins.

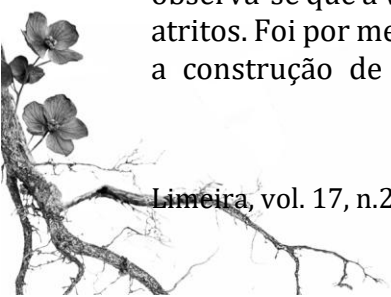
As comunidades virtuais evidenciam essa necessidade inerente de socialização enquanto seres sociáveis, sendo as redes sociais virtuais uma porta de entrada para facilitar esse processo. Não se trata de uma substituição, mas de compreender como esses processos de sociabilidade são mediados pelo ciberespaço. Essa forma de socialização digitalmente mediada permite-nos compreender como tais questões se manifestam em nosso cotidiano, como os sentimentos suscitados por uma reação a uma publicação, por exemplo. Nossos sentimentos e percepções, hoje, não se restringem ao espaço físico, mas tampouco se dissociam dele, configurando, assim, uma nova forma de interação mediada por ambos os espaços.

A reprodução das dinâmicas sociais também se expressa no contexto das sociabilidades virtuais, como a violência, os preconceitos e os discursos de ódio, que potencialmente se tornam catalisadores de ataques massivos em diferentes ambientes. Este artigo buscará analisar os discursos de ódio disseminados por meio das redes sociais virtuais e como a cultura do ódio e da violência é intensificada por essas ferramentas.

A propagação desse culto ao ódio e ao extremismo pode ser compreendida a partir de três possibilidades principais. A primeira refere-se à ideia de que, por ter sido vítima de agressões, o sujeito justifica a adoção da violência como forma de resposta, o que resulta em ataques efetivos nos espaços. A segunda está associada a discursos extremistas, que legitimam ideologicamente ataques e massacres com base em ideias preconceituosas. A terceira possibilidade remete à busca por poder por meio da violência. Essas possibilidades se alinham com Safatle (2008) se refere quando cita que essas manifestações vêm através de interesses construídos por um jogo que se refere à coerência e principalmente identificações com o outro, incitando o sentido de liberdade.

A violência enquanto expressão da cultura do ódio

Ao analisarmos o desenvolvimento da humanidade, notamos que o poder sempre esteve presente em múltiplos contextos sociais, políticos e econômicos. No decorrer desse processo, observa-se que a violência compõe o poder enquanto efetividade para a resolução de quaisquer atritos. Foi por meio da violência que as relações de poder foram se consolidando, evidenciando a construção de uma lógica de superioridade. O poder e a violência estão intimamente





conectados, pois “difícilmente correspondem a compartimentos isolados no mundo real” (Arendt, 1970, p. 46). A violência adapta-se a múltiplas situações, podendo instaurar relações de poder em distintos contextos. O poder e a violência não se apresentam em estado puro, uma vez que sofrem variações e desvios em sua aplicação, podendo manifestar-se de forma explícita ou velada. Ao refletirmos sobre um ato de ódio, como uma agressão, compreendemos que o agressor parte de uma construção sobre a vítima, influenciada por inúmeros fatores. A violência, nesse sentido, não deve ser simplesmente questionada, pois pode manifestar-se tanto de forma racional quanto irracional, dependendo da compreensão do sujeito que a pratica.

Na contemporaneidade, a violência se fez presente em diferentes contextos históricos e culturais, o que evidencia sua permanência ao longo dos séculos como um mecanismo de ação. Essa violência adapta-se aos desejos daqueles que a exercem, assumindo um papel significativo no cotidiano dos sujeitos. A forma mais eficaz de exercício do poder pode manifestar-se por meio da violência; no entanto, para que essa violência seja considerada legítima, faz-se necessária a mediação, hoje possibilitada pelas múltiplas tecnologias. Essas manifestações violentas podem ser instrumentalizadas, (Arendt, 1969) observa que a violência pode ser compreendida por sua função instrumental, aproximando-se das formas de coerção que a estruturam.

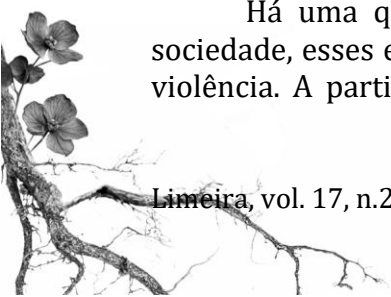
É necessário, também, refletir sobre o seu caráter natural. A violência, por vezes compreendida como irracional ou patológica, pode ser comparada a outros sentimentos humanos (Arendt, 1969). Quando associada à raiva, sentimento humano, a violência emerge diante da impossibilidade percebida de transformar determinadas condições, ordens ou situações sociais ou estruturais. Segundo a autora, esse sentimento manifesta-se especialmente quando nosso senso de justiça é violado em alguma circunstância. No cotidiano, é perceptível que a violência é frequentemente utilizada como resposta imediata a situações percebidas como ofensivas. Tal violência não depende de quantidade para ser efetiva. Como exemplifica Arendt (2011, p. 85):

Mas, uma vez que um homem é admitido, ele sucumbirá ao encantamento inebriante da prática da violência [que] amarra os homens em um todo coeso, pois cada indivíduo forma um elo violento na grande cadeia, torna-se uma parte do grande organismo da violência em expansão (Arendt, 2011, p. 86).

A violência pode ser compreendida como um fenômeno que se adapta às mais diversas condições impostas, seja em ambientes públicos ou privados. Sua natureza instrumental exige orientação e justificação, geralmente relacionadas à finalidade do ato. A violência precisa ser legitimada, e essa legitimação costuma estar vinculada à percepção de um perigo iminente.

As manifestações de violência objeto deste artigo apontam que é no ciberespaço que as coisas acontecem; é por meio de todas as possibilidades ali apresentadas e difundidas que o mundo ganha significado aos olhos de cada sujeito. É por meio dele que as articulações ocorrem, que a organização toma forma, que esses sujeitos se encontram e que a cultura do ódio é incessantemente fomentada. Não se pode, em nenhum momento, excluir a possibilidade de que essas vivências cotidianas que envolvem processos de inclusão ou exclusão social ultrapassem os limites do espaço ou que representem apenas um problema interno. O universo dessas redes digitais é um lugar de encontros e aventuras que, de forma digitalizada, proporciona sensações e sentimentos legítimos e possíveis, como o sentimento de pertencimento, expandindo as próprias relações sociais que compõem de forma efetiva a formação desse sujeito. Possuímos como exemplo as inúmeras comunidades virtuais, que reúnem pessoas no mundo inteiro que possuem um interesse em comum.

Há uma questão latente acerca do reforço de certos códigos sociais presentes na sociedade, esses esquemas são, muitas vezes, implantados de maneira a perpetuar formas de violência. A partir dessas ideologias, a cultura do ódio converte-se em ações concretas de





violência, constituindo uma construção cultural que redefine a realidade vivida através de suas espacialidades. O processo de constituição da identidade está diretamente ligado à interação social gerada pelas ações que ocorrem nesse ambiente. As tensões e a busca por poder acentuam e perpetuam a esfera simbólica que são esses códigos sociais, evidenciando que a violência é, nesse contexto, uma expressão da busca por poder.

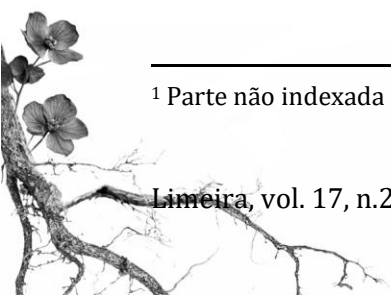
Os movimentos de sociabilidade que ocorrem no ciberespaço representam pontos de encontro e de reconhecimento entre esses sujeitos. É sobre isso que precisamos refletir: sobre como o ciberespaço possibilita tais encontros, contribuindo para a construção da identidade do sujeito que frequenta sua escola, faculdade ou ambiente de trabalho e que pode ser vítima de violências em um espaço inicialmente idealizado como acolhedor. Trata-se de compreender esse processo, esse sujeito que, simultaneamente, está no espaço e nos grupos virtuais; que interage, compartilha emoções e constrói vínculos nesses ambientes, espaços que hoje são percebidos como locais de segurança no mundo contemporâneo.

A cultura do ódio expressa nos lugares

A facilidade proporcionada pelo anonimato favorece uma expressão mais livre dos sentimentos desses sujeitos, que encontram nessas comunidades um espaço de conforto e acolhimento. Ao nos referirmos às comunidades, estamos utilizando o que Bauman (2003) trata ao descrever as comunidades enquanto lugares seguros para esses sujeitos, no sentido da busca por segurança que pela identificação que esses espaços, como as comunidades virtuais proporcionam. Ao manifestar a intenção de realizar um massacre, um dos perfis recebe prontamente a resposta de outro usuário, que inicia o diálogo com a frase: “Não irei te julgar em momento algum”. Essa declaração exemplifica a sensação de segurança anteriormente mencionada. Tais comunidades, altamente interativas, demonstram como o pensamento coletivo pode ser disseminado por meio das virtualidades existentes. As atividades desenvolvidas nesses grupos constituem um atrativo para um público específico. Por exemplo, no ano de 2023, houve um ataque a uma escola na cidade de Monte Mor, região metropolitana de Campinas, interior do Estado de São Paulo. Em depoimento à Polícia Civil, o autor relatou que buscou suas referências em virtuais, comumente encontradas na *Deep Web*¹. Esses espaços são frequentemente compostos por indivíduos que compartilham diversas características, como o fato de estarem vinculados ao ambiente de socialização e o percebem enquanto um espaço de opressão. Contudo, as motivações para a realização de um massacre são variadas.

As interações nas redes sociais virtuais passam a integrar o cotidiano do aluno, de modo que suas sociabilidades não se restringem mais ao espaço físico, estendendo-se ao ciberespaço. Vivemos em um tempo no qual é praticamente impossível realizar atividades cotidianas sem o uso do celular ou demais aparelhos eletrônicos, pois eles compõem o nosso cotidiano. No entanto, é necessário compreender que restringir seu uso não impedirá os sujeitos de interagir pelas redes sociais ou de expressar seus sentimentos e ideologias através das plataformas. Esses espaços de convivência promovem inúmeras possibilidades de sociabilidades, que não necessariamente terminam ao se ausentar daquele ambiente, mas as redes sociais virtuais potencializam essas relações. Após isso, a interação social continua: nos grupos de mensagens, nos chats, nas fotos e publicações feitas online. Esse sujeito desabafará em outros espaços, colocando seus sentimentos e frustrações em ambientes que compõem sua trajetória, ambientes que, em determinados casos, podem motivar ou influenciar atos violentos. Como demonstra (Recuero, 2009), essas manifestações não cessam com o fim do expediente ou horário de aula:

¹ Parte não indexada na Internet, contendo informações restritas.





[...] Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social a partir das conexões estabelecidas entre diversos atores. A abordagem da rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar atores sociais e nem suas conexões (Recuero, 2009, p. 23).

Quando essas trajetórias se encontram, ocorre, de fato, a construção do espaço. Se existe um ambiente no qual um sujeito se sente confortável para planejar um ataque de ódio, é porque, em algum nível, os demais integrantes desse grupo demonstraram simpatia ou validação em relação ao ato. Essa exposição revela que as estruturas desses grupos são cuidadosamente organizadas, criando variantes simbólicas do próprio ciberespaço, caracterizando-se como espaços de sociabilidades virtuais. São os interesses particulares desses sujeitos que os envolvem em tais profundidades; é por meio da troca de experiências que os vínculos se consolidam. Essas comunidades virtuais são restritas e camufladas nas redes sociais virtuais, muitas vezes em redes sociais menos utilizadas como o *Discord*², por exemplo. Comumente esses servidores são restritos e suas movimentações se iniciam por esse lugar, esses assassinos e agressores em potencial trocam dicas e até mesmo conversam acerca de suas motivações e planos de execução do atentado, demonstrando que por estarem em um ambiente “privado”, sentem-se mais desinibidos para conversar acerca dos assuntos, regados pelo sentimento de impunidade e segurança que os cercam.

Através dessa dinâmica acelerada das redes sociais virtuais e suas novas interpretações, nota-se que esse apoio simbólico contribui para a concretização da ideia de execução de um ato violento no ambiente virtual ou no espaço físico. Aqui, não me refiro apenas aos ataques em si, mas também às práticas de bullying, que igualmente se instalam nas salas de aula e são reproduzidas no cotidiano. Quando um sujeito encontra validação em tais grupos para expressar discursos preconceituosos, tende a reproduzi-los em seus espaços de convivência, trazendo consigo a ideologia disseminada por essas comunidades.

Conforme Gorgen (2019) essa violência é sistêmica e por meio da lógica neoliberal (Araújo, 2017), são impostas formas de comportamento violentas, criando-se um imaginário de superioridade sustentado por normas reguladoras. O aumento dos discursos de ódio revela, precisamente, essa condição de superioridade, a qual determina a posição do sujeito na hierarquia social. As condições impostas nesses ambientes passam a integrar essa lógica, e o avanço dos discursos conservadores demonstra como esses elementos estão interligados em um sistema estruturalmente enraizado.

A efetivação da violência, o ciberespaço enquanto potencializador

É fundamental ressaltar que as redes sociais virtuais pertencem a empresas privadas, cujos proprietários possuem ideologias e visões de mundo específicas. Durante muitos anos, essas ideologias atuaram de maneira sutil e imperceptível na formação do nosso imaginário social; atualmente, contudo, tornaram-se mais evidentes. Numerosos donos dessas empresas, especialmente nos últimos anos, têm se manifestado publicamente, utilizando o discurso neoliberal da liberdade de expressão.

Os agentes hegemônicos, dos quais essas plataformas fazem parte, possuem total responsabilidade pelo que é difundido por meio de suas empresas. Essa premissa, sustentada em um conceito deturpado de liberdade de expressão, abre caminho para a efetivação de crimes, como o aumento dos inúmeros casos de misoginia nas redes sociais virtuais, conforme aponta um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além disso, o estudo demonstra que esses conteúdos são monetizados e impulsionados, alcançando milhões de visualizações nas redes sociais e evidenciando a convivência dessas empresas com tais ataques.

² Plataforma de comunicação utilizada para chats, chamadas de vídeo ou de voz.





Essa concepção de liberdade, que vai além da simples questão das *fake news*, possibilita a expansão de atos violentos, mesmo em espaços que não são tradicionalmente associados à violência, os quais são frequentemente justificados como exercício da liberdade de expressão. Os casos de perseguição, ataques e disseminação de ódio nas redes sociais tornam-se cada vez mais frequentes. Tais ações podem ser realizadas por grupos organizados ou por perfis individuais, muitas vezes criados especificamente com o propósito de disseminar ódio e promover ataques.

As motivações para esses ataques são diversas, sendo evidente seu fundamento ideológico. Quando mencionamos que esses ataques frequentemente ocorrem em grupos, referimo-nos a ações coordenadas que se desenvolvem nas redes sociais virtuais. Ao analisar essas comunidades virtuais que utilizam esses espaços de maneira opressiva, observa-se que o senso de coletividade permanece presente mesmo no ambiente virtual.

Destaca-se que tais interações ocorrem mediante as multimodalidades e versatilidades possibilitadas pelas comunidades virtuais (Carvalho, 2005). Essas interações, que podem assumir diversas formas, permitem a organização de grupos para a propagação de atos violentos. Ou seja, uma comunidade virtual mantém as características essenciais do conceito de comunidade, que consiste na reunião de indivíduos em um determinado espaço, neste caso, digital.

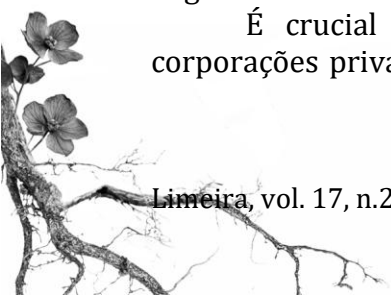
A mediação (de dever dos agentes hegemônicos, neste caso os donos das empresas) desses ambientes digitais por meio da internet nos conduz a uma reflexão sobre a participação ativa de nosso corpo nessas virtualidades. O ciberespaço não deve ser compreendido como uma dimensão separada do espaço geográfico, uma vez que, mesmo quando interagimos por meio de uma interface digital, mantemos intacta nossa percepção espacial do local físico onde nos encontramos.

Para ilustrar esse fenômeno, consideremos o ambiente escolar: um estudante que acessa as redes sociais virtuais durante as aulas continua a estabelecer relações com seus pares, movimenta-se em seu assento e permanece atento ao seu redor na sala de aula. Sua interação ocorre de maneira simultânea em ambos os planos, preservando sua integralidade como sujeito que transita entre essas dimensões complementares. Tais constatações evidenciam que espaço físico e ciberespaço não constituem realidades antagônicas, mas sim facetas integradas de uma mesma realidade espacial através de uma perspectiva superficial de conseguir interpretar o espaço.

Se aceitamos a premissa da unidade do espaço, devemos igualmente reconhecer que os fenômenos que nele ocorrem não se diferenciam em sua essência, mas apenas se adaptam aos diferentes contextos de manifestação. Conforme abordado no tópico anterior, que tratou da violência e de sua atuação no espaço físico, cumpre agora demonstrar sua correspondente manifestação no âmbito digital. Na contemporaneidade, a violência assume configurações renovadas, permeando todos os mecanismos de opressão disponíveis, incluindo as plataformas de redes sociais virtuais.

O surgimento das redes sociais virtuais está intrinsecamente vinculado ao processo de globalização e à crescente demanda por aprimoramento dos mecanismos de socialização. Conforme assinala Bernardes (2020), tais plataformas viabilizam não apenas a comunicação à distância, mas também uma participação social mais ampla e diversificada. Tornou-se incontestável o papel central que essas ferramentas assumiram no cotidiano dos indivíduos, transformando-se em elementos praticamente indispensáveis na organização da sociedade contemporânea. A conexão permanente por meio desses ambientes virtuais consolida-se como uma necessidade fundamental da condição humana na atualidade, imposta através dos agentes hegemônicos sustentados por essa nova lógica neoliberal.

É crucial reconhecer que as redes sociais virtuais constituem propriedade de corporações privadas, cujos controladores detêm concepções ideológicas específicas sobre a





organização social. Essa ampliação conceitual da noção de liberdade tem propiciado a expansão de condutas violentas nesses ambientes, frequentemente justificadas como exercício legítimo de expressão. Os episódios de perseguição virtual, agressões digitais e disseminação de discursos de ódio tornam-se cada vez mais frequentes nas plataformas sociais. Tais manifestações podem ocorrer tanto por meio de ações coordenadas de grupos organizados quanto por meio de perfis individuais criados especificamente com essa finalidade. A rápida propagação desses conteúdos evidencia a urgência de se compreender esses fenômenos em sua complexidade, considerando tanto seus fundamentos ideológicos quanto os mecanismos técnicos que os potencializam.

As motivações subjacentes aos ataques são numerosas e complexas, sendo evidente a existência de uma fundamentação ideológica por trás desses atos. Quando se afirma que tais ataques frequentemente ocorrem de forma coletiva, faz-se referência a ações coordenadas que se organizam por meio de redes sociais virtuais. A análise dessas comunidades digitais, que utilizam esses espaços de modo opressivo, revela que o senso de coletividade persiste mesmo em ambientes virtualizados.

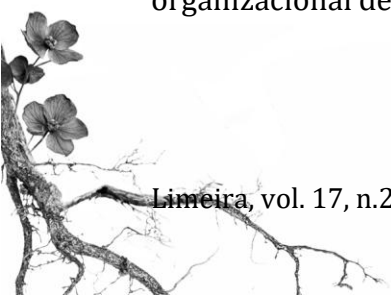
Conforme apontado por Carvalho (2005) essas interações são possibilitadas pelas multimodalidades e versatilidades inerentes às comunidades virtuais.

O crescimento no número de casos de violência está intrinsecamente relacionado à disseminação global desses fenômenos. Não se trata apenas da intensificação desses episódios, mas também do processo de reprodução em diferentes contextos geográficos. As redes sociais virtuais constituem ambientes propícios para a formação de novos vínculos em distintos contextos sociais. Seu papel é particularmente relevante nos processos de sociabilidade que se estabelecem por meio dessas plataformas. Como destacado por (Castells, 2003), essas novas realidades sociais emergem a partir de práticas mediadas pela internet, reconfigurando as dinâmicas de interação coletiva.

[...] o influente livro de Howard Rheingold, *The Virtual Community* (1993), deu o tom do debate ao defender veemente o nascimento de uma nova forma de comunicação, que reuniria as pessoas on-line em torno de valores e interesses compartilhados. Criando laços de apoio e amizade que poderiam se estender também à interação face-a-face. Sociabilidade irrestrita era a promessa. [...] No entanto, à medida que a Internet se difundiu para o conjunto da sociedade, seus efeitos sobre a sociabilidade tornaram-se consideravelmente menos espetaculares (Castells, 2003, p. 100).

Os processos de sociabilidade, particularmente no contexto juvenil, expressam a necessidade fundamental de pertencimento dos indivíduos, demonstrando como os espaços, tanto físicos quanto virtuais, adquirem valor simbólico nessa construção identitária. Esses grupos organizam-se a partir de diferentes perspectivas, conforme suas finalidades específicas, sendo essencial, contudo, a existência de um interesse comum que constitua o elemento aglutinador da comunidade. As novas formas de interação social funcionam como agentes transformadores dos espaços relacionais, alterando inclusive os padrões comunicacionais a partir da inserção das redes sociais virtuais. Ao analisar essas potencialidades, é fundamental examinar seu impacto no contexto da promoção das sociabilidades, observando como tais interações geram sentimentos e posicionamentos que se estendem para outros ambientes, incluindo os múltiplos espaços de convivência. Conforme destacado por (Recuero, 2005), essa organização grupal dá origem a estruturas específicas, que emergem a partir de padrões particulares desenvolvidos pelo coletivo. A autora ressalta que a própria configuração organizacional desses grupos deriva desses padrões relacionalmente construídos.

[...] a interação que é cooperativa pode gerar a sedimentação das relações





sociais, proporcionando o surgimento de uma estrutura. Quanto mais interações cooperativas, mais forte se torna o laço social desta estrutura, podendo gerar um grupo coeso e organizado. Na organização da comunidade virtual, portanto, é necessário que exista uma predominância de interações cooperativas, no sentido de gerar e manter sua estrutura de comunidade (Recuero, 2005, p. 14).

Conforme demonstrado por (Recuero, 2005), as interações cooperativas em ambientes virtuais manifestam-se em padrões comportamentais e estéticos observáveis nas interações sociais. Tais padrões, quando associados a características específicas, podem servir como indicadores de risco. As comunidades que propagam ideologias de ódio criam estereótipos que se consolidam no imaginário social, principalmente por meio da reprodução de padrões disseminados pelas redes sociais virtuais.

Essas comunidades altamente interativas demonstram como o pensamento coletivo pode ser amplificado por meio de ambientes virtuais. As atividades desenvolvidas nesses espaços atraem um público específico que compartilha características comuns, como o ódio direcionado à minorias sociais, por exemplo. Contudo, para o planejamento desses ataques, transcendem a noção de vingança contra agressores específicos, manifestando-se principalmente como busca por poder e reconhecimento por meio da violência.

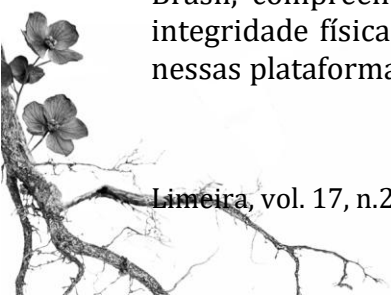
As redes sociais virtuais tornaram-se extensões da vida desses sujeitos. Como aponta (Recuero, 2009), as interações sociais prolongam-se para além do espaço físico, manifestando-se em grupos de chat, fóruns e publicações digitais. Nesses ambientes, os sujeitos encontram canais alternativos para externalizar frustrações e angústias, espaços que integram sua trajetória psicossocial e que, em determinadas circunstâncias, podem servir como catalisadores para comportamentos violentos.

[...] Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social a partir das conexões estabelecidas entre diversos atores. A abordagem da rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar atores sociais e nem suas conexões (Recuero, 2009, p. 23).

A intersecção dessas trajetórias individuais no ciberespaço constitui um ambiente propício para o planejamento de atos violentos. A existência desse espaço de conforto digital pressupõe, necessariamente, uma rede de apoio e convivência entre os participantes, onde a simpatia coletiva pelo ato violento se manifesta como elemento coesivo. Como demonstra a análise dessas estruturas grupais, sua organização revela um planejamento meticuloso na criação de variantes simbólicas que ressignificam o próprio ciberespaço, caracterizando, assim, formas particulares de sociabilidade virtual.

A produção do espaço ganha uma nova interpretação. O termo, que é central nas discussões da Geografia, possui diversas particularidades que estão atreladas à perspectiva teórico- metodológica adotada. Se aqui estamos elencando que não há um ciberespaço diferente de um espaço físico, consideramos que “a Internet é operada pela existência e nos coloca em relação, uns com os outros, por meio das redes sociais virtuais, ou seja, pelo ciberespaço.” (Bernardes; Aguiar; Junior, 2023, p. 508).

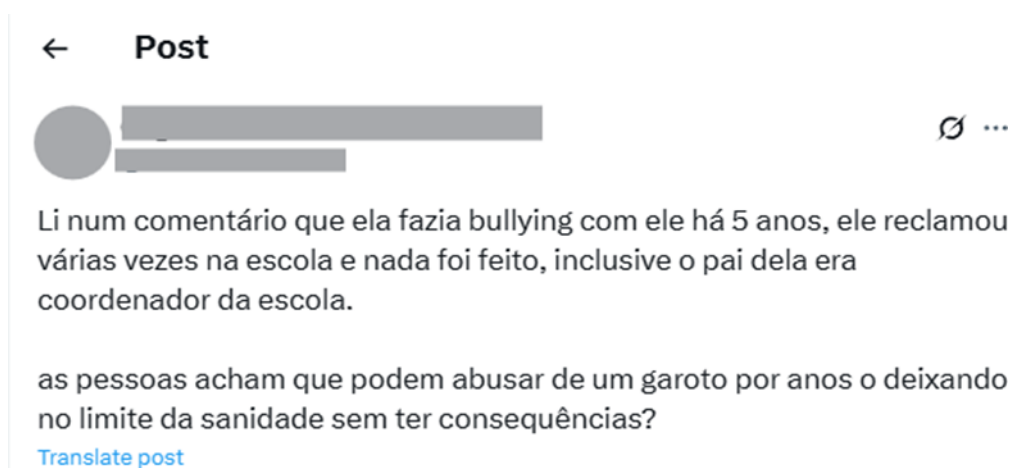
Dessa forma, compreendemos que todas essas ações que ocorrem no ciberespaço desdobram-se no espaço, pois estamos situados em um lugar no mundo a partir de um lugar (Bernardes; Aguiar; Junior, 2023, p. 508). O lugar, sendo um fenômeno do cotidiano, confere à violência essa mesma característica cotidiana. Ao analisarmos pesquisas acerca da violência no Brasil, compreendemos que essa exposição à violência cotidianamente inclui a ameaça à integridade física e à integridade psicológica, sendo que o efeito em pessoas que são ativas nessas plataformas, tende a ser ainda maior. Abaixo há uma exemplificação de como a cultura





do ódio é excessivamente presente em algumas redes sociais, como é o caso da rede X, utilizada enquanto plataforma de interação por milhares de sujeitos. No dia 09 de maio de 2025 no estado de Minas Gerais, um estudante do 9º ano do ensino fundamental invadiu uma sala de aula e desferiu golpes de faca em uma colega de turma. Segundo informações do veículo de comunicação G1, dois adolescentes foram apreendidos, um por suspeita de cometer o ato e o outro por suspeita de participar do plano. O assunto viralizou na rede social X, onde uma página contendo mais de 1.000 seguidores realizou uma publicação insinuando que a vítima teria cometido bullying com o autor do ataque. Entretanto, essa informação não foi confirmada e todas as acusações tratam-se apenas de especulações. Ao realizar a publicação, inúmeros comentários de ódio não apenas a vítimas, mas igualmente comentários de cunho misógino e machista, demonstrando um evidente ódio às mulheres.

Figura 1 - Captura de tela na rede social X



Fonte: Barbosa, 2025.

Figura 2 - Captura de tela na rede social X



Fonte: Barbosa, 2025.



 
Consequências? Mulher? KKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK
KKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK KKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK
KKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK O dia que mulher lidar com as próprias
consequências o mundo acaba







Na Figura 1, é possível observar, pela quantidade de curtidas que aqui será interpretada como um movimento de concordância, que, para essas pessoas, o sistema de hierarquização em que a mulher se encontra abaixo do homem deve ser mantido. Nesse sentido, podemos interpretar que as expressões de violência não se restringem a um único local ou forma; muitas vezes, representam um preconceito, ódio ou repulsa por uma minoria social ou por um gênero, por exemplo.

Fica, então, evidente, por esse esquema narrativo, que o código da violência estabelece dualidades como “submeter/ser submetido”, “matar/ser morto”, “abater/ser abatido” e, nessas polaridades, legítima, em nome da autopreservação, o uso intencional da força (de qualquer natureza) para aniquilar ou neutralizar o outro que ameaça a autossuficiência subjacente à autonomia. [...] Isso implica em práticas culturais que se prestam como código de poder para resolver conflitos e submeter a alteridade à condição de responsável (moral, inclusive) pela ameaça de extermínio da identidade (De Andrade e Gonçalves, 2024, p. 335).





possíveis nessas plataformas, como é o caso da reprodução de *trends*³, a exemplo da que ocorreu em abril de 2023. Os discursos de ódio têm se expandido consideravelmente, e a incitação à concretização de ataques está presente em inúmeros espaços digitais. Para determinados grupos, a violência é vista como a única forma eficaz de combater a opressão sofrida, como demonstram as imagens acima. Quando o sentimento de revolta se transforma em desejo de vingança, a reação tende a ser violenta, com ataques que não se limitam apenas aos agressores, mas se estendem às comunidades das quais são direcionados comentários de ódio. Esse ódio nem sempre possui uma motivação, muitas vezes são direcionados às minorias sociais que se encontram em uma situação de vulnerabilidade. No caso acima, podemos observar que os comentários não eram direcionados apenas à vítima, mas sim a todas as mulheres, sempre enfatizando o ódio sentido.

Para os autores dessas publicações, a rede social torna-se um ambiente tão confortável que promove a normalização de determinados assuntos ali tratados. É notório que nem todas as ameaças realizadas por meio das redes sociais virtuais são feitas de maneira séria; entretanto, há uma questão que merece destaque, relacionada à banalização dos discursos. O ambiente seguro desses sujeitos transmite uma sensação de proteção que, por diversas vezes, permite manifestações nas mais variadas formas, como, por exemplo, a expressão de opiniões sobre temas delicados com naturalidade, como no caso apresentado acima.

Esse ambiente possibilita que esses sujeitos expressem espontaneamente todos os seus pensamentos. É pela possibilidade de não revelar sua identidade que surge a segurança de publicar pensamentos como os demonstrados nas figuras acima. O anonimato decorre dessas condições, como expresso por Silva (2022), ao tratar da sensação de segurança proporcionada por ele. Dessa forma, o indivíduo se esconde por trás de fotos de personagens, *emojis* ou pseudônimos, de modo a garantir que todas as suas falas não sejam associadas à sua identidade.

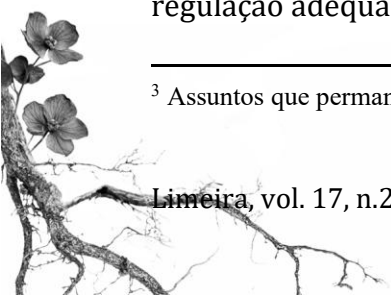
Conclusão

As redes sociais virtuais configuram-se como ambientes de múltiplas possibilidades, pelas quais os jovens encontram espaços de convívio, segurança e conforto que, frequentemente, não estão disponíveis no contexto social tradicional. Essas plataformas possibilitam a construção de identidades coletivas e o fortalecimento de laços sociais, podendo gerar uma potencial sensação de pertencimento. Contudo, esse mesmo sentimento pode ser direcionado para ações negativas, como a propagação de discursos de ódio e a organização de atos violentos.

A partir dessa reflexão e dos comentários obtidos nas redes sociais virtuais, observamos que as comunidades virtuais não se restringem ao ambiente digital, mas exercem influência direta sobre as relações e comportamentos no espaço físico. Os simbolismos e subjetividades construídos no ciberespaço são transferidos para o mundo real, moldando as interações sociais e as dinâmicas sociais. Em diversos casos, essas comunidades mantêm-se ativas mesmo após eventos traumáticos, perpetuando narrativas e comportamentos que podem desencadear novos episódios de violência.

As imagens apresentadas, assim como as notícias revelaram que esses sujeitos, que muitas vezes estão em processo de construção social e identitária, apresentam particular vulnerabilidade à influência das redes sociais virtuais. Essas plataformas, ao facilitarem o acesso à conteúdos extremistas e informações sobre ataques violentos, podem contribuir para a normalização da violência e do discurso de ódio. Embora nem todas as manifestações nas redes sociais representem ameaças concretas, a banalização desses temas e a ausência de regulação adequada nas plataformas constituem aspectos preocupantes.

³ Assuntos que permanecem em destaque através das plataformas das redes sociais.



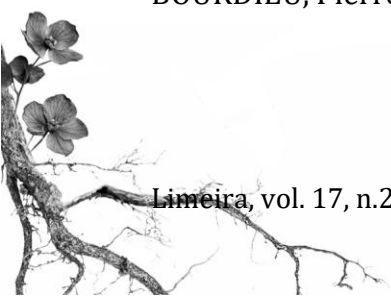


Os relatos encontrados nessas redes sociais evidenciam que esses meios de comunicação são eficazes na criação de espaços de diálogo muitas vezes indisponíveis no ambiente em que se encontram, estabelecendo redes de comunicação que se expandem e oferecem novas formas de interação. O problema reside no fato de que, por meio das múltiplas possibilidades proporcionadas pelas redes sociais virtuais, alguns indivíduos podem utilizá-las como ferramentas para organizar ataques, disseminar ódio ou veicular ameaças, comprovando assim a relação direta entre essas plataformas e os casos de violência nas redes sociais virtuais.

A violência e a busca por poder, manifestadas no ciberespaço, refletem a fragilidade dos jovens e a complexidade dos desafios enfrentados através das relações sociais virtuais. Por fim, as reflexões decorrentes deste artigo destacam a necessidade de compreender o impacto do discurso neoliberal e da cultura digital contemporânea na normalização da violência e na propagação do ódio. As redes sociais virtuais, embora ofereçam oportunidades de conexão e expressão, também representam um terreno propício para a radicalização de ideias e a organização de ações violentas. Diante disso, torna-se imperativo repensar o papel dessas plataformas e implementar estratégias eficazes para prevenir a violência, assegurando um ambiente que promova a segurança como condição essencial para o convívio social. As manifestações nas redes sociais virtuais podem constituir um mecanismo de comunicação altamente eficaz para a organização juvenil em determinado contexto. Essa organização transborda para o espaço físico de diversas formas, nem sempre por meio de ataques diretos, mas também através de outras manifestações de violência.

Referências

- ARAÚJO, Carlos Sidney Avelar. **Estado e violência em tempos de capitalismo neoliberal**. 2017. 160f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017.
- ARENDT, Hannah et al. A crise na educação. **Entre o passado e o futuro**, v. 5, p. 221-247, 2000.
- ARENDT, Hannah. **On Violence**. New York: Harcourt, Brace & World, 1970. 106 p.
- ARENDT, Hannah. Reflections on violence. **Journal of International Affairs**, 1969.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3ª ed. Tradução de André de Macedo Duarte. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BERNARDES, Antonio. COMO PESQUISAR AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS EM GEOGRAFIA?. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 18, n. 2, p. 22-34, 2020.
- BERNARDES, Antonio; AGUIAR Felipe; JUNIOR, Nelson Cortes Pacheco. A morte do Ciberespaço. **Portais da Terra : contribuições dos estudos humanistas para a Geografia Contemporânea** / organizadores, Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer, Gustavo Silvano Batista. – Teresina : EDUFPI, 2023. 550 p
- BOURDIEU, Pierre. Distinction. In: **Social theory Re-wired**. Routledge, 2016. p. 198-215.





CARVALHO, João Eloir. **Os benefícios das atividades lúdicas para a prevenção do bullying no contexto escolar**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal).

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.

DA SILVA, Ana Teresa Gonçalves. **O Anonimato nas Redes Sociais e a Propagação do Discurso de Ódio: Em Especial, as Ofensas à Honra e ao bom Nome**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra (Portugal)

DE ANDRADE, Fernando César Bezerra; GONÇALVES, Catarina Carneiro. Escolas, palco e alvo de massacres:(trans) formações do código da violência. **Estilos da Clínica**, v. 29, n. 3, p. 328-342, 2024.

GOERGEN, Pedro. Educação & sociedade e as políticas públicas em educação. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

LIMA, Allana. Adolescente é apreendido suspeito de envolvimento na morte de aluna atacada por colega de classe em Uberaba. G1, Uberaba, 10 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2025/05/10/adolescente-e-apreendido-suspeito-de-envolvimento-na-morte-de-aluna-atacada-por-colega-de-classe-em-uberaba.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2025.

MITCHELL, W. **City of bits: space, place, and the infobahn**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

RECUERO, Raquel da Cunha. Redes sociais na Internet: Considerações iniciais. In: **E-Compós**. 2005.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **Metamorfoses jornalísticas**, v. 2, p. 1-269, 2009.

SANDOVAL, MARIANA BETSABÉ MARTÍNEZ; ROSALES, ELSA EDITH RIVERA. Uso del celular y su impacto en la vida diaria. **Cienciacierta**, v. 21, n. 82, p. 171-183, 2025.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Autêntica, 2016.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20195

Recebido em: 28/04/2025.

Aceito para publicação em: 04/10/2025.

Letícia Fernanda Fogaça Moreira da Silva

Universidade Federal de São Carlos –
Campus Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3582-1286>

Antonio Bernardes

Universidade Federal de São Carlos –
Campus Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4996-7031>

Mapas, pixels e aprendizado: O uso do Minecraft para o Ensino de Geografia

Resumo:

Este artigo analisa como o jogo Minecraft pode ser aplicado para potencializar o Ensino de Geografia, especificamente no Ensino Médio, ao explorar a intersecção entre tecnologia e Educação. A utilização do Minecraft como ferramenta pedagógica permite que os estudantes construam e explorem mundos virtuais, facilitando a compreensão de conteúdos geográficos por meio da experiência prática e interativa. Com base na abordagem da pesquisa-ação e em metodologias ativas, o estudo aplicou o jogo para abordar o tema das intervenções humanas no espaço. Os resultados indicam uma melhora na assimilação dos conteúdos, evidenciada pela capacidade dos estudantes em relacionar teoria e prática de forma mais fluida. O artigo também discute os desafios enfrentados, como a necessidade de capacitação de professores e a adequação curricular para incorporar ferramentas digitais. Conclui-se que jogos como o Minecraft não apenas enriquecem o Ensino de Geografia, mas também promovem o desenvolvimento de habilidades essenciais do século XXI, como pensamento crítico, criatividade e colaboração.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Minecraft; ferramenta pedagógica; metodologias ativas.

Maps, pixels and learning: The use of Minecraft for Teaching Geography

Abstract:

This article analyzes how the game Minecraft can be applied to enhance Geography Education, specifically in High School, by exploring the intersection of technology and education. The use of Minecraft as a pedagogical tool allows students to build and





explore virtual worlds, facilitating the understanding of geographical content through practical and interactive experience. Based on an action research approach and active learning methodologies, the study applied the game to address the theme of human interventions in space. The results indicate an improvement in content assimilation, evidenced by the students' ability to connect theory and practice more fluidly. The article also discusses the challenges faced, such as the need for teacher training and curricular adaptation to incorporate digital tools. It is concluded that games like Minecraft not only enrich Geography Education but also promote the development of essential 21st-century skills, such as critical thinking, creativity, and collaboration.

Keywords: Geography teaching; Minecraft; pedagogical tool; active methodologies.

Mapas, píxeles y aprendizaje: Usando Minecraft para Enseñar Geografía.

Resumen:

Este artículo analiza cómo el videojuego Minecraft puede ser aplicado para potenciar la Enseñanza de la Geografía, específicamente en la Educación Secundaria, explorando la intersección entre tecnología y Educación. El uso de Minecraft como herramienta pedagógica permite a los estudiantes construir y explorar mundos virtuales, facilitando la comprensión de contenidos geográficos a través de la experiencia práctica e interactiva. Basado en el enfoque de la investigación-acción y en metodologías activas, el estudio aplicó el juego para abordar el tema de las intervenciones humanas en el espacio. Los resultados indican una mejora en la asimilación de los contenidos, evidenciada por la capacidad de los estudiantes para relacionar teoría y práctica de forma más fluida. El artículo también discute los desafíos enfrentados, como la necesidad de capacitación docente y la adecuación curricular para incorporar herramientas digitales. Se concluye que juegos como Minecraft no solo enriquecen la Enseñanza de la Geografía, sino que también promueven el desarrollo de habilidades esenciales del siglo XXI, como el pensamiento crítico, la creatividad y la colaboración.

Palabras clave: Enseñanza de Geografía; Minecraft; herramienta pedagógica; metodologías activas.

Introdução

No cenário educacional contemporâneo, a massiva presença de tecnologias digitais torna imperativo repensar as práticas pedagógicas para atender às demandas de uma geração conectada ao mundo virtual. Nesse contexto, a integração de jogos surge como uma estratégia eficaz para tornar o ensino mais dinâmico, pois, conforme aponta Caillois (2017), a dimensão lúdica promove reflexão e análise ao desafiar o jogador. Além de transcender o mero entretenimento, os jogos digitais favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, como resolução de problemas e colaboração, que são essenciais para o século XXI (Mattar; Pimentel, 2022).

Um dos exemplos mais proeminentes dessa integração é o Minecraft, um jogo eletrônico de mundo aberto que se consolidou como um fenômeno global. Sua mecânica, baseada na construção com blocos e exploração, possibilita o desenvolvimento de habilidades como criatividade, percepção espacial e pensamento lógico. O impacto do jogo no cotidiano dos jovens é evidenciado por dados expressivos: em 2019, vídeos sobre Minecraft no YouTube ultrapassaram 100 bilhões de visualizações, tornando-o o jogo mais assistido da plataforma,





segundo o Portal Unicamp¹. Publicações como a da revista *Ciência Hoje*² também destacam seu uso como ferramenta para desenvolver competências de forma lúdica e interativa, o que levou a própria Microsoft a investir em uma versão educativa, o *Minecraft Education*³, com conteúdos que vão da sustentabilidade à segurança digital.

A utilização de ferramentas digitais como o *Minecraft* alinha-se diretamente às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ressalta a importância de mobilizar "diferentes linguagens", incluindo a digital, na construção do conhecimento (Brasil, 2018, p. 9). Jogos de mundo aberto (*sandbox*) funcionam como ambientes ricos para a experimentação, alinhando-se à abordagem da Aprendizagem Baseada em Jogos (ABJ). Essa metodologia posiciona o aluno como agente ativo que "aprende fazendo" (*learning by doing*), permitindo que explore, teste hipóteses e erre em um ambiente seguro, o que é fundamental para uma aprendizagem significativa (Mattar; Pimentel, 2022, p. 56).

A justificativa para esta pesquisa se fundamenta em múltiplos pilares. Primeiramente, a disciplina de Geografia beneficia-se enormemente de abordagens que permitem a visualização e manipulação de elementos espaciais. Conceitos abstratos como relevo, clima e processos socioambientais ganham vida por meio da simulação proporcionada pelo jogo. Adicionalmente, o *Minecraft* promove um aprendizado centrado no estudante, no qual este atua como protagonista, desenvolvendo autonomia e habilidades metacognitivas.

Por fim, a pesquisa se justifica pela necessidade de aproximar a escola da realidade dos estudantes, cujo cotidiano é permeado por jogos digitais. O desenvolvimento de habilidades digitais é fundamental em um mundo tecnológico, e a familiarização com essas ferramentas contribui para a formação de cidadãos mais preparados para as demandas sociais e profissionais. Este artigo, portanto, não apenas explora os benefícios pedagógicos do uso do *Minecraft*, mas também levanta reflexões sobre o papel da tecnologia na Educação, esperando que os resultados estimulem o debate e a implementação de práticas inovadoras em diferentes contextos.

Pesquisa-ação, Geografia e jogos digitais na formação escolar

A estruturação desta aplicação exigiu que o processo fosse fundamentado em um robusto referencial teórico. Para tanto, estabeleceu-se um diálogo com autores considerados seminais, cujos conceitos fornecem a base para analisar e debater as perspectivas de outros teóricos. Inicialmente, detalham-se os pilares conceituais que sustentam a investigação, sendo o primeiro deles a pesquisa-ação. Trata-se de uma metodologia que se destaca por articular a investigação científica com a prática, visando à solução de problemas e ao aprimoramento de processos. Conforme conceitua Thiollent (1986), a pesquisa-ação:

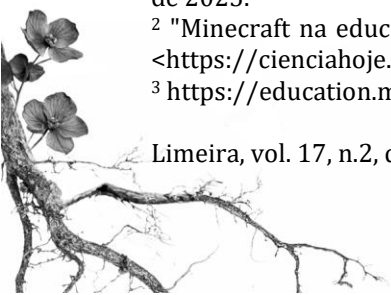
[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986, p. 14).

Nesta experimentação, o jogo *Minecraft* foi utilizado para estabelecer uma conexão com os conteúdos de Geografia, mais precisamente as transformações humanas no espaço, e sua

¹ "Minecraft é o jogo mais assistido no YouTube em 2019, com 100 bilhões de visualizações". Portal Unicamp, 2019. Disponível em: < <https://www.blogs.unicamp.br/ciencianerd/2021/07/15/minecraft/> >. Acesso em: 25 de abril de 2025.

² "Minecraft na educação: desenvolvendo habilidades cognitivas e sociais". *Ciência Hoje*, 2020. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/minecraft-alem-da-diversao/>>. Acesso em: 25 de abril de 2025.

³ <https://education.minecraft.net/en-us>





aplicação prática. Para garantir a fidelidade à metodologia, os estudantes e o professor regente foram convidados a participar voluntariamente de todas as etapas, sendo estimulados a sugerir mudanças, fazer críticas e adicionar informações relevantes. Dessa forma, todos atuam como sujeitos ativamente envolvidos na pesquisa, contribuindo para a obtenção de resultados mais claros e contextualizados. Esse envolvimento direto é um pilar da pesquisa-ação, pois, como afirma o mesmo autor, o processo supõe que os pesquisadores adotem uma linguagem apropriada e que "os objetivos teóricos da pesquisa são constantemente reafirmados e afinados no contato com as situações abertas ao diálogo com os interessados" (Thiollent, 1986, p. 75).

A necessidade de abordagens como a pesquisa-ação emerge da urgência em superar modelos educacionais tradicionais. Frequentemente, o currículo é estruturado de maneira linear, com horários fixos e salas de aula estáticas. Contudo, a Educação não deve ser estática; seus métodos precisam evoluir. O educador Morán (2015) já sinalizava a necessidade de revisar currículos, metodologias, tempos e espaços para criar um ensino mais inovador. Quando a escola falha em responder a esses desafios contemporâneos, ela evidencia as dificuldades de um sistema que precisa se adaptar aos avanços tecnológicos e às transformações sociais.

Nesse sentido, as metodologias ativas surgem como abordagens pedagógicas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, incentivando a autonomia, a colaboração e a aplicação prática dos conhecimentos. Essa perspectiva dialoga com as ideias de Dewey (1979), defensor da liberdade no aprendizado, para quem a escola não deve ser um local de memorização, mas um espaço de troca de experiências significativas e conectadas à vida cotidiana. Ao adotar essas abordagens no Ensino de Geografia, permite-se que os estudantes desenvolvam uma compreensão crítica das transformações socioambientais. É crucial, no entanto, que existam ferramentas disponíveis para a implementação dessas inovações, a fim de evitar que a falta de recursos desanime professores e estudantes.

Entre as metodologias ativas, a Aprendizagem Baseada em Jogos (ABJ) tem ganhado destaque. É importante diferenciá-la da gamificação: enquanto a gamificação aplica elementos de jogos em outros contextos, a ABJ utiliza um jogo completo como principal ferramenta de aprendizado (Mattar; Pimentel, 2022). Em um mundo cada vez mais digital, a ABJ se mostra eficaz por dialogar diretamente com a cultura dos jovens, que já estão imersos no universo dos jogos digitais.

A familiaridade dos estudantes com plataformas como o Minecraft facilita sua inserção pedagógica e potencializa o engajamento. Ao abordar conteúdos já aprendidos por meio do jogo, o objetivo não é apenas introduzir novos saberes, mas ressignificá-los a partir de uma nova perspectiva, relacionando-os com aspectos do cotidiano. Essa estratégia atende também a diferentes estilos de aprendizagem, pois estudantes visuais, auditivos e cinestésicos se beneficiam de um ambiente multimodal. Dessa forma, o uso de ambientes virtuais interativos contribui para tornar o Ensino mais inclusivo e alinhado ao pensamento de Dewey (2002), segundo o qual a escola deve garantir que os estudantes possam extrair aprendizados significativos de suas experiências.

O processo de aprendizado transcende a simples absorção passiva de informações, demandando envolvimento ativo e prático. Não basta apenas ler ou ouvir sobre um tema; é imprescindível participar de atividades que permitam experimentar o conhecimento. Conforme defende Morán (2015), a aprendizagem eficaz requer uma combinação equilibrada de atividades práticas, desafios e informações contextualizadas:

[...] a melhor forma de aprender é combinando equilibradamente atividades, desafios e informação contextualizada. Para aprender a dirigir um carro, não basta ler muito sobre esse tema; tem que experimentar, rodar com o ele em diversas situações com supervisão, para depois poder assumir o comando do veículo sem riscos (Morán, 2015, p. 17).





Portanto, estratégias como a ABJ representam uma evolução no Ensino, alinhando-se às demandas da era digital. À medida que são mais exploradas, a tendência é que se tornem cada vez mais presentes na rotina escolar, proporcionando um aprendizado inovador e eficaz. Contudo, é importante destacar que toda nova aplicação em sala de aula apresenta desafios e deve ser adaptada cuidadosamente a cada realidade escolar.

A sala de aula utilizando o Minecraft

A investigação foi desenvolvida com uma turma de 20 estudantes do 2º ano do Ensino Médio do curso técnico de Informática para a Internet, dos quais 16 participaram voluntariamente de todas as etapas. O perfil do grupo, revelado por meio de questionários, demonstrou uma forte conexão com o universo dos jogos digitais: 93,8% (15 de 16) dos participantes afirmaram já ter jogado títulos com elementos geográficos, evidenciando uma familiaridade prévia com a relação entre games e representações espaciais.

A escolha do Minecraft como ferramenta pedagógica foi validada pelos próprios estudantes. O jogo foi o mais citado espontaneamente como favorito por 43,75% (7 de 16) do grupo e, ao serem questionados sobre qual título gostariam de utilizar para uma análise geográfica, 87,5% (14 de 16) optaram pelo Minecraft. Adicionalmente, os dados revelaram uma visão unanimemente positiva sobre o potencial educativo dos jogos. A totalidade dos participantes (100%) manifestou apoio à incorporação de jogos nas aulas, sendo que 75% (12 de 16) concordaram plenamente e 25% (4 de 16) concordaram, desde que houvesse um propósito educativo claro. Esses dados iniciais foram cruciais para confirmar a relevância da ferramenta e o engajamento potencial dos estudantes com a proposta.

A aplicação pedagógica fundamentou-se nas metodologias ativas, mais especificamente na Aprendizagem Baseada em Jogos (ABJ). Essa abordagem se distancia do ensino tradicional ao utilizar um jogo completo como um ambiente de imersão para o aprendizado, no qual o estudante assume um papel ativo na construção do conhecimento. A escolha do Minecraft é emblemática nesse sentido. Embora o *software* não tenha sido criado com finalidades pedagógicas, seu imenso potencial educativo foi reconhecido por educadores e pela própria desenvolvedora. Esse reconhecimento culminou na criação de uma versão específica, o Minecraft: Education Edition, projetada para uso em sala de aula, o que legitima seu valor como um ambiente interativo e engajador para o ensino.

Apesar desse potencial, a aceitação dos *videogames* no meio acadêmico é um fenômeno recente. Conforme aponta Drummond (2016), “Durante muito tempo, o *videogame* foi negligenciado pelo meio acadêmico, dessa forma, não era tomado como fonte de interesse”. Com a popularização e a complexidade crescente das tecnologias digitais, essa percepção vem sendo reavaliada. Hoje, os jogos são cada vez mais vistos como poderosos aliados da aprendizagem, embora ainda exista um longo caminho a ser percorrido para que os preconceitos institucionais e sociais sobre eles sejam integralmente superados.

A aplicação prática da proposta articulou princípios da Aprendizagem Baseada em Jogos com a valorização da experiência discente, buscando um Ensino mais contextualizado e interativo. Contudo, é imprescindível refletir criticamente sobre os desafios de implementação de tais estratégias. O acesso a jogos digitais não é uma realidade em todas as escolas, pois o custo de licenças e equipamentos pode ser elevado. Muitas instituições não possuem os recursos necessários, como computadores adequados ou acesso estável à internet, o que evidencia a brecha digital que ainda marca o cenário educacional brasileiro. A ausência de infraestrutura pode frustrar tanto os professores que buscam inovar quanto os estudantes.

Nesse contexto de desigualdade, a gamificação surge como uma alternativa mais acessível e flexível. Diferente da ABJ, a gamificação consiste em aplicar elementos e mecânicas



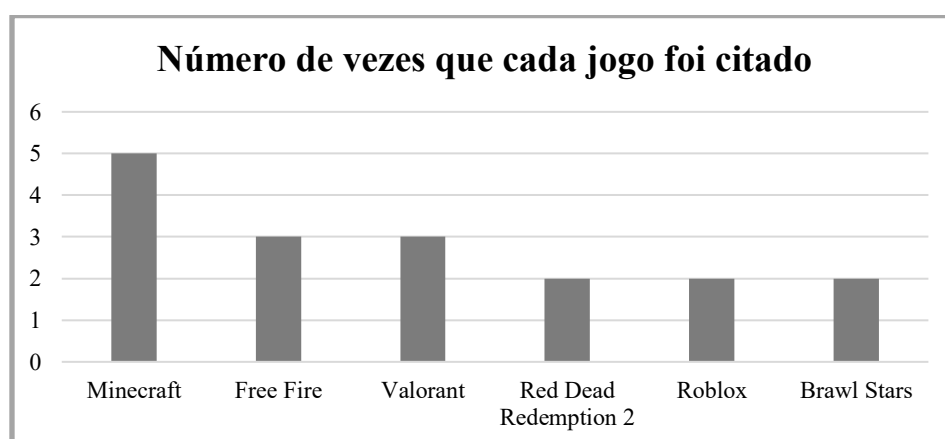


de jogos (como pontos, missões e *rankings*) em atividades que não são jogos, podendo ser adaptada para contextos com poucos recursos tecnológicos. Com isso em mente, este artigo também proporciona uma reflexão sobre as possibilidades de aplicação de metodologias ativas que sejam viáveis e eficazes nas mais diversas realidades escolares, reconhecendo que a inovação deve caminhar junto com a equidade.

Ensinar com jogos, aprender com experiências: A aplicação de metodologias ativas com Minecraft

A aplicação da pesquisa foi viabilizada pela colaboração do professor regente da disciplina de *Interfaces Web II*, que cedeu algumas de suas aulas para a intervenção com uma turma do Ensino Médio do curso técnico de Informática para a Internet. Como etapa preliminar, aplicou-se um questionário *online* para mapear o perfil e os interesses dos estudantes. A análise dos dados revelou uma forte conexão do grupo com o universo dos jogos. Conforme detalha o Gráfico 1, que apresenta os jogos mais citados pelos participantes, o Minecraft foi o título mais mencionado, com 5 citações, seguido por Free Fire e Valorant, ambos com 3 citações cada. Adicionalmente, ao investigar a percepção sobre o papel dos jogos (Gráfico 2), observou-se que 100% dos estudantes enxergam um componente educativo neles: 56,3% os veem como uma combinação de entretenimento e aprendizado, enquanto 43,8% os consideram diretamente como uma ferramenta educativa. Esse diagnóstico foi crucial para confirmar a relevância da ferramenta escolhida e o alto potencial de engajamento dos estudantes com a proposta.

Gráfico 1 - Questionário *online*: Número de vezes que cada jogo foi citado pelos 16 estudantes consultados



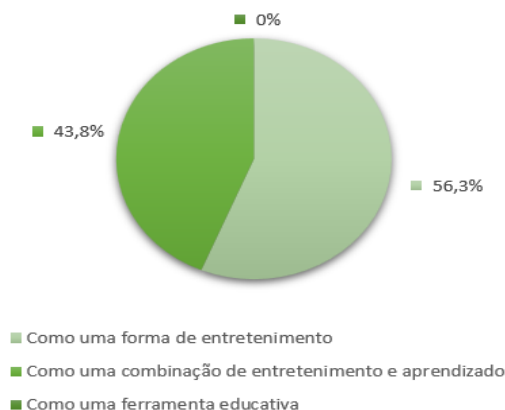
Fonte: Autoria própria, 2025.

Gráfico 2 - Questionário *online*: Como você enxerga os jogos digitais?





Como você enxerga os jogos digitais?



Fonte: Autoria própria, 2025.

A literatura acadêmica corrobora essa percepção, ao afirmar que jogos, sejam eles educacionais ou de entretenimento, possuem grande potencial para uso em ambientes escolares (Knoll; Soares; Moreira, 2021). Alinhada a essa premissa, a intervenção teve início com a apresentação clara dos objetivos, e a escolha da temática, transformações humanas no espaço, que foi diretamente baseada no Plano de Trabalho Docente (PTD) da escola e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O tema já havia sido abordado anteriormente, permitindo que o Minecraft funcionasse como uma ferramenta para aprofundar e reforçar os conhecimentos adquiridos. A atividade foi planejada para mobilizar, principalmente, as seguintes habilidades da BNCC:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, [...] com vistas à compreensão de [...] processos e eventos [...] geográficos [...]. (EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos [...] geográficos [...], com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (Centro Paula Souza, 2021, p. 96).

A aplicação prática foi estruturada em duas etapas principais, espelhando os conceitos do geógrafo Milton Santos para criar uma progressão lógica de complexidade.

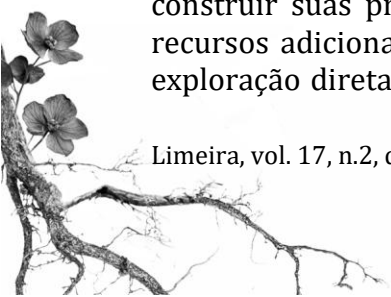
- Etapa 1: A exploração do meio natural

Após uma aula expositiva-dialogada para reativar os conceitos sobre as transformações do espaço, os estudantes foram divididos em quatro grupos. O desafio inicial consistiu em explorar o ambiente virtual para coletar recursos primários como madeira, pedra e minérios. Esta fase inicial espelhou o conceito de "meio natural" de Santos (2023), no qual a humanidade interage com a natureza para extrair os elementos fundamentais à sua subsistência, sem grandes modificações no espaço, "O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida [...]" (Santos, 2023, p. 121).

Neste momento, a dinâmica observada refletiu a essência do jogo descrita por Huizinga (2012), que o define como uma luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa, com todos os grupos se empenhando para atingir o objetivo proposto.

- Etapa 2: A Construção do Espaço Geográfico

O segundo desafio, mais complexo, representou a transição para um espaço modificado pela ação humana. Todos os grupos foram inseridos em um único servidor com a tarefa de construir suas próprias sociedades, utilizando uma lista limitada de materiais. Para obter recursos adicionais, precisariam negociar ou encontrar alternativas que não envolvessem a exploração direta, simulando sistemas econômicos e sociais. Durante o processo, emergiram





dinâmicas socioespaciais complexas: conflitos por recursos, invasão de territórios e destruição de edificações, seguidos por um retorno ao planejamento e à construção. A maneira como os estudantes utilizaram o relevo e a paisagem a seu favor reforçou a importância do planejamento territorial. Essa transformação do ambiente virtual se alinha perfeitamente à descrição de Santos (2023, p. 48) sobre a produção do espaço geográfico, “A transformação do espaço “natural” em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas historicamente determinadas. [...] o valor de cada subespaço se transforma com relação a outros subespaços [...]”.

Para intensificar o engajamento, o professor regente, já familiarizado com a gamificação, propôs premiar a construção mais bem desenvolvida com um gesto simbólico, incentivando a competição saudável e a colaboração.

A coleta de dados ocorreu de forma contínua por meio de observações diretas, questionários e conversas espontâneas. Nessas interações, observou-se que a simbiose entre o mundo físico e o digital, conforme descrito por Morán (2015), manifestou-se na forma de uma colaboração mais harmoniosa entre os estudantes. A análise final dos dados, realizada após as entrevistas com os líderes de cada grupo, indicou um aumento significativo no engajamento e uma melhora na compreensão dos conteúdos.

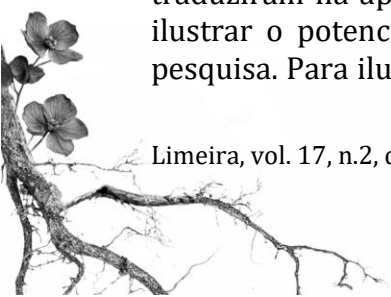
As entrevistas revelaram que os estudantes conseguiram transpor os conceitos e conteúdos geográficos para o ambiente do jogo, distinguindo as formas de relevo e compreendendo os processos de transformação espacial, apesar da estética quadrada do *game*. Observou-se que a quebra da rotina pedagógica tradicional gerou um ambiente mais descontraído e propício à aprendizagem. A gamificação foi um elemento crucial, pois a atividade envolveu não apenas o jogar, mas também o competir, o cooperar e o aplicar conhecimentos prévios de forma estratégica.

A retenção do aprendizado e a conexão com os conceitos geográficos foram verbalizadas pelos próprios estudantes em seus depoimentos: Sobre a experiência geral: “Eu achei incrível! Fazia tempo que eu não me divertia tanto em uma aula. Foi ótimo para descontrair [...], além de me permitir interagir com meus colegas enquanto construíamos a vila.” Sobre as transformações humanas no espaço: “O Minecraft ajudou a entender como as atividades humanas alteram o ambiente, como desmatamento e urbanização, simulando essas mudanças de forma prática.” Sobre outros conteúdos geográficos: “Além das ações antrópicas, aprendi sobre a formação e evolução das paisagens naturais, com ênfase nos processos geológicos e climáticos.”

A experiência evidenciou o imenso potencial dos jogos digitais como ferramentas pedagógicas inovadoras. A aplicação articulada da gamificação e da aprendizagem baseada em jogos demonstrou ser eficaz para o desenvolvimento de uma compreensão prática e problematizada dos conteúdos geográficos. No entanto, a intervenção também destacou a necessidade de oferecer suporte adequado aos professores, incluindo formação continuada e acesso a recursos tecnológicos. Conforme reflete Santos (2021), existe uma distância entre o potencial da ciência e sua aplicação real, que depende de condições econômicas, culturais e políticas. O planejamento cuidadoso das atividades, alinhado aos objetivos educacionais, mostrou-se fundamental para garantir que a inovação pedagógica seja, de fato, eficaz.

Conectando pixels e conceitos: A Geografia na prática do Minecraft

Para evidenciar a conexão intrínseca entre a jogabilidade e os conteúdos curriculares, esta seção demonstra como as ações executadas pelos estudantes dentro do Minecraft se traduziram na aplicação prática de conceitos fundamentais da Geografia. Com o objetivo de ilustrar o potencial da ferramenta, foram criados cenários análogos aos desenvolvidos na pesquisa. Para ilustrar os processos observados de forma didática, as imagens a seguir foram





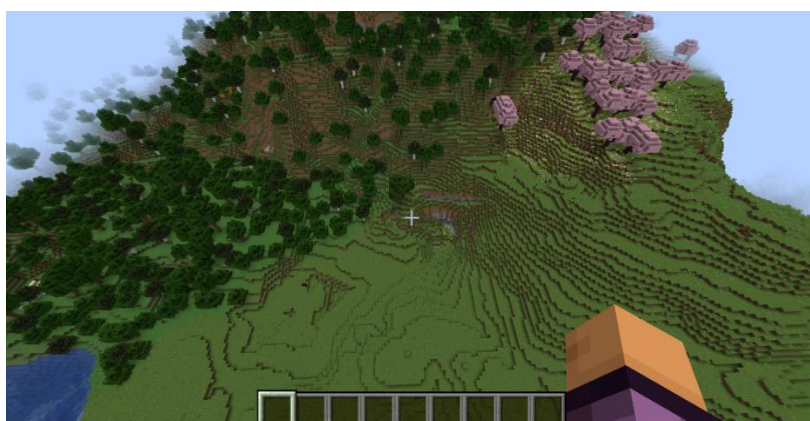
criadas de maneira análoga às produções dos estudantes. Esta abordagem permite exemplificar as dinâmicas espaciais de forma clara.

A partir das atividades realizadas, a intervenção foi estruturada para permitir a exploração dinâmica dos seguintes conceitos-chave:

- Meio natural e recursos naturais
- Transformações humanas no espaço (Antropização)
- Uso e ocupação do solo
- Planejamento territorial
- Território, fronteira e conflito

O primeiro desafio, focado na coleta de recursos, inseriu os estudantes diretamente no conceito de meio natural. Eles exploraram um espaço pouco modificado, onde precisaram identificar e extrair recursos naturais essenciais para sua sobrevivência e desenvolvimento posterior. Essa dinâmica é ilustrada na Figura 1, que representa um espaço pré-intervenção humana, com seus elementos físicos originais.

Figura 1 - Imagem ilustrativa de uma paisagem de meio natural no Minecraft, com relevo, vegetação e hidrografia originais, representando o ponto de partida da atividade.



Fonte: Autoria própria, 2025.

A transição para o segundo desafio marcou o início da transformação humana no espaço de forma intensiva. Ao receberem a tarefa de construir, os estudantes começaram a promover uma profunda alteração da paisagem, um processo conhecido como antropização. Áreas de floresta foram suprimidas para dar lugar a edificações, e montanhas foram escavadas, simulando processos como desmatamento e urbanização, conforme exemplificado no comparativo da Figura 2.

Figura 2 - Comparativo "antes e depois" em um cenário ilustrativo. À esquerda, o meio natural. À direita, o mesmo espaço após uma simulação da transformação humana no espaço, evidenciando o potencial do jogo para representar a transformação da paisagem.





Fonte: Autoria própria, 2025.

As decisões sobre a localização e o formato das construções exploraram os conceitos de uso e ocupação do solo e planejamento territorial. Conforme demonstrado na Figura 3, os grupos não se estabeleceram aleatoriamente; eles realizaram uma análise tática do terreno, utilizando o relevo e a paisagem a seu favor, seja construindo em locais altos para defesa ou próximos a rios para garantir recursos hídricos e logísticos.

Figura 3 - Exemplo de uma construção posicionada estrategicamente em um cenário ilustrativo, demonstrando o conceito de planejamento no uso e ocupação do solo.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Finalmente, a interação entre os diferentes grupos no servidor compartilhado materializou os conceitos de território, fronteira e conflito. A disputa por recursos e porções do espaço culminou em episódios de invasão, destruição e negociação, funcionando como uma representação lúdica de processos geopolíticos reais, como disputas por soberania e controle de recursos estratégicos.

Dessa forma, a aplicação do Minecraft não serviu apenas para reforçar um tema específico, mas para permitir que os estudantes vivenciassem, na prática, um ciclo completo de produção do espaço geográfico, desde a exploração de um meio natural até a complexa gestão de um território humanizado e repleto de relações sociais.

Diálogo com a literatura: Pesquisas correlatas sobre Minecraft na Educação

A aplicação do Minecraft como ferramenta pedagógica tem sido um campo fértil para investigações acadêmicas na última década, consolidando sua relevância para além do entretenimento. A literatura sobre o tema, vasta e crescente, pode ser organizada em torno de



alguns eixos principais que ajudam a contextualizar a presente pesquisa e a identificar suas contribuições únicas.

- Eixo 1: Aplicações em conteúdos disciplinares específicos

Um número significativo de estudos se dedica a explorar o uso do Minecraft para o Ensino de conteúdos curriculares específicos, com a Geografia se destacando como uma área de grande potencial. Pesquisas como a de Nebel, Schneider e Rey (2016), por exemplo, demonstram a eficácia do jogo para o Ensino de conceitos de orientação espacial e cartografia, ao proporem que estudantes recriem seus bairros ou cidades em escala, desenvolvendo uma compreensão prática de mapas e legendas. De forma complementar, trabalhos como o de Pires (2020) exploram o potencial do jogo para simular dinâmicas de planejamento urbano e problemas ambientais, permitindo que os alunos visualizem o impacto de decisões sobre zoneamento e uso de recursos hídricos.

- Eixo 2: A perspectiva docente e o desenvolvimento de habilidades

Outro eixo fundamental de pesquisa foca nas práticas pedagógicas e na experiência dos professores ao implementarem o jogo em sala de aula. O estudo de Brennan, Butler e Leahy (2023), por exemplo, investigou as experiências de professores do ensino primário na Irlanda com o uso do Minecraft: Education Edition. A pesquisa revelou o papel crucial do professor como mediador e facilitador do aprendizado, que precisa planejar atividades intencionais e alinhadas ao currículo para aproveitar o potencial da ferramenta. Os resultados apontaram que, apesar de desafios como a necessidade de suporte técnico e formação continuada, os docentes perceberam um aumento significativo no engajamento dos alunos e no desenvolvimento de habilidades de colaboração, criatividade e resolução de problemas.

Apesar da riqueza de trabalhos que validam o Minecraft como uma ferramenta eficaz, observa-se uma lacuna no que tange à abordagem metodológica e ao aprofundamento de processos geográficos dinâmicos. A maioria dos estudos encontrados adota o formato de estudo de caso ou análise de uma aplicação pontual. São menos comuns os trabalhos que, como este, se valem da pesquisa-ação (Thiollent, 1986), envolvendo os estudantes de forma colaborativa como co-construtores do processo investigativo.

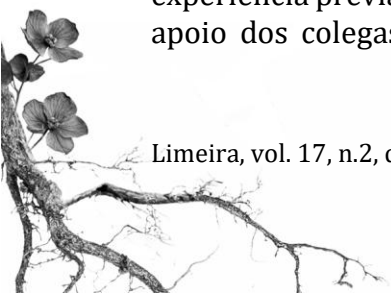
Além disso, a literatura frequentemente aborda temas geográficos de forma segmentada. São escassos os trabalhos que se propõem a simular o processo completo de produção do espaço geográfico: a transição de um meio natural para um território humanizado, com planejamento, uso do solo e a emergência de conflitos socioespaciais.

Portanto, este estudo se diferencia e contribui para o campo ao articular a Aprendizagem Baseada em Jogos com a pesquisa-ação, investigando não apenas se o Minecraft funciona, mas como ele pode mediar a vivência prática e crítica da produção do espaço. A análise de dinâmicas emergentes, como os conflitos por território, oferece dados empíricos que ilustram o potencial do jogo para promover uma autêntica experimentação geográfica, na qual os estudantes não são meros espectadores, mas agentes produtores de espaço.

Resultados obtidos

A análise dos dados coletados por meio de observações, questionários e entrevistas revela que a utilização do Minecraft como ferramenta pedagógica no Ensino de Geografia gerou resultados multifacetados.

Um dos resultados mais evidentes foi o aumento significativo no engajamento e na motivação dos estudantes. A inovação e a interatividade da proposta foram destacadas como fatores que tornaram as aulas mais atrativas. Observou-se que mesmo os alunos sem experiência prévia com o Minecraft conseguiram se adaptar e participar ativamente, recebendo apoio dos colegas. Essa dinâmica ressalta a importância da colaboração e do trabalho em



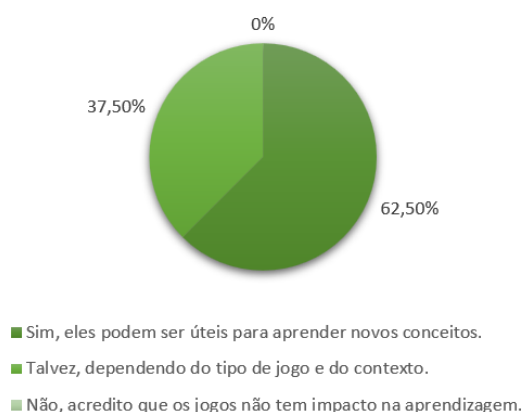


equipe, que não apenas facilitou a aprendizagem individual, mas também promoveu o desenvolvimento de habilidades sociais e cooperativas.

As opiniões gerais dos estudantes, coletadas em questionário, reforçam a percepção de que os jogos digitais são uma ferramenta poderosa no ensino. Conforme detalhado no Gráfico 3, a totalidade dos participantes acredita que os jogos podem auxiliar na aprendizagem, enfatizando a importância de se combinar atividades prazerosas com conteúdo educativo para aumentar a retenção do conhecimento e a satisfação com o processo de aprendizagem. A valorização específica do Minecraft: Education Edition pelos alunos também indica um caminho promissor para o uso de plataformas dedicadas que incorporem elementos educativos de maneira explícita.

Gráfico 3 - Opiniões gerais dos estudantes: Você acredita que os jogos podem auxiliar na aprendizagem?

Você acredita que os jogos podem auxiliar na aprendizagem?



Fonte: Autoria própria, 2025.

No que tange aos objetivos pedagógicos, a maioria dos estudantes conseguiu aprofundar sua compreensão sobre as transformações humanas no espaço. A aplicação prática no jogo permitiu que eles visualizassem os impactos de suas ações e refletissem sobre processos análogos no mundo real. Pode-se concluir que a utilização do Minecraft permitiu que os estudantes desenvolvessem as habilidades propostas no Plano de Trabalho Docente (PTD), pois foram incentivados a elaborar hipóteses, comparar cenários e compor argumentos, tanto nas construções quanto nas discussões em grupo.

A notável aderência à atividade pode ser explicada pelo impacto da inovação no ambiente escolar. A introdução de uma ferramenta do cotidiano dos alunos em um contexto formal de aprendizagem gerou um choque positivo, alterando as relações preexistentes e estimulando a participação. Conforme aponta Santos (2021, p. 107), “A chegada do novo causa um choque. [...] Todo o lugar muda”. Essa nova dinâmica exigiu que os estudantes aplicassem conhecimentos teóricos de forma prática, demonstrando uma compreensão profunda dos conteúdos, evidenciada pela precisão de suas construções e pela capacidade de resolver problemas complexos, como a gestão de recursos e a adaptação a diferentes relevos.

O professor regente da disciplina, que atuou como colaborador, avaliou a atividade como extremamente produtiva. Ele destacou o engajamento dos estudantes e a promoção de um aprendizado significativo, alinhado às metodologias ativas, como a ABJ, e estimulado por uma competição saudável. A experiência também proporcionou ao professor novas perspectivas





sobre a aplicabilidade do jogo em outras disciplinas e desafiou preconceitos anteriores sobre o Minecraft, revelando seu potencial como ferramenta educativa.

Contudo, a entrevista com o docente também lançou luz sobre os desafios da implementação, principalmente a barreira do conhecimento técnico. Em suas palavras:

[...] Acho que dependendo do professor e da matéria, talvez ele tenha dificuldade para aplicar isso. Porque se você não tiver o conhecimento da parte técnica [...], como que eu vou instalar as coisas no computador, como que eu vou mexer, como que eu vou fazer um servidor? Para mim que sou da área de informática isso é tranquilo. Para um professor de outra área talvez seja bem difícil fazer isso.

A fala do professor evidencia que a formação contínua e o acesso a suporte tecnológico são fundamentais para superar os desafios técnicos e maximizar os benefícios dos jogos em sala de aula.

Além da necessidade de capacitação docente, a aplicação revelou desafios técnicos enfrentados diretamente pelos estudantes. Dificuldades iniciais com os controles do jogo e erros na primeira tentativa de acesso a um servidor foram comuns. A intervenção direta do professor regente foi crucial para solucionar esses problemas, destacando a importância de ter um profissional qualificado para mediar a interação com o ambiente virtual.

Essa observação se desdobra em uma reflexão mais ampla sobre a equidade no acesso. Embora a aplicação tenha ocorrido em uma escola pública, esta possuía a vantagem de ser um Curso Técnico de Informática para a Internet, com infraestrutura adequada. A replicação dessa atividade em escolas com menos recursos enfrenta barreiras significativas, como a falta de equipamentos e de acesso à internet. Essa realidade acentua a diferença de oportunidades entre o sistema público e o privado, onde os recursos e a familiaridade dos alunos com a tecnologia podem facilitar tais implementações. Portanto, a adaptação do conteúdo pedagógico para o formato digital exige não apenas um planejamento cuidadoso, mas também uma análise crítica das condições estruturais de cada escola.

Considerações finais

A presente pesquisa demonstrou que a integração de jogos digitais, especificamente o Minecraft, no Ensino de Geografia potencializa significativamente o processo de ensino-aprendizagem. A partir da articulação entre a Aprendizagem Baseada em Jogos (ABJ) e a pesquisa-ação, conclui-se que a ferramenta foi eficaz em aumentar o engajamento discente e em promover o desenvolvimento de habilidades essenciais do século XXI, como o pensamento crítico, a liderança e a cooperação. A contribuição mais notável do jogo manifestou-se na sua capacidade de permitir que os estudantes simulassem e vivenciassem o ciclo de produção do espaço geográfico, transformando conceitos teóricos em uma experiência interativa e concreta.

As implicações deste estudo para a prática educacional são diretas. Fica evidente que a adoção de novas metodologias e tecnologias não apenas moderniza o ensino, mas o torna mais relevante e estimulante para a geração digital. No entanto, para que a implementação de ferramentas como o Minecraft seja bem-sucedida em larga escala, é imperativo que haja um investimento robusto na infraestrutura tecnológica das escolas e, crucialmente, na formação continuada dos professores. O sucesso da intervenção aqui relatada esteve diretamente ligado à presença de um educador com conhecimento técnico, reforçando que o suporte adequado aos docentes é a pedra angular para a inovação pedagógica eficaz.

É importante, contudo, reconhecer as limitações desta investigação. Os resultados foram obtidos com uma turma específica de um curso técnico de Informática para a Internet, cujo perfil e acesso a recursos podem não ser representativos da totalidade das escolas públicas





brasileiras. Adicionalmente, o alto nível de engajamento pode, em parte, ser atribuído ao efeito novidade da introdução de uma metodologia disruptiva na rotina escolar. Tais fatores indicam que a generalização dos resultados deve ser feita com cautela.

Diante do exposto, sugerem-se caminhos para futuras pesquisas. Seria de grande valor a replicação deste estudo em diferentes contextos educacionais, como em escolas com menos infraestrutura tecnológica ou com estudantes de outras faixas etárias, para testar a adaptabilidade da metodologia. Estudos longitudinais poderiam avaliar a retenção do conhecimento e a manutenção do engajamento a longo prazo. Por fim, investigações futuras poderiam explorar a aplicação do Minecraft em outras disciplinas, como História ou Ciências, criando projetos interdisciplinares que aprofundem ainda mais a rica experiência de aprendizado que os ambientes virtuais podem proporcionar.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba (UFSCar/SO) por possibilitar debates instigantes entre diversas áreas do conhecimento e uma ampla gama de temas, tanto em sala de aula quanto em evento acadêmico promovido, assim como pela oportunidade de estabelecer parcerias para a escrita científica, como a que resultou na elaboração deste artigo. Também ressaltamos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que foi imprescindível para a realização desta pesquisa.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2018.

BRENNAN, A-M. F.; BUTLER, D.; LEAHY, M. Teachers' experiences of using Minecraft Education in primary school: An Irish perspective. **Irish Educational Studies**, v. 42, n. 2, p. 211-229, 2023.

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 2017.

CAVALCANTI, L. S. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: SEMINÁRIO NACIONAL CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>. Acesso em: 01 fev. 2025.

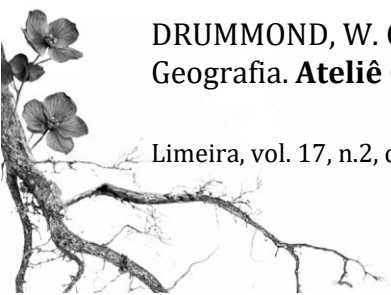
CENTRO PAULA SOUZA. **Plano de Trabalho Docente: Informática para Internet**. São Paulo: Darcy Pereira de Moraes, 2021. (Material interno).

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DEWEY, J. **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DEWEY, J. **A escola e a sociedade e a criança e o currículo**. Tradução Paulo Faria. Lisboa: Relógio D'água, 2002.

DRUMMOND, W. Geografia em jogo: algumas possibilidades de abordagem dos videogames na Geografia. **Ateliê Geográfico**, v. 10, n. 1, p. 140-159, 2016.





FERRAÇO, C. E.; SOARES, M. da C. S.; ALVES, N. **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

KNOLL, G. F.; SOARES, M. P.; MOREIRA, G. L. da R. Jogos digitais aplicados ao ensino: de entretenimento a tecnologias de aprendizagem. In: KNOLL, G.; LONDERO, F. T. **Upgrade: jogos, entretenimento e cultura**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 20-31.

MATTAR, J.; PIMENTEL, M. **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

MINECRAFT EDUCATION. **Microsoft**. Disponível em: <https://education.minecraft.net/en-us>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MINECRAFT é o jogo mais assistido no YouTube em 2019, com 100 bilhões de visualizações. **Portal Unicamp**, 2019. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/ciencianerd/2021/07/15/minecraft/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MINECRAFT na educação: desenvolvendo habilidades cognitivas e sociais. **Ciência Hoje**, 2020. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/minecraft-alem-da-diversao/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, C. A. de; MORALES, O. E. T. (Orgs.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. v. 2. Ponta Grossa: UEPG, 2015. p. 15-33.

NEBEL, S.; SCHNEIDER, S.; REY, G. D. Mining Learning and Crafting Scientific Experiments: A Literature Review on the Use of Minecraft in Education and Research. **Educational Technology & Society**, v. 19, n. 2, p. 355-369, 2016.

PIRES, A. P. **O uso do jogo Minecraft no ensino de Geografia: uma proposta para o sexto ano do Ensino Fundamental**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20255

Recebido em: 20/05/2025.

Aceito para publicação em: 05/12/2025.

Carlos Vinicius Antunes Rufini

Universidade Federal de São Carlos

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2435-0386>**Carlos Henrique Costa da Silva**

Universidade Federal de São Carlos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2910-6602>**Alfabetização geográfica através da paisagem urbana na HQ “Mukanda Tiodora”, de Marcelo D’Salete.****Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo construir uma intersecção da alfabetização geográfica e a história em quadrinho “Mukanda Tiodora”, do autor Marcelo D’Salete (2022), tendo como fio condutor as transformações urbanas da região central da cidade de São Paulo/SP, em especial, o Bairro da Liberdade. Por isso, é importante construir uma conexão entre o passado e presente desses espaços através da perspectiva das rugosidades, nesta condição, construindo uma abordagem em sala de aula a fim de problematizar como a história é contada e preservada nessa territorialidade, sendo o quadrinho a ferramenta didática.

Palavras-chave: história em quadrinho; alfabetização geográfica; territorialidade.

Geographical literacy through the urban landscape in the comic book “Mukanda Tiodora”, by Marcelo D’Salete.**Abstract:**

This work aims to build an intersection between geographic literacy and the comic book “Mukanda Tiodora”, by Marcelo D’Salete (2022), having as a guiding thread the urban transformations of the central region of the city of São Paulo/SP, especially the Liberdade neighborhood. Therefore, it is important to build a connection between the past and present of these spaces through the perspective of roughness, in this condition, building an approach in the classroom in order to problematize how history is told and preserved in this territoriality, with the comic book as the didactic tool.

Keywords: comic book; geographic literacy; territoriality.





Alfabetização geográfica a través del paisaje urbano en el cómic “Mukanda Tiodora”, de Marcelo D’Salete.

Resumen:

Este trabajo pretende construir una intersección entre la alfabetización geográfica y el historietas “Mukanda Tiodora”, del autor Marcelo D’Salete (2022), teniendo como hilo conductor las transformaciones urbanas de la región central de la ciudad de São Paulo/SP, en particular, el Bairro da Liberdade. Por ello, es importante construir una conexión entre el pasado y el presente de estos espacios a través de la perspectiva de la rugosidad, en esta condición, construyendo un abordaje en el aula para problematizar cómo se cuenta y se preserva la historia en esta territorialidad, con la tira cómica como herramienta didáctica.

Palabras clave: historietas, alfabetización geográfica, territorialidade.

Introdução

Quando caminhamos pela região central da cidade de São Paulo, observamos o movimento de sua constante transformação, sendo influenciada pelos diferentes ciclos econômicos e pela chegada, partida e permanência de diferentes grupos étnicos. Podemos realizar essa leitura do passado e presente pela perspectiva das rugosidades, que segundo Santos (2012: 140) é o “passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

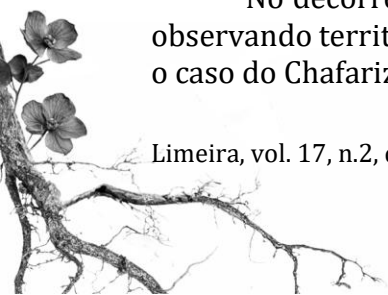
Selecionou-se a história em quadrinho “Mukanda Tiodora”, do autor Marcelo D’Salete (2022), como ferramenta que nos permite problematizar e visualizar o movimento das transformações na área central de São Paulo, pois sua narrativa gráfica se desenvolve no Bairro da Liberdade e arredores. Essa escolha parte da percepção compartilhada com Rodrigues (2019, p. 13), na qual “uma obra de ficção pode ser utilizada para realizar o estudo de determinadas práticas sociais localizadas em determinada classe social em um contexto espaço-tempo específico”.

Partindo da história em quadrinhos em conjunto de um processo de alfabetização geográfica, buscamos realizar uma leitura em uma perspectiva sobre as histórias das vivências negras que foram (re)xistem ao processo de transformação urbana, através da observação e contextualização dos cenários apresentados pelo autor, é possível realizar uma leitura crítica

Deste modo, a história contada por D’Salete na HQ “Mukanda Tiodora”, se desenrola em 1866, através de cartas escritas por Tiodora e que foram apreendidas pela polícia. Ela, escrava de linhagem centro-africana e do grupo étnico banto, registrou nestas cartas, fatos ocorridos durante as investigações contra o escravo e seu amigo, Claro, que fora acusado de roubar a casa do cônego José da Terra Pinheiro, proprietário de Tiodora.

Infelizmente, não existe a conclusão do inquérito aberto pela polícia, contudo, a história em quadrinhos reconstrói o cotidiano deles na cidade de São Paulo, em especial a região conhecida hoje como Bairro da Liberdade, buscando uma perspectiva de negros e negras escravizados e libertos, mostrando como os espaços de vivência e sociabilidade eram devidamente demarcados. Lélia González e Carlos Hasenbalg (1982), lembram que o racismo moldou as relações de poder e o desenvolvimento espacial das cidades, sendo um dos fatores responsáveis pela segregação geográfica e processo de apagamento da memória negra no espaço.

No decorrer do quadrinho, temos a oportunidade de mergulhar na São Paulo de 1866, observando territorialidade de convivência da população negra, seja escrava ou liberta, como é o caso do Chafariz da Misericórdia, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Largo





da Força, Capela dos Aflitos e a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados. Dentro dessa construção, D'Salete (2022), combina espaços reais com histórias ficcionais, como é o caso do encontro de Luiz Gama e Ferreira de Menezes, sobre questões abolicionistas, contudo, essa conversa só acontece após um distanciamento do local do encontro, pois se tratava da fachada da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

É importante pensar como esses locais contam parte da história da população negra que chegou a São Paulo de maneira forçada, através do tráfico negreiro, tendo sua vida totalmente cerceada pelo trabalho escravo, apesar disso, conseguiu construir formas de resistência e lutar pela sua liberdade. Por isso, Nora (2012) lembra que esses espaços podem ser considerados lugares de memória que são, antes de tudo, restos. Desse modo, compreender essas passagens descritas na história em quadrinhos, é necessário um olhar atento e contextualizado com as transformações urbanas da cidade de São Paulo, pois, muitos prédios retratados com alguma importância para o cotidiano dos negros e negras não estão mais presentes na paisagem contemporânea.

Isto posto, é fundamental entender o contexto histórico da região central, especialmente o Bairro da Liberdade. Segundo Laís Guimarães (1979), até o final do século XIX, a região do Distrito Sul da Sé, o Bairro da Pólvora, era considerada um vazio, uma área periférica ao centro de São Paulo, mais desenvolvido, sendo composta por grandes chácaras e propriedades rurais que foram vítimas do loteamento e projetos de arruamento sem planejamento urbanístico para comportar a crescente população do centro. Somente em 1905, pela Lei nº 975, o Distrito Sul da Sé passa a ser Distrito da Liberdade.

Sendo apenas em 1905 a criação oficial do Distrito da Liberdade, a sua história começa muito antes. Um dos marcos histórico é a construção do Largo da Força (atual Praça Liberdade África-Japão) em 1770, logo na sequência foi instalado nas proximidades o Cemitério dos Aflitos (ou dos Enforcados), junto à Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados e à Capela Nossa Senhora dos Aflitos, sendo essa inaugurada em 27 de junho de 1779, por Dom Frei Manoel da Ressurreição.

Um dos marcos da memória negra no bairro da Liberdade aconteceu em 1821, para tentar abafar um levante militar por melhores condições de trabalho e um soldo maior, o Governo Provisório da Província levou à força dois membros negros da Força Pública, Joaquim José Cotindiba e Francisco José das Chagas (Chaguinhas). O primeiro morreu rápido, mas o segundo não. Foram feitas três tentativas até que foi executado pelo carrasco de outra forma. A população que assistia clamava por clemência e gritava: "Liberdade, Liberdade!". O povo, para consagrar-lhe martírio, erigiu uma capela com o nome de Santa Cruz dos Enforcados. Em lembrança ao Chaguinhas, manteve-se a prática de acender velas pelas almas do purgatório. Segundo D'Salete (2024), uma das hipóteses para o Largo da Força ser renomeado para Largo da Liberdade.

Apesar desses destaques, não há no bairro nenhum outro marco ou monumento em homenagem a Chaguinhas, senão a Capela, assim como não há obras dedicadas a outras figuras pertencentes à história pregressa do bairro da Liberdade. Sendo apenas em 2022, através de um projeto do Departamento do Patrimônio Histórico do município, inaugurou-se cinco estátuas para homenagear personalidades negras importantes para a cidade de São Paulo. Na praça, até então chamada de "Liberdade-Japão", foi instalada na altura do solo a estátua de Madrinha Eunice, fundadora de uma das primeiras Escola de Samba, a Lavapés, no Bairro do Cambuci em 9 de fevereiro de 1937.

Diferente do que muitos pensam, a história dos japoneses no bairro não foi de total tranquilidade. A chegada aconteceu em 1912, atraídos pelos preços mais baixos dos aluguéis dos quartos nos porões das casas da região. Em 1915, foi inaugurada uma escola japonesa no bairro da Liberdade que atraía muitas famílias nipo-brasileiras a São Paulo para educarem seus filhos. (Fantin, 2015). Todavia, durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942, com





decreto federal, os nipo-brasileiros foram ordenados a evacuar a Liberdade e só na década de 1950 começaram a retornar, desta vez morando principalmente na Rua Galvão Bueno.

O retorno dos japoneses para essa região da cidade de São Paulo, tem como marco a inauguração de duas instituições: o Cine Niterói¹ (1953-1968), como principal cinema e ponto de encontro e diversão dos japoneses e, possivelmente, das primeiras gerações de descendentes, e a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (1955), mais conhecida como Bunkyo.

Havia um setor pequeno que atendia visitantes, embora não fosse um setor formal de turismo. Os cinemas atraíam audiências de maioria nikkei, mas também grupos de estudantes, artistas e intelectuais não-nikkeis que frequentavam os cinemas japoneses (Kishimoto, 2009). Porém, essa perspectiva muda após a visita do jornalista Randolpho Marques de Lobato à Chinatown dos Estados Unidos, onde encontrou não apenas uma cultura que ele considerava charmosa e misteriosa, mas também uma oportunidade econômica impressionante para a sua cidade, São Paulo.

Através de suas colunas no jornal “Folha de S. Paulo” e sua influência na recém criada secretaria de Turismo, conseguiu uma autorização para “pegar o bairro da Liberdade e transformar numa espécie de Chinatown” (Lobato, 2022). Inclusive, com uma ligação direta do prefeito Paulo Maluf, que pediu para que Lobato ajudasse a Prefeitura a realizá-la como voluntário da cidade, não como funcionário público. É importante lembrar, que a Prefeitura se interessou pela ideia de um Bairro Oriental porque ligava-se às políticas econômicas e raciais da Ditadura Militar. O Bairro Oriental ajudou a Ditadura Militar não só economicamente, mas também politicamente por disseminar imagens de São Paulo de modo excepcional ao restante do Brasil.

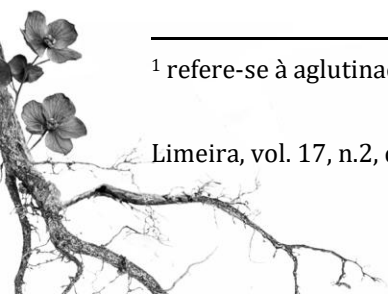
Desde o nascimento do Plano Oriental, em 1969, pelo jornalista Randolpho Marques de Lobato, houve uma distinção entre a orientalização proposital que transformou a Liberdade, tanto em relação ao comércio quanto ao público, versus a orientalidade que surgiu naturalmente com o crescimento da colônia japonesa no bairro, transformando-o em um polo cultural. Ademais, a inspiração do Bairro Oriental não veio do Japão nem da comunidade nipo-brasileira, mas de um modelo comercial norte-americano.

O ‘Chinatown’ norte-americano, embora muito conhecido internacionalmente, é muito diferente de nosso ‘Bairro Oriental’. Vale ressaltar que esse local é tipicamente chinês, e não japonês. Depois, é bem antigo e não tão bem cuidado como o que estamos fazendo. Segundo Lobato (2022) o objetivo era transformar o Bairro da Liberdade em uma das grandes atrações turísticas e comerciais de todo o mundo.

A visão do Plano Oriental foi baseada mais no modelo ocidental do que em uma cidade asiática genuína e contemporânea, tendo enquanto maior preocupação participar ativamente do novo fenômeno de turismo através de um bairro étnico semelhante ao norte-americano. A conclusão deste projeto acontece junto com a inauguração da estação de metrô Liberdade, em 1975. Materializando assim, um espaço orientalizado, ligado principalmente à tradição japonesa, embora seja um falso tradicionalismo através da aplicação arquitetônica de elementos orientais.

Este projeto é “gerido e consumido como mercadorias” (Arantes, 2000: 26), sendo esse espaço cotidiano modelado pelas demandas e racionalidade empresarial. A cidade passa a ser vista como negócio, sendo operada para ser competitiva e atrativa a novos investimentos, ou seja, manipulada como uma mercadoria posta à venda no mercado. Gerando um movimento impetrado pelo poder público e pelo capital privado, na construção de um espaço esteticamente planejado na perspectiva de cultura que ele considerava charmosa e misteriosa, pensado

¹ refere-se à aglutinação dos nomes Nitto, um arcaísmo para o nome do Japão (hoje, Nippon), e “herói”.





prioritariamente na oportunidade de maior fluidez do capital turístico, até esse momento inexistente.

Vale ressaltar, que toda a proposta não foi desenvolvida seguindo os procedimentos tradicionais de uma instituição pública e democrática, afinal, foi desenvolvido durante a ditadura cívico-militar; onde a informalidade e a pessoalidade foram fatores de maior importância que a elaboração de projetos e documentos oficiais. Todavia, é de se pensar que trata-se de uma importante oportunidade de buscar revisionismo da história paulistana sem a presença de afro-brasileiros. A propaganda sutilmente distraía o público com duas camadas, turismo e o exótico, e permitia o esquecimento da população negra.

Essa tentativa de memoricídio da história negra de toda a região da Liberdade, não é um projeto recente. Mesmo com a falta de documentos que provem a intenção real, o Prefeito Prestes Maia, em 1943, colocando em prática o seu plano de Avenidas, ordenou a demolição da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios na Liberdade, que em sua história foi um local de encontro do movimento abolicionista e seria o primeiro museu dos escravizados do mundo. Como visto, o Bairro da Liberdade é um espaço marcado pelas suas rugosidades e a atuação de uma lógica mercadológica, na qual determina o que permanece e o que é esquecido.

Impetrado por órgãos e representantes do Estado a imposição da morte das memórias negras a partir do banimento da presença dessas pessoas na arte, filosofia, cultura, política, ciência e espaços urbanos é, não por outras razões, mas pelo próprio intento de extermínio das diferenças inferiorizadas, políticas do esquecimento (Pollak, 1989). Esse processo determinou quais histórias mereciam ser contadas ao mesmo tempo em que classificou aquelas que foram despedidas de crédito, de valor, de prestígio e, portanto, de direito de reprodução.

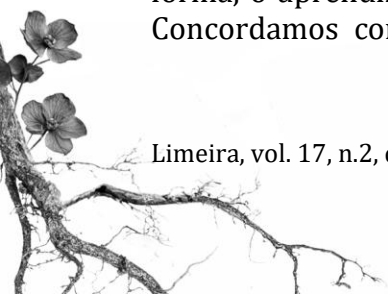
Podemos compreender o bairro como um espaço de multiterritorialidade, pois traz a “possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar através da ‘mobilidade concreta’, no sentido de deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico. [...] como no ciberespaço.” (Haesbaert, 2006, p. 344). Sendo constituída pela pluralidade de objetos espaciais, naturais ou construídos, gerando assim, uma identidade étnico-sociocultural (Lefebvre, 2002). Para compreender o território, deve-se, ainda, abordar a questão da identidade, do sentimento de pertencimento e do espaço vivido.

Por uma alfabetização geográfica

O Ensino de Geografia sempre se destacou por ser uma área que traz a possibilidade de reflexão sobre a inter-relação homem *versus* natureza, bem como compreender as consequências e transformações que o espaço sofre devido a ação natural e/ou antrópica. Ou seja, por sua multiplicidade e por discutir diversas áreas do conhecimento, a Geografia é uma ciência que tem como seu laboratório o Mundo, é dinâmica e viva, assim como as relações sociais que ela estuda.

Neste sentido, a disciplina de Geografia está inserida no ambiente escolar, com a pretensão de explicar o “mundo como ele é”, apoiado em livros didáticos e seus infundáveis exercícios, deixando pouco espaço para o debate, perguntas e principalmente o aluno como protagonista do processo de aprendizagem (Kaercher, 2004).

Memorização de informações, resumos de capítulos do livro didático e resolução de questões que são cópia e cola de trechos do livro didático no caderno, são algumas das observações de Giroto (2015) sobre a aplicação da geografia em sala de aula. Estas têm a urgente necessidade de mudanças em grande parte dos processos desenvolvidos ali e, desta forma, o aprendizado adquirido nas escolas, passará a ter uma significância para toda vida. Concordamos com Callai (1995) ao afirmar que a escola deve trabalhar na formação de





cidadãos que possam estar aptos às adversidades e complexidades impostas pelo século XXI, e por isso, repensar as relações de ensino-aprendizagem é essencial.

Quando abordamos a perspectiva da alfabetização geográfica, estamos pensando, segundo Castellar (2017), nos processos cognitivos que estão relacionados no desenvolvimento da inteligência espacial, porém, sem deixar de lado o questionamento do espaço. Sendo assim, buscamos que o estudante possa aprimorar as habilidades geográficas, as quais envolvem: observar, organizar informações, compreender, relacionar, interpretar, explicar e aplicar dados e conceitos para formular perguntas. Portanto, será capaz de sistematizar e questionar o conhecimento geográfico adquirido e a realidade no qual está inserido.

Logo, devemos buscar um processo formativo que permita uma consciência espacial, conforme Freire (2005, p. 9) enfatiza: “Não se pode falar de conscientizar como se este fato fosse simplesmente descarregar sobre os demais o peso de um saber descomprometido, para induzir a novas formas de alienação.”. Com frequência, observa-se que a leitura, a interpretação e o estudo do espaço, bem como dos conceitos e temas abordados nas aulas de Geografia, ocorrem sem que se problematizam as condições e os modos de vida subjacentes, tampouco os jogos de interesse que organizam e estruturam o espaço de forma ideológica. Essa estruturação se dá, por um lado, por meio de mecanismos vinculados à produção e, por outro, por movimentos que expressam as lutas de libertação do próprio ser humano.

Conforme Santos (1998) é a partir das contradições que se constrói um novo homem, cujo perfil é oposto ao desejado pelo capitalismo, dessa forma Lacoste (2006, p. 192) enfoca que “será preciso que esse saber pensar o espaço como saber ler cartas se difunde largamente, em razão das exigências da prática social, pois que os fenômenos relacionais (a curta e a longa distância) ocupam um lugar cada vez maior”

Na perspectiva da Alfabetização Geográfica, deve-se observar o território, região, Estado, país e cidade como espaços nos quais deve ser exercitada a arte do questionamento e da reflexão crítica, uma vez que são arenas políticas estruturadas e organizadas ideologicamente. Esses espaços constituem-se como locais de atuação de forças mobilizadoras que, muitas vezes, se contrapõem à ideia de uma cidade ativa — aquela que pressupõe a participação crítica e consciente dos sujeitos sociais.

O problema com a nossa civilização é que ela parou de se questionar. Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a aflige - certamente não antes que seja tarde demais e quando as respostas, ainda que corretas, já se tornam irrelevantes (Bauman, 1999, p. 14).

Em função disso, entender o contexto histórico da história em quadrinhos através da lente da Alfabetização Geográfica permite um aprofundamento das complexidades da paisagem urbana retratada, todavia, é necessário um processo de contemporização das espacialidades para observar as transformações e contradições apresentadas com o tempo. Ocupando assim, um lugar de crítica e de construção de representações espaciais teoricamente fundamentadas e comprometidas com a realidade. Tais representações devem permitir que os estudantes desenvolvam a capacidade de propor soluções, a partir do exercício da indagação e da inconformidade diante do mundo que lhes é apresentado como dado e naturalizado.

Desse modo, é necessário pensar os espaços e territórios, como locais para praticar o questionamento, pois como afirma Nogueira e Carneiro (2013), os “são espaços políticos e ideologicamente estruturados e organizados como lugares de atuação de forças mobilizadoras contrárias à cidadania ativa-avessas à atuação crítica do sujeito.” (pág. 39). A história em quadrinho “Mukanda Tiodora”, é uma oportunidade de estimular discussões e desenvolver questionamentos que estão para além da história, partindo dos processos sócio-histórico-





cultural para construir uma alfabetização geográfica conectada com a realidade e os interesses do estudante.

Uma leitura para além das páginas

A geografia prática em sala de aula, não deve apenas ler, interpretar o espaço, através dos conceitos e temas apresentados, mas através desses instrumentos, questionar as condições e o modo de vida apresentado, através dos interesses que estruturam o espaço. Por isso, a história em quadrinho “Mukanda Tiodora”, viabiliza a oportunidade de uma Educação Geográfica, com formação de uma consciência espacial, que possibilite ao sujeito em escolarização uma visão da totalidade-mundo, afirma Santos (2003).

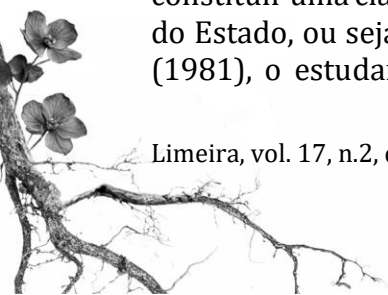
Dentro das páginas do “Mukanda Tiodora”, observamos uma São Paulo que é difícil de conhecer através do olhar de 2024, pois, inúmeros espaços ali retratados abriram espaços para o dito “progresso” ou foram simplesmente apagados da história. Por isso, é necessário descortinar as camadas do presente para compreender o passado, através do olhar geográfico sobre a paisagem urbana construída por D’Salete (2022). No final da HQ temos a reprodução da planta do centro antigo da cidade de São Paulo de 1877, elaborada por Afonso Antonio de Freitas, possibilitando uma compreensão espacial dos principais espaços de vivência e poder naquela época, contudo, selecionamos sete espaços que aparecem no decorrer na narrativa que estão inseridos no cotidiano da população negra no final do século XIX.

Figura 1 - Territorialidades Negras na HQ



Fonte: D’Salete (2022).

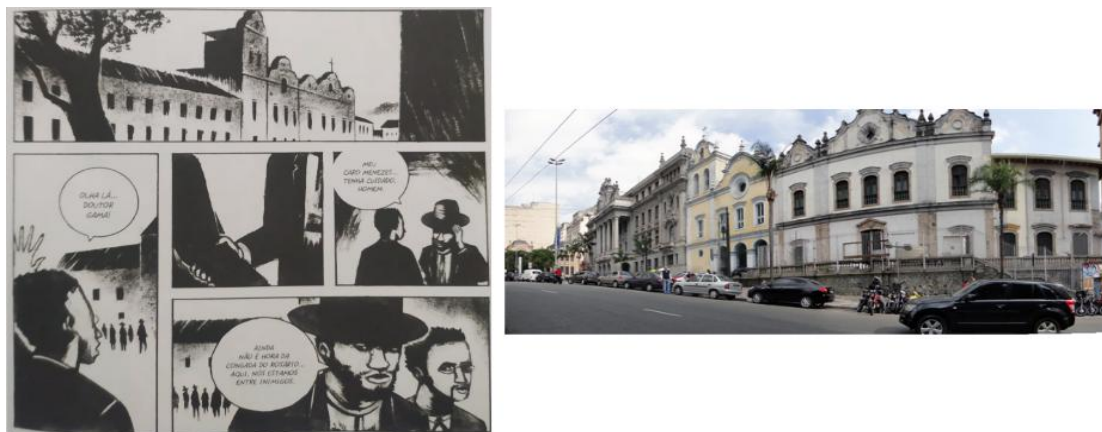
Logo no início do segundo capítulo, podemos observar a presença da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, criada em 11 de agosto de 1827, tinha como objetivo constituir uma classe dirigente do país, responsável pela administração e pela condução política do Estado, ou seja, era um espaço de formação para além do fazer jurídico. Segundo Carvalho (1981), o estudantes da Província de São Paulo não eram, em sua totalidade, contrários à





escravidão. Tampouco se pode afirmar que a formação acadêmica os levava, de forma sistemática, à condenação do trabalho braçal exercido por negros ou à disseminação generalizada dessa repulsa. Ao contrário, embora houvesse um movimento estudantil significativo em prol da causa abolicionista, o pensamento escravocrata persistia e se manifestava de maneira expressiva tanto nos setores mais conservadores da sociedade quanto no próprio ambiente acadêmico.

Figura 2 - Faculdade de Direito do Largo São Francisco



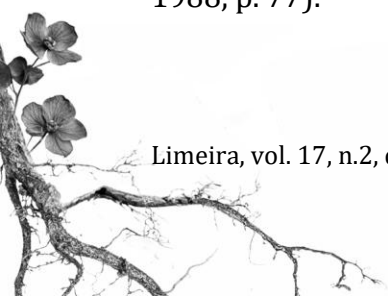
Fonte: D'Salete (2022).

Partindo para além da fachada da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, o quadrinho permite uma contextualização sobre a formação acadêmica de Luiz Gama, que só foi possível graças à proximidade com seu amigo e mentor, Furtado de Mendonça — professor e bibliotecário-chefe da Faculdade de Direito —, foi decisiva para o aprimoramento de Luiz Gama no campo jurídico. Contudo, por não ter cursado formalmente a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Gama foi reconhecido como advogado rábula, título conferido àqueles que, embora sem formação acadêmica em Direito, demonstravam domínio comprovado na área jurídica e, por isso, recebiam autorização especial para o exercício da advocacia. A partir de então, Luiz Gama passou a utilizar a imprensa e a tribuna como instrumentos privilegiados para a defesa de seus ideais. Atuava na advocacia com exclusividade em favor da causa abolicionista, dedicando-se integralmente à libertação da numerosa população negra ainda submetida à escravidão.

A importância da alfabetização geográfica para a leitura do quadrinho, é compreender que nenhum quadro foi desenhado sem uma intencionalidade. Quando D'Salete (2022) reproduz um pedaço da antiga Igreja Matriz da Sé e o Chafariz da Misericórdia, ele busca reconhecer um dos mais conhecidos mestres de obras da segunda metade do século XVIII, Joaquim Pinto de Oliveira, o Thebas, nascido em Santos/SP em 1721, filho de escravos do português Bento de Oliveira Lima, importante construtor que ensinou o ofício de pedreiro.

A primeira grande obra em que Thebas atuou foi a construção da torre da antiga Igreja da Sé. Até o ano de 1750, o templo não possuía torre, e a realização de uma edificação em altura, com o domínio técnico necessário para manipular pedra lavrada, constituía uma tarefa sem precedentes na cidade à época. No entanto, Thebas demonstrou notável habilidade ao concretizar tal empreendimento, cuja conclusão se deu em 1755. Sua fama começou a se espalhar pelas ruas: “o que contribuiu para a fama de Thebas foi a sua capacidade de trabalhar em construções altas. Só ele sabia fazer as torres das Igrejas de São Paulo na época”. (Lemos: 1988, p. 77).

Figura 3 - Igreja Matriz da Sé

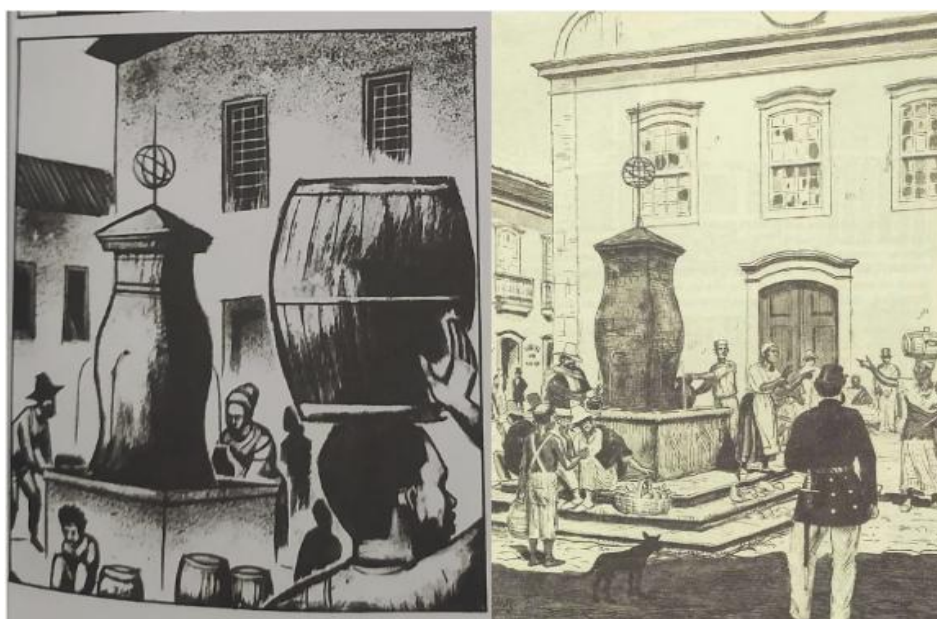




Fonte: D'Salete (2022).

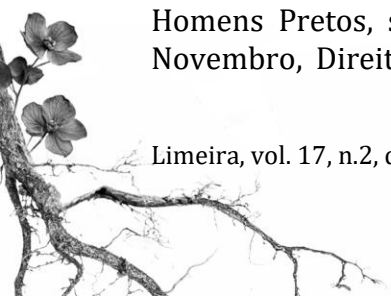
Tendo já adquirido certo renome e fama, Thebas foi chamado pessoalmente para construir o primeiro chafariz público da cidade, em 1791, conhecido como "Chafariz da Misericórdia". Segundo Lemos (1988), trata-se do primeiro sistema de abastecimento de água pública de São Paulo, no qual usava a gravidade das nascentes do Caaguassú, no atual bairro do Paraíso, por meio de tubos produzidos com papelão betumado até as quatro bocas do chafariz. Para além da água, consistia em um importante local de sociabilidade dos escravos e escravas durante o período de coleta de água.

Figura 4 - Chafariz da Misericórdia



Fonte: D'Salete (2022)

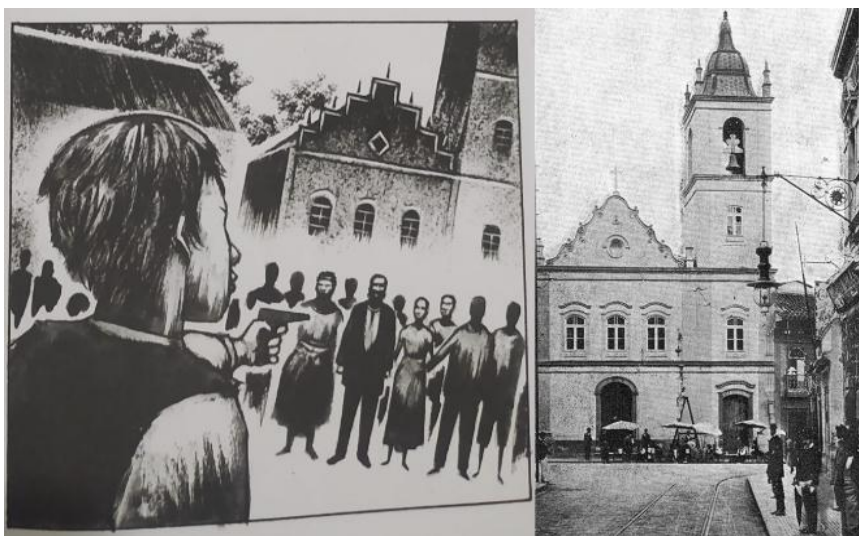
Também é possível observar no decorrer dos quadrinhos os festejos organizados pelas Irmandades dos Homens Pretos, sendo realizada na antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no antigo Largo do Rosário - no entroncamento das ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento - não abrigava apenas a igreja, mas também uma parcela





significativa da comunidade negra, que, ao longo de décadas, residia nas imediações em pequenas moradias e cortiços (Rolnik, 1996). Contudo, com a transição do século XIX para o XX e o avanço do processo de urbanização, impulsionado pela ideologia da modernização, o poder público passou a enxergar essa região como espaço privilegiado, destinado a outras camadas sociais e a instituições distintas daquelas associadas à presença da igreja e da população negra que tradicionalmente ali se estabelecia. Atualmente esse espaço é a Praça Antonio Prado, que abriga a Bolsa de Valores do Brasil (B3).

Figura 5 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: D'Saete (2022).

Assim sendo, a leitura geográfica do quadrinho possibilita uma discussão sobre o processo de desterritorialização da população negra, transformando os espaços sociais nas cidades brasileiras como um reflexo da colonialidade, reproduzindo assim, o permanente pensamento e poder colonial. Segundo Souza (2012), esses processos resultaram em um apagamento profundo das memórias e identidades negras nos contextos urbanos, promovendo a exclusão quase absoluta da presença afro-brasileira de determinados territórios geográficos.

A Capela dos Aflitos é retrata em conjunto com o enforcamento de um escravo realizado no Largo da Força em frente da Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, espaços que estão conectados a história negra no bairro da Liberdade, que hoje é tido como o maior reduto asiático, especialmente de japoneses, constituindo-se na Japantown brasileira.

Figura 6 - Largo da Força e Capela dos Aflitos





Fonte: D'Saete (2022).

A Capela dos Aflitos, segundo Pontes (2003), foi construída em 1779, para que as pessoas, em especial negros, aguardassem a presos nas paredes e com guardas à porta o momento do seu enforcamento, por isso, a localidade passou a ser conhecida como Beco dos Aflitos. Após serem executados, os condenados eram sepultados no terreno que circundava a pequena capela, local que servia como espaço de sepultamento destinado àqueles considerados marginalizados pela sociedade da época, sendo assim, o Cemitério dos Aflitos, criado em 1775, é o primeiro cemitério fora de uma igreja da cidade de São Paulo.

Considerações finais

A leitura da história em quadrinho “Mukanda Tiodora” através de uma perspectiva da alfabetização geográfica permite uma visão de totalidade-mundo, onde os acontecimentos históricos e sociais, do passado e presente, podem ser conectados pelas rugosidades do espaço, inclusive, contando a narrativas daqueles que foram silenciados pelo apagamento dos espaços de vivência.

Contudo, realizar essa leitura requer um processo de compreensão de diferentes camadas, para isso, é necessário que o professor e o estudante possam desenvolver uma consciência do processo sócio-histórico-cultural, partindo do saber-pensar o espaço como geograficidade.

Nessa perspectiva, a conscientização é um fenômeno sócio-histórico que requer dos indivíduos a assunção de seu papel como sujeitos históricos, capazes de fazer e refazer o mundo em que vivem. Partindo de uma consciência ingênua e espontânea para uma consciência crítica, permitindo que “des-vela” o mundo, configura-se como um movimento contínuo de ação e reflexão — um ato transformador que possibilita não apenas a compreensão, mas também a transformação da realidade.

Por fim, questionar esse mundo que é apresentado, em especial das territorialidades negras, permite libertar a pessoa negra do silêncio, do esquecimento, da morte simbólica e concreta também liberta a pessoa branca (Fanon, 2008). Lutando contra um projeto colonial muito bem consistente e altamente eficiente, para que a memória de todos que construíram esse País possa ser ouvida e respeitada.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.





CALLAI, H. C. A formação do professor de geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032>. Acesso em: 27 dez. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. v. 4, p. 177-183.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica e pensamento espacial: conceitos e representações. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ed. especial, p. 160-178, 2017. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4779/2427>. Acesso em: 24 jun. 2020.

D'SALETE, Marcelo. **Mukanda Tiodora**. São Paulo: Veneta, 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANTIN, Jader Tadeu. Do interior para os porões, dos porões para as fachadas: os japoneses no bairro da Liberdade em São Paulo. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 9, n. 20, p. 72-95, 2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GIROTTO, E. D. Formando leitores do mundo: algumas considerações sobre o ensino de geografia no mundo contemporâneo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 5, n. 2, 2015. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/233>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GUIMARÃES, L. B. M. **História dos bairros de São Paulo: Liberdade**. São Paulo: [s. n.], 1968.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KAERCHER, N. A. Quando a geografia crítica pode ser um pastel de vento. **Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 6, nov. 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/126>. Acesso em: 27 dez. 2020.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2006.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEMOS, Carlos. Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554-1822**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 145-177.

LOBATO, Randolpho Marques. **Entrevista com Randolpho Marques Lobato**. Entrevistadora: Lianne Sturgeon. São Paulo: 15 jul. 2022. Gravação (Entrevista concedida à Universidade Federal de São Paulo).





NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. **Educação Geográfica e formação da consciência Espacial-Cidadã**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONTES, J. A. V. **São Paulo de Piratininga**: de pouso à metrópole. São Paulo: Terceiro Milênio, 2003.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia Histórica - Notas sobre a metodologia. **Terra Brasilis**, [S. l.], n. 12, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4578>. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.4578>.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. A urbanização e a cidade corporativas. In: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 99-115.

_____. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Juliana de. Afrodescendência: identidade desvelada na memória. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3., 2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2012. p. 1-15. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/SOUZA_JULIANA_DE.pdf.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20211

Recebido em: 05/05/2025.

Aceito para publicação em: 09/12/2025.

Lucas Gutierrez Trevisan

Universidade Federal de São Carlos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5714-2320>**Carlos Henrique Costa da Silva**

Universidade Federal de São Carlos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2910-6602>

A prática docente dos egressos do curso de licenciatura em Geografia da UFSCar: Um contraste temporal de 2020 e 2025.

Resumo:

Este trabalho apresenta uma análise longitudinal das práticas docentes críticas de egressos do curso de Licenciatura em Geografia da UFSCar – campus Sorocaba, com base em coletas realizadas em 2020 e 2025. O objetivo foi compreender como concepções e práticas pedagógicas se mantiveram ou se transformaram em cinco anos, à luz de fatores institucionais, contextuais e subjetivos. A partir de entrevistas e fundamentação teórica ancorada na pedagogia crítica, o estudo identificou permanências nos objetivos formativos, mas também mudanças nas estratégias didáticas e nos espaços de atuação. Os casos analisados indicam que a prática crítica é dinâmica e sensível às condições de trabalho e ao cenário social. A precarização docente, os impactos da pandemia e o deslocamento para novos ambientes como a internet e a pesquisa demonstram a resiliência e complexidade da criticidade pedagógica. A coleta em dois momentos distintos conferiu profundidade ao estudo, permitindo observar os processos formativos em sua dimensão histórica e situada.

Palavras-chave: prática crítica; formação docente; geografia; pedagogia; trajetória profissional.

The teaching practice of graduates from the Geography licentiate program at UFSCar: A temporal contrast between 2020 and 2025.

Abstract

This study presents a longitudinal analysis of the critical teaching practices of graduates from the Geography Licentiate Program at UFSCar – Sorocaba campus, based on data collected in 2020 and 2025. The aim was to understand how pedagogical conceptions and practices were maintained or transformed over five years, considering institutional, contextual, and subjective factors. Drawing on interviews and critical pedagogy, the study identified continuities in formative intentions and changes in teaching strategies and professional environments. The analyzed cases show that





critical practice is dynamic and shaped by working conditions and social context. Teaching precariousness, the impacts of the pandemic, and the expansion into new spheres — such as digital platforms and academic research — reveal the complexity and resilience of pedagogical criticality. The two-stage data collection granted the research a procedural depth, enabling a more grounded understanding of the participants' formative trajectories and their tensions with the current educational model.

Keywords: critical practice; teacher education; geography; pedagogy; professional path.

La práctica docente de los egresados del curso de licenciatura en Geografía de la UFSCar: Contraste temporal de 2020 y 2025.

Resumen:

Este trabajo presenta un análisis longitudinal de las prácticas docentes críticas de egresados del curso de Licenciatura en Geografía de la UFSCar – campus Sorocaba, con base en datos recolectados en 2020 y 2025. El objetivo fue comprender cómo se mantuvieron o transformaron las concepciones y prácticas pedagógicas a lo largo de cinco años, considerando factores institucionales, contextuales y subjetivos. A partir de entrevistas y una base teórica anclada en la pedagogía crítica, el estudio identificó permanencias en los objetivos formativos y cambios en las estrategias didácticas y en los espacios de actuación. Los casos analizados muestran que la práctica crítica es dinámica y sensible a las condiciones de trabajo y al contexto social. La precarización del trabajo docente, los efectos de la pandemia y la expansión hacia nuevos entornos —como plataformas digitales e investigación académica— revelan la complejidad y la resiliencia de la criticidad pedagógica. La recolección en dos momentos distintos otorgó profundidad procesual al estudio, permitiendo comprender las trayectorias formativas desde una perspectiva histórica y situada.

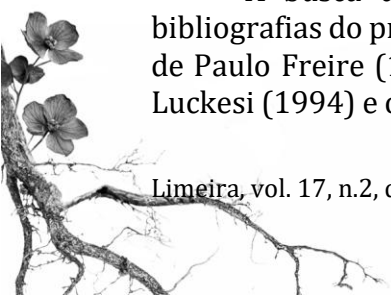
Palabras clave: práctica crítica; formación docente; geografía; pedagogía; trayectoria profesional.

Introdução

Este ensaio representa uma continuidade da dissertação concluída em 2021, de título: “O egresso do curso de licenciatura em geografia da UFSCar: uma expectativa e várias experiências”. Tal produção foi realizada com o objetivo de investigar as práticas de professores egressos do curso de licenciatura em geografia da UFSCar, campus Sorocaba. Mais especificamente, foi realizado um levantamento de dados acerca da formação destes professores, onde buscava-se entender as práticas que estes professores apresentavam em seus ambientes escolares.

Para realização desta investigação, foram consultados o projeto político pedagógico (PPP) do curso e as ementas de disciplinas, uma vez que estas fontes ajudariam a explicar e entender que tipo de abordagens os professores egressos estariam pondo em prática em seus cotidianos profissionais. “O Curso (...), tem a capacidade e a intenção de formar professores e gestores educacionais que buscam produzir conhecimento crítico sobre o lugar e o papel da formação discente” (Silva e Lana, 2008, p. 40). Deste trecho, destacamos a característica crítica presente na formação destes professores, desta forma a dissertação orientou-se no sentido de buscar entender se as expectativas propostas nesta formação, se concretizaram de alguma forma nas práticas destes professores egressos.

A busca da definição do que seria uma prática crítica, também se estendeu às bibliografias do próprio PPP do curso, onde encontramos obras como: Pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1998), A avaliação da aprendizagem escolar é uma obra de Cipriano Carlos Luckesi (1994) e os sete saberes necessários para a educação do futuro de Edgar Morin (2000).



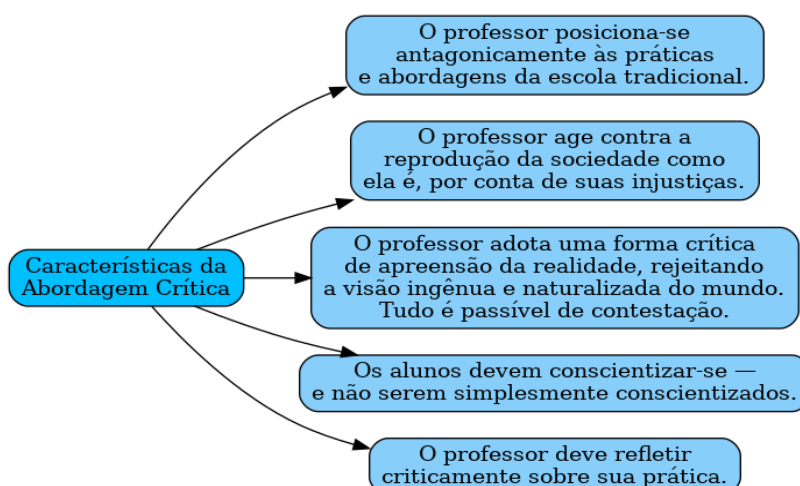


A partir da investigação dessas obras, e de outras epistemologicamente alinhadas, foi possível identificar uma tendência de comparação entre abordagens educacionais críticas e aquelas tradicionalmente estabelecidas. Entre os trabalhos que compartilham essa perspectiva, destacam-se Educação após Auschwitz, de Theodor W. Adorno; A Educação geográfica na formação docente: convergências e tensões, de Helena Callai; e três importantes obras de Lana de Souza Cavalcanti: Concepções teórico-metodológicas da Geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino, Geografia escolar: reflexões sobre conhecimentos articulados na teoria e na prática docentes e Geografia, escola e construção de conhecimentos.

Comparando a prática crítica e a tradicional

Posterior ao momento de investigação bibliográfica, foi possível criar um diagrama comparativo que sintetizou a relação entre as abordagens educacionais críticas e as abordagens educacionais tradicionais:

Figura 1 - Abordagem tradicional

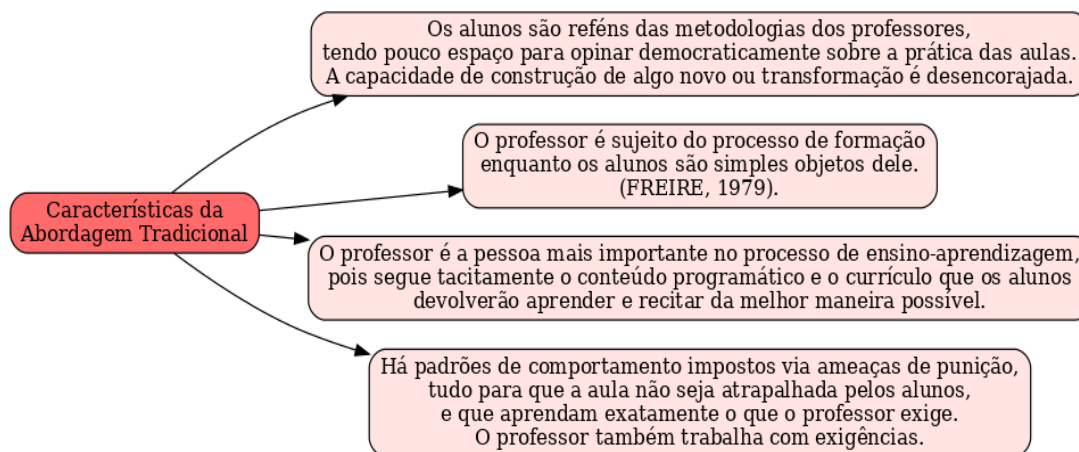


Fonte: Trevisan, 2025.





Figura 2 - Abordagem crítica



Fonte: Trevisan, 2025.

Ao se contrapor as abordagens críticas e tradicionais, é possível perceber de forma mais clara as diferenças entre elas, especialmente ao considerar o contexto histórico do surgimento da abordagem tradicional de ensino, que se consolidou a partir da Revolução Francesa. Essa abordagem foi influenciada pela ascensão da burguesia da época.

A constituição dos "sistemas nacionais de ensino", que se estabelece no século XIX, teve como base o princípio de que a educação é um direito universal, cabendo ao Estado a responsabilidade por sua oferta.

Esse direito estava diretamente relacionado à sociedade em formação, que refletia os interesses da nova classe dominante: a burguesia. Dessa maneira, o objetivo era construir uma sociedade democrática, consolidando a democracia burguesa (Saviani, 1989).

A abordagem tradicional, que ainda se mantém predominante em várias instituições de ensino, é descrita por Saviani (1989) como caracterizada pela centralização nas iniciativas do professor, sendo este o principal responsável por planejar e conduzir o processo educativo. Segundo o autor, as escolas organizavam-se em classes, com cada uma contando com um professor que se encarregava de expor as lições a serem seguidas pelos alunos e de aplicar os exercícios que deveriam ser realizados de maneira disciplinada.

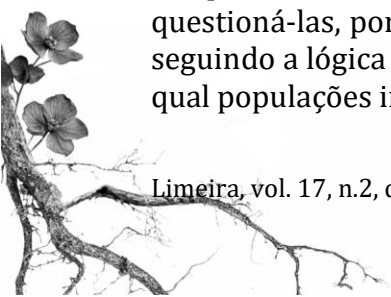
Neste contexto, é possível observar o caráter passivo imposto aos alunos, que são desprovidos de estímulos à reflexão e têm como única expectativa a realização disciplinada das tarefas que lhes são atribuídas.

Embora essa descrição se refira a uma escola do século XIX, é importante notar que esse modelo ainda persiste em muitas escolas, onde frequentemente encontramos salas de aula silenciosas, com alunos copiando textos da lousa.

Em um cenário assim, um professor desavisado pode impor aos alunos a tarefa de copiar um texto desconectado da realidade deles, exigindo empenho na execução da atividade e punindo aqueles que contestarem a tarefa.

Neste contexto hipotético, o aluno que apresenta um comportamento crítico, refletindo sobre a tarefa e contestando-a, se encontra em uma posição de oposição. No entanto, a abordagem tradicional é estruturada de modo que o professor se veja na obrigação de censurar essa manifestação crítica dos alunos.

Esse tipo de prática pode ter repercussões significativas na formação de indivíduos que são privados de seus impulsos críticos, tornando-se propensos a seguir regras e normas sem questioná-las, por mais injustas, desumanas e contraditórias que possam ser. Esse fenômeno, seguindo a lógica descrita, remonta a precedentes históricos extremos, como o Holocausto, no qual populações inteiras se tornaram coniventes com atrocidades.





Nesse sentido, a prática crítica se torna uma força de oposição a essa lógica. Sobre isso, Adorno (1995) argumenta que, ao falar de educação após Auschwitz, ele se refere a duas questões centrais: a educação infantil, especialmente na primeira infância, e o esclarecimento geral que cria um ambiente intelectual, cultural e social que impede a repetição de tais horrores. De acordo com o autor, esse ambiente deve ser aquele no qual as razões que conduziram ao horror se tornem de alguma forma conscientes.

Adorno, membro da Escola de Frankfurt, influenciou profundamente a teoria crítica, que se caracteriza pela crítica às práticas científicas desprovidas de reflexão, que se deixam influenciar pelas ciências naturais e pelo positivismo. O Holocausto, utilizado por Adorno como uma ilustração extrema, demonstra as consequências da razão instrumental, conceito abordado também por Nobre (2004), que a define como uma forma de racionalidade social predominante no capitalismo administrado. Segundo Nobre, essa forma de racionalidade resulta em um bloqueio estrutural da prática crítica e na impossibilidade de transformação social. A razão instrumental, portanto, compromete a capacidade crítica dos indivíduos e limita a prática transformadora da sociedade.

O levantamento bibliográfico e a diagramação das informações encontradas, possibilitou a confirmação de uma síntese proposta e especulada no início da pesquisa:

Figura 3 - Síntese crítico-tradicional



Fonte: Trevisan, 2025.

Portanto, surgiu o conceito de "síntese crítica-tradicional", com o propósito de ilustrar a relação exposta na representação gráfica apresentada anteriormente.

Ao examinar o perfil dos professores de Geografia formados na UFSCar, observou-se que esses profissionais promovem ações voltadas à transformação das dinâmicas socioespaciais, buscando interromper a reprodução das contradições socioeconômicas nos contextos habitacionais.

Cavalcanti (2013) destacou que, na abordagem crítica do papel docente, o foco recai sobre o desenvolvimento dos alunos, a prática da cidadania e um projeto de justiça social, sem espaço para práticas neutras ou reprodutivistas.

Durante o processo de ensino-aprendizagem, a atuação do professor projeta-se para um "mundo maior", com impacto no destino dos estudantes. O princípio fundamental da formação deve ser formar profissionais críticos, capazes de questionar a prática pedagógica, construir teorias com base em investigações próprias e recorrer ao conhecimento acadêmico para refletir sobre a realidade.

A universidade não deve focar no mercado de trabalho de lógica neoliberal, pois isso contrariaria a abordagem crítica, que deve articular reflexão, políticas públicas e o desenvolvimento nacional.

Ainda segundo Cavalcanti (2013), a formação ideal do geógrafo exige uma prática integrada a um currículo flexível, que combine disciplinas e atividades compatíveis com as competências da profissão. O formando deve desenvolver, ao longo do curso, uma competência





teórico-prática para atuar em diferentes áreas da Geografia, podendo especializar-se conforme seus interesses.

A graduação em Geografia da UFSCar segue esse modelo ideal, por não adotar uma divisão rígida entre disciplinas de bacharelado e licenciatura, como ocorre em instituições com o sistema 3+1 ou 2+2. Cavalcanti (2013) criticou esse modelo por ir contra a formação integrada.

Dessa perspectiva, levanta-se a hipótese de que há conflitos ideológicos nas práticas dos egressos, que, ao tentar aplicar um perfil crítico em contextos tradicionais, enfrentam obstáculos e tensões. Assim, uma formação pautada nesses valores pode promover profissionais engajados na transformação socioespacial.

A etapa de levantamento de informações acerca do PPP e das expectativas acerca dos egressos, culminou na produção da síntese crítica-tradicional, depois deste momento introduzimos novas informações buscadas de fontes que se enquadram no escopo da geografia crítica.

Por se tratar de uma pesquisa sobre abordagens críticas, foi essencial realizar uma análise da geografia que adota o termo “crítica” em seu nome. Nesse contexto, observou-se que o tensionamento ilustrado pela síntese crítica-tradicional se expande também dentro da geografia.

A geografia crítica tem uma história marcada pelo tensionamento e pela busca de ruptura com a geografia tradicional, sendo importante realizar um levantamento sobre essa linha de pensamento. Para isso, adotamos um método comparativo, conforme utilizado anteriormente.

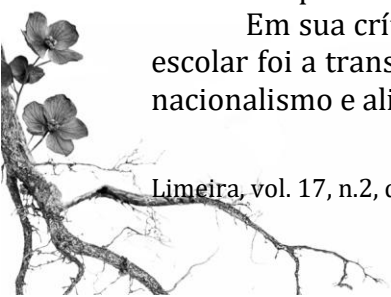
Segundo Vesentini (2004), o início do Século XIX foi caracterizado por uma intensa luta política em torno da educação, envolvendo diferentes grupos ideológicos, com destaque para o conflito entre a Igreja e o Estado, que culminou na organização de uma educação pública nacional (Vesentini, 2004). Nesse processo, a educação teve como um dos seus principais objetivos fornecer um caráter cívico ao ensino, com ênfase na formação patriótica e nacionalista, o que, por sua vez, acentuou as diferenças nacionais e preparou o terreno para conflitos bélicos futuros.

Ainda dentro dessa linha de raciocínio, Vesentini reforça a ideia de que a escola, em vez de promover uma verdadeira transformação social, tem uma função ideológica, reproduzindo as desigualdades sociais e perpetuando as estruturas de poder existentes. Esse pensamento é compartilhado por Bourdieu, que critica a visão tradicional da escola como um meio de mobilidade social, apontando que, ao contrário, ela é um dos principais instrumentos de conservação das desigualdades sociais, fornecendo a aparência de legitimidade para essas desigualdades (Bourdieu, 2007).

A aplicação desse princípio de reprodução social na prática da geografia é ilustrada por Lacoste, que observa que a geografia escolar, imposta no século XIX, continua a ser reproduzida até hoje. De acordo com Lacoste (1977), a disciplina geográfica, com seu foco na descrição de mapas e representações simbólicas, delega um caráter de ineficácia prática, criando um distanciamento entre o que é ensinado na escola e o que é vivenciado no cotidiano. Essa abordagem tradicional delega aos alunos um papel passivo, sem oportunidade para contribuírem ativamente no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, a geografia tradicional se limitou a descrever, enumerar e classificar fatos espaciais, sem considerar as medições e as relações entre os elementos, o que comprometeu a qualidade do trabalho científico. Essa visão empírica e naturalista da geografia, que se baseia em um positivismo marcante, negligência as dimensões sociais do espaço e ignora a análise crítica dos processos históricos que o constituem (Moraes, 2005).

Em sua crítica, Cavalcanti (2016) também destaca que a função ideológica da geografia escolar foi a transmissão de informações gerais sobre territórios e países, em um contexto de nacionalismo e alinhamento com os interesses políticos e econômicos dos Estados-nações.





Com o tempo, a abordagem tradicional da geografia se mostrou incapaz de analisar as contradições sociais que marcam o espaço, necessitando de uma nova perspectiva que incorporasse as questões sociais em sua análise.

No entanto, conforme Moraes (2005), a crítica à geografia tradicional não resultou imediatamente no surgimento da geografia crítica, pois, inicialmente, houve o aparecimento da geografia pragmática, que apenas apontava as limitações da abordagem tradicional sem questionar seus fundamentos sociais.

A geografia pragmática, segundo Moraes, buscou atualizar as formas de transmissão do conhecimento sem alterar seu conteúdo de classe, e suas propostas visavam apenas uma redefinição técnica e linguística. Foi somente a partir do surgimento da geografia crítica que a transformação das práticas geográficas se tornou possível, marcando a ruptura definitiva com a geografia tradicional.

No Brasil, a renovação da geografia crítica se deu em duas fases. A primeira, situada entre o final das décadas de 1970 e 1980, foi caracterizada pela crítica ao discurso geográfico tradicional, questionando o sentido e a utilidade da geografia.

A segunda fase, a partir da década de 1980, oficializou a geografia crítica, tornando-a um modelo dominante, mas com uma mudança de ritmo e rumo (Moreira, 2007). Essa nova abordagem, mais alinhada ao perfil de egresso desejado, enfatizou a importância de o aluno assumir um papel ativo diante dos problemas sociais, o que contribuiu para sua conscientização e formação como agente de mudanças sociais (Pontushcka, 2007).

Vesentini (2004) destaca que o conhecimento em uma geografia crítica não se limita à figura do professor ou à ciência a ser ensinada, mas está intrinsecamente ligado à realidade e ao contexto social em que alunos e professores estão inseridos, sendo fruto da práxis coletiva. Para que isso aconteça, é necessário um processo de conscientização contínuo, como defendido por Paulo Freire, permitindo que os alunos reconheçam sua capacidade de transformar a realidade à sua volta.

Em suma, a geografia crítica é entendida como uma abordagem pedagógica que, em teoria, se opõe à pedagogia tradicional. Essa crítica à geografia tradicional também é refletida nas obras fundamentais da geografia crítica, como as de Massimo Quaini e Milton Santos, que são frequentemente incluídas na bibliografia de cursos que buscam promover essa transformação.

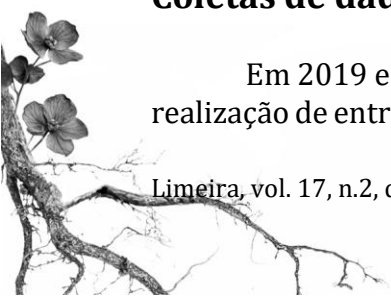
Esses autores consideram a geografia não apenas uma ciência, mas uma ferramenta de transformação social, uma arma na luta por uma sociedade mais justa (Moraes, 2005). Isso reflete uma mudança significativa, pois, até então, a geografia era amplamente utilizada para manter o status quo, como aponta Lacoste (1988), que distingue a "geografia dos Estados-Maiores" – vinculada ao poder e à estratégia – da "geografia dos professores", mais voltada à prática pedagógica.

Por fim, a renovação da geografia crítica representa uma verdadeira ruptura com a visão positivista e neutra que a geografia tradicional defendia. Como Lacoste (1988) destaca, a geografia sempre esteve ligada a projetos de poder, mas, com a crítica geográfica, ela passa a ser vista como um instrumento de libertação e transformação social.

A busca do entendimento do que seria uma prática crítica de professores de Geografia formados na UFSCar Campus Sorocaba, levou em conta uma miscelânea de autores das áreas da educação da própria Geografia, esse processo foi necessário uma vez que uma das metodologias aplicadas na pesquisa naquele momento foi a coleta de dados através de entrevistas com estes professores.

Coletas de dados em 2019-2020 e 2025

Em 2019 e 2020, uma das metodologias aplicadas no desenvolvimento da pesquisa foi a realização de entrevistas com os egressos do curso. Tal estratégia metodológica foi adotada com





o intuito de possibilitar uma reflexão mais aprofundada sobre suas práticas pedagógicas, especialmente em relação aos parâmetros formativos descritos na seção anterior deste texto. A escuta qualificada dos sujeitos permitiu acessar percepções valiosas sobre o exercício docente no contexto real de atuação, conectando os princípios teóricos da formação com a prática cotidiana nas escolas.

Com o objetivo de proporcionar maior clareza e objetividade na apresentação dos dados levantados sobre os egressos naquele momento, convencionou-se a elaboração e inserção de uma exibição gráfica da amostragem utilizada na pesquisa. Essa opção visa facilitar a compreensão por parte do leitor, oferecendo uma visualização organizada e direta dos perfis profissionais investigados, contribuindo para uma leitura mais eficaz dos resultados obtidos.

Tabela 1 - Características gerais da amostragem de 2019 e 2020

Professor	Idade	Tipo de escola visitada	Pós-graduação ou segunda graduação	Data da coleta de dados
Rogério	31	Estadual	Não	24/10/2019
Ademir	30	Particular	Mestre em Geografia	25/10/2019
Augusto	34	Estadual	Mestre em Geografia	29/10/2019
Moacir	29	Particular	Não	31/10/2019
Pedro	33	Estadual	Mestra em Educação e mestrando em Geografia	04/11/2019
Edson	30	Estadual	Não	05/11/2019
Fernanda	37	Municipal (Sorocaba)	Mestranda em Geografia	03/03/2020
Maria	29	Estadual	Graduada em Geografia e Pedagogia	13/03/2020

Fonte: Trevisan, 2025.

As perguntas elaboradas para as entrevistas foram fundamentadas em três eixos de justificativa principais. Primeiramente, partiu-se da suposição de que alguns estudantes optam pelo curso de Licenciatura em Geografia por apresentarem características críticas inatas ou latentes.

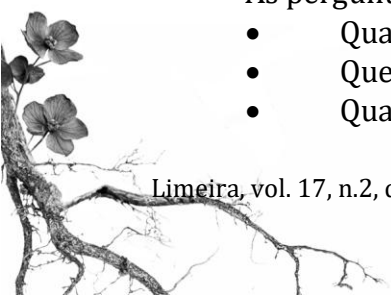
Assim, procurou-se mapear as motivações que os levaram à escolha do curso, bem como investigar a origem dessas possíveis disposições críticas, reconhecendo que tais características não se formam exclusivamente no ensino superior.

Em segundo lugar, buscou-se explorar, por meio das perguntas, a visão dos egressos sobre as qualidades indispensáveis da profissão docente e sua contribuição social. A questão sobre a prática ideal foi empregada como estratégia para revelar, nas falas dos entrevistados, os elementos considerados essenciais para um ambiente escolar significativo.

Por fim, abordaram-se aspectos relacionados ao currículo formal, sua relevância e a possibilidade de flexibilização, especialmente considerando a hipótese de que os egressos poderiam atuar em contextos com metodologias diversas, inclusive antagônicas. Nesse ponto, também foram levantadas dificuldades vivenciadas pelos profissionais em sua inserção e permanência no campo educacional.

As perguntas realizadas em 2020 foram:

- Qual a razão de uma pessoa fazer geografia na UFSCar?
- Que tipo de pessoa fazer geografia na UFSCar?
- Qual a razão de alguém querer se tornar professor?





- Qual o papel do professor de geografia na sociedade?
- Qual a importância da geografia na formação das pessoas?
- Quais são os elementos de uma boa prática educativa?
- Realize uma auto descrição de suas práticas em sala de aula.
- Você se considera um profissional crítico?
- Como é a escolha de conteúdo?
- Quais as maiores dificuldades enfrentadas no ambiente profissional?

Ao término das investigações realizadas em 2019 e 2020 que incluíram visitas às escolas e entrevistas com egressos do curso de Licenciatura em Geografia da UFSCar foi possível constatar que os sujeitos da pesquisa, em maior ou menor grau, correspondiam às expectativas delineadas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso. Em suas práticas, observou-se a presença de abordagens com potencial transformador, orientadas à reflexão socioespacial.

Tal constatação, entretanto, exigiu ressalvas. Identificou-se, à época, que a autonomia dos professores variava consideravelmente conforme a instituição em que atuavam. Essa diferença se evidenciava, sobretudo, entre escolas públicas e privadas, sendo que o ambiente escolar mais flexível favorecia a adoção de práticas críticas, enquanto contextos mais rígidos, como os de escolas particulares, tendiam a limitar tais possibilidades.

Outro fator limitador que emergiu com nitidez foi o caráter estrutural da precarização da docência. A necessidade de assumir múltiplas jornadas, em virtude da histórica desvalorização da profissão, restringia significativamente o tempo disponível para o planejamento de aulas e para o exercício da reflexão crítica. A sobrecarga de trabalho comprometia diretamente a elaboração de práticas pedagógicas inovadoras, favorecendo a reprodução do material didático e o cumprimento estrito do conteúdo programático, muitas vezes de forma mecânica.

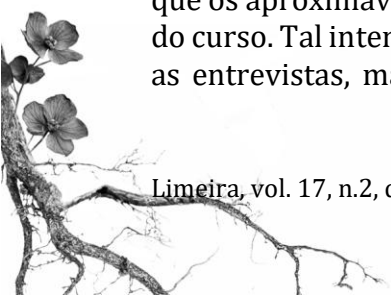
Apesar disso, observou-se, de forma consistente, a presença de elementos fundamentais à construção de uma abordagem crítica. Entre eles, destacou-se a prática do diálogo, presente em maior ou menor intensidade entre todos os participantes. Esse recurso promovia relações mais horizontalizadas em sala de aula, contribuindo para o fortalecimento do respeito mútuo entre docentes e discentes. Além disso, o diálogo frequentemente se convertia em ponto de partida para discussões que extrapolavam o conteúdo formal, abrindo espaço para a problematização da realidade vivida pelos estudantes.

Também vimos nas práticas a flexibilização do currículo. Alguns professores demonstraram maior liberdade e intencionalidade ao adaptar o conteúdo programático às demandas emergentes da sala de aula, estabelecendo pontes com a realidade dos alunos.

Esse processo era heterogêneo, sendo mais comum em instituições públicas, onde a cobrança por resultados formais era menos intensa. Mesmo em ambientes mais restritivos, como escolas privadas ou cursinhos pré-vestibulares, identificaram-se esforços pontuais para inserir discussões críticas por meio da exploração das contradições socioespaciais. Essa estratégia revelava-se frutífera na medida em que permitia aos alunos identificar desigualdades e reconhecer conflitos sociais presentes em seus territórios, possibilitando, assim, um exercício de desvelamento da realidade.

A busca por esse equilíbrio entre as exigências da estrutura escolar tradicional e as práticas pedagógicas transformadoras revelou-se como um verdadeiro exercício de resistência uma tentativa constante de transitar entre os limites impostos e as possibilidades de atuação crítica.

Com base nesses dados, concluímos em 2020 que os egressos demonstravam, em maior ou menor grau, uma intenção clara e comprometida de realizar práticas pedagógicas críticas, o que os aproximava significativamente do perfil delineado no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso. Tal intenção se manifestava não apenas em seus discursos e posicionamentos durante as entrevistas, mas também em ações concretas observadas ao longo do acompanhamento





realizado nas escolas onde atuavam, como a escolha de temas relevantes, a valorização da escuta dos alunos e o estímulo ao pensamento reflexivo.

Esses achados, embora situados em um contexto histórico específico, constituem um importante ponto de partida para a presente análise comparativa, na qual buscamos verificar em que medida tais características foram preservadas, ressignificadas ou mesmo intensificadas ao longo dos anos.

Reflexões acerca dos dados coletados em 2020 e 2025

Para dar continuidade à pesquisa concluída em 2021, alguns professores egressos foram entrevistados novamente em 2025, estamos falando especificamente dos professores designados nos pseudônimos: Rogério, Ademir, Moacir e Maria.

Ressaltamos a dificuldade em obter esses novos dados, uma vez que os envolvidos na pesquisa encontram-se amplamente ocupados com suas atividades profissionais e acadêmicas, informação que por si só já denota uma fragilização do trabalho docente e intelectual, uma vez que como visto em 2019 e 2020, muitas vezes as extenuantes cargas de trabalho atrapalham os momentos de preparação de aula e reflexão acerca da própria prática.

Neste novo momento de coleta de dados, foram realizadas apenas três perguntas:

- Descreva o que é uma prática crítica
- Quais os desafios de desempenhar a prática crítica
- O que mudou na sua prática de hoje para 2020

Cada uma das novas coletas foi analisada juntamente com as antigas coletas de 2020, o que proporcionou a possibilidade de novas reflexões, que foram estruturadas e padronizadas.

Rogério 2019 e 2025

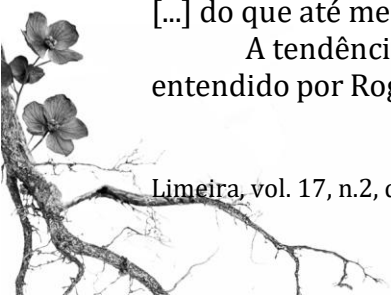
Nos dois momentos da coleta de dados Rogério estava atuando como professor da educação básica em ensino fundamental e médio, em 2019 em Sorocaba (SP) e Salto de Pirapora (SP) atuando tanto na rede pública quanto na rede privada, em 2025 forneceu dados que remetem a sua atuação na rede pública como professor no município de Boituva.

Desde a primeira entrevista realizada com Rogério em 2019, observava-se um compromisso com práticas educativas que buscavam a aproximação entre conteúdo escolar e vivências do aluno. Já naquele momento, ele expressava que “a geografia seria a mais fácil de você linkar com a vida [...] você conhece seu cotidiano, como você pode entender no seu cotidiano melhor?” (Rogério, 2019, informação verbal).

Essa concepção se manteve em 2025. Ao ser perguntado sobre o que é uma prática crítica, ele afirma que se trata de “trazer pra perto da realidade do aluno [...] aquilo que realmente ele pode modificar no dia a dia dele com os aprendizados da escola” (Rogério, 2025, informação verbal). Nota-se uma permanência em sua compreensão da prática crítica como algo que se ancora na vida concreta dos sujeitos, coerente com Freire (1996, p. 67), que afirma: “ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”.

Contudo, uma mudança ocorreu na priorização dos conteúdos. Em 2019, Rogério ainda articulava conteúdos conceituais com temas críticos, como nas aulas sobre desigualdade e cotas raciais, nas quais promoveu debates que exigiam posicionamento: “mesmo que ele desse uma opinião que fosse contrária, ele se posicionou e deu argumentos” (Rogério, 2019, informação verbal). Em 2025, no entanto, há uma reconfiguração em sua prática: “tá difícil aproximar a geografia com a vida deles [...] tô preferindo ensinar bons modos pra eles [...] atitudes, valores [...] do que até mesmo um próprio conteúdo em si” (Rogério, 2025, informação verbal).

A tendência mais marcante em 2025 é o enfoque na formação ética e moral dos alunos, entendido por Rogério como prática crítica diante da realidade de vulnerabilidade social. Ele se





mostra preocupado com o futuro de seus estudantes e com a autonomia das crianças no mundo pós-pandêmico: “eu observo que você tentar trazer valores bons pra eles [...] vai abrir muitas portas” (Rogério, 2025, informação verbal).

Essa preocupação remete ao conceito de “educação para a autonomia” de Freire (1996), mas também revela uma tensão: a substituição do conteúdo escolar pela formação de comportamentos. Embora essa abordagem responda a uma urgência concreta, há o risco de que o ensino de geografia se dilua, enfraquecendo o caráter crítico da disciplina.

Há aqui uma reconfiguração, se em 2019 Rogério promovia debates fundamentados, que levavam os alunos a refletir sobre a origem das desigualdades sociais — “as cotas não são pra falar que o negro é incapaz, e sim pra corrigir uma deficiência histórica” (Rogério, 2019, informação verbal) —, em 2025 a prática se concentra mais em valores comportamentais do que na discussão crítica dos conteúdos escolares.

É possível interpretar essa reconfiguração como um retrocesso parcial do ponto de vista dos fundamentos da geografia crítica, conforme discutidos por Cavalcanti (2013), que defende a articulação entre conhecimento científico e experiência vivida. O próprio Rogério reconhece essa limitação: “eu desvio totalmente para aproximar da vida deles e não do lado científico infelizmente” (Rogério, 2025, informação verbal).

No entanto, sua ação ainda se inscreve dentro de uma pedagogia crítica quando visa conscientizar os alunos sobre seu papel na sociedade: “eu cutuco eles para que eles um dia possam entender que eles têm poder” (Rogério, 2025, informação verbal). Isso indica uma persistência do compromisso com a formação de sujeitos ativos e participativos, em consonância com a noção de conscientização (Freire, 1979).

Dois fatores se destacam como explicativos para a mudança nas práticas de Rogério entre 2019 e 2025:

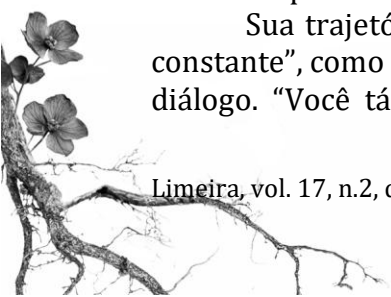
- A precarização das condições de trabalho na escola pública, especialmente no município de Boituva: “a gente tem situações péssimas gerenciadas no cotidiano da escola por conta de falta de estrutura” (Rogério, 2025, informação verbal). Essa condição compromete diretamente a elaboração de aulas mais complexas e fundamentadas, como já alertava Horkheimer (1989) ao discutir os limites estruturais impostos à racionalidade crítica nas instituições.
- O impacto da pandemia sobre os vínculos escolares e a saúde emocional dos alunos: Rogério demonstra sensibilidade ao afirmar que “você se preocupar mais com esse período pós-pandêmico [...] como as crianças vão adquirir autonomia” (Rogério, 2025, informação verbal). Isso aponta para um deslocamento de foco: do conteúdo formal para a reconstrução da relação afetiva e cidadã com os estudantes.

Cavalcanti (2010) entende a “articulação entre teoria geográfica e práxis docente” como um movimento indispensável para que o ensino de Geografia ultrapasse a mera transmissão de conteúdos e se constitua como prática crítica, capaz de promover a leitura e a transformação do espaço vivido pelos alunos.

Nesse sentido, o distanciamento parcial de Rogério em relação a essa articulação pode ser compreendido à luz dos desafios concretos enfrentados no cotidiano escolar, como a precarização das condições de trabalho e os impactos emocionais do período pós-pandêmico, que impõem limites reais à implementação de práticas pedagógicas fundamentadas teoricamente.

Rogério continua sendo um educador comprometido com a formação crítica de seus alunos, ainda que sua prática esteja hoje mais voltada à formação de valores do que à discussão dos conteúdos escolares em profundidade. O cenário precário da escola pública, somado aos efeitos da pandemia, contribuiu para essa reconfiguração.

Sua trajetória reafirma que a prática crítica não é um modelo fixo, mas um “fazer-se constante”, como define Freire (1998), que exige sensibilidade ao contexto e disposição para o diálogo. “Você tá praticando tal conceito [...] ele pode te servir pra isso” (Rogério, 2025,





informação verbal): é neste gesto de aproximação entre o saber e a vida que resiste, ainda que em novas formas, a pedagogia crítica de Rogério.

Ademir 2019 e 2025

O segundo egresso analisado nesta pesquisa é Ademir, cujos dados foram coletados em dois momentos distintos: o primeiro em 2019, quando atuava como professor do Ensino Médio e de cursinhos pré-vestibulares em Sorocaba (SP), e o segundo em 2025, quando já havia deixado a docência na educação básica para se dedicar ao doutorado e à divulgação científica no estado do Paraná, aonde conduz sua pesquisa e gere um canal de YouTube voltado à astronomia. Essa transição profissional impacta diretamente a natureza de suas práticas críticas, que permanecem presentes, ainda que reconfiguradas em novos contextos.

Apesar das mudanças na trajetória profissional, observa-se em Ademir uma notável continuidade em sua postura crítica diante do ensino e da sociedade. Já em 2019, ele afirmava que “a geografia toca muito numa questão de cidadania, direitos e da própria interpretação do espaço ao seu redor” (Ademir, 2019, informação verbal), o que demonstrava seu compromisso com uma formação que vai além dos conteúdos técnicos.

Em 2025, embora não esteja mais em sala de aula, ele mantém essa postura, agora direcionando sua atuação para o campo da popularização do conhecimento, afirmando em entrevista em 2019 que “o conhecimento científico precisa ser compartilhado com responsabilidade e crítica, mesmo fora da escola” (Ademir, 2019, informação verbal).

A principal novidade no perfil de Ademir em 2025 é a migração do espaço escolar para o ambiente digital e acadêmico. Como doutorando e divulgador científico, ele ressignifica sua prática crítica: “A crítica não é impor algo, é refletir criticamente, é buscar o limite de alguma coisa” (Ademir, 2019, informação verbal). Esse deslocamento de atuação não implica abandono da postura formativa, mas a ampliação de seu público e a adoção de novas linguagens e estratégias.

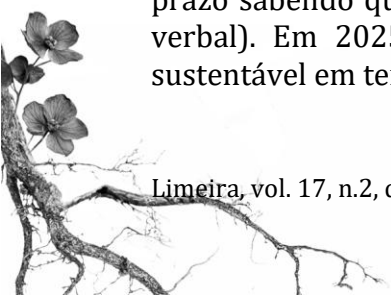
Seu canal de YouTube sobre astronomia, por exemplo, é descrito por ele como um espaço de “educação informal crítica”, onde busca “desmistificar conteúdos e combater desinformações com base científica” (Ademir, 2025, informação verbal).

Essa nova fase de atuação coaduna-se com a perspectiva de Paulo Freire da educação como prática da liberdade (Freire, 1998), em que o saber deve estar a serviço da transformação social, inclusive fora dos ambientes escolares tradicionais.

A trajetória de Ademir demonstra avanços significativos em termos de autonomia intelectual, capacidade crítica e inovação metodológica. Enquanto em 2019 ele já se considerava um “profissional crítico”, ao afirmar que “a crítica é o que mais desenvolve o ser humano” (Ademir, 2019, informação verbal), em 2025 essa crítica se expande para além do currículo escolar, adentrando debates públicos sobre ciência, tecnologia e política, inclusive com engajamento em redes sociais e produção de vídeos educativos.

Trata-se, portanto, de uma reconfiguração de sua prática crítica: se antes sua atuação era mediada pelo conteúdo escolar e pelos limites da sala de aula, agora ela se realiza em novas mídias e com novos públicos. Essa transição também permite maior liberdade temática e metodológica, ainda que carregue o desafio de enfrentar o negacionismo e a superficialidade das redes digitais.

A mudança no cenário profissional de Ademir está relacionada a fatores institucionais e estruturais da educação brasileira. Em 2019, ele já apontava a precarização do trabalho docente como uma limitação séria: “Não dá pra gente pensar num trabalho contínuo, uma coisa a longo prazo sabendo que a qualquer momento [...] podem me demitir” (Ademir, 2019, informação verbal). Em 2025, essa instabilidade foi substituída por um caminho mais autônomo e sustentável em termos de projeto de vida e atuação crítica.





O doutoramento e a divulgação científica representam também uma resposta à necessidade de produzir saberes que dialoguem com o grande público, sem perder o rigor teórico.

Moacir 2019 e 2025

O professor Moacir participou desta pesquisa em dois momentos distintos: em 2019, quando atuava na rede particular de ensino em Sorocaba-SP, e em 2025, ainda na mesma rede e na mesma cidade, demonstrando permanência em sua atuação docente. A continuidade de sua prática em um mesmo ambiente permite observar, com mais nitidez, os processos de amadurecimento e ressignificação do trabalho pedagógico crítico ao longo do tempo.

Em 2019, Moacir apresentava uma prática docente voltada à problematização de conteúdos e à mediação entre o conteúdo formal e a realidade dos alunos. Sua atuação estava marcada pela tentativa de estimular o protagonismo discente, apesar das limitações do ambiente escolar e das condições materiais. A respeito do papel do professor, afirmou que era necessário “instigar o aluno” para que ele desejasse aprender e relacionasse os conteúdos à sua própria vivência (Moacir, 2019, informação verbal).

Já em 2025, Moacir reafirma o compromisso com a prática crítica, indicando que seu objetivo é “sempre demonstrar para o aluno os diferentes pontos de vista”, especialmente no que diz respeito às desigualdades socioespaciais e ambientais (Moacir, 2025, informação verbal). Nota-se, no entanto, um amadurecimento em sua concepção de prática crítica, ao considerar que ela também exige autocrítica: “é você agir a todo tempo [...] tentando amadurecer também nesse processo” (Moacir, 2025, informação verbal).

Entre os elementos novos de sua prática em 2025 está uma atenção mais apurada às estratégias de abordagem, com o cuidado de não impor um viés, mas de “evitar por exemplo maiores discussões ou que o aluno perturbe a ideia de ter um pensamento crítico e não um posicionamento cego” (Moacir, 2025, informação verbal). Esta postura aponta para uma sofisticação da prática docente crítica, que busca equilibrar posicionamento e escuta, em consonância com a defesa freiriana do diálogo como método (Freire, 1996).

Também se observa uma maior compreensão dos limites impostos pelo material didático conteudista e pelo ritmo das apostilas, algo que já era mencionado em 2020, mas que em 2025 permanece como obstáculo importante: “o material é bem apostilado, é conteudista [...] a gente tem que dar conta do conteúdo e não tem muita abrangência” (Moacir, 2025, informação verbal).

Há indícios claros de avanço na prática de Moacir, sobretudo na forma como ele refina a noção de crítica: ela deixa de ser apenas uma denúncia do problema e passa a ser uma forma de amadurecimento da própria prática.

Os fatores contextuais que explicam essas mudanças estão ligados à conjuntura política e pedagógica da escola particular. Moacir observa que, em 2019, havia uma “bipolaridade muito grande de posicionamento em sala de aula”, com qualquer comentário sendo imediatamente interpretado como viés ideológico. Em 2025, essa tensão parece ter diminuído, permitindo um espaço mais fértil para a formação crítica: “os alunos entendem um pouco mais em relação a ter esse pensamento crítico e não necessariamente ser contra um lado” (Moacir, 2025, informação verbal).

Esse amadurecimento do ambiente escolar também favoreceu a prática do professor, que passou a desenvolver melhor a distinção entre crítica e doutrinação, algo já proposto por Horkheimer (1989), ao alertar para a diferença entre crítica racional e crítica ideológica. Moacir reafirma, assim, um compromisso com a criticidade enquanto construção autônoma do estudante.

Moacir representa, nesta pesquisa, o caso de um professor que permaneceu no mesmo espaço institucional, mas avançou em sua prática docente crítica por meio da experiência





acumulada, da escuta dos alunos e da autocrítica. Ele demonstra sensibilidade pedagógica para mediar temas sensíveis e estruturar o pensamento crítico de forma equilibrada.

Maria 2020 e 2025

A terceira participante analisada nesta pesquisa é Maria, cuja contribuição ocorreu em dois momentos distintos: em 2020, quando atuava como professora na educação básica em Valinhos-SP; e em 2025 ainda atuando na mesma região, quando se encontrava afastada da sala de aula, trabalhando na biblioteca de uma escola em condições de precarização laboral. A ausência de respostas formais no segundo momento foi, por si só, um dado relevante, pois refletiu um quadro de exaustão e acúmulo de tarefas que simboliza a realidade de muitos profissionais da educação pública.

Em 2020, Maria demonstrava um forte compromisso com práticas pedagógicas que aliavam criatividade, acolhimento e senso crítico. Seu projeto da horta escolar exemplificava esse empenho em desenvolver nos alunos "a vivência do dia a dia e no contexto" como formas de aprendizagem (Maria, 2020, informação verbal). Ao afirmar que "a geografia faz pensar, faz refletir de forma positiva e negativa o meio" (Maria, 2020, informação verbal) a professora alinhava-se à proposta freiriana de uma educação voltada à formação de sujeitos críticos (Freire, 1998).

Entretanto, em 2025, Maria não conseguiu participar formalmente da entrevista. Em sua justificativa, enviada por mensagem, revela o impacto do contexto profissional: "Eu estou exausta, a semana passa que eu nem vejo [...] eu faço tudo menos biblioteca, e a demanda só chega" (Maria, 2025, informação verbal). Tal depoimento explicita a perda de condições materiais e emocionais para o exercício de qualquer forma de prática crítica, apontando para uma mudança drástica entre os dois momentos.

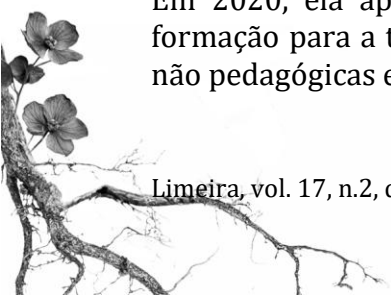
A tendência mais evidente é o silenciamento das práticas pedagógicas críticas diante da intensificação do trabalho escolar não docente. Maria não apenas deixou a sala de aula, como também foi deslocada de suas atribuições originais, acumulando funções burocráticas e de portaria. Esse desvio de função, comum em escolas precarizadas, compromete a qualidade do trabalho pedagógico e evidencia o que Horkheimer (1989) chamava de "instrumentalização do trabalho", em que as tarefas são esvaziadas de sentido formativo.

Constata-se um retrocesso nas possibilidades de atuação crítica de Maria. Se em 2020 ela afirmava que "a educação, quando não é libertadora, o oprimido quer se tornar opressor" (Maria, 2020, informação verbal), em 2025 ela mesma encontra-se oprimida por um sistema que desvaloriza e sobrecarrega o profissional da educação.

O principal fator contextual que explica a mudança entre 2020 e 2025 é a precarização do trabalho docente. Maria aponta que "a minha escola não tem funcionário", e por isso é "obrigada a realizar tarefas alheias à sua função" (Maria, 2025, informação verbal). Essa falta de condições materiais reflete os cortes de investimento e a sobrecarga imposta aos profissionais da educação, corroborando as críticas feitas por Cavalcanti (2012) à estrutura das redes escolares que dificultam a prática reflexiva e criativa.

Embora sua postura em 2020 fosse exemplar em termos de criatividade e comprometimento com a formação integral dos alunos, em 2025 Maria está imersa num contexto que inviabiliza esse tipo de prática. Esse contraste não se deve à falta de formação ou de vontade, mas sim à ausência de condições objetivas para exercê-la.

Maria representa, nesta pesquisa, um caso emblemático de como o contexto institucional e político pode comprometer até mesmo as trajetórias docentes mais engajadas. Em 2020, ela aplicava projetos interdisciplinares, promovia reflexão crítica e defendia a formação para a transformação. Em 2025, sua voz aparece sufocada pelo acúmulo de tarefas não pedagógicas e pela falta de apoio institucional.





Conclusão

A realização desta pesquisa em dois momentos distintos possibilitou não apenas o registro das práticas docentes críticas em sua diversidade, mas sobretudo a compreensão de seus processos de transformação ao longo do tempo.

O intervalo de cinco anos permitiu identificar permanências, rupturas, amadurecimentos e reconfigurações nas trajetórias profissionais dos sujeitos participantes, valorizando o caráter dinâmico da prática crítica como algo indissociável dos contextos históricos, institucionais e subjetivos vivenciados pelos educadores.

Ao comparar os dados coletados, torna-se evidente que a prática docente crítica não se manifesta de forma homogênea nem linear. Pelo contrário, ela se constitui como um campo de tensões e escolhas ético-pedagógicas atravessado por múltiplos condicionantes.

O compromisso com a formação crítica dos alunos persiste em diferentes graus e formatos, mesmo quando as condições de trabalho se tornam adversas ou os espaços escolares são abandonados. Essa constatação reforça a importância da abordagem processual da pesquisa, pois somente com a observação longitudinal foi possível captar nuances que passariam despercebidas em um estudo pontual.

No caso de Rogério, por exemplo, percebe-se uma trajetória marcada tanto pela permanência de princípios quanto por reconfigurações nas estratégias de ensino. Seu compromisso em conectar os conteúdos escolares à realidade concreta dos estudantes se manteve ao longo do tempo, mas em 2025 esse vínculo passou a se expressar com ênfase na formação de valores éticos e comportamentais.

Essa mudança, embora preserve o espírito da prática crítica, aponta para um deslocamento no foco pedagógico, influenciado diretamente pelas condições estruturais da escola pública e pelos impactos da pandemia na socialização escolar. A crítica permanece, mas em novos contornos, mais afetivos e morais do que conceituais e científicos.

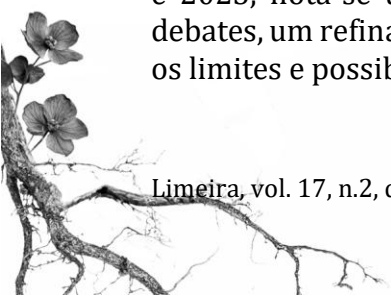
Ademir, por sua vez, representa um percurso de expansão da crítica para além da sala de aula. Sua transição do ensino básico para o doutorado e a divulgação científica marca uma inflexão importante na maneira como a prática crítica se realiza. Mesmo fora do espaço escolar tradicional, ele manteve seu engajamento com a construção de sujeitos autônomos e com a disseminação de saberes reflexivos.

O ambiente digital e acadêmico se torna, então, uma nova arena de atuação crítica, mais livre das amarras institucionais da educação básica, mas não menos desafiadora. Nesse sentido, sua trajetória confirma que o exercício da criticidade não está preso a um formato único, mas pode se reconfigurar em diferentes linguagens e públicos, desde que mantenha um horizonte ético e transformador.

Já Maria ilustra de forma contundente os efeitos do desgaste profissional e da precarização do trabalho docente sobre a possibilidade de manter uma prática crítica ativa. Em 2020, ela era uma educadora criativa, articulada e engajada com práticas interdisciplinares. Em 2025, no entanto, encontra-se afastada da sala de aula, sobrecarregada com funções alheias à sua formação, impossibilitada de dedicar-se à dimensão pedagógica de sua atuação.

Sua ausência na entrevista não deve ser interpretada como recuo pessoal, mas como evidência de um contexto que inviabiliza a continuidade de projetos formativos comprometidos com a emancipação. A ruptura não é fruto da vontade, mas da imposição de condições objetivas que silenciam o trabalho crítico.

Moacir, por fim, oferece o exemplo de um educador que, mesmo permanecendo no mesmo espaço institucional, conseguiu amadurecer e sofisticar sua prática crítica. Entre 2020 e 2025, nota-se uma maior autopercepção sobre o papel do professor como mediador de debates, um refinamento no cuidado com a escuta dos alunos e uma clareza mais apurada sobre os limites e possibilidades do material didático.





Sua trajetória evidencia que a criticidade também pode ser aprimorada no cotidiano da escola privada, desde que haja espaço para o diálogo, a autocrítica e a reflexão metodológica.

A prática crítica, nesse caso, se torna mais estratégica, menos reativa, buscando formar alunos reflexivos sem cair na armadilha da doutrinação.

A análise comparativa entre os quatro participantes confirma que a prática crítica docente é um processo em constante construção, profundamente dependente das condições históricas e institucionais em que se insere. Em alguns casos, há avanços e ampliação de possibilidades; em outros, rupturas e silenciamentos.

Entretanto, mesmo nas reconfigurações mais difíceis, persiste o desejo de educar para além do conteúdo, com intencionalidade ética e sensibilidade social. A coleta em dois momentos distintos revelou não apenas o que mudou, mas também o que resiste, e é nessa resistência, ainda que fraturada, que a prática crítica se reinventa e sobrevive.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. **Educação e emancipação**, v. 3, p. 119-138, 1995.

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional. **Currículo, cultura e sociedade**, v. 11, p. 59-91, 1994.

ARROYO, M. M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea** – Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 55-62.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

CALLAI, Helena Copetti. A Educação geográfica na formação docente: convergências e tensões. In: **Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**. Belo Horizonte: ENDIPE, 2010. p. 412-433.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, Portugal, 2004.

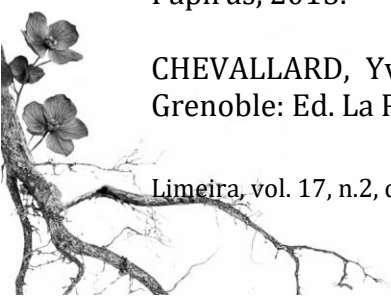
CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 62-78.

CAVALCANTI, L. S. Concepções teórico-metodológicas da Geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino. In: SANTOS, L. L. de C. P. et al. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CAVALCANTI, L. S. Geografia escolar: reflexões sobre conhecimentos articulados na teoria e na prática docentes. In: **XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - ENDIPE**. Campinas: UNICAMP, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2013.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné**. Grenoble: Ed. La Pensée Sauvage, 1991.





- FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez Editora, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HORKHEIMER, M. **Filosofia e teoria crítica**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia, isto serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1994.
- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.
- NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004. p. 249-288.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 30. ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- SILVA, C. H. C.; LANA, R. C. **Projeto Político Pedagógico preliminar Licenciatura em Geografia**. 2016. Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/cursos/cursos-oferecidos/geografia/geografia-projeto-pedagogico.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.



Lara Bittar Lobo

Universidade Federal de São Carlos – Campus
Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0376-2921>

Antonio Bernardes

Universidade Federal de São Carlos – Campus
Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4996-7031>

Educação ambiental crítica, escolas e unidades de conservação: Geografia e interdisciplinaridade

Resumo:

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado que investiga a Educação Ambiental (EA) em ambientes formais e informais de aprendizagem, com foco na Floresta Nacional (Flona) de Ipanema, localizada no interior de São Paulo. A pesquisa busca explorar o potencial educativo da Flona Ipanema na formação do pensamento ambiental crítico de alunos do ensino básico, analisando a relação entre a unidade de conservação (UC) e escolas da região. Para tanto, propõe-se mediar o contato entre a escola E.E. Prof. Arquimínio Marques da Silva, em Sorocaba, e a Flona, com o objetivo de avaliar a efetividade das práticas educacionais alinhadas aos pressupostos da EA crítica. A partir da identificação de demandas e desafios, o estudo visa propor ações que fortaleçam a integração entre escola e UC, promovendo uma educação transformadora. Os dados obtidos indicam barreiras como a baixa visitação escolar e a falta de diálogo entre os espaços, destacando a necessidade de práticas pedagógicas mais articuladas e interdisciplinares. Assim, o trabalho contribui para o debate sobre a EA crítica e sua implementação em contextos formais e não formais de ensino.

Palavras-chave: Educação ambiental; Flora Ipanema; Interdisciplinaridade.

Critical environmental education, schools and conservation units: Geography and interdisciplinarity

Abstract

This article presents results from a master's research investigating Environmental Education (EE) in formal and informal learning environments, focusing on the Ipanema National Forest (Flona), located in the interior of São Paulo. The study explores the educational potential of Flona Ipanema in fostering critical environmental thinking among basic education students, analyzing the relationship between the conservation unit (CU) and local schools. To this end, it proposes to



mediate contact between the E.E. Prof. Arquimínio Marques da Silva school in Sorocaba and the Flona, assessing the effectiveness of educational practices aligned with the principles of critical EE. By identifying demands and challenges, the research aims to propose actions that strengthen the integration between school and CU, promoting transformative education. The findings highlight barriers such as low school visitation and a lack of dialogue between the spaces, underscoring the need for more articulated and interdisciplinary pedagogical practices. Thus, the study contributes to the debate on critical EE and its implementation in formal and informal educational contexts.

Keywords: Environmental Education; Ipanema National Forest; Interdisciplinarity.

Educación ambiental crítica, escuelas y unidades de conservación: Geografía e interdisciplinariedad

Resumen

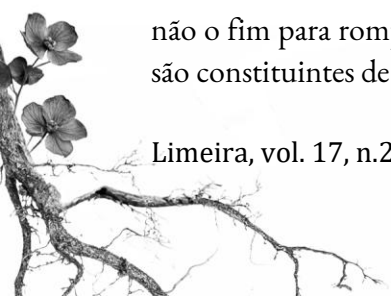
Este artículo presenta resultados de una investigación de maestría que analiza la Educación Ambiental (EA) en entornos formales e informales de aprendizaje, con enfoque en la Floresta Nacional (Flona) de Ipanema, ubicada en el interior de São Paulo. La investigación explora el potencial educativo de la Flona de Ipanema para la formación del pensamiento ambiental crítico en estudiantes de enseñanza básica, examinando la relación entre la unidad de conservación (UC) y las escuelas de la región. Para ello, se propone mediar el contacto entre la escuela E.E. Prof. Arquimínio Marques da Silva, en Sorocaba, y la Flona, evaluando la efectividad de las prácticas educativas alineadas con los preceptos de la EA crítica. A partir de la identificación de demandas y desafíos, el estudio busca proponer acciones que fortalezcan la integración entre escuela y UC, promoviendo una educación transformadora. Los datos obtenidos señalan barreras como la baja visitación escolar y la falta de diálogo entre los espacios, destacando la necesidad de prácticas pedagógicas más articuladas e interdisciplinarias. Así, el trabajo contribuye al debate sobre la EA crítica y su implementación en contextos formales e informales de enseñanza.

Palabras clave: Educación ambiental; Flona Ipanema; Interdisciplinariedade.

Introdução

A Educação Ambiental (EA) clássica e tradicional como é conhecida se firma de acordo com o paradigma cartesiano, contraponto sua perspectiva crítica que “aponta para transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações homem-natureza, na relação do homem com sua própria subjetividade” (Guimarães, 2000, p. 84). Nesse contexto, entende-se que a EA foi criada para preencher uma demanda dos debates iniciados na década de 1970 sobre a manutenção dos recursos naturais para as sociedades futuras, sem pretensões comprometidas com a preservação das áreas e das cosmovisões dos povos originários, mas sim preservar o sistema.

Falar em mudanças sistêmicas em um nível estrutural sem forjar novas bases para a construção de uma civilização que se baseia noutra perspectiva de relação dentro das sociedades e, principalmente, da relação estabelecida do humano com o meio ambiente é um desafio que compete à Educação Ambiental e a sua base fundadora, a ecologia. Assim como a vertente crítica da Educação Ambiental é um processo e não o fim para romper padrões, sair da lógica cartesiana e incluir a ecológica, se faz necessário, porém elas são constituintes de paradigmas maiores e que abrange o estruturalismo da sociedade e dos pensamentos.





A Educação Ambiental clássica como a conhecemos vai se firmar de acordo com o paradigma cartesiano, e já na sua perspectiva crítica “aponta para transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações homem-natureza, na relação do homem com sua própria subjetividade” (Guimarães, 2000, p. 84), pois entendemos que a EA foi criada para preencher uma demanda dos debates iniciados na década de 1970 sobre a manutenção dos recursos naturais para as sociedades futuras, nunca com o intuito de preservar as áreas e as cosmovisões dos povos, mas sim preservar o sistema.

Quando assumimos a posição de Educadores Ambientais sob a perspectiva crítica, de certa forma o processo lento e laborioso indicado por Castro e Oliveira (2006) conseguiu ser concretizado, e é neste ponto que os educadores precisam encontrar meios para identificar como essa Educação Ambiental está sendo incorporada nos ambientes institucionalizados e disseminada, já que prevê um novo modelo de intervenção na história e de relacionamento dos sujeitos individuais e coletivos com a natureza.

Se há diversas realidades complexas de interação humana com o meio, os educadores ambientais devem reconsiderar a influência das culturas midiáticas e fazer esse conhecimento, que passa rapidamente e nem sempre é absorvido, ser necessário, pois não serve somente “para compreender os processos multiformes de industrialização e supercomercialização culturais, mas também o quanto das aspirações e obsessões próprias a nosso ‘espírito da época’ é traduzido e traído pela temática das mídias” (Morin, 2011, p. 80).

Desassociar da função de apenas transmitir mecanicamente os conhecimentos direcionados para a EA e compreender que os conteúdos de ensino formalizado são, em sua maioria, acúmulos geracionais transmitidos como verdades que desvelam o “espírito da época” é uma forma de agir de acordo com a base crítica da Educação Ambiental. Quando partem da abordagem ecológica, muitos conteúdos são quebrados, repensados e reformulados, mas ainda projetam valores, atitudes e ações que propõem atos educativos essencialmente disciplinatórios, de dominação, principalmente quando não partem da perspectiva crítica.

Contudo, muitas das atividades que são voltadas para a Educação Ambiental ainda possuem uma carga teórica e metodológica de base racionalista muito presente, justamente por continuar sendo centradas somente na transmissão dos conhecimentos sobre o ambiente e voltados somente para a temática dos recursos naturais e o seu esgotamento, com o indicativo de alternativas totalmente romantizadas, ou seja, “conferem à problemática ambiental uma abordagem catastrófica apocalíptica, como também desconsideram a influência concreta dos aspectos sócio-históricos desses problemas” (Tozoni-Reis, 2001, p. 40).

Partindo desse ponto, em um contexto de mudanças climáticas, perda da biodiversidade e debates políticos sobre a preservação e conservação da natureza, a Educação Ambiental no Brasil tem se consolidado como um campo de reflexão e prática que busca responder aos desafios socioambientais contemporâneos.

No Brasil, a EA ganha espaço com a sua incorporação na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Brasil, 1996) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997), e com a criação de leis como a nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999).

Baseado nisso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) considera a EA como um Tema Transversal e a insere no currículo da educação formal básica com a intenção de trespassar todas as áreas de conhecimento.

No que concerte sua prática nas Unidades de Conservação (UC), ela aparece sob o formato de um programa a ser desenvolvido dentro desse espaço, com a intencionalidade da conscientização sobre o meio ambiente e contextos sociopolíticos e culturais que permeiam a criação destas áreas, fazendo a Floresta Nacional de Ipanema emergir como um espaço educativo não formal, oferecendo oportunidades únicas para práticas pedagógicas que complementam o currículo formal. Contudo, a articulação entre esses dois





âmbitos – a escola e as UCs – ainda é pouco explorada, revelando uma lacuna temática que esta pesquisa busca preencher.

A escolha da Floresta Nacional de Ipanema como local de estudo para compreender as questões centrais que concernem a Educação Ambiental justifica-se por sua proximidade com comunidades escolares e seu potencial como ambiente de aprendizagem que conecta a perspectiva da preservação ambiental com uma educação transformadora, como aborda Paulo Freire. Esta, por sua vez, visa formar indivíduos capazes de se emancipar, exercendo autonomia, pensamento crítico e criatividade, desenvolvendo competências para enfrentar os problemas emergentes e lidar com os desafios e exigências da sociedade contemporânea (Freire, 1987).

Este trabalho transpõe parte da pesquisa de mestrado feita sobre mesmo tema e que tem como hipótese que tanto a escola quanto a UC não desenvolvem plenamente os pressupostos críticos da EA, seja nas práticas docentes, seja nas falas dos condutores de trilhas, o que levanta questões como: “A mediação entre esses espaços pode sanar essa defasagem?” e “Quais percursos devem ser trilhados para compreender a complexidade da Educação Ambiental?”.

Esse processo investigativo evidencia uma lacuna que justifica a presente investigação, demonstrando urgência sobre um cenário político e ambiental brasileiro marcado por debates intensos sobre a questão da natureza, a criação e execução de projetos de lei e a crescente demanda por práticas educativas que formem cidadãos conscientes e engajados. Assim, este estudo se posiciona como uma contribuição original, ao conectar a Geografia, a EA crítica e as UCs que, por meio da mediação entre esses elementos, podemos assimilar ações para as problemáticas apresentadas.

Para alcançar esses propósitos, a pesquisa adota a abordagem da Pesquisa-Ação, alinhada às contribuições de Michael Thiollent (2011) e Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis (2008), que privilegia a colaboração entre os envolvidos e a geração de soluções práticas. A metodologia combina os grupos focais com professores e professoras e entrevistas com os condutores da Floresta Nacional de Ipanema, permitindo uma análise profunda das práticas educativas em ambos os espaços.

Objetivos

Este artigo tem como objetivo central mediar o contato entre a escola e a Unidade de Conservação com o intuito de analisar a efetividade das práticas educacionais voltadas para os pressupostos da EA crítica, possibilitando meios para sua execução com base em demandas e propostas de ação a serem identificadas em ambos os espaços.

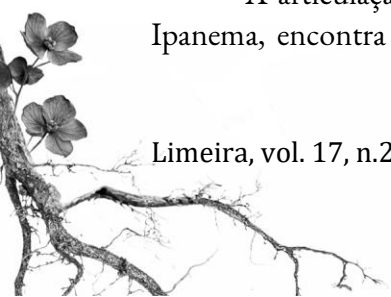
Para alcançar o objetivo principal, traçamos dois objetivos específicos. São eles:

- a) Analisar como a Educação Ambiental está presente na FLONA Ipanema e de que forma ela é apresentada aos grupos escolares que realizam visitas no local;
- b) Prognosticar por meio dos grupos focais e entrevistas, a atuação docente e de condutores de trilhas como um eixo central do processo que vincula as práticas de Educação Ambiental.

Acredita-se que por meio desses direcionamentos, as respostas para as questões centrais do trabalho podem ser respondidas.

Metodologia: a Pesquisa-Ação

A articulação entre teoria e prática para explorar o potencial educativo da Floresta Nacional de Ipanema, encontra na Pesquisa-Ação uma metodologia capaz de transformar as práticas de Educação





Ambiental crítica em contextos formais e não formais. Este estudo, realizado em uma escola do Programa Ensino Integral (PEI) em Sorocaba e na Unidade de Conservação, busca compreender como professores, alunos e guias ambientais podem dialogar para promover uma educação emancipatória, que questione as relações entre sociedade e meio ambiente.

A Pesquisa-Ação, conforme descrito por Michael Thiollent (2011), é uma abordagem participativa que combina a resolução de problemas coletivos com a produção de conhecimento, tornando-se ideal para projetos que visam não apenas analisar, mas também intervir na realidade.

Na Educação Ambiental, essa metodologia ganha relevância por sua capacidade de fomentar a conscientização, como destaca Marília Tozoni-Reis (2008), que enxerga a EA crítica como um processo de apropriação reflexiva voltado à transformação social.

Essa abordagem qualitativa permite que o estudo capture não apenas o que os participantes fazem, mas como eles percebem seu papel na EA, oferecendo subsídios para propostas que fortaleçam a integração entre o ensino formal e não formal.

A Pesquisa-Ação também se destaca por seu caráter participativo, que ressoa com os ideais de conscientização propostos por Paulo Freire, referência implícita em Tozoni-Reis (2008). Compreender a educação como um processo de ação-reflexão, onde os sujeitos se tornam conscientes de sua realidade para transformá-la, significa, na prática, que os professores do PEI não são apenas informantes, mas coautores de soluções, como a criação de projetos que levem os alunos para fora da escola, não somente até as UCs.

Os guias, por sua vez, podem ajustar suas práticas com base no diálogo com a escola, incorporando temas trabalhados nas disciplinas às trilhas. A metodologia, assim, transforma a pesquisa em uma prática social, como sugere Tozoni-Reis (2008), onde todos os envolvidos – pesquisadora, docentes, guias e alunos – contribuem para a formação do “sujeito ecológico”, capaz de agir criticamente no mundo.

A escolha de técnicas complementares, como grupos focais e entrevistas, reforça o potencial da Pesquisa-Ação. Os grupos focais, segundo Bernardete Angelina Gatti (2005, p. 11), são ideais para pesquisas qualitativas por capturarem dinâmicas coletivas, onde as falas se cruzam, revelando consensos e conflitos, pois “permitem compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes”.

As entrevistas, por outro lado, oferecem um espaço para reflexões individuais, como explica Luís Venturi (2011, p.455), ao ponderar que “A entrevista é uma técnica na qual a interlocução é mais profunda e equilibrada, pois não se limita ao esquema pergunta-resposta, podendo haver um diálogo orientado por uma temática”.

O percurso metodológico foi estruturado em torno de dois locais: a Escola Estadual Professor Arquimínio Marques da Silva, em Sorocaba, por sua relevância no ensino público e abertura para a realização da pesquisa, e a Floresta Nacional de Ipanema, por seu potencial como espaço educativo não formal e importância para todo o Estado de São Paulo.

Para coleta dos dados foram feitos 7 trabalhos de campo, divididos entre 5 para os condutores da UC Flona Ipanema, sendo um para cada voluntário. E os 2 restantes foram dedicados aos grupos focais realizados com todos os docentes do Ensino Fundamental Anos Finais da escola selecionada.

Foram determinados dois dias para os encontros dos grupos focais, com duração máxima de 90 minutos, referentes às aulas disponibilizadas pela coordenação da escola. Toda a discussão foi organizada com base em quatro frentes principais, sendo: a) Formação sobre Educação Ambiental; b) Planejamento curricular de acordo com a PEI e o PNEA; c) Trabalho interdisciplinar e conteúdos escolares; e d) Práticas pedagógicas em Educação Ambiental e as UCs.





Essas discussões também foram guiadas por documentos organizados e entregues aos participantes, intitulados “Documento 2: Tema Contemporâneo Transversal – Educação Ambiental” e “Documento 3: Propostas curriculares e orientações”.

A composição mista dos professores e professoras exigiu uma moderação cuidadosa para evitar dinâmicas desequilibradas, como o “efeito galo” descrito por Gatti (2005), onde homens tendem a falar mais. Foi incentivada a participação equitativa, garantindo que todas as vozes fossem ouvidas e respeitando quem não quis falar. As respostas iniciais à pergunta “o que é Educação Ambiental?” variaram entre visões tradicionais (ex.: “ensinar sobre reciclagem”) e críticas (ex.: “promover justiça ambiental”), sugerindo diversidade de concepções que orientou a discussão na sequência.

As entrevistas feitas com os guias ambientais envolveram quatro homens que aceitaram participar, sendo guias da Flona com mais de um ano de experiência, e que demonstraram ter bastante familiaridade com os processos educativos escolares, assim como um vínculo afetivo muito forte com a UC. O quinto participante não quis participar da entrevista gravada, mas fez o convite para participar de uma trilha agendada com um grupo escolar, mas como os alunos não assinaram o Termo de Consentimento, mesmo tendo feito o agendamento por vontade própria, não houve coleta de dados.

Com o diálogo para as entrevistas orientado de forma semiestruturada, foram definidos tópicos norteadores para guiar a discussão com os condutores da UC, tais quais: a) Realização de formações com os condutores da UC sobre a temática da EA; b) Quais atividades/ações são executadas com os grupos escolares; c) Compreensão da extensão da UC como um ambiente educativo não formal; d) Formas de atrair grupos escolares do ensino básico das cidades do entorno da Flona Ipanema; e) Falas dos guias durante as atividades.

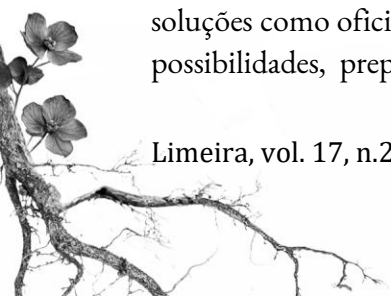
As entrevistas revelaram práticas variadas: um guia destacou a biodiversidade, com exemplos de espécies locais, enquanto outro mencionou histórias coloniais, sugerindo um viés histórico. Não foi uma escolha entrevistar apenas homens, pois o convite foi feito às mulheres que também são guias, mas a presença masculina reflete tanto a disponibilidade dos guias, quanto a procura por mulheres para realizar essa função.

No entanto, esse fato não limitou a riqueza dos dados, pois a experiência no local garantiu a profundidade que se procurava com a entrevista semiestruturada. Neto *et al.* (2022) enfatiza que entrevistas fluem melhor em um ambiente acolhedor, e a Flona Ipanema, com sua paisagem natural, criou esse clima, permitindo que os guias falassem livremente.

Outros métodos complementaram a Pesquisa-Ação, como observações participativas indiretas que ocorreram durante visitas à escola e à Flona. A análise documental envolveu textos oficiais, como a PNEA, que incentiva parcerias entre escolas e UCs, e o Plano de Manejo da Flona (Brasil, 2017), que prevê atividades educativas e o contato com as escolas formais. Esses documentos ajudaram a contextualizar os dados, mostrando, por exemplo, como a PNEA orienta a integração escola-UC, mas enfrenta barreiras práticas, como falta de recursos.

O percurso metodológico, ao combinar Pesquisa-Ação com grupos focais, entrevistas, observações e análise documental, reflete o compromisso com uma EA que transforma, e deve ser uma prática social de conhecimento, marcada pela participação e conscientização, pois é “uma metodologia de investigação e ação sobre os processos formativos que tem como objetivo maior a formação do sujeito ecológico” (Tozoni-Reis, 2008, p. 167).

A mediação entre a escola e a UC, facilitada pela pesquisadora, criou espaços para que professores e guias repensassem suas práticas, coletando propostas feitas pelos diferentes grupos que podem resultar em soluções como oficinas interdisciplinares e roteiros educativos. Os dados coletados, ao revelarem tensões e possibilidades, preparam o terreno para o próximo capítulo, onde as falas serão analisadas à luz das





abordagens da Educação Ambiental, avaliando até que ponto a integração escola-UC promove uma educação crítica e emancipatória.

Resultados e Discussão

A Educação Ambiental crítica transcende a transmissão de conhecimentos, buscando a transformação social e a emancipação dos sujeitos frente às questões socioambientais. A pesquisa, conduzida sob a metodologia da Pesquisa-Ação, buscou compreender como a interação entre o ambiente escolar e o ambiente da Unidade de Conservação pode fomentar uma EA crítica, interdisciplinar e comprometida.

Os dados obtidos dialogam com as discussões sobre políticas públicas, como a Política Nacional de Educação Ambiental e a Base Nacional Comum Curricular, que incentivam a interdisciplinaridade e a integração entre ensino formal e não formal.

Procurou-se por meio de trechos de falas dos participantes, identificar se respondem ou não aos questionamentos feitos analisando concepções de EA e práticas pedagógicas nas falas dos participantes a luz de categorias pensadas por Marília Tozoni-Reis que serão utilizadas para este fim.

A aprendizagem no contexto da educação transformadora exige que o docente, em sua prática pedagógica, estimule os alunos a investigar e dialogar com diferentes autores e teorias, tornando-os sujeitos ativos na construção de seus próprios saberes. Trata-se do que Paulo Freire (1996) denomina “saber ensinado em que o objeto ensinado é aprendido na sua razão de ser, portanto, aprendido pelos alunos”.

A EA crítica exige ir além das normativas, promovendo conscientização e transformação social, um desafio percebido e que se mostra constante nas falas de todos os participantes. A Flona Ipanema, enquanto Unidade de Conservação, revela tensões entre as ideias preservacionistas e educativas, refletidas nas percepções dos participantes, o qual seu potencial como um espaço para essa perspectiva será avaliado, considerando a interdisciplinaridade e a transversalidade.

As categorias de Tozoni-Reis (2008) que orientam a análise, classificam as concepções de Educação Ambiental em cinco abordagens: a disciplinatória-moralista, focada na mudança de comportamentos; a ingênua-imobilista, centrada na contemplação da natureza; a ativista-imediatista, que prioriza ações sem reflexão; a conteudista-racionalista, que enfatiza a transmissão de conhecimentos de ordem mais técnicas; e a crítica-transformadora, que busca transformação social e emancipação. Essas categorias conectam as falas às hipóteses do estudo, que questionam até que ponto a interação entre a escola e a UC promove uma EA crítica e interdisciplinar.

A dinâmica dos grupos focais se iniciou com a mesma pergunta feita aos guias, onde todos expuseram o que entendem por Educação Ambiental. Foi entregue alguns documentos pertinentes, sendo os “Objetivos do PNEA” e uma relação de propostas curriculares do “Tema Transversal Meio Ambiente - Educação Ambiental e Educação para o Consumo” presente na BNCC.

O primeiro encontro foi bastante interessante pois observou-se a apreensão dos professores em participar de uma dinâmica que ainda não tinham feito. Muitos ficaram quietos ou falando baixo com o docente ao seu lado. Entende-se essa ação em parte pelo medo de participar e falar algo que poderia ser aplicado em um contexto errôneo, ou não demonstrar o embasamento “necessário” à sua visão para expor opiniões, ou, apenas, o simples não querer. Neste dia, além da Coordenadora de Gestão Pedagógica Geral (CGPG) a Professora Especialista em Currículo (PEC) da escola tinha uma visita agendada e acabou observando a dinâmica junto da coordenadora.

O segundo encontro já foi um pouco mais dinâmico e natural, pois os professores já tiveram o contato prévio com a pesquisadora e já conheciam a dinâmica, demonstrando estar mais confortáveis para





a nova discussão proposta. Neste, mais pessoas participaram e interagiram, mesmo que não tenham tido grandes falas, o seu comportamento já denunciou seu envolvimento com a proposta. Neste dia duas mulheres além da CGPG observaram a dinâmica, sendo a PEC e a Supervisora de Ensino. Seus dados estão divulgados nos apêndices dos grupos focais pois ao serem questionadas sobre a divulgação de seus dados na gravação, não se opuseram em deixar público, também não tiveram uma participação efetiva e não interromperam os momentos pré-estabelecidos, ficando, assim como a Coordenadora, na função de observar.

Partindo desse ponto, já fica evidente defasagens na formação de base dos professores, onde somente os que são das disciplinas de Geografia, Ciências e Língua Portuguesa relataram ter tido algum contato ou conteúdo específico sobre EA durante sua formação, sendo os mesmos que incluem temas correlatos dentro do seu planejamento curricular anual e individual de acordo com os parâmetros da escola de ensino integral.

Essa ausência da EA como uma disciplina ou um módulo específico a ser tratado nos seus cursos de formação inicial foi um padrão comum entre os professores, mesmo aqueles de áreas correlatas, como é o caso das disciplinas de Ciências e de Geografia. Isso se evidencia na fala do Prof.1 de Língua Portuguesa, que reconheceu e disse o seguinte: *“Fiz o curso de Letras e não tive formação de Educação Ambiental durante a graduação [...] possivelmente passou ali algum texto que falou, tratou o tema, mas nada muito aprofundado”*.

Por outro lado, professores de disciplinas menos relacionadas, como Matemática e Língua Inglesa, evidenciaram um aprendizado limitado e mais superficial, conforme foi apontado pelo Prof. 13: *“Nós enquanto professores também não somos educados com relação a isso [...] vejo a gente falar muito de senso comum, reciclar e reutilizar”*.

Como a EA é incluída na BNCC como um Tema Transversal, entende-se que ela perpassa mais de uma área de conhecimento, necessitando de uma abordagem interdisciplinar (e transdisciplinar) para seu desenvolvimento. No entanto, isso só é possível a partir do momento em que os professores começam a trabalhar o tema de acordo com essa abordagem, e não de forma individual como vem sendo feito.

O Prof. 1, de Língua Portuguesa, comentou: *“quando eu penso em Temas Transversais dentro do meu planejamento, eu sempre olho assim, no bimestre, o que que tem lá no meu material, o que que tá falando ali [...], não vou colocar nada além, porque não dá tempo.”* Essa fala é muito importante porque demonstra que o tempo foi apontado como uma barreira recorrente, limitando a construção de abordagens mais aprofundadas e reflexivas por parte do docente para realizar um planejamento que consiga incluir os temas de forma que seja possível aplicar em sala de aula e fora dela.

Nesse sentido, um dos professores de Matemática relatou que há muita dificuldade de tratar de alguns temas, citando o seguinte exemplo: *“eu tava com o 6º ano e começamos a trabalhar frações, e aí eles perguntaram ‘professor, como é que começou essa história de fração?’, aí você se remete né, a história dos faraós, a divisão em blocos né, as terras em volta do Rio Nilo, e aí vinham as enchentes e tudo o mais, e daria pra trabalhar muito bem meio ambiente nesse momento”*.

Apesar disso, alguns professores manifestaram esforço em alinhar os temas ambientais aos currículos individuais disciplinares, como o Prof. 8 de Geografia, que destacou a possibilidade de trabalhar a consciência crítica sobre problemáticas ambientais e sociais nos diferentes anos, por exemplo: *“Da pra trabalhar tanto no 8ºs quanto nos 9ºs, quanto no 6º ano.”* Essa integração, contudo, depende fortemente da iniciativa dos próprios professores, como sugerido pela Prof. 13 de Língua Inglesa, ao propor: *“Eu acho que dava pra gente, no ano que vem, bolar alguma coisa que seria o ‘ano do meio ambiente’ [...] e durante o ano a gente ter momentos pra isso.”*





A partir dessa exposição, pontuaram a necessidade de formações continuadas sobre EA, percebida na fala da professora de Língua Inglesa, que *“por mais que a gente fale de educação ambiental e tudo o mais, nós enquanto professores também não somos educados com relação à isso”*, com a inclusão de mais práticas interdisciplinares que abarque todo o contingente escolar, não deixando a tarefa de fomentar a discussão ambiental somente para algumas áreas específicas, como Geografia e Ciências, por exemplo.

A interdisciplinaridade também foi apontada como uma forma de potencializar o planejamento curricular, embora ainda apresente desafios para sua implementação prática. O Prof. 7 de Matemática ressaltou a dificuldade em conectar certos conteúdos ao tema ambiental, afirmando: *“por exemplo, eu vou trabalhar Matemática, equação de segundo grau, como que eu posso colocar isso com o Meio Ambiente?”*.

Nas falas dos professores emergiram percepções para a importância em transformar valores e atitudes dos alunos em relação ao meio ambiente. A Prof. 13, ao refletir sobre o protagonismo dos alunos por meio de conteúdos que foram passados a eles, comentou: *“Eles conseguiram chegar nessa conclusão [não consumir produto de empresa que não pensa no ambiente, que não tem uma política ambiental] através das pesquisas que eles mesmos fizeram. Eu acho que nessa questão [sobre o desenvolvimento de valores, atitudes e posturas éticas e transformadoras] a gente falha demais, mas a gente falha muito. Porque a gente literalmente, nesse momento, está preso no que a gente tem que fazer, que é slide, conteúdo, prova paulista, mapa foco. A gente não tá conseguindo ir além. Eu acho que pra que a gente consiga trazer essa questão de desenvolvimento de valores, atitudes e posturas, teria que ser uma coisa, um projeto bolado durante o ano!”*.

Essa discussão revela o potencial de transformação que a Educação Ambiental contém e que pode ser abordado de uma maneira crítica e reflexiva. Além disso, muitos professores destacaram a necessidade desenvolver projetos contínuos e colaborativos para superar de certa forma essas barreiras institucionais. O Prof. 10, de Educação Física, compartilhou sua experiência em um projeto voltado para o reflorestamento: *“Levamos algumas espécies que eles doaram [...] para ser plantada na escola, foi bem legal”*. Esse é um exemplo de relato que sugere que práticas educativas conectadas ao território tem um impacto significativo na percepção dos alunos.

Disciplinas como Geografia e Ciências demonstraram maior facilidade em articular conteúdos ambientais com os currículos, enquanto áreas como Arte e Língua Inglesa exploraram caminhos criativos para abordar temas como consumo consciente e sustentabilidade.

As reflexões dos professores sobre EA revelaram preocupações com as práticas educativas e seus impactos na formação dos alunos. Muitos docentes enfatizaram a necessidade de transcender abordagens superficiais e desenvolver projetos contínuos que envolvam os estudantes de forma crítica e participativa. O Prof. 13, ao mencionar um projeto sobre consumo e descarte de lixo, comentou: *“Os alunos ficaram chocadíssimos de descobrir que muitas empresas não fazem o descarte seletivo [...] eles chegaram à conclusão de que precisamos pressionar essas empresas.”*

Além disso, houve consenso sobre a importância de conectar os alunos ao território, proporcionando experiências práticas e significativas. O Prof. 8 relatou uma visita com os alunos à Floresta Nacional de Ipanema: *“Eles fizeram várias perguntas sobre os biomas, foi muito bom, muito gostoso.”* Essas atividades, embora pontuais, reforçam a ideia de que a vivência no ambiente natural pode transformar a percepção dos alunos sobre a relação entre indivíduo e meio ambiente.

Outro ponto relevante foi a autoavaliação dos professores sobre suas próprias práticas e valores. A Prof. 13 compartilhou como sua experiência com protagonismo juvenil mudou seus hábitos pessoais: *“Desde 2021, comecei a lavar todos os recicláveis, mesmo sem coleta seletiva [...] mudou em mim, e eu passei isso pros alunos.”* Essa reflexão evidencia o papel dos professores como modelos para os alunos, reforçando a coerência entre discurso e prática.





As entrevistas realizadas com os guias da Floresta Nacional de Ipanema oferecem um panorama amplo, diversificado e necessário sobre as práticas de Educação Ambiental na UC, os desafios que encontram cotidianamente e as relações que estabelecem com os visitantes e as comunidades locais.

Das entrevistas gravadas com os condutores, observou-se que todos compartilham de posicionamentos parecidos quando se trata de formação sobre EA ou tópicos ambientais relevantes que competem a UC em questão, apontando o desenvolvimento de formações pontuais promovidas pela gestão, como a de Brigada de Incêndio e o Curso de Escalada. Não obstante, a busca por formações se dá de forma individualizada, onde alguns complementam-nas por meio de cursos como o de Guia Turístico, História e Ciências Biológicas.

Nesse sentido, as atividades feitas com os grupos escolares seguem o roteiro básico das trilhas e da parte histórica da UC, mas é dependente das adaptações que os condutores procuram fazer de acordo com o perfil dos grupos e faixas etárias, incluindo as disciplinas dos professores responsáveis em suas falas e abordagens quando possível. Pontuaram que muitas escolas frequentam a UC devido ao contato feito por iniciativa individual de cada um, embasados em projetos individuais, como um de “Trilhas Pedagógicas” em desenvolvimento pelo Guia 1 e o “Escola na Floresta” pelo Guia 3.

A interação com as escolas, especialmente as públicas localizadas na Zona de Amortecimento (ZA), é um desafio central destacado pelos guias. Apesar da proximidade geográfica, essas escolas enfrentam dificuldades para acessar a unidade, em grande parte devido à dependência de transporte público gratuito ou de baixo custo.

O Guia 1 relatou: *“A maioria das escolas, quando pedem pra prefeitura um ônibus, a prefeitura tem todos os ônibus comprometidos com a rede escolar, com os horários. Então, o máximo quando uma prefeitura libera um ônibus, eles vão ter o transporte gratuitamente, mas 11h tem que ir embora, e não consigo nem andar no acervo histórico nesse tempo.”* Essa limitação não apenas restringe o tempo disponível para as atividades, mas também reforça a desigualdade de acesso entre escolas públicas locais e instituições privadas de São Paulo, que, de acordo com os Guias, conseguem visitar a Flona Ipanema com maior frequência e em condições mais favoráveis.

Outro ponto crítico nas entrevistas foi a discussão sobre as lacunas estruturais que dificultam a consolidação da Educação Ambiental na Flona. A ausência de um núcleo formal de EA foi amplamente mencionada como um problema recorrente. O Guia 3 destacou que a educação ambiental na unidade é realizada de forma reativa e improvisada: *“Dentro disso, o não formal, uma coisa que nós fazemos sempre e reforçamos pro aluno, ‘oh, estamos numa área aberta, mas pela constituição, vocês estão em aula.’”* Essa tentativa de legitimar as atividades realizadas como parte de um processo educativo formal mostra o esforço dos guias em superar as limitações institucionais.

A predominância de práticas voltadas para a sensibilização emocional também fica evidente. O Guia 2, por exemplo, afirmou: *“Eles [alunos] percebem que podem ser mais calmos, falar um pouquinho mais baixo. O ambiente proporciona isso.”* Essa ênfase na conexão emocional reflete uma tentativa de criar um vínculo afetivo entre os visitantes e o ambiente considerado natural da UC.

A abordagem de vertente mais crítica-transformadora foi menos recorrente, mas emergiu em momentos em que os guias questionaram as estruturas institucionais e sociais que limitam o alcance da Educação Ambiental. O Guia 4 comentou: *“A própria instituição demorou para entender que a proteção da biodiversidade é de fora para dentro, e nunca cativou o núcleo de Educação Ambiental.”* Esse tipo de reflexão é essencial para ampliar o impacto educativo da unidade e conectar as práticas realizadas às dinâmicas políticas e sociais mais amplas, principalmente sobre o vínculo entre esse espaço com as escolas públicas do entorno.





Por fim, é importante destacar a relação dos guias com a Flona, que transcende o aspecto profissional e revela um vínculo profundo e emocional com o território.

O Guia 4 afirmou: *“Eu sou filho da Terra. Represento a quarta geração da minha família lá dentro.”* Essa conexão pessoal pode ser um ponto motivador dos guias para superar os desafios do cotidiano e continuar promovendo a Educação Ambiental na unidade, mesmo diante de condições adversas apresentadas.

Essa análise revela que os guias são os principais agentes da Educação Ambiental na Flona Ipanema, equilibrando esforços individuais com uma diversidade de estratégias pedagógicas.

No entanto, as limitações institucionais e logísticas comprometem o alcance transformador de suas ações, apontando para a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura, planejamento estratégico e políticas públicas que priorizem o acesso das comunidades locais à unidade.

Nas categorias propostas por Tozoni-Reis, a abordagem disciplinatória-moralista foi observada nas falas dos guias que priorizam a mudança de comportamentos individuais como forma de promover a EA. Essa abordagem, embora prática, tem um alcance limitado quando não acompanhada de reflexões mais profundas sobre os fatores estruturais que influenciam esses comportamentos; no contexto da UC, tende a limitar a EA a normas de conduta, sem estimular um engajamento mais reflexivo dos participantes sobre as causas e consequências das problemáticas ambientais.

A abordagem ingênua-imobilista foi identificada nas falas dos guias que promovem a sensibilização ambiental na perspectiva mais emocional e contemplativa da natureza como uma estratégia educativa, ele se aplica as falas dos professores, que demonstra uma relação com o ambiente baseada na observação e apreciação, sem uma articulação mais profunda.

Já a abordagem ativista-imediatista é manifestada nas falas que enfatizam ações práticas e imediatas, sem a necessidade de uma integração entre ações, que mesmo que revelem um certo entusiasmo e engajamento, sem um ponto de conexão crítica entre os saberes da EA e a transformação social, pode limitar o ativismo ambiental sem um vínculo com processos mais duradouros.

A penúltima abordagem, de viés conteudista-racionalista foi amplamente observada nas falas dos guias que utilizam explicações científicas e técnicas para transmitir conhecimento durante as atividades realizadas, que também são predominantes nas falas dos docentes, que centralizam a transmissão de conhecimento de forma mais técnica e até mesmo isolada de outros processos, dando enfoque para o aprendizado de conceitos ambientais sem aprofundamento.

A última abordagem, crítica-transformadora, tem destaque pois as falas vão abordar a Educação Ambiental como um processo emancipatório e reflexivo, conectando saberes ecológicos às dimensões sociais e políticas, direcionadas a emancipação dos sujeitos e a sua transformação.

De forma ampla, todos os docentes e guias demonstraram compreender o espaço da UC como um espaço educativo não formal em potencial, mas apontaram questões que refletem a dificuldade em se chegar a UC e fomentar esse vínculo, como a ausência de material de divulgação, do contato direto da Flona com as escolas das cidades que estão na Zona de Amortecimento, com a população assentada residente dessa área, bem como o transporte para as escolas públicas.

Todos esses fatores convergem para uma fala proferida por todos os guias, a qual *“não se faz educação ambiental num dia de passeio. Não se faz um evento de educação ambiental. Se faz uma sensibilização ambiental, é isso o que a gente faz aqui”*, muito bem colocada pelo Guia 1, que ao ser questionado sobre o que é Educação Ambiental fala que *“Meio ambiente é todo lugar onde o ser vivo ocupa. Então você, assim, se fala educação ambiental não é só a Flona, a Unidade de Conservação, o parque, floresta. É tudo. É uma coisa que seja contínua. Ou pelo menos que tenha um determinado período pra absorção.”*. Isso deixa claro que nas atuais condições o desenvolvimento do pensamento ambiental crítico por parte dos





alunos sofre rupturas estruturais que estão além do espaço que ocupam naquele determinado momento, neste caso, a UC, ou até mesmo a escola.

Todos compreenderam que a Flona Ipanema possui um potencial educativo que pode ser explorado por todas as disciplinas, como evidenciado pelo professor de História “*tem muita história, o cemitério protestante, a ocupação né, se a gente conseguisse entrar no assentamento... dá pra trabalhar a reforma agrária*”, e neste ponto, notou-se um amadurecimento entre eles sobre o que compete a EA crítica e a interdisciplinaridade.

A educação transformadora convida à reflexão sobre os saberes docentes, orientando-se por caminhos que ultrapassam a racionalidade mais técnica-instrumentalizada. Nesse contexto, educar é concebido como um movimento contínuo, sustentando a prática profissional como expressão de um processo histórico e permanentemente inacabado de formação docente (Freire, 1992).

Como aponta Gonçalves (1984, p. 1), “não existe teoria válida em si mesma, vai ser a prática de cada um de nós que vai dar conteúdo real aos debates e reflexões”. Assim, a prática educativa não pode ser dissociada da reflexão crítica, pois é nela que se revela a dimensão política e transformadora da educação ambiental.

Com base nos trechos descritos e classificados, o ser humano, e neste recorte, os estudantes, professores e guias, encontram-se em constante processo de (des)aprendizagem, reconhecendo sua condição de inconclusão e a necessidade de aprender, construir saberes, interagir e dialogar com o outro.

Essa busca que passa pela diversidade de conhecimentos é essencial para enfrentar as injustiças, a exploração e a opressão que acabam conduzindo à desumanização, ao saber controlado e racionalizado, uma condição que, de acordo com Freire (1987, p. 16) “não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação de ser mais” e de ser um educador ambiental.

Nesse sentido, a Educação Ambiental crítica deve romper com a fragmentação do saber, assumindo-se como prática social que articula espaço, tempo e relações humanas. Como defende Gonçalves (1986, p. 34), “a Geografia Crítica não é um novo discurso. É, fundamentalmente, uma nova proposta de ‘práxis’ social” e Milton Santos (2002) reforça que a Geografia deve ser uma ciência que se dedica a temas como a dignidade humana e a construção de uma sociedade plena. Ao reconhecer o espaço como produto das relações sociais, Santos contribui para uma leitura crítica da realidade, que não se limita à descrição dos fenômenos, mas busca compreender suas causas e implicações sociais e é nessa perspectiva que a Flona Ipanema se revela não apenas como território físico, mas como espaço de disputa simbólica, de construção de sentidos e de formação cidadã.

Considerações Finais

Há de se destacar a relevância de uma Educação Ambiental contínua e interdisciplinar para desenvolver o pensamento crítico ambiental em alunos e docentes. Os dados indicam que, embora os condutores da Flona Ipanema e os professores da escola reconheçam o valor educativo da UC, os desafios estruturais e de formação limitam uma atuação integrada.

A Educação Ambiental, embora transversal na BNCC, é abordada de forma isolada e depende da iniciativa de professores de áreas específicas, como Geografia e Ciências, dificultando a interdisciplinaridade.

A análise integrada dos grupos focais com professores e das entrevistas com os guias ambientais revelou nuances importantes sobre as barreiras e oportunidades na integração da Educação Ambiental ao currículo escolar. Por um lado, ficou evidente que limitações como a falta de tempo, recursos institucionais





e formação específica dificultam a implementação de práticas educativas mais profundas e colaborativas. Por outro, as falas demonstraram o entusiasmo e o esforço genuíno dos educadores e dos guias em conectar os conteúdos escolares às vivências práticas em seus ambientes educacionais.

Contudo, concretizar esse potencial exige uma articulação mais robusta entre escola e Unidade de Conservação, superando barreiras institucionais e promovendo o diálogo entre as disciplinas escolares.

A interdisciplinaridade, nesse contexto, não deve ser apenas uma prática ocasional, mas um eixo central para conectar saberes diversos e fomentar uma educação que seja, ao mesmo tempo, crítica, reflexiva e transformadora. Para isso, é essencial investir em formações docentes contínuas, criar espaços de planejamento colaborativo e implementar políticas públicas que incentivem a parceria entre escolas e UCs.

Com base nos conceitos abordados por Marília Tozoni-Reis (2008), a pesquisa-ação no contexto da EA emerge como uma metodologia indispensável para práticas educativas que buscam superar a neutralidade do conhecimento científico tradicional. Argumenta que, na Educação Ambiental, essa abordagem não deve se limitar à transmissão de saberes, mas sim engajar os envolvidos em um processo crítico e participativo de reflexão e ação.

Tal perspectiva promove uma educação ambiental crítica que integra teoria e prática, permitindo aos sujeitos compreenderem as dinâmicas socioambientais e participarem ativamente na transformação do contexto em que estão inseridos.

O percurso metodológico e teórico desenvolvido ao longo desta pesquisa demonstra que a Educação Ambiental crítica é, acima de tudo, uma prática de resistência e transformação. Sua implementação exige coragem para confrontar as barreiras institucionais e criatividade para conectar saberes distintos em um diálogo transformador.

Referências

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Ipanema (revisado)**. Portaria ICMBio nº 408, de 19 de junho de 2017. Brasília: ICMBio, 2017. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/flonaipanema/quem-somos.html?id=19>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil: Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasil: Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p.

CASTRO, Ronaldo Souza; OLIVEIRA, Renato José de. Cognição, dialética e educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 187–210.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.





- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.
- GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** Campinas: Papius, 2000.
- MORIN, Edgar. **Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- NETO, Nécio Turra et al. Grupo focal na análise da fragmentação socioespacial. In: GÓES, E. M.; MELAZZO, E. S. (orgs.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 23–70.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002. Acesso em: 28 jul. 2025.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 9, p. 33–50, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/BtBXb5MWNdzGtzrx56V4zFC/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Pesquisa-ação em Educação Ambiental**. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 3, n. 1, p. 155–169, 2008. DOI: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol3.n1.p155-169>. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6159>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- VENTURI, Luis Antonio Bittar. Técnicas de Interlocução. In: VENTURI, Luis Antonio Bittar (org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Editora Sarandi, 2011. p. 447–468.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: [10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20343](https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20343)

Recebido em: 12/06/2025

Aceito para publicação em: 27/11/2025

Claudio Machado Junior

Universidade Federal de São Carlos – Campus
Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7762-5015>

Emerson Martins Arruda

Universidade Federal de São Carlos – Campus
Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3695-3850>

Análise macroscópica e classificação ambiental das nascentes do rio Tatuí e do córrego do Matadouro Velho

Resumo:

A iniciativa pela análise e classificação de nascentes de rios urbanizados deve-se não apenas pela falta deste tipo de publicação, mas também pela necessidade do correto gerenciamento dos rios pelos agentes governamentais e pela população. Desta forma, utilizando-se da análise sistêmica dos componentes do rio e da cidade que o cerca é possível traçarmos uma análise e classificação do mesmo de acordo com algumas variáveis, as quais serão mencionadas nesta publicação. As metodologias selecionadas para a análise e classificação se baseiam na proposta de Gomes et al. (2005) que utiliza a Classificação do Grau de Impactos de Nascentes (2004) e no Guia de Avaliação da Qualidade das Águas (2004), integrando a metodologia proposta por Carvalho et al. (2010) que visa a aplicação de tipologias em canais fluviais urbanos. Como resultado das aplicações, buscou-se a análise macroscópica e a classificação ambiental de 04 cabeceiras de drenagem do Rio Tatuí a fim de serem divulgadas e apresentadas à população e à gestão pública como forma de auxílio no planejamento urbano e dos rios integrados à cidade. Os resultados demonstraram dados alarmantes quanto à qualidade hídrica do rio e ressaltam a necessidade do gerenciamento e monitoramento dos cursos hídricos.

Palavras-chave: Qualidade hídrica; Classificação de Nascentes; Análise Ambiental.

Macroscopic analysis and environmental classification of the springs of the Tatuí River and the Old Slaughterhouse Stream.

Abstract

The initiative to search for an analysis and classification of headwaters of urbanized rivers is due not only to the lack of this type of publication, but also to the need for correct river management by government agents and the population. In this way, using a systemic analysis of the components of the river and the city that surrounds it, it is possible to draw up an analysis and



classification of the river according to certain variables, which will be mentioned in this publication. The methodologies selected for the analysis and classification are based on the proposal by Gomes et al. (2005), which uses the Classification of the Degree of Impact of Springs (2004) and the Guide to Water Quality Assessment (2004), integrating the methodology proposed by Carvalho et al. (2010), which aims to apply typologies to urban river channels. As a result of the applications, a macroscopic analysis and environmental classification of 04 headwaters Tatuí River were sought in order to be disseminated and presented to the population and public management as an aid to urban planning and the rivers integrated into the city. The results showed alarming data on the river's water quality and highlight the need for watercourse management and monitoring.

Keywords: Water quality; Springs classification; Environmental analysis.

Análisis macroscópico y clasificación ambiental de los manantiales del Río Tatuí y Córrego do Matadouro Velho.

Resumen

Resumen: La iniciativa de analizar y clasificar los manantiales de los ríos urbanizados se debe no sólo a la falta de este tipo de publicaciones, sino también a la necesidad de una correcta gestión de los ríos por parte de los agentes gubernamentales y de la población. De esta forma, a partir de un análisis sistémico de los componentes del río y de la ciudad que lo rodea, es posible analizarlo y clasificarlo en función de determinadas variables, que serán mencionadas en esta publicación. Las metodologías seleccionadas para el análisis y clasificación se basan en la propuesta de Gomes et al. (2005), que utiliza la Clasificación del Grado de Impacto de los Manantiales (2004) y la Guía de Evaluación de la Calidad del Agua (2004), integrando la metodología propuesta por Carvalho et al. (2010), que tiene como objetivo aplicar tipologías a los cauces fluviales urbanos. Como resultado de las aplicaciones, se buscó un análisis macroscópico y una clasificación ambiental de 4 cabeceras de drenaje del río Tatuí, con el fin de ser difundido y presentado a la población y a la gestión pública como ayuda a la planificación urbana y de los ríos integrados en la ciudad. Los resultados mostraron datos alarmantes sobre la calidad del agua del río y enfatizan la necesidad de gestión y monitoreo de los cursos de agua.

Palabras clave: Calidad del agua; Clasificación de manantiales; Análisis ambiental.

Introdução

Na história da humanidade, as sociedades se organizaram e se instalaram em lugares que fossem favoráveis à sua existência, sempre buscando condições físicas e naturais que beneficiavam a sua moradia e forma de vida. Desta forma, buscavam primeiramente a proximidade aos corpos d'água pela necessidade da utilização e também ao tipo de relevo que fosse vantajoso à sua estadia, neste caso, as bacias hidrográficas. Desde então, os rios apresentaram papéis importantes no estabelecimento, sobrevivência e desenvolvimento das civilizações, e como resposta disso, com o crescimento desordenado de cidades inteiras construídas ao longo de cursos fluviais, estes são prejudicados pelas ações antrópicas sem considerar as consequências ambientais e sociais que podem ser causadas. Estas ocupações e suas consequências no ambiente “[...] têm sido frequente motivo de preocupação na sociedade, o que tem levado ao aumento de pesquisas para qualificar e quantificar os impactos da ocupação territorial.” (Gonçalves et al., p. 797, 2011).





O município de Tatuí, a exemplo de outros municípios na região metropolitana de Sorocaba (SP), tem apresentado desde a sua formação no século XIX um processo de crescimento e urbanização desordenado, o que levou a remoção da vegetação de diversas áreas para as construções urbanas, áreas agrícolas e industriais, e nem sempre considerando os cursos fluviais como importantes elementos da paisagem e essencial ao equilíbrio dos sistemas ambientais. Além disto, o próprio Rio Tatuí é utilizado para o abastecimento de residências e indústrias, com destaque para esta última que o utilizava para o despejo de resíduos industriais, visto que se tratavam de indústrias têxteis. As primeiras vilas se formaram ao longo do curso do rio principal e logo a vegetação de pontos cruciais foram sendo removidos para dar espaço à impermeabilização do solo, o que tem provocado eventos extremos recorrentes de enchentes e inundações ao longo de seu curso.

A urbanização desenfreada e a ocupação inadequada das margens dos rios têm consequências significativas para o meio ambiente e para a qualidade de vida das comunidades. No caso do Rio Tatuí, a pressão da consolidação urbana e industrial resultou em mudanças drásticas na paisagem fluvial que comprometem a estabilidade do sistema fluvial.

Desta forma, não só é essencial realizar análises acerca da qualidade hídrica, mas também sobre o estado dos elementos que compõem o sistema em que participam os cursos fluviais – a própria bacia hidrográfica, que deve ser utilizada enquanto unidade espacial de análise. Portanto, a análise da qualidade da água não deve se limitar apenas aos parâmetros físico-química, mas também considerar os impactos das atividades humanas em todo o território da bacia hidrográfica.

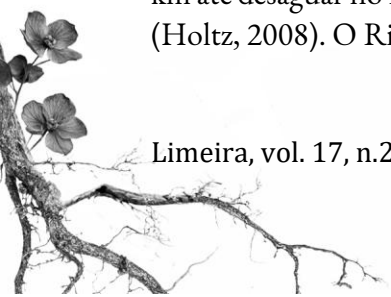
Assim, como principal objeto de estudo nesta pesquisa, as nascentes são fundamentais no levantamento dos dados acerca da qualidade hídrica e ambiental da bacia hidrográfica pois, como fonte de água potável, formam os rios, logo, se o seu local de origem está preservado adequadamente, a qualidade da bacia hidrográfica será mantida se houver o monitoramento de todo o curso fluvial.

Sendo assim, ao considerarmos a bacia hidrográfica como unidade de análise, podemos avaliar de forma integrada as ações humanas sobre o ambiente e seus impactos no equilíbrio hidrológico. Isso contribui significativamente para os estudos ambientais pois integra os elementos da paisagem e suas inter-relações de maneira sistêmica, levando ao esclarecimento de diversas questões geomorfológicas, ecológicas, geográficas e ambientais (Botelho & Silva, 2004). Como justificativa para esta escolha, foram utilizadas as fundamentações de autores reconhecidos na grande área da geografia, como Christofolletti (1974), Botelho & Silva (2004), Zanella et al. (2013), Stevaux & Latrubesse (2017).

O objetivo principal deste trabalho consiste na realização da análise macroscópica e na classificação ambiental das cabeceiras de drenagem e de trechos do curso fluvial do Rio Tatuí e do Córrego do Matadouro Velho. Busca-se, especificamente, comparar áreas submetidas a diferentes pressões de uso da terra identificando o nível de degradação dos elementos da paisagem. Tal diagnóstico visa fornecer subsídios técnicos para o planejamento urbano e para a gestão de recursos hídricos, evidenciando a urgência de medidas mitigadoras frente à expansão da malha urbana sobre áreas ecologicamente sensíveis.

Área de Estudo

A área selecionada para o estudo foi a bacia hidrográfica do Rio Tatuí, inserida nos municípios de Tatuí – SP, Itapetininga – SP e Guareí - SP, classificada como Sub Bacia do Baixo Sorocaba e inserida na UGRHI 10. A nascente do rio está localizada no município de Itapetininga – SP e ele percorre cerca de 33 km até desaguar no Rio Sorocaba. Sua vazão é de 3,65 m³/s na estação seca e 11,32 m³/s na estação chuvosa (Holtz, 2008). O Rio Tatuí fornece água para a população, que é distribuída pela SABESP na área urbana





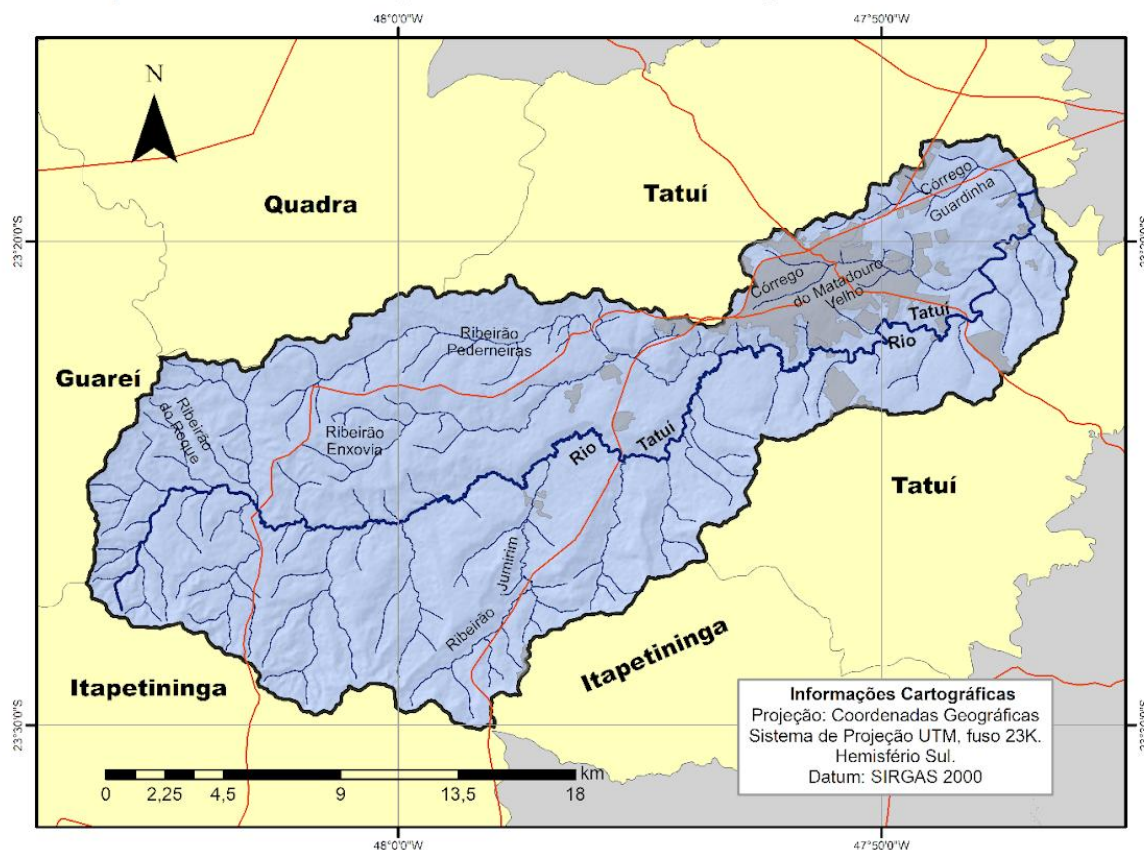
e em alguns bairros rurais com maior densidade demográfica, exceto nas moradias onde há poços artesanais próprios.

A bacia foi intensamente ocupada no século XX e modificada ao longo dos anos para dar lugar à urbanização dos municípios, contribuindo significativamente para sua degradação. Diversos trechos do rio principal já foram modificados através de obras do governo municipal como tentativa de conter os frequentes eventos de enchentes e inundações, já que um dos seus tributários está inserido em um vale em V intensamente impermeabilizado e sem matas ciliares na maior parte de seu curso. Além disso, presencialmente é observar em alguns trechos o lançamento de esgoto doméstico e industrial, modificando as características físicas e químicas da água (Stefani & Smith, 2014).



Figura 1 – Mapa de Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Tatuí

Mapa de Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Tatuí

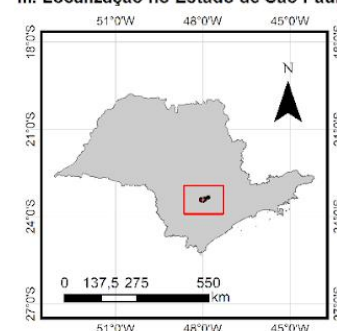


Legenda

I. Convenções Cartográficas

- Bacia do Rio Tatuí
- Áreas Urbanizadas
- Municípios da Bacia
- Municípios do Estado de São Paulo
- Rio Tatuí
- Hidrografia da Bacia do Rio Tatuí
- Rodovias Estaduais

III. Localização no Estado de São Paulo



Legenda

- Bacia do Rio Tatuí
- Estado de São Paulo

Base de Dados

Limites Municipais e Estadual: IBGE (2022)
 Área Urbana: IBGE (2018)
 Rodovias: Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes (2016)
 Bacia Hidrográfica do Rio Tatuí: Carta Topográfica na escala 1:10 000 (IGC-SP, 1970)
 Hidrografia: Agência Nacional de Águas (2017)



O Córrego do Matadouro Velho é o principal curso fluvial em meio à malha urbana, e que sofre grandes efeitos da impermeabilização do solo, do despejo de esgoto doméstico e industrial e da retirada da vegetação, e tem apresentado frequentes eventos de enchentes e inundações em suas margens intensamente ocupadas, o que levou o governo municipal a realizar diversos projetos de canalização e aprofundamento do leito do rio.

Quanto à geologia da bacia, apresenta litologia bem diversificada, composta por unidades geológicas da formação Irati, formação Itararé, formação Tatuí e formação Teresina. As formações Teresina e Irati pertencem ao Grupo Passa Dois; A formação Tatuí pertence ao Grupo Guatá e a formação Itararé pertence ao Grupo Itararé. As informações acerca de sua composição e ambiente de formação estão dispostas na tabela abaixo.

Tabela 1. Especificação das unidades geológicas presentes na área de estudo

Grupo	Formação	Composição	Ambiente de formação
Passa Dois	Teresina	Argilito, siltito, arenito muito fino e fino de coloração cinza escuro a esverdeado, de geometria tabular ou lenticular alongada, lentes de concreções de calcário.	Ambiente marinho com influência de tempestades a transicional (marés)
Passa Dois	Irati	Folhelhos, siltitos, argilitos cinza escuro, calcário, marga e folhelho betuminoso.	Ambiente marinho, com decantação em profundidades abaixo do nível de ação das ondas, períodos de estratificação da coluna de água ou com influência de tempestades.
Guatá	Tatuí	Siltito e siltito arenoso de cor cinza, arenito fino quartzoso, arenito cinza-esverdeado médio a grosso e imaturo, calcário e silexito, ocasionais fragmentos e níveis de carvão, nódulos de pirita.	Ambiente marinho raso.
Itararé	Itararé	Arenito, tilito, siltito, folhelho, ritmito, conglomerado e raras camadas de carvão.	Ambiente glacio-marinho.

Elaborado com base em França e Potter (1988); Aboarrage e Lopes (1986), Schneider et al. (1974), Perrota *et al.* (2006).

Os pontos selecionados para a análise foram duas cabeceiras de drenagem do Rio Tatuí e duas cabeceiras de drenagem do Córrego Matadouro Velho, tributário do Rio Tatuí, em características de diferentes de uso da terra, tanto – urbano quanto rural, e em níveis de ocupação, possibilitando a obtenção dos resultados que aqui estão apresentados, e que estão identificados na figura 2.

A justificativa para a escolha dos pontos se deu em razão de se localizarem na baixa bacia próximo à sua confluência e por estarem em áreas relativamente próximas à malha urbana do município de Tatuí,



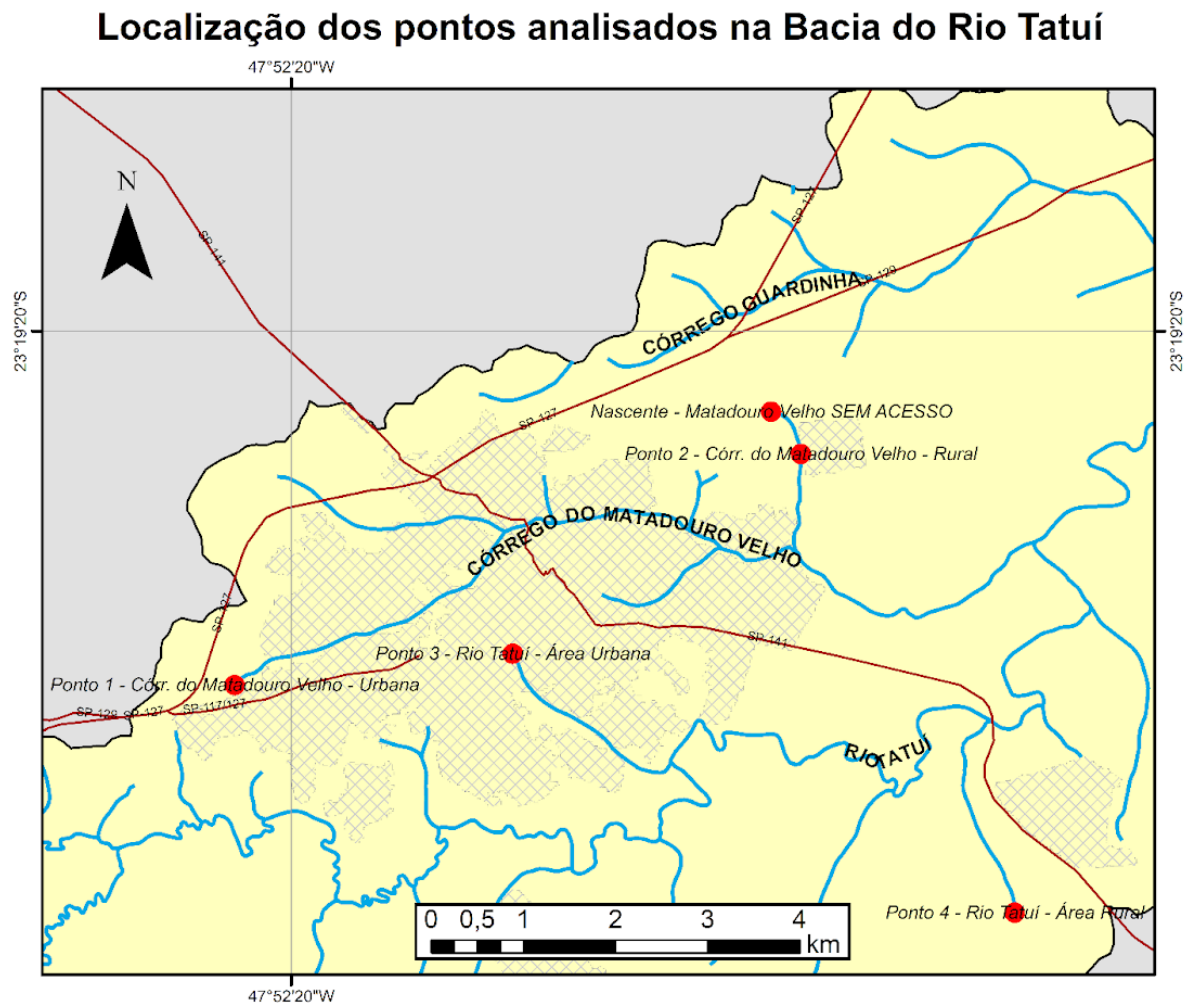


onde o acesso ao local é facilitado. A escolha também se deu em razão da viabilidade da comparação entre dois pontos antagônicos – urbanos e rurais – do mesmo canal fluvial, onde será possível analisar a diferença entre os efeitos dos usos que predominam na área.

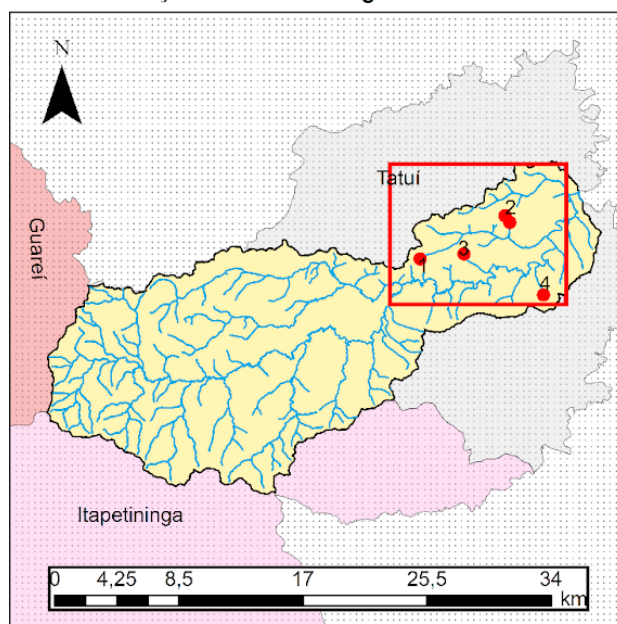
Foram selecionados 4 pontos na bacia hidrográfica do Rio Tatuí, sendo numerados em ordem numérica de 1 a 4. O ponto 1 se refere à área da nascente do Córrego do Matadouro Velho na área urbana e o ponto 2 à área da nascente do mesmo córrego na área rural. O ponto 3 se refere à área da nascente do Rio Tatuí na área urbana e o ponto 4 à área da nascente do Rio Tatuí na área Rural, conforme a figura abaixo.



Figura 2 – Localização dos pontos analisados na Bacia do Rui Tatuí



I. Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Tatuí

**Legenda****Informações Cartográficas**

Projeção: Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000

Base de Dados

Limites Municipais e Estadual: IBGE (2022)
Área Urbana: IBGE (2009)
Rodovias: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (2016)
Hidrografia: Agência Nacional de Águas (2017)

Fonte: MACHADO JUNIOR, C. 2024.



Materiais e Métodos

As metodologias aqui utilizadas se pautaram na proposta de Gomes et al. (2005) que se baseia na Classificação do Grau de Impactos de Nascentes (2004) e no Guia da Avaliação da Qualidade das Águas (2004) integrada à metodologia proposta por Carvalho et al. (2010) que busca atribuir tipologias à canais fluviais urbanos de acordo com uma análise ambiental sistêmica.

Como base para a utilização das metodologias selecionadas, também foi realizada a revisão bibliográfica sobre os temas de interesse da pesquisa. Para os fundamentos acerca da abordagem teórica, a análise sistêmica, foram utilizadas as obras de Bertrand (1972), Sotchava (1977), Christofolletti (1979) e Souza (2000).

A metodologia de Gomes et al. (2005) é dividida da seguinte forma:

Figura 3 - Metodologia

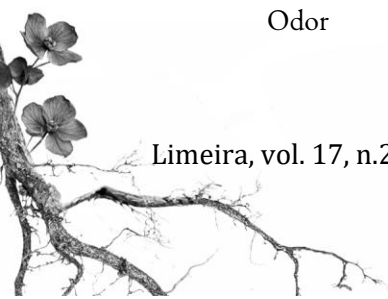


Fonte: Adaptado de Gomes et al. (2005)

- Seleção dos pontos de análise: foi utilizado um raio de 50 metros de observação conforme a Lei 4771/1965 que estabelece a obrigação da preservação das cabeceiras.
- Trabalho de campo: foi realizada a visita aos pontos selecionados para coletar dados acerca da qualidade hídrica e da preservação do local, necessários para a obtenção dos resultados da pesquisa analisando os parâmetros demonstrados na Tabela 2, 4, 5 e 6.
- Quantificação das variáveis: foram utilizados os parâmetros contidos na tabela 2.

Tabela 2 – Quantificação das variáveis analisadas

Variáveis	Classif. 1	Classif. 2	Classif. 3
Cor da água	1. Escura	0. Clara	0. Transparente
Odor	1. Forte	0. Fraco	0. Sem





Lixo ao redor	1. Muito	0. Pouco	0. Sem
Materiais flutuantes	1. Muito	0. Pouco	0. Sem
Espumas	1. Muita	0. Pouca	0. Sem
Óleos	1. Muito	0. Pouca	0. Sem
Esgotos	1. Doméstico	0. Fluxo Superficial	0. Sem
Vegetação (degradação)	1. Alta	0. Baixa	0. Preservada
Uso por animais (exóticos)	1. Presença	0. Apenas Marcas	0. Não detectado
Uso por humanos	1. Presença	0. Apenas Marcas	0. Não detectado
Proteção do local cercado	1. Sem	0. Com proteção – com acesso	0. Com proteção – sem acesso
Proximidade com a área urbana (metros)	1. Menos de 50	0. Entre 50 a 100	0. Mais de 100
Tipo de área de inserção	1. Ausente (sem informação)	0. Propriedade Privada	0. Parques ou áreas protegidas

Fonte: Adaptado de Gomes et al. (2005), França Junior & Dalla Villa (2013).

- Classificação quanto ao grau de preservação: foram utilizados os parâmetros contidos na tabela 3 com base na análise dos resultados da quantificação das variáveis analisadas para obtermos uma classificação do grau de preservação.

Tabela 3 – Classificação quanto ao grau de preservação

Classe	Grau de Preservação	Pontuação Final*
A	Ótima	Entre 37 a 39 pontos
B	Boa	Entre 34 a 36 pontos
C	Razoável	Entre 31 a 33 pontos
D	Ruim	Entre 28 a 30 pontos
E	Péssimo	Abaixo de 28 pontos

(*) Resultado da somatória do resultado da análise da tabela 2. Adaptado de Gomes et al. (2005), França Junior & Dalla Villa (2013).





Durante o trabalho de campo, foram utilizadas as seguintes ferramentas:

- 01 balde pequeno com alça móvel
- 01 corda com 03 metros
- 01 tubo plástico de ensaio
- Tabelas e caneta para preenchimento das variáveis analisadas

A metodologia de Carvalho et al. (2010) utilizada para a classificação dos corpos hídricos urbanos considerando o seu uso, é baseada em uma matriz dividida em quatro níveis. Esses níveis são: a) características morfológicas do trecho do canal; b) uso do solo nas margens do trecho do canal; c) situação de uso do solo no interflúvio; e d) unidade geomorfológica do trecho do canal. O processo começa com a identificação e o tipo de ação direta no canal, seguido pela análise do tipo de ocupação das margens, respeitando os limites estabelecidos pela legislação federal. A análise da situação de uso dos interflúvios é realizada para diferenciar os tipos de trechos de canais fluviais urbanos.

Esta metodologia visa contribuir para uma visão integrada da cidade, levando em consideração diversos aspectos da paisagem, incluindo os fisiográficos, para que os rios sejam incluídos cada vez mais no planejamento urbano e ambiental, já que constituem fluxos de extrema relevância pois geram implicações profundas para a qualidade de vida nas cidades e a sustentabilidade ambiental.

De acordo com os autores, para cada nível da matriz, foram definidos atributos específicos. No caso das características morfológicas (Nível 1), os canais são inicialmente classificados como não alterados ou alterados. Para os canais alterados, são identificados os tipos de alterações sofridas, como retificação ou canalização. A combinação dos valores de referência desses níveis resulta em uma classificação detalhada dos trechos dos canais, com valores atribuídos conforme o grau de alteração e impacto (Carvalho et al., 2013), dispostos na Tabela 4.

Considerando as características do canal, os canais sem alterações recebem os valores mais baixos na matriz de tipologias (NA – 100). Canais que ficaram menos sinuosos, mas continuam abertos e não canalizados, terão a designação AL – 200. Por fim, os canais fechados e já canalizados são considerados muito alterados e receberão os valores mais altos na matriz de tipologias (MA – 300) (Carvalho et al., 2010).

Tabela 4. Nível 1 – Características Morfológicas do Canal e Valores Referência utilizados na Matriz de Tipologias

Trecho Canal	Características Morfológicas do Canal			Referência
Canal	Não Alterado			NA (100)
	Alterado	Aberto	Retificado	AL (200)
			Retificado e Canalizado	MA (300)
		Fechado		MA (300)

Fonte: Carvalho et al. (2010)

Partindo ao segundo nível, as extensões das faixas marginais dos cursos d'água foram estabelecidas conforme as áreas protegidas pela legislação federal, categorizando os usos em: vegetação preservada, vegetação residual, agricultura, urbanização leve, urbanização moderada e urbanização intensa. Além disso, foram introduzidos fatores modificadores relacionados ao padrão dos imóveis, classificados como alto,





médio e baixo padrão. A tabela 5 indica as possibilidades de classificação do nível 2 e os valores de referência utilizados (Carvalho et al., 2010).

Tabela 5. Nível 2 – Uso do solo nas margens e valores referência utilizados na matriz de tipologias

Trecho Canal	Uso do solo nos Interflúvios	Referência
Canal	Vegetação preservada	BAIXO (1)
	Vegetação residual	BAIXO (1)
	Urbanização fraca	MÉDIO (2)
	Urbanização média	ALTO (3)
	Urbanização intensa	ALTO (3)

Fonte: Carvalho et al. (2010)

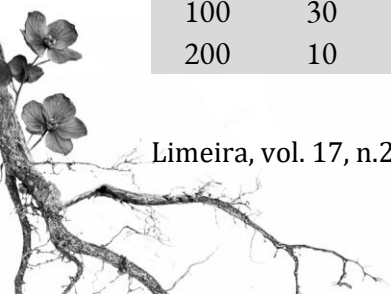
De acordo com os autores citados, o conhecimento geomorfológico é necessário para demonstrar a diversidade fisiográfica que existe no canal analisado e em canais distintos, os quais poderão receber o mesmo tratamento. Logo, no quarto nível, busca-se estabelecer uma classificação que utilize os critérios de compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica urbana, identificando a unidade geomorfológica em que se encontra o trecho do rio escolhido para a análise.

Sendo assim, “o conhecimento geomorfológico deve contribuir na consideração desta diferenciação como questionamento da eficácia da homogeneidade de técnicas e de aspectos normativos do planejamento urbano sobre rios [...]” (Carvalho et al., 2010, p. 75)

Integrando os resultados obtidos pelas tabelas anteriores, podemos associar os valores de referência de cada um dos níveis e combinar os Algarismos resultando em até 27 combinações diferentes agrupadas em nove tipologias (Carvalho et al., 2010) as quais estão dispostas na Tabela 7.

Tabela 7. Matriz de Tipologias

Nível 1	Nível 2	Nível 3	Combinação	Tipologia
100	10	1	111	A -Canal sem alterações e com baixo impacto pelo uso do solo
100	10	2	112	A-Canal sem alterações e com baixo impacto pelo uso do solo
100	10	3	113	B-Canal sem alterações e com impacto pelo uso do solo
100	20	1	121	A – Canal sem alterações e com baixo impacto pelo uso do solo
100	20	2	122	B-Canal sem alterações e com impacto pelo uso do solo
100	20	3	123	B-Canal sem alterações e com impacto pelo uso do solo
100	30	1	131	C-Canal sem alterações e com significativo impacto pelo uso
100	30	2	132	C-Canal sem alterações e com significativo impacto pelo uso
100	30	3	133	C-Canal sem alterações e com significativo impacto pelo uso
200	10	1	211	D-Canal alterado e com baixo impacto pelo uso do solo





200	10	2	212	D-Canal alterado e com baixo impacto pelo uso do solo
200	10	3	213	E-Canal alterado e com impacto pelo uso do solo
200	20	1	221	D-Canal alterado e com baixo impacto pelo uso do solo
200	20	2	222	E-Canal alterado e com impacto pelo uso do solo
200	20	3	223	E-Canal alterado e com impacto pelo uso do solo
200	30	1	231	F- Canal alterado e com significativo impacto pelo uso
200	30	2	232	F- Canal alterado e com significativo impacto pelo uso
200	30	30	233	F- Canal alterado e com significativo impacto pelo uso
300	10	1	311	G- Canal muito alterado e com baixo impacto pelo uso
300	10	2	312	G- Canal muito alterado e com baixo impacto pelo uso
300	10	3	313	H- Canal muito alterado e com impacto pelo uso do solo
300	20	1	321	G- Canal muito alterado e com baixo impacto pelo uso
300	20	2	322	H- Canal muito alterado e com impacto pelo uso do solo
300	20	3	323	H- Canal muito alterado e com impacto pelo uso do solo
300	30	1	331	I- Canal muito alterado e com significativo impacto pelo uso
300	30	2	332	I- Canal muito alterado e com significativo impacto pelo uso
300	30	3	333	I- Canal muito alterado e com significativo impacto pelo uso

Fonte: Carvalho et al. (2010)

A partir da obtenção e classificação do canal fluvial de acordo com esta metodologia, é possível integrá-la à metodologia de Gomes et al. (2005), obtendo assim um resultado mais abrangente sobre o sistema fluvial, atendendo às necessidades de um planejamento urbano que dialogue com as complexidades das políticas socioambientais. Utilizando-se das metodologias supracitadas, foram realizadas as etapas de gabinete e de campo para coletar as informações necessárias.

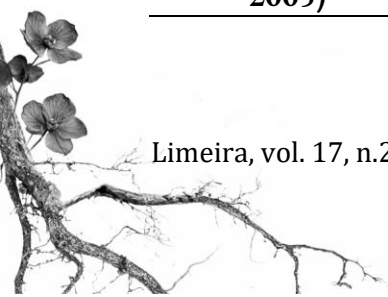
Resultados e Discussões

As metodologias de Gomes et al. (2005) e Carvalho et al. (2010) foram integradas e como forma de melhor visualizá-las, uma tabela com os principais resultados foi elaborada. As características específicas de cada ponto analisado foram anotadas em relatório de campo e utilizadas para a elaboração dos resultados finais, os quais servirão de base para a elaboração de futuras pesquisas e modelos de planos de gestão dos cursos fluviais. Foram analisadas as variáveis descritas nas tabelas 2, 3, 4, 5, 6 e 7, explicitadas anteriormente neste artigo.

Desta forma, como resultado obteve-se os seguintes parâmetros:

Tabela 8. Resultados obtidos de acordo com as metodologias de Gomes et al. (2005) e Carvalho et al. (2010)

Quantificação das variáveis analisadas (Gomes et al., 2005)	Resultados	Aplicação da matriz de tipologias de Carvalho et al. (2010)	Resultado da combinação	Tipologia aplicada
---	------------	---	-------------------------------	-----------------------





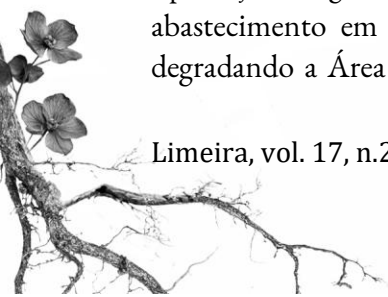
Ponto 1: 27	Classe E – Grau de preservação péssimo	Canal <u>alterado, aberto, retificado e canalizado; margens com vegetação residual e interflúvio com urbanização média</u>	<u>313</u>	H – Canal muito alterado e com impacto pelo uso do solo
Ponto 2: 26	Classe E – Grau de preservação péssimo	Canal <u>alterado, aberto, retificado e canalizado; margens com vegetação residual e interflúvios com urbanização média</u>	<u>313</u>	H – Canal muito alterado e com impacto pelo uso do solo
Ponto 3: 22	Classe E – Grau de preservação péssimo	Canal <u>alterado, aberto, retificado e canalizado; margens e interflúvios com urbanização intensa.</u>	<u>333</u>	I – Canal muito alterado e com significativo impacto pelo uso do solo
Ponto 4: 34	Classe B – Grau de preservação bom	Canal <u>não alterado, com vegetação residual nas margens e interflúvios.</u>	<u>111</u>	A – Canal sem alterações e com baixo impacto pelo uso do solo

Fonte: Adaptado de Carvalho et al. (2010).

A análise dos resultados a partir das metodologias aplicadas revela uma relação direta entre o adensamento urbano e a degradação dos corpos hídricos, evidenciando conflitos significativos com a legislação ambiental vigente, especificamente o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) no que tange às Áreas de Preservação Permanente (APPs). Nota-se uma diversidade de contextos nos pontos selecionados que reflete diretamente o conflito entre a expansão das atividades antrópicas e o descumprimento à legislação ambiental, então, a descrição minuciosa desses pontos permite esclarecer a classificação final dos cursos fluviais e sua relação com o uso da terra.

Nos pontos 1 e 2, pertencentes ao Córrego do Matadouro Velho, a dinâmica ambiental observada demonstra a pressão da urbanização sobre os recursos hídricos, observando-se a presença de margens com vegetação residual e um grau de urbanização média nos interflúvios, resultando na definição da tipologia de canal muito alterado e com impacto pelo uso do solo. A morfologia classificada como canal alterado, aberto, retificado e canalizado evidencia a perda da naturalidade do leito para acomodar o fluxo urbano.

A cabeceira de drenagem no ponto 1 apresentou água de coloração transparente, sem odor, e, embora tenha pouco lixo ao redor e materiais flutuantes, a análise do entorno revela problemas estruturais. Foram identificados fluxos superficiais de substância que pode estar relacionada a esgoto de origem não identificada, o que sugere deficiência no saneamento básico local ou ligações irregulares, comuns em áreas de transição urbano-rural. A degradação da vegetação classificou-se como de nível baixo, contudo, a presença apenas residual de mata ciliar fere o disposto no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que exige a proteção integral num raio de 50 metros para nascentes. O uso por animais exóticos e a coleta de água para abastecimento em pastagens confirmam o uso da terra para fins agropecuários em zona imprópria, degradando a Área de Preservação Permanente (APP). O grau de preservação é péssimo, agravado pela





proximidade com a área urbana (menos de 50 metros) e inserção em propriedades privadas que dificultam a fiscalização e manejo.





Figura 4. Mosaico de imagens do Ponto 1 - Latitude: Latitude: 23°21'23.41"S. Longitude: 47°52'39.73"O



Fonte: MACHADO JUNIOR, C. 2024.

No ponto 2, a análise não recaiu sobre a nascente exata, mas em um trecho do curso próximo, devido à dificuldade de acesso em função da área estar em propriedade privada — um entrave recorrente na gestão de bacias hidrográficas que pode interromper a continuidade do monitoramento ambiental, inclusive dificultando a frequência de agentes públicos. O ponto de coleta, situado a 800 metros da cabeceira, sofre interferências moderadas. A água apresentou coloração clara e sem odor, com depósito de resíduos sólidos urbanos em pequena quantidade. A presença de pequenas manchas de óleo, mesmo sem despejo direto de esgoto, indica o escoamento superficial de contaminantes provenientes das áreas impermeabilizadas adjacentes.

Embora grande parte da cabeceira apresente boa conservação do fragmento florestal, a vegetação ao redor do ponto 2, um reservatório, classificou-se como muito degradada. A confirmação de uso para pesca e a presença de animais exóticos denotam a falta de cercamento e proteção efetiva da faixa marginal. Este trecho ilustra a pressão da expansão imobiliária: localiza-se a menos de 50 metros da área urbana, vizinho a um bairro de chácaras e um condomínio recente. Essa configuração de uso da terra acelera a degradação,





pois aumenta a impermeabilização e o fluxo de pessoas sem a contrapartida de infraestrutura de proteção ambiental, resultando em um grau de preservação péssimo.

Figura 5. Mosaico de imagens do Ponto 2. Latitude: 23°20'6.20"S. Longitude: 47°49'19.77"O



Fonte: MACHADO JUNIOR, C. 2024.

No ponto 3, a cabeceira de drenagem do Rio Tatuí na área urbana foi a que apresentou maiores alterações devido à intensa urbanização. O trajeto até ao curso fluvial próximo à nascente foi de fácil acesso, pois ele se localiza em área pública sem cercas.





Figura 6. Mosaico de imagens do Ponto 3. Latitude: 23°21'19.20"S. Longitude: 47°51'0.23"O



Fonte: MACHADO JUNIOR, C. 2024

A água coletada neste ponto apresentou coloração clara (figura 5), mas com odor fraco e a presença alarmante de muita espuma e óleos, indicadores clássicos de poluição por tensoativos e despejos orgânicos. A confirmação de esgotos domésticos e o acúmulo de resíduos sólidos urbanos evidenciam que o córrego atua, neste trecho, como vetor de afastamento de efluentes, perdendo suas funções ecológicas.

A área situa-se a menos de 50 metros da malha urbana, em um tipo de “parque” entre construções, onde a morfologia do canal foi totalmente descaracterizada: alterado, retificado e canalizado. O uso intenso das margens e do interflúvio pela urbanização impermeabilizou o solo, impedindo a recarga do lençol freático e aumentando o risco de inundações a jusante. A classificação de grau de preservação péssimo reflete a total supressão da APP e a violação da função social e ambiental da propriedade urbana.

Adicionalmente, a configuração deste trecho como uma área vegetada remanescente em meio à malha urbana não deve ser interpretada como sinônimo de preservação efetiva, não cumprindo seu serviço ecossistêmico. A vegetação existente, embora presente, encontra-se degradada e isolada, incapaz de exercer função de filtro ecológico típica de uma mata ciliar estruturada. Essa fragilidade permite que o escoamento superficial urbano, carregando sedimentos e contaminantes difusos das vias pavimentadas adjacentes, atinja diretamente do canal fluvial sem a devida retenção, agravando a concentração de poluentes observada, evidenciando que a simples existência de espaços verdes fragmentados entre as edificações, sem o manejo adequado e a conexão com corredores ecológicos, é insuficiente para garantir a qualidade ambiental preconizada pela legislação ambiental.

Em contrapartida, a cabeceira de drenagem do Rio Tatuí na área rural (ponto 4) apresenta-se como a mais preservada, servindo de parâmetro de controle para este estudo. Embora inserida em uma matriz agrícola de cultivo de cana-de-açúcar e pastagem formada por braquiária, fatores locais mitigaram os impactos: houve um represamento natural no início do curso e a manutenção de vegetação na mata ciliar.

Em estudo desenvolvido por Fontoura (2023), em áreas do bioma mata atlântica, o autor menciona que dentre as variáveis estudadas em sua pesquisa, a cobertura vegetal foi o parâmetro que mais influenciou o resultado do Índice de Qualidade de Água (IQA), dependendo do Índice de Vegetação utilizado, o que ressalta a importância da preservação da vegetação ao longo da bacia hidrográfica.

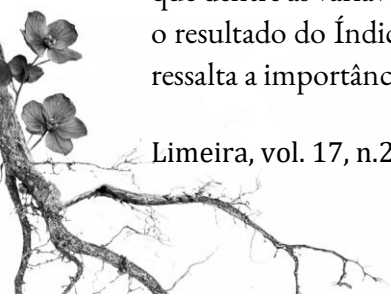


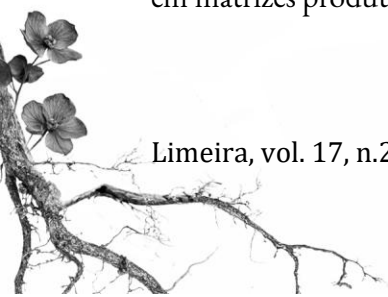


Figura 7. Mosaico de imagens do Ponto 4. Latitude: 23°22'54.16"S. Longitude: 47°48'8.87"O



Fonte: MACHADO JUNIOR, C. 2024

A análise visual dos parâmetros macroscópicos da água neste ponto corroborou a percepção sobre a integridade do ambiente: coloração transparente e ausência de odores, materiais flutuantes ou indícios de despejos de efluentes. A vegetação ripária, classificada como pouco degradada, desempenha aqui seu papel fundamental como barreira física e filtro ecológico, fazendo com que o corpo hídrico não receba tantos sedimentos provenientes das plantações adjacentes. O isolamento proporcionado pelo cercamento e a distância superior a 100 metros da mancha urbana garantiram a manutenção da morfologia natural do canal (não alterado) e um grau de preservação “Bom”. Esse cenário valida a eficácia das Áreas de Preservação Permanente (APPs) previstas no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), pois quando respeitadas, mesmo em matrizes produtivas intensas, elas asseguram a qualidade hídrica e a estabilidade ambiental do sistema.





Neste sentido, considera-se ser essencial aos municípios de menor porte médio como Tatuí, centrarem esforços na construção de uma política pública integrada propondo projetos que contemplem uma visão mais sistêmica da vida urbana com os rios da cidade.

“Renaturalizar e reincluir os rios às paisagens urbanas é vital para recuperação de uma relação harmônica entre natureza e sociedade, é preciso resgatar a memória afetiva e promover uma conscientização coletiva dessas comunidades de entorno em relação aos seus aspectos históricos e benefícios dos rios para a saúde e qualidade de vida” (Gouveia & Santos, 2021, pág 14.)

Diversas propostas de medidas estruturais e não estruturais de ações que promovam a visão de uma gestão norteada pela sustentabilidade vem sendo abordadas em diferentes meios técnico-científicos e podem ser adaptadas para o contexto geográfico daquela área, estimulando o diálogo entre poder público e comunidade na conscientização da importância do zoneamento ambiental e da necessidade de preservação dos recursos hídricos.

Considerações Finais

Os resultados apresentados demonstram que a situação das cabeceiras de drenagem do Córrego do Matadouro Velho e do Rio Tatuí é alarmante e exige preocupação imediata, sobretudo nos trechos inseridos ou próximos à malha urbana. A análise macroscópica indicou que, embora a água ainda apresente transparência em alguns pontos, o sistema caminha para um maior nível de impacto ambiental devido à pressão do uso inadequado da terra e à falta de proteção das nascentes.

A ausência de vegetação ciliar preservada em diversos trechos configura uma infração direta ao código florestal brasileiro (BRASIL, 2012), visto que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) estão sendo suprimidas ou ocupadas irregularmente. Observou-se a necessidade urgente da instalação de placas de sinalização indicando a presença de nascentes, trabalhos de educação ambiental, bem como o cercamento efetivo para impedir o acesso e o despejo de resíduos, ações que devem partir dos gestores municipais e do poder público.

Quanto às estatísticas, temos um cenário onde 75% dos pontos analisados possuem grau de preservação péssimo e sofrem com o impacto do uso do solo. Apenas 25% das amostras, o ponto rural, manteve o canal não alterado, o que comprova que o modelo de urbanização atual atua como vetor de degradação, enquanto o uso rural, quando respeita o distanciamento legal, permitiu a manutenção da qualidade hídrica.

Conclui-se, desta forma, que as cabeceiras de drenagem analisadas se encontram em níveis preocupantes de degradação, sendo necessária a elaboração de planos de manejo, zoneamento e fiscalização rigorosa para a recuperação da vegetação e proteção das áreas, evitando que o quadro se agrave. Futuras pesquisas com análises físico-químicas devem ser realizadas para detalhar o passivo ambiental, mas a intervenção para a proteção destas áreas deve ser imediata em função dos dados organizados já obtidos.

Referências

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço Metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**. São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1972

BRASIL, LEI Nº 12.651. Código Florestal Brasileiro. Diário oficial da União. DE 25 DE MAIO DE 2012. Brasília-DF





- BOTELHO, R. G. M.; SILVA, A. S. Bacia hidrográfica e Qualidade Ambiental. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A.J.T. (Orgs.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. 6ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 282p.
- CHRISTOFOLLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1979
- FONTOURA, Glauber Oliveira da. **Influência da cobertura vegetal na estimativa do índice de qualidade da água em bacias hidrográficas da mata atlântica no sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado UFSC, 2023.
- GOMES, P. M; MELO, C; VALE, V. S. Avaliação dos impactos ambientais em nascentes na cidade de Uberlândia – MG: análise macroscópica. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 17 (32):103-120, jun. 2005.
- GONÇALVES, G. G. G.; DANIEL, O.; COMUNELLO, E.; VITORINO, A. C. T.; ARAI, F. K. Determinação da fragilidade ambiental de bacias hidrográficas. **FLORESTA**, Curitiba, Paraná, v. 41, n. 4, p. 797-808, out/dez. 2011.
- GONÇALVES, L. E. P.; BITOUN, J; CORRÊA, A. C. de B. Canais fluviais urbanos: Proposta de tipologias para a região metropolitana do Recife (RMR). **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 3, set. 2010.
- GOUVEA, Lucio Paulo de Souza; SANTOS, Eidy de Oliveira. Vulnerabilidades e impactos socioambientais da urbanização no Rio Cabuçu-Piraquê, Zona Oeste -RJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 225–242, 2021. DOI: 10.12957/cdf.2021.62835.
- SOUZA, M. J. N. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará: bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.
- SOTCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas. **Métodos em Questão**, São Paulo Caderno 16, p. 1-52, 1977
- STEVAUX, J. C.; LATRUBESSE, E. M. **Geomorfologia Fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017
- TUCCI, C. E. M. Parâmetros do Hidrograma Unitário para bacias urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. Porto Alegre – RS, 2003. Vol 8 nº 2 pags. 195-199.
- ZANELLA, Maria Elisa et al. **Vulnerabilidade socioambiental do baixo curso da bacia hidrográfica do Rio Cocó**, Fortaleza-CE. Soc. nat., Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 317-332, ago. 2013



Isadora de Moraes Maria

Universidade Estadual de Campinas

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8606-8615>

Oswaldo de Gonçalves Junior

Universidade Estadual de Campinas

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3033-3741>

Rodrigo Alberto Toledo

Universidade Estadual de Campinas

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>

Os desafios de administrar os recursos hídricos da Bacia PCJ na região metropolitana de Piracicaba

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar a gestão compartilhada das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, configurada como Consórcio Intermunicipal. Este Consórcio insere-se em um território de considerável densidade demográfica, a recém criada Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). Nessa linha, com a crescente escassez sazonal dos recursos hídricos atrelado ao massivo uso desse recurso, surge a necessidade de uma governança metropolitana e intermunicipal compartilhada por parte da pluralidade de atores constituintes dessa dinâmica. O principal método de procedimento empregado ao decorrer da pesquisa foi o de estudo de caso, no intuito de compreender, através de fatos e evidências documentais, as ocorrências acerca da problemática em questão. Com essas complicações, origina-se a demanda por uma administração ambiental acerca dos recursos hídricos que gerencie de modo eficiente, tanto para o uso quantitativo quanto qualitativo. Portanto, identificamos que a cooperação e a transparência dos atores participantes dessa dinâmica inseridos no contexto regional metropolitano, tem potencial de gerar um maior equilíbrio e harmonia, mas para isso, é essencial a aplicação de uma governança estratégica que vise a eficiência, integração e participação social, no intuito de promover uma articulação e cooperação intermunicipal.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Bacia PCJ; Gestão Integrada; Consórcio Intermunicipal; Região Metropolitana de Piracicaba.

The challenges of water resources management in the PCJ basin in the Piracicaba metropolitan region



Abstract

The aim of this manuscript is to analyze the shared management of the Piracicaba, Capivari and Jundiá River Basins, configured as an Intermunicipal Consortium. The Consortium is located in a territory of considerable demographic density, the recently created Piracicaba Metropolitan Region (RMP). With the growing seasonal scarcity of water resources coupled with the massive use of this resource, there is a need for shared metropolitan and intra-municipal governance on the part of the plurality of actors that make up this dynamic. The main procedural method used throughout the research was the case study, in order to understand, through facts and documentary evidence, the occurrences of the problem in question. As a result of this problem, there is a demand for an environmental administration of water resources that manages them efficiently, both in terms of quantity and quality. We have therefore identified that the cooperation and transparency of the actors participating in this dynamic within the regional metropolitan context has the potential to generate greater balance, but for this to happen, it is essential to apply strategic governance aimed at efficiency, integration and participation, in order to promote intra-municipal articulation and cooperation.

Keywords: Public Policies; PCJ Basin; Integrated Administration; Intermunicipal Consortium; Piracicaba Metropolitan Region.

Los desafíos de la gestión de los recursos hídricos en la cuenca del PCJ en la región metropolitana de Piracicaba

Resumen

El objetivo de este manuscrito es analizar la gestión compartida de las cuencas de los ríos Piracicaba, Capivari y Jundiá, constituidas como Consorcio Intermunicipal. El Consorcio se sitúa en un territorio de considerable densidad demográfica, la recién creada Región Metropolitana de Piracicaba (RMP). Con la creciente escasez estacional de recursos hídricos unida al uso masivo de este recurso, surge la necesidad de una gobernanza metropolitana e intramunicipal compartida por la pluralidad de actores que componen esta dinámica. El principal método procedimental utilizado a lo largo de la investigación fue el estudio de caso, con el fin de comprender, a través de hechos y evidencias documentales, la ocurrencia del problema en cuestión. Debido a este problema, existe la demanda de una administración ambiental de los recursos hídricos que los gestione eficientemente, tanto en términos de cantidad como de calidad. Por lo tanto, hemos identificado que la cooperación y la transparencia de los actores que participan en esta dinámica en el contexto regional metropolitano tienen el potencial de generar un mayor equilibrio, pero para que esto suceda, es esencial aplicar una gobernanza estratégica orientada a la eficiencia, la integración y la participación, con el fin de promover la articulación y la cooperación intramunicipal.

Palabras clave: Políticas Públicas; Cuenca Del PCJ; Administración Integrada; Consorcio Intermunicipal; Región Metropolitana de Piracicaba.

Introdução





Com a criação da Região Metropolitana de Piracicaba e considerando a crescente taxa de habitantes da mesma, se torna essencial uma gestão ambiental integrativa no que se refere aos diferentes municípios constituintes da região, a fim de que os mesmos orquestram, eficientemente, os recursos hídricos através de planejamento, mecanismos de cooperação e participação dos cidadãos. Aliás, deve-se ter em vista que, a temática, transcorre diversas problematizações no médio e longo prazo. Frente a isso, a Bacia Piracicaba Capivari Jundiaí (PCJ) perpassa pela RMP, o que também torna relevante compreender a gestão da mesma.

É interessante que a temática dos recursos hídricos dialoga com um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), em específico, o ODS 6 que retrata a água e o saneamento. Desse modo, torna-se como um dos pontos mais vitais uma gestão intermunicipal integrativa e eficiente que considere orçamentos, estratégias, jurisdições em diferentes níveis - municipais, estaduais e federal -, os interesses dos diferentes atores presentes na dinâmica e as execuções dos mesmos na tramitação da administração dos recursos hídricos do PCJ no que concerne à RMP, visando sempre uma harmonia e equilíbrio, o bem-estar presente e para as futuras gerações - ideal defendido pela Agenda 2030 -, bem como uma utilização qualitativa e quantitativa. Logo, os desafios de administrar os recursos hídricos da Bacia PCJ na RMP perpassa no contexto de que é necessária uma governança eficiente que leve em consideração a cooperação intermunicipal em um território, cujo recurso natural é relevante para a vida dos seres vivos, além de ser utilizado em diversos setores.

O principal método de procedimento empregado no decorrer da pesquisa que embasa este artigo foi o de estudo de caso, no intuito de compreender, através de fatos e evidências documentais, as ocorrências acerca da problemática em questão. A coleta dos materiais, artigos e documentos, decorreu, em primeiro momento através da pesquisa bibliográfica, leitura e análise das páginas da web, como sites do Governo Estadual de São Paulo, Governo Federal, Comitê da Bacia PCJ, Organização das Nações Unidas, artigos científicos extraídos da Plataforma Scielo, bem como das bases legislativas e da jurisprudência no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo acerca das leis de gestão ambiental e recursos hídricos. Posteriormente, foi realizada uma análise dessa literatura, buscando analisar as melhores fontes de informação.

A metodologia utilizada consistiu em levantamento utilizando os termos-chave “Bacia PCJ”, “Região Metropolitana de Piracicaba”, “gestão dos recursos hídricos”, “intermunicipal” e “comitês de bacias hidrográficas”. Nesse sentido, essa pesquisa decorreu, principalmente através do Repositório Institucional da UFSCar. Nessa perspectiva, os critérios se basearam, precisamente, em filtros a fim de realizar as buscas pelos termos-chave como: gestão compartilhada, recursos hídricos, Bacia PCJ, considerando o recorte temporal entre (2010 – 2022). Ademais, é pertinente apontar que a pesquisa também decorreu através de um levantamento bibliográfico clássico, acrescentando, por outro lado, pesquisas nos sites de governos, e relatórios da situação dos recursos hídricos do PCJ.

É válido apontar que tanto a compreensão quanto a análise das atuações e operações em arranjos participativos dos órgãos competentes à gestão dos recursos hídricos foi desenvolvida, bem como a análise dos componentes das inter-relações entre os principais entes e atores participativos no que concerne a gestão dos recursos hídricos na RMP. Portanto, foi dado destaque e enfoque em analisar e sistematizar acerca dos principais atores, da governança e a dinâmica intermunicipal, os processos decisórios e como isso afeta a RMP conectando a temática, bem como buscou-se abordar as consequências socioambientais da gestão hídrica da Bacia PCJ na Região Metropolitana de Piracicaba, além de enfatizar a pertinência de órgãos como o CBH-PCJ e a Agência PCJ existirem e atuarem na gestão dos recursos hídricos.





Logo, os componentes que estruturam o artigo são: resumo, introdução e métodos, e em relação às seções que compõem o artigo, tem-se: a formação da Região Metropolitana de Piracicaba, as leis que embasaram a criação da RMP, os municípios concernentes a essa delimitação com suas projeções demográficas; depois o foco vai para a jurisdição e principais atores presentes entre a dinâmica PCJ e RMP; posteriormente, o foco migra para a governança do PCJ e a relação do ODS 6 com a temática trabalhada sobre a água, alguns impactos e consequências sobre o território da RMP; e por fim, as considerações finais.

Região metropolitana de Piracicaba: histórico de formação

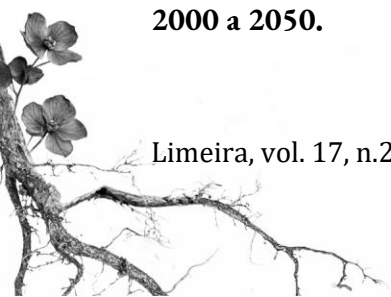
Em agosto de 2021, o governo de São Paulo sancionou a Lei Complementar nº 1.360, de 24 de agosto de 2021 (Alesp, 2021), que criou a Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). Nesse sentido, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo (2021), são 24 cidades que a RMP abrange, com cerca de 1,5 milhão de cidadãos. Dentre os municípios, estão: Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Ipeúna, Iracemápolis, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Pirassununga, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Cruz da Conceição, Santa Maria da Serra e São Pedro.

Contextualizando, existe uma importante lei referente à organização territorial no estado paulista. Nessa perspectiva, refere-se a Lei Complementar nº 760, de 01 de agosto de 1994, e o artigo 1º, inciso iii, ilustra bem isso: “utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região.”

Além disso, a Lei Complementar nº 1.360, na seção I, artigo 2º, inciso III define que a RMP tem o intuito de “aplicar o uso racional do território, dos recursos naturais e proteger o meio ambiente, frente a implantação de empreendimentos públicos e privados”. Nessa linha, o inciso V, do artigo 2º da Lei mencionada, também é pertinente, pois visa “reduzir as desigualdades regionais”. O surgimento da RMP decorreu por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo com o Sistema Estadual de Análise de Dados - Lei nº 1866, de 04 de dezembro de 1978. Nessa perspectiva, a partir dessa nova Região Metropolitana, surge uma maior necessidade por integração de investimento regional, planejamento e governança metropolitana eficiente que vise integrar recursos a fim de que estes sejam aplicados em políticas públicas e programas que forneçam suporte à população perante a tríade social, econômica e ambiental - parâmetro de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) -, conforme apontado por (Gomes e Ferreira, 2018), tendo em vista a considerável densidade demográfica da Região.

É interessante analisar essa tabela disponibilizada no *Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo* (Baeninger et al., 2022) disposta a seguir com a representação das taxas de crescimento populacional em uma perspectiva de 50 anos. Nessa linha, considerando que a Região engloba 24 municípios e que até 2030 possui a projeção de contar com cerca de 1.574.109, torna-se possível concluir que é essencial políticas públicas que consigam atender essa dimensão metropolitana em relação aos mais diversos tipos de gestão - ambiental, social, econômica -, bem como aos diferentes usos dos recursos hídricos.

Tabela 1 - Região Metropolitana de Piracicaba: Taxas de crescimento populacional (% ao ano), 2000 a 2050.





Municípios	2000	2010	2020	2030	2040	2050	2000/2010	2010/2020	2020/2030	2030/2040	2040/2050
Águas de São Pedro	1.881	2.699	3.122	3.292	3.311	3.272	3,68	1,47	0,53	0,06	-0,12
Analândia	3.576	4.287	4.850	5.259	5.468	5.503	1,83	1,24	0,81	0,39	0,06
Araras	104.054	118.713	131.057	138.224	139.495	136.181	1,33	0,99	0,53	0,09	-0,24
Capivari	41.393	48.512	54.231	58.332	60.294	60.378	1,6	1,12	0,73	0,33	0,01
Charqueada	13.014	15.067	16.933	18.217	18.864	18.977	1,48	1,17	0,73	0,35	0,06
Conchal	22.641	25.207	27.284	28.767	29.511	29.551	1,08	0,79	0,53	0,26	0,01
Cordeirópolis	17.546	21.048	24.356	26.759	28.095	28.557	1,84	1,47	0,95	0,49	0,16
Corumbataí	3.788	3.873	3.962	4.032	4.017	3.908	0,22	0,23	0,18	-0,04	-0,27
Elias Fausto	13.865	15.758	17.346	18.366	18.747	18.574	1,29	0,96	0,57	0,21	-0,09
Ipeúna	4.321	6.000	7.571	8.903	9.645	10.015	3,34	2,35	1,63	0,8	0,38
Iracemópolis	15.517	19.987	23.654	25.957	26.931	26.723	2,56	1,7	0,93	0,37	-0,08
Leme	80.628	91.658	100.975	107.430	110.392	110.458	1,29	0,97	0,62	0,27	0,01
Limeira	248.618	275.786	296.300	307.308	306.848	296.683	1,04	0,72	0,37	-0,01	-0,34
Mombuca	3.102	3.265	3.332	3.391	3.394	3.320	0,51	0,2	0,18	0,01	-0,22
Piracicaba	328.642	364.261	389.873	402.403	400.714	387.715	1,03	0,68	0,32	-0,04	-0,33
Pirassununga	64.782	70.036	73.706	75.257	74.279	71.094	0,78	0,51	0,21	-0,13	-0,44
Rafard	8.362	8.610	8.976	9.323	9.493	9.418	0,29	0,42	0,38	0,18	-0,08
Rio Claro	167.902	186.095	201.212	210.004	210.729	204.647	1,03	0,78	0,43	0,03	-0,29



Rio das Pedras	23.448	29.445	34.416	37.676	39.123	39.034	2,3	1,57	0,91	0,38	-0,02
Saltinho	5.792	7.047	7.860	8.115	7.985	7.616	1,98	1,1	0,32	-0,16	-0,47
Santa Cruz da Conceição	3.525	3.998	4.349	4.525	4.488	4.312	1,27	0,85	0,4	-0,08	-0,4
Santa Gertrudes	15.845	21.579	26.189	29.882	32.143	33.005	3,14	1,96	1,33	0,73	0,26
Santa Maria da Serra	4.669	5.406	6.141	6.790	7.267	7.563	1,48	1,28	1,01	0,68	0,4
São Pedro	27.811	31.629	34.208	35.897	36.334	35.725	1,29	0,79	0,48	0,12	-0,17
RMP	1.224.692	1.379.966	1.501.903	1.574.109	1.587.567	1.552.229	1,2	0,85	0,47	0,09	-0,22

Fonte: Fundação SEADE. Tabulação Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO UNICAMP *apud* Baeninger et al. (2022).

O diagnóstico regional do (PDUI-AUP, 2017, p. 56), expõe que em algumas cidades constituintes das Bacias do Piracicaba-Capivari-Jundiá (PCJ), carecem de água para alguns setores, como industrial e doméstico, comprometendo o uso quanti no tativo e qualitativo, como no caso de Rio Claro, por exemplo.

Outro ponto exposto pelo diagnóstico regional do (PDUI-AUP, 2017, p. 56) no que tange a gestão de recursos hídricos é o problema dos esgotos domésticos em alguns municípios, assim como o despejo de componentes químicos que contaminam o meio ambiente e os meios fluviais, principalmente ao redor de Campinas. Aliás, embora Campinas seja de outra região metropolitana (RMC), os meios fluviais transcorrem em regiões distintas, e há fortes relações de poder políticas e econômicas, defendem (Bittencourt e Schmitz, 2017).

Dessa maneira, fica evidente que o cerne da problemática da gestão dos recursos hídricos da Bacia PCJ que se faz presente na RMP, se pauta na carência de uma legislação e fiscalização mais robusta por parte dos órgãos públicos ambientais de forma eficiente, carência de preservação, incentivos e políticas para proteção das áreas de mananciais, o que aumenta a problemática hídrica, o baixo nível de reservatório de água, a pífia gestão de estoque, reuso e fluxos de água, ocasionando em determinadas épocas do ano o estresse hídrico.

A legislação e a água: arcabouço jurídico e interfaces com o CBH-CBJ e a agência PCJ

Sob o prisma da legislação, pode-se dizer que é necessário uma articulação e um claro diálogo entre as seguintes esferas: federal, estadual, regional e municipal. Nessa linha, a esfera federal é relativa à Lei nº





9.433/1997, “Lei das Águas” ou Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH - referentes aos domínios federais. Aliás, outro órgão nacional de grande porte e relevante é a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Um ponto interessante a se enfatizar é quanto a importância da atuação dos atores e instituições na tramitação da política pública. Nessa perspectiva, o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR – (2020) visa a integração das políticas públicas de diferentes ramos no intuito de desenvolver determinada região e melhorar a qualidade de vida do povo. Desse modo, é pertinente o papel do MDR, de responsabilidade e ação através da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Dessa forma, entre 2021 e 2022, a PNRH foi elaborada, revisada, monitorada e atualizada por intermédio do MDR. Porém, no que tange a implementação, o MDR monitora a implementação e execução operacional da PNRH. Outros órgãos presentes nessa dinâmica são a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) que coordena o PNRH, acompanhado da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH/CNRH).

Além disso, a PNRH visa estabelecer diretrizes, programas e metas com a condescendência entre o povo e os políticos. Nesse sentido, algumas premissas são importantes, como consta na Elaboração do PNRH 2022 – 2040 “Documento Base do Processo Participativo” (2021): a análise do balanço hídrico e perspectivas de futuro para moldar cenários; articular e integrar políticas com os planos para atingir a segurança hídrica; adotar recortes territoriais de referência para o planejamento nacional – nesse caso, seria pertinente desenvolver políticas eficientes e implementá-las na RMP, na qual a Bacia PCJ transcorre, tornando a Região como um exemplo a ser seguido - e integrar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em seguida, na perspectiva estadual, existe a Lei nº 16.337/2016 referente ao Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH. Por fim, a perspectiva municipal em relação à gestão das águas, geralmente, é relativa ao Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB - e a lei relativa a isso é a Lei nº 14.026/2020.

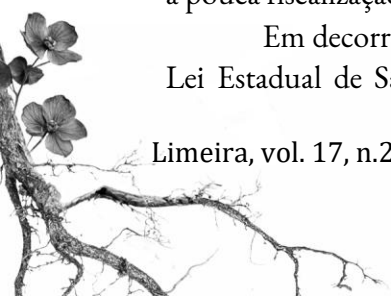
Quadro 1 - Legislações referentes aos Planos de Recursos Hídricos - PNRH, PERH E PMSB

Lei	Esfera
Lei nº 9.433/1997 - Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) ou "Lei das Águas"	Federal
Lei nº 16.337/2016 - Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH)	Estadual
Lei nº 14.026/2020 - Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)	Municipal

Fonte: Elaboração própria a partir da legislação (2022).

Portanto, uma questão a ser trabalhada de forma estratégica pela RMP é o enfoque no médio prazo no que tange os recursos hídricos. Nesse sentido, (Santos, Schmidt e Silva, 2021) enfatizam que a legislação ambiental brasileira acerca da gestão de recursos hídricos é recente e omissa em alguns aspectos, e como consequência, não é aplicada em sua totalidade como deveria ser em detrimento de alguns entraves, como a pouca fiscalização, déficits de integração e interação entre os atores públicos envolvidos na temática.

Em decorrência da problemática, é importante abordar acerca da bacia PCJ. Nessa perspectiva, a Lei Estadual de São Paulo nº 7.663/91 (Alesp, 1991), dispõe sobre a criação do Comitê das Bacias





Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Atrelado a isso, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo confirma que a Região pelo qual o PCJ passa – RMP – apresenta criticidades e desafios a serem enfrentados no que tange ao uso qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos. Logo, se torna urgente uma gestão intermunicipal que dialogue acerca da temática, para que boas políticas hídricas sejam implementadas, tendo em vista o quadro não tão positivo da caracterização hídrica na RMP para as próximas gerações.

Primeiramente, é essencial abordar o que é uma bacia hidrográfica. (Carvalho, 2022) expõe que a bacia hidrográfica é uma unidade de planejamento, pois nela ocorrem eventos distintos. Então, o autor alega que é necessário buscar metodologias que visem a resolução dos problemas ambientais que abrangem a bacia. Ainda, (Carvalho, 2022) enfatiza que a gestão e o gerenciamento dos recursos hídricos deve ser pautado na integração – intermunicipal, por exemplo – e descentralização.

Já (Barbosa, 2019) traz, especificamente, que a gestão dos recursos hídricos abrange aos tipos de usos e atribuição valorativa da água, indo de encontro com instrumentos e medidas, como instituições, outorga, planos de recursos hídricos e outros elementos que se correlacionam as políticas públicas a partir dessa temática.

Tendo conceituado o que é uma bacia hidrográfica, é importante atrelar outro elemento pertinente a gestão dos recursos hídricos. Nessa perspectiva, um Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH –, segundo os (Comitês PCJ, 2019) é um órgão colegiado que zela pela gestão dos recursos hídricos em âmbito federal, estadual ou municipal, além de elaborar planos de bacias. O intuito do Comitê é conservar e recuperar corpos d'água e garantir uso racional e sustentável da água.

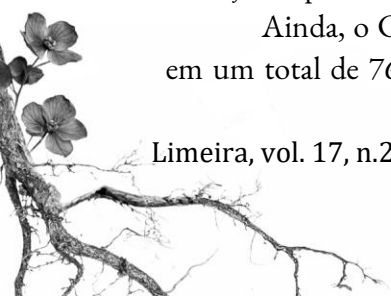
Prosseguindo, pode-se dizer que cada Comitê tem autonomia para constituir Câmaras Técnicas (CT) – grupos colegiados, compostas por representantes indicados por órgãos públicos, exceto a CT de Planejamento que possui um viés institucional - se essenciais, podem se transformar em permanentes - com demandas periódicas e sistemáticas -, ou temporárias - demanda de até 6 meses. Além disso, os (Comitês PCJ, 2019) enfatiza que uma das funções da Câmara Técnica, é que esta pode criar Grupos de Trabalhos (GTs), a fim de avançar na discussão de um conflito ou desafio de interesse da CT.

Por outro lado, outro ator importante, segundo os (Comitês PCJ, 2019) são as agências de bacias hidrográficas – nesse caso, a Agência PCJ, com sede no município de Piracicaba –, que cobra pelo uso da água que são repassados e divisão dos mesmos para que sejam investidos em projetos que atendam ao plano de bacia definido pelo Comitê. Afinal, a Agência PCJ é um elemento relevante no cenário da Região Metropolitana de Piracicaba, pois atua como unidade executiva de caráter descentralizador, fornecendo apoio financeiro e técnico-administrativo ao CBH-PCJ no que se refere aos recursos hídricos, podendo ser um exemplo a ser discutido com seus pontos negativos e positivos por demais municípios.

É interessante ainda ressaltar dois pontos relevantes: a) que o Rio Piracicaba se subdivide em outras quatro sub-bacias: Corumbataí, Jaguari, Atibaia e Camanducaia; e b) a bacia PCJ ajuda a abastecer o Sistema Cantareira, que destina considerável parte do volume de água para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Sendo assim, as entidades mais importantes que participam da dinâmica do PCJ são: Comitês PCJ - ou “Parlamento das águas”, são órgãos colegiados que atuam de forma descentralizada, buscando a participação e integração da população em relação aos recursos naturais através das discussões que ocorrem através das Câmaras Técnicas (CT) -, Agência das Bacias PCJ, Consórcio PCJ, Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ) e o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA PCJ).

Ainda, o Consórcio PCJ remete a bacia hidrográfica do PCJ abarcando os estados de SP e MG, em um total de 76 municípios, e há esses que estão dentro da RMP, ao mesmo tempo que há outros



municípios que extrapolam as fronteiras indo além, isto é, o PCJ percorre por cidades que localizam-se em outras regiões metropolitanas, como a Região Metropolitana de Campinas (RMC) e até mesmo alguns municípios do sul do estado de Minas Gerais (MG) - Toledo, Itapeva, Camanducaia e Extrema.

De acordo com (Piacente, 2005), o estado paulista possui 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) com suas caracterizações socioeconômicas e climáticas, a fim de tornar mais fácil e eficiente a gestão descentralizada. Sendo assim, a bacia PCJ é composta pelos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e é representada pela UGRHI 5. Segue abaixo uma tabela que estabelece um conectivo entre a RMP e os municípios que estão inseridos na Bacia PCJ parcial ou totalmente.

Quadro 2 - Municípios da RMP subcategorizados conforme inserção na Bacia PCJ

Município	Inserção na bacia PCJ
Águas de São Pedro	IT
Analândia	IP
Araras	-
Capivari	IT
Charqueada	IT
Conchal	-
Cordeirópolis	IT
Corumbataí	IP
Elias Fausto	IP
Ipeúna	IT
Iracemápolis	IT
Leme	-
Limeira	IP
Mombuca	IT
Piracicaba	IP
Pirassununga	-
Rafard	IP
Rio Claro	IP
Rio das Pedras	IP
Saltinho	IP
Santa Cruz da Conceição	-
Santa Gertrudes	IT
Santa Maria da Serra	IT



São Pedro	IP
Total	IT = 9 IP = 10

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Com isso é possível concluir que, a partir dessa dinâmica, é importante lembrar que embora Araras e Santa Cruz da Conceição estejam inseridas na RMP, os municípios fazem parte de outra bacia hidrográfica - Bacia do Rio Mogi-Guaçu. Nessa linha, o mesmo é válido para Conchal e Leme. Por outro lado, Pirassununga que também faz parte da RMP, tem sua bacia hidrográfica distinta, nesse caso, correspondente a Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Ouro. Portanto, 9 municípios da RMP encontram-se inseridos totalmente na Bacia PCJ, enquanto que 10 outros municípios estão inseridos de forma parcial.

Governança e a água: ODS e desdobramentos da relação entre os entes federados

(Wright, 1974) defende que as relações intergovernamentais sofrem muitas influências e essa problemática considera diferentes variáveis e particularidades. Tais pontos, segundo (Gontijo, 2017) é o conjunto de relações entre os estados nacionais e suas subunidades, sejam elas locais ou regionais, isto é: a) governo central e governos regionais, governo central e governos locais; b) governo regional e governos locais; c) governos locais entre si.

Desse modo, (Cameron, 2001) traz que essas relações se desenvolvem através de preceitos legais e constitucionais, além dos arranjos informais que ocorrem no desenvolvimento das relações internas dentro de um território. Logo, essa influência se dá por meio de fatores distintos, como: geográfico, histórico, constitucional, demográfico, sociocultural, de forma que remetam à política.

Em relação a dinâmica *politics-policies* - dinâmicas políticas e políticas públicas -, Gontijo (2017) defende que as *policies* - políticas públicas - podem causar a *politics* - políticas e suas dinâmicas -, embora as *policies* também influenciem a *polity* - estrutura institucional.

Outro ponto defendido por (Gontijo, 2017) é que a descentralização se faz presente nas relações governamentais. Nessa linha, isso acaba sendo perceptível no caso do PCJ, pois há diferentes níveis presentes nessa dinâmica, por exemplo, em relação a bacia hidrográfica do PCJ, existem três, devido a territorialidade e isso pode ser caracterizado como algo descentralizador, com um determinado nível presente de independência e discricionariedade devido às relações entre os governos locais - municipais -, a governança regional - RMP - e os estados de SP e MG. Por exemplo, tem-se a articulação de três Comitês:

- a) CBH-PCJ, remete a bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - principal foco do artigo, e instituído pela lei estadual (SP) nº 7.663/91;
- b) PCJ Federal - lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
- c) CBH-PJ1 - Comitê relativo a bacia dos rios Piracicaba e Jaguari, criado por uma lei do estado mineiro nº 13.199/99.

(Denny, Granziera e Gonçalves, 2020) apontam a importância de solidificar trâmites e a participação nos comitês de entes estatais que zelam pelo controle do meio ambiente, especificamente os que possuem um nível hierárquico sobre os recursos hídricos, ocupação do solo e saneamento básico, o que vai de encontro os aspectos qualitativos e quantitativos.

De acordo com (Wright, 1997), o nexu da relação governamental se compreende como uma ação na qual há ação de diferentes atores que detêm poder interventor na gestão, como os cidadãos e diferentes entidades governamentais. Nessa linha, o autor explicita que as relações intergovernamentais podem, então,



ser consideradas como um corpo de atividades que se dão entre as unidades governamentais de todos os tipos inseridas em um sistema federativo. (D'Ascenzi e Lima, 2013) defendem que pode haver interesses antagônicos que podem coexistir e afetar a gestão, a formulação e implementação das políticas, podendo desencadear conflitos e atrasar processos. Por outro lado, segundo (Yassuda, 1993), a gestão dos recursos hídricos se transforma em um problema de coordenação matricial, interligando uma pluralidade de agentes setoriais.

Nesse cenário complexo, (D'Ascenzi e Lima, 2013) também caracterizam que há definição de problemas prioritários que merecem intervenção, alternativas e decisões objetivas acerca dos entraves, assim como há um desejo por melhorias nos processos que intercorrem a política e órgãos de administração, somando, dessa forma, adaptações e ações implementadoras. Portanto, no panorama da gestão hídrica, há a participação de Ministérios, Conselhos Estaduais, organizações civis que atuam sobre essa temática que impacta outros meios na conjuntura social, além do próprio meio ambiente.

Abrucio (2001) defende que a cooperação e a competição são elementos constituintes das relações intergovernamentais. Nesse sentido, a cooperação tem o poder de nutrir laços devido a natureza compartilhada desse tipo de política pública. Ainda nessa linha, Rabelo e Castro (2016) alegam que os principais mecanismos cooperativos se resumem a: intervenção, negociação e compartilhamento. Estratégias com embasamento em cooperação podem ser frutíferas no cenário da intermunicipalidade ou da RMP, pois um município pode auxiliar outro menos habilitado na execução de um serviço público.

Ademais, alguns mecanismos de parcerias devem ser instaurados, mas passando primeiramente pela aprovação dos entes envolvidos na problemática ou do desafio a ser superado, segundo (Abrucio, 2005). Com isso, essa coordenação se dá através de embasamento legal que obrigam os atores a compartilhar as decisões, assim como as tarefas através de fóruns - comitês, consórcios e agências são válidos - o que demonstra um caráter de representatividade entre as entidades participantes que estão inseridas no plano metropolitano intergovernamental.

Abordam-se difíceis pontos da gestão integrada e a necessidade de aperfeiçoamento do sistema de decisão. Conforme Porto e Porto (2008) os instrumentos de gestão possuem objetivos de aplicação distintos e devem ser utilizados para alcançar diferentes fins. Por exemplo, há instrumentos de disciplinamento - outorga - esta pode ser utilizada como um instrumento de implantação de sistemas de gestão de demanda e uso racional da água, além de dar suporte na gestão territorial; há instrumentos de incentivo - cobrança -, e há instrumentos de apoio - sistemas de informação.

A gestão de águas urbanas, portanto, não é tarefa simples. (Campos, 2001) afirma que a gestão de águas é formada por três sub funções: o planejamento, a administração e a regulamentação - importante. Observa-se que as causas dos problemas no meio urbano estão todas associadas ao fator uso e ocupação do solo - a regulamentação desta última, segundo (Peixoto, Studart e Campos, 2016) é de atribuição municipal; no entanto, as normas devem atender a resoluções e políticas federais.

(Denny, Granziera e Gonçalves, 2020) defendem que a governança estimula novos modelos de organização interna, assim como impacta no processo de participação e tomada decisória. Nesse sentido, (Olson, 1971) afirma que apenas é possível o envolvimento efetivo e comprometimento dos entes interessados com a transparência e cooperação em diferentes escalas com os atores participantes. Logo, o intuito da governança nesse cenário é de superar conflitos e implementar as políticas, e isso pode ser aplicado tanto no nível da gestão hídrica dos órgãos competentes para tal quanto para uma gestão metropolitana.

De acordo com o *Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Piracicaba* (PDUI-AUP), da perspectiva geográfica, esta localiza-se próxima às regiões industrializadas e produtivas, com pólos de desenvolvimento tecnológico, como São Paulo, Campinas e Jundiaí. Nesse sentido, a RMP se destaca por se apresentar como um polo de desenvolvimento agro somado à presença de





fortes empresas agroindústrias sulcroatcooleiras –, além do setor industrial, com produção de peças metal-mecânicas e empresas metalúrgicas.

(Piacente, 2005) alega que as usinas que estão ao decorrer da bacia PCJ passaram por modernizações e investiram em sistemas de gerenciamento, a fim de que as empresas se adequem aos novos padrões impostos relativos ao meio ambiente, segurança e qualidade, por exemplo. Nesse contexto, aplicando tais problemáticas à territorialidade da RMP, o autor enfatiza que na região da bacia PCJ há considerável nível de urbanização e densidade demográfica que impactam a ocupação do solo, poluição, problemas de resíduos sólidos e contaminação hídrica.

Com isso, os principais impactos decorrentes atrelados a agroindústria e processos sucroalcooleiros que se relacionam aos recursos hídricos, de acordo com (Piacente, 2005) se resumem em: a) contaminação das águas superficiais e do solo devido ao excesso de adubos e herbicidas; b) assoreamento dos corpos d'água por consequência da erosão do solo em áreas de renovação de lavoura; e c) uso massivo da água para o processamento industrial da cana de açúcar. Algumas outras consequências defendidas pelo autor incluem a poluição e contaminação dos rios através de resíduos orgânicos de esgoto não tratado, e pela emissão de resíduos industriais. Logo a agroindústria é um agente poluidor potencial. Além disso, o autor também traz o ponto de que o despejo de efluentes domésticos e industriais sem tratamento prévio dificulta, em muitos casos, o uso a jusante da água - fluxo normal - dos principais mananciais dessa região.

Por outro lado, (Peixoto, Studart e Campos, 2016) defendem que sem as políticas, as normas sociais e as mudanças institucionais necessárias, os benefícios oriundos da urbanização vão coexistir com as mazelas sociais, resultantes da incapacidade de um planejamento estratégico urbano metropolitano. Já (Yassuda, 1993) defende que é pertinente o Princípio do Poluente-Pagador. Reconhecido como instrumento-chave para a luta contra a poluição hídrica, aprovado em 1972 pela OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A partir da aprovação dessa lei, o país passou a dispor de um instrumento legal que visa garantir às gerações futuras a disponibilidade do recurso hídrico, o que dialoga com o desenvolvimento sustentável.

É pertinente apontar, por fim, que essa temática dos recursos hídricos se conecta com o ODS 6, de Água e Saneamento, especialmente em referência a meta 6.5, que visa implementar uma gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, incluindo cooperação entre fronteiras - nesse caso, entre as fronteiras intermunicipais e metropolitanas inter-regionais -, convergindo para a problemática de como administrar de modo eficiente os recursos da água. Ainda, a questão da gestão ambiental sobre os recursos hídricos é algo que aflige os interessados. Isso começou a se tornar ganhar forças durante a década de 1990, período em que a ONU instituiu a “Declaração Universal do Direitos da Água” e para a temática da gestão hídrica estratégica, o inciso X, expõe: “o planejamento da gestão deve levar em conta a solidariedade e consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a terra”. Logo, essa é uma das características que a gestão tem que se debruçar sobre, levando em conta o cenário de disparidade regionais, o que apenas reforça a necessidade de formular e implementar políticas hídricas eficientes que integrem e reforcem a cooperação intramunicipal de uma região – nesse caso, da RMP - que possuam uma séria, consciente e eficiente governança sobre os cenários que possam vir a surgir, a fim de que as próximas gerações possam usufruir deste recurso.

Considerações Finais

Embora exista uma ambivalência nessa problemática, pois a RMP de certa forma agrupa municípios conforme a questão da porção territorial e os centraliza, ao mesmo tempo há o principal foco





que é a descentralização dos órgãos competentes a gestão hídrica e suas dinâmicas que se conecta a todos esses municípios agrupados dentro de uma extensão denominada legalmente.

De acordo com Porto e Porto (2008), os recursos hídricos no Brasil têm sua gestão organizada por bacias hidrográficas em todo o território nacional, seja em corpos hídricos de titularidade da União ou dos Estados. Há dificuldades e complexidades em orquestrar os recortes geográficos, tendo em vista que os recursos hídricos exigem a gestão compartilhada com a administração pública e gestão ambiental no que se refere aos órgãos de saneamento e instituições ligadas à atividade agrícola, por exemplo.

É interessante refletir também que será desafiador tomar decisões legais visto a projeção demográfica e fazer políticas públicas que integrem e beneficiem os municípios inseridos na RMP, bem como buscar consenso entre os atores e entes participantes em relação aos problemas urbanos, nesse caso, especialmente no que se refere aos conflitos de uso e gestão da água, além do planejamento do uso e ocupação do solo. A integração entre a política de recursos hídricos e as demais políticas, tais como a política ambiental e o planejamento do uso do solo urbano é complexa, especialmente em decorrência da pluralidade de atores presentes nessa dinâmica. Ademais, o grande desafio dos planos de bacia é harmonizar as condutas dos diferentes agentes, nas esferas estadual – órgãos da administração e concessionárias – e municipal, que têm responsabilidades no aproveitamento de recursos hídricos, além, é claro, dos agentes privados.

Como (Rabelo e Castro, 2016) discorrem que a coordenação e gestão intergovernamental refletem os elementos de integração, compartilhamento e decisão conjunta - variáveis estas pertinentes para uma boa gestão metropolitana, pois auxiliam a lidar com os conflitos que vão surgindo, assim como as problemáticas já existentes inseridas nessa delimitação. Ainda, ressaltando (Denny, Granziera e Gonçalves, 2020) com a defesa de que um comitê de bacia hidrográfica é um órgão colegiado que representa uma inovação referente a gestão dos recursos hídricos nacional, e que a governança é um elemento imprescindível nesse processo a fim de desenvolver e garantir efetividade na implementação de políticas relacionadas à água. Logo, um comitê operando e aplicando a cooperação, pode gerar boas políticas públicas para as gerações presentes e futuras.

Portanto, a cooperação em um contexto intermunicipal com uma atuação transparente, responsável desses órgãos e múltiplos atores visando a harmonia e o desenvolvimento sustentável, inserido na lógica de uma região metropolitana, pode resultar em maior equilíbrio no território metropolitano, mas para isso, é necessário instaurar uma governança estratégica que tenha alguns pilares importantes como a eficiência, integração e participação, no intuito de promover uma articulação e cooperação intramunicipal.

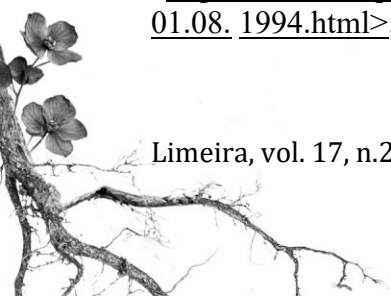
Referências

ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ABRUCIO. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 41-67, jun. 2005.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Complementar nº 760, de 01 de agosto de 1994. Estabelece diretrizes para a organização regional do estado de São Paulo. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1994/lei.complementar-760-01.08.1994.html>>. Acesso em: 08/10/2023.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Complementar nº 1.360, de 24 de agosto de 2021. Cria a Região Metropolitana de Piracicaba e dá providências correlatas. 2021. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2021/lei.complementar-1360-24.08.2021.html>>. Acesso em: 8 dez. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH – e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16337-14.12.2016.html>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>>. Acesso em: 8 dez. 2021.

BAENINGER ET AL. Atlas Temático - Observatório das Migrações em São Paulo; Laboratório de Economia e Gestão; Região Metropolitana de Piracicaba. FCA - Unicamp. 2022. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/wp-content/uploads/2022/08/atlas-tematico-regiao-metropolitana-de-piracicaba.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BARBOSA, F. D. Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil. **Repositório Institucional – UFSCar**. São Carlos, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4307>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BITTENCOURT, Mauricio V. L.; SCHMITZ, Arno P. Crescimento econômico e pressão sobre recursos hídricos. **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 47, nº 2, pág. 329 – 363, abr/jun, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/cwvvpqnYYQcJnJcFjMBK9b3d/?lang=pt>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

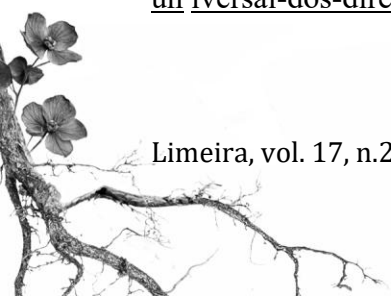
BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.422, de 8 de janeiro de 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos. Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm>. Acesso: 8 dez. 2021.

CAMPOS, J. N .B. O Modelo Institucional In: Gestão das Águas: Princípios e Práticas. 1 ed. Porto Alegre : Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.

CAMERON, D. The structures of intergovernmental relation. **International Social Science Journal**, v. 53, p. 121-127, 2001.

CARVALHO, A. C. P. Proposição de uma sistemática para avaliação qualitativa da oferta hídrica superficial aplicada em sub-bacias hidrográficas da bacia hidrográfica do Rio Piracicaba - Região Sudeste do estado de São Paulo. **Repositório Institucional UFSCar**. São Carlos, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16314>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CÔMITES PCJ. Declaração Universal dos Direitos da Água. Disponível em: <https://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=445:declaracao-universal-dos-direitos-da-agua&catid=156:arquivo-pcj&Itemid=360>. Acesso em: 8 dez. 2021.





DENNY, D. M. T.; GRANZIERA, M. L. M.; GONÇALVES, A. F. Comiês de bacia hidrográfica: governança e efetividade na gestão de recursos hídricos. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 9, nº 4, p. (227–247), 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/7955>. Acesso em: 11 abr. 2023.

DIAGNÓSTICO REGIONAL. Documentos PDUI. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – Aglomeração Urbana de Piracicaba. 2017. Disponível em: <http://multimidia.pdui.sp.gov.br/aup/docs_pdui/aup_docs_pdui_0005.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2021.

Documento base para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022 – 2040. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/plano-nacional-de-recursos-hidricos-1/doc_base_elab_pnrh_2022_2040.pdf>. Acesso: 8 dez. 2021.

GONTIJO, J. G. L. Relações intergovernamentais e políticas públicas: notas sobre os domínios de política e suas particularidades como variável independente. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais - Unesp**. São Paulo, v. 47, p. (89-105), 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/6201/6998>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, vol. 21, nº 48, pág. 101-110, dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Institucional. Ministério do Desenvolvimento Regional: políticas públicas para apoiar municípios e melhorar a qualidade de vida da população. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/organogramas>> Acesso em: 8 dez. 2021.

OBJETIVO 6 – Água Potável e Saneamento. **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, 2021. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=6>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

OLSON, Mancur. The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups, Second printing with new preface and appendix. Revised edition. Cambridge, Mass.: **Harvard University Press**, 1971.

PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, Lei nº 1866, de 04 de dezembro de 1978. O Governo do Estado de São Paulo autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade. /Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/LEI-1866.pdf>>. Acesso em: 08/10/2023.

PEIXOTO, Filipe da Silva; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho; CAMPOS, José Nilson Bezerra. Gestão das águas urbanas: questões e integração entre legislações pertinentes. **REGA**, Porto Alegre - RS, v. 13, n. 2, p. 160-174, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59655>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

PIACENTE, F. J. Agroindústria canavieira e o sistema de gestão ambiental: o caso das usinas localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Instituto de Economia -





IE. Campinas, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490522>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA. Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). Disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/?page_id=127>. Acesso em: 07 mar. 2023.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L.. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, p. 43–60, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/ccyh4cf7NMdbpJdhSzCRNtR/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

RABELO, C. D.; CASTRO, A. M. D. A. As relações intergovernamentais na formulação e execução das políticas. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2016. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/590>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS 2020. Agência das Bacias PCJ. Comitês PCJ. Piracicaba, 2019. Disponível em: <http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=980&Itemid=340>. Acesso em: 8 dez. 2021.

SANTOS, Alex Mota; SCHIMIDT, Fernando; SILVA, Leandro de Brito Silva. Ciência ambiental: reflexões sobre o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em águas potável, superficial e subterrânea. **Engenharia Sanitária e Ambiental**. Goiânia, vol. 26, nº 2, pág. 193 – 200, mar/abr 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/esa/a/T9d3xxh6bP58rXBpgvkgz3j/?lang=pt>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Sancionada criação das Regiões Metropolitanas de São José do Rio Preto e Piracicaba. **Portal do Governo**, 24 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/secretaria-de-desenvolvimento-regional/sancionada-criacao-das-regioes-metropolitanas-de-s-jose-do-rio-preto-e-piracicaba/>>. Acesso em: 8 dez. 2021.

WRIGHT, D. S. Intergovernmental relations: an analytical overview. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 416, n. 1, p. 1-16, 1974.

WRIGHT, D. S. Para entender las relaciones intergubernamentales: estudio introductorio de José Luiz Méndez. Cidade do México, DF: **Fondo de Cultura Económica**, 1997. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=hqo8244wpn8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 11 out. 2024.

YASSUDA, E. R. Gestão de recursos hídricos: fundamentos e aspectos institucionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, nº 2, p. (5 - 18), 1993. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663>>. Acesso em: 23 jul. 2023.



Silvia Rosa da Costa Corrêa

Universidade Federal de São Carlos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8500-9850>

Cidoval Morais de Sousa

Universidade Estadual da Paraíba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7812-8667>

Repensando o ecodesign no campo CTS: uma pesquisa qualitativa nas feiras de economia solidária em Santa Catarina

Resumo:

A proposta da pesquisa foi compreender como o design se reelaborou no enfrentamento das contradições da sociedade industrial capitalista, configurando-se como uma nova tecnociência de natureza engajada, de acordo com os pressupostos do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Buscou-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como mutar para um ecodesign engajado à luz de Bruno Latour em um contexto de Economia Solidária? Para tanto, foram necessários os seguintes objetivos específicos, os quais foram: 1 – Abordar o ecodesign em contexto CTS; 2 – Apresentar, parte da coleta de dados qualitativos já alcançados, ilustrados por imagens de Feiras Populares de Economia Solidária na Cidade de Joinville - Santa Catarina. 3 – Analisar os dados preliminares considerando o ecodesign na perspectiva CTS e sua aproximação à economia solidária, nas condições sociotécnicas de criação, produção e realização. Com uso da metodologia de pesquisa exploratória de cunho qualitativo, foi um movimento de aproximação preliminar do objeto (observação, registros e escutatória), que permitiu a coleta de alguns achados, tais como: Diferenças no processo de articulação e organização das feiras; algumas semelhanças, como o protagonismo feminino, o engajamento em causas sociais e a consciência da sustentabilidade.

Palavras-chave: Ecodesign; Economia Solidária; Ciência, Tecnologia e Sociedade

Rethinking ecodesign in the CTS field: a qualitative research at solidarity economy fairs in Santa Catarina

Abstract

The aim of this research was to understand how design was re-elaborated in order to face the contradictions of capitalist industrial society, configuring itself as a new technoscience of an engaged nature, according to the assumptions of the Science, Technology and Society (STS) field. Seeking to answer the question: How to change to an engaged ecodesign in the light of Bruno Latour in a context of Solidarity Economy? To this end, the following specific objectives were



necessary, which are: 1 – To approach ecodesign in a STS context; 2 – To present part of the collection of qualitative data already achieved, illustrated by images of a Popular Fair of Solidarity Economy in the City of Joinville - Santa Catarina. 3 – To analyze the preliminary data considering ecodesign from the STS perspective and its approach to the solidarity economy, in the socio-technical conditions of creation, production and realization. Using the exploratory research methodology of a qualitative nature, It was a preliminary approach to the object (observation, records and listening), which allowed the collection of some findings, such as: Differences in the process of articulation and organization of the fairs; some similarities, such as female protagonism, engagement in social causes and awareness of sustainability.

Keywords: Ecodesign; Solidarity Economy; Science, Technology and Society.

Repensando el ecodiseño en el ámbito CTS: una investigación cualitativa en las ferias de economía solidaria de Santa Catarina

Resumen

La propuesta de investigación fue comprender cómo el diseño fue reelaborado para enfrentar las contradicciones de la sociedad industrial capitalista, configurándose como una nueva tecnociencia de carácter comprometido, de acuerdo con los presupuestos del campo de la Ciencia, Tecnología y Sociedad (CTS). Buscando responder a la pregunta: ¿Cómo cambiar hacia un ecodiseño comprometido a la luz de Bruno Latour en un contexto de Economía Solidaria? Para ello se plantearon los siguientes objetivos específicos: 1 – Abordar el ecodiseño en un contexto CTS; 2 – Presentar parte de la recolección de datos cualitativos ya realizada, ilustrada con imágenes de una Feria de Economía Popular Solidaria en la Ciudad de Joinville – Santa Catarina. 3 – Analizar los datos preliminares considerando el ecodiseño desde la perspectiva CTS y su aproximación a la economía solidaria, en las condiciones socio-técnicas de creación, producción e implementación. Utilizando una metodología de investigación exploratoria cualitativa, Fue una aproximación preliminar al objeto (observación, registros y escucha), que permitió recolectar algunos hallazgos, tales como: Diferencias en el proceso de articulación y organización de las ferias; algunas similitudes, como el protagonismo femenino, el compromiso con causas sociales y la conciencia de la sostenibilidad.

Palabras clave: Ecodiseño; Economía Solidaria; Ciencia, Tecnología y Sociedade.

Introdução

As pesquisas em Ciência Tecnologia Sociedade (CTS) tratam sobre questões do meio ambiente e a investigação social “englobam estudos qualitativos da ciência, tecnologia e inovação, com abordagens voltadas para as análises das dimensões sociais do conteúdo da ciência, e quantitativos, frequentemente associados aos estudos cientométricos” (Martin, Nightingale e Yegros, 2012, apud Hayashi, 2014, p. 494). Essa discussão não se restringe ao campo social, mas também a interferência da produção em larga escala no meio ambiente e nas relações socioeconômicas. Como forma de buscar o menor impacto ambiental, autores do campo CTS incentivam o desenvolvimento regional e local, reconhecendo e valorizando as especificidades sociais e culturais. Contudo, o ecodesign vem sendo objeto de estudos por alguns autores do campo CTS, neste contexto, a presente pesquisa elaborou a seguinte pergunta de pesquisa: Como mutar para um ecodesign engajado à luz de Bruno Latour em um contexto de Economia Solidário?





Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi compreender como o design se reelaborou no enfrentamento das contradições da sociedade industrial capitalista, configurando-se como uma nova tecnociência de natureza engajada, de acordo com os pressupostos do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Para aprofundar a investigação foram necessários 3 objetivos específicos, os quais foram: 1 – Abordar o ecodesign em contexto CTS; 2 – Um recorte dos dados preliminares alcançados, selecionando algumas imagens das duas Feiras Populares de Economia Solidária na Cidade de Joinville – SC; 3 – Analisar os dados preliminares considerando o ecodesign na perspectiva CTS e sua aproximação à economia solidária, nas condições sociotécnicas de criação, produção e realização.

Para tanto, foi necessário o uso da metodologia de pesquisa exploratória de cunho qualitativo, um movimento de aproximação preliminar do objeto, onde os dados foram coletados de forma qualitativa constituída de observação, produção imagética (foto, vídeo) e escutatória. Baseado nas considerações de Moreira; Caleffe (2006) e de Robert K. Yin no livro “Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim”, que trata 4 tipos de atividades de coleta de dados para uma pesquisa qualitativa: entrevistas; observação; coleta e exame” Yin (2016, p. 127).

Entretanto, para a análise dos dados foram considerados 2 pontos principais: 1) Abordagem do campo CTS; 2) A definição sobre o ecodesign. No primeiro ponto, em perspectiva CTS foi observado as sugestões de Bruno Latour ao ecodesign, como: reelaborar, observar sob a ótica do outro, considerar os atores envolvidos, além das questões pertinentes à conflitos, interesses e poder político. Incluindo os aspectos de cooperativismo e associação da economia solidária. No segundo ponto, as definições do ecodesign apontadas por Manzini e Vezzoli (2016) e o Ministério do Meio Ambiente no Brasil (MMA, 2009), que levam em conta as fases do ciclo de vida de produtos (extração, produção, uso, disposição final) e os 5 Rs (Reduzir, Reutilizar ou reaproveitar, Reciclar, Repensar, Recusar), além do uso de materiais biodegradáveis e naturais, entre outros.

Vale ressaltar que, o resultado aqui apresentado foi um pequeno recorte da pesquisa maior, com a seleção de produtos expostos nas duas feiras visitadas, dentre as demais feiras populares de economia solidária na cidade em pesquisa.

O ecodesign em perspectiva CTS

Um dos autores do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) que melhor contextualiza o ecodesign é Bruno Latour, no texto “Um Prometeu Cauteloso? Alguns passos rumo a uma filosofia do design” (Latour 2008), ampliou o conceito design em 5 formas distintas. Na primeira, relata sobre a humildade do termo ao ser comparado com as palavras “construção” e “revolução” ele diz que a expansão do termo é frágil, apresentando um caráter experimental na produção de bens e serviços, necessitando serem reelaborados.

Já no segundo conceito, Latour (2008) aponta implicações do design em relação aos detalhes, quando diz: “(...) uma atenção obsessiva aos detalhes sempre esteve ligada à própria definição de habilidade em design. E habilidade é, com efeito, um termo também relacionado ao design, do mesmo modo que o design é associado às palavras arte e perícia” (Latour, 2008, p. 5). Em nota no texto, o autor diz que o termo original no inglês está associado a *Art and Crafts*, e descreve as características iniciais do design no momento de sua origem. Entretanto, o autor relata que naquela época havia um senso de destreza e habilidade obsessiva aos detalhes, que eram vistas como características reacionárias. Mas que, naquele momento não eram considerado questões sobre conservação ambiental:





A expansão do conceito de design indica uma mudança profunda em nossa constituição emocional: no momento mesmo em que a escala do que precisa ser feito se tornou infinitamente maior - nenhum revolucionário político comprometido a desafiar os modos capitalistas de produção jamais considerou reelaborar o clima da Terra (Latour, 2008, p. 5).

Na terceira conotação, Latour (2008) relaciona o design e os artefatos pelo significado comercial ou simbólico, com interpretação na linguagem dos signos, os franceses chamam de *dessein* (propósito) e, no italiano, *disegno* (desenho). Ao incorporar significado aos objetos, exemplifica como a matéria absorve ou disputa os significados, nesta perspectiva, ele amplia o conceito do design para outros campos das ciências “a transformação dos objetos em signos foi fortemente acelerada pela proliferação dos computadores. O que são as nanotecnologias e biotecnologias se não a expansão do design para outro patamar?” (Latour, 2008, p. 7).

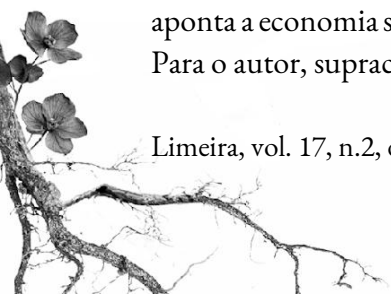
Já na quarta, Latour (2008, p.7) afirma que o design vai além dos detalhes e das habilidades semióticas, pois “(...) ele nunca é um processo que começa do zero: fazer design é sempre fazer um redesign. Sempre há algo que existe primeiro, que já está dado, como uma questão ou um problema”. Além disso, o design “(...) visa tornar algo mais vivo, mais comercial, mais usável, mais agradável ao usuário, mais aceitável, mais sustentável”. Assim, o autor sugere que sempre existe algo no design que precisa ser ajustado, reparado ou reelaborado:

É nesse sentido que vejo a proliferação do termo design como um claro substituto para revolução ou modernização. E o faço também porque há sempre algo ligeiramente superficial no design, algo claro e explicitamente transitório, algo ligado à moda – e, conseqüentemente, às oscilações da moda –, algo ligado aos gostos e, portanto, relativo. Fazer design é o antídoto para os atos de fundar, colonizar, estabelecer ou romper com o passado. É o antídoto para a arrogância e para a busca de certezas absolutas, começos absolutos e de desvios radicais (Latour, 2008, p. 8).

Na quinta conotação do conceito design, Latour (2008) aborda a dimensão ética, comparando o bom design ao mau design. A partir disso, existe a dúvida se foi bem feito ou mal feito, e essa expansão do design é carregada de moralidade e materialidade. Quando se expande, se torna relevante em vários lugares, sendo um ponto de partida para refletir sobre política. Em todas as cinco conotações citadas anteriormente, há uma compreensão mais ampla do conceito que possibilita vastas possibilidades de estudos do design no campo CTS.

Além disso, apontou que os Estudos em Ciência e Tecnologia (ECT) questionam a forma e a função do design, com questões complexas e contraditórias nos conflitos entre humanos e não humanos, demonstrando que os artefatos têm política, quando diz: “(...) não há objetos, mas somente coisas e agrupamentos em disputa” (Latour, 2008, p.10). Ao defender essa mesma ideia, Winner (2017 p. 197) afirma que vários sistemas técnicos estão interligados com a política moderna e são percebidos no sistema social ou econômico da tecnologia, quando “(...) os arranjos físicos da produção industrial fizeram com que os artefatos técnicos tivessem qualidades políticas”.

Portanto, é possível considerar que os artefatos são constituídos por interesses já pré-determinados e estabelecidos por agentes dominantes do sistema econômico capitalista. Grandes corporações ou mercado financeiro, que em suas atividades excluem grande parte da população, em contrapartida, Singer (2002) aponta a economia solidária como uma resposta à incapacidade de integração dos indivíduos ao capitalismo. Para o autor, supracitado, a economia solidária considera a igualdade entre os membros de uma sociedade,





ao contrário da competitividade, isto é, que se guie pela cooperação entre os membros da atividade econômica. Ao compartilhar o mesmo pensamento Dagnino (2019 p.11), define a economia solidária como “(...) um espaço constituído por redes de produção e consumo baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão capaz de expandir-se e adquirir sustentabilidade no âmbito de uma economia capitalista periférica”.

No contexto da sociedade capitalista, a economia solidária poderá atenuar a exclusão social no sentido de reverter o quadro econômico das redes de empreendimentos solidários, como as cooperativas, as associações e as demais formas de trabalho coletivo, que são essenciais para um estilo de desenvolvimento mais justo e ambientalmente correto (Dagnino, 2019). Para Paul Singer (2004) a economia solidária busca novas forças produtivas que respeitem a natureza, com base nos aspectos ambientais e de inclusão social com autogestão, mas sem rejeitar os avanços tecnocientíficos.

Neste sentido, o Ecodesign segundo os pressupostos do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade surge como uma alternativa para contribuir neste processo, como uma tecnociência engajada que viabilize a produção e criação de artefatos para a Economia Solidária. Para tanto, seria necessária uma adequação sociotécnica, tratada pelo professor Dagnino, juntamente com as considerações e sugestões de Bruno Latour (2008) na reelaboração do ecodesign e suas reflexões sobre a crise ambiental. Além dos conceitos, Latour (2008) sugere aos designers considerar as questões de conflitos e poder político na elaboração dos projetos de ecodesign, e que isso, poderia contribuir para minimizar os efeitos da crise ambiental. Contudo, as definições tradicionais da literatura sobre ecodesign tratam de questões mais tecnológicas.

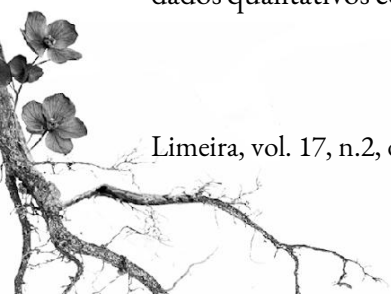
Uma dessas definições é apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente no Brasil (MMA, 2009), definindo o ecodesign como: o processo que contempla os aspectos ambientais, cujo principal objetivo seja projetar ambientes, desenvolver produtos e executar serviços que reduzirão o uso dos recursos não renováveis ou, ainda, minimizar o impacto ambiental durante seu ciclo de vida. Neste mesmo sentido, Manzini e Vezzoli (2016, p. 22) definem o ecodesign como: “o projeto de novos produtos-serviços intrinsecamente sustentáveis e a proposta de novos cenários que correspondam a estilos de vida sustentáveis”. Nesta, a expressão ecodesign incorporou as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica).

Observa-se que nas duas definições tradicionais acima, o ecodesign restringe-se as questões tecnológicas e não são abordadas as considerações de Latour (2008) sobre: conflitos, interesse, poder político; a consideração do olhar do outro; e de todos os atores envolvidos no processo. Percebe-se que o ecodesign é fruto da tradicional ciência e tecnologia, mas Latour (2008) acredita que não precisamos abandonar tudo o que existe sobre o tema, mas que será necessário um redesign, isto é, reelaborar o ecodesign para identificar as questões de interesse e de política.

Essas reflexões serviram de base para uma pesquisa de campo inicial em duas feiras de economia solidária na cidade de Joinville no Estado de Santa Catarina, na intenção de buscar informações que auxiliasse a reconstrução de um ecodesign engajado com bases nas ideias de Latour, Winner, Dagnino e Singer. Desta forma, os dados observados e registrados estão sendo apresentados a seguir.

Resultados

A primeira etapa da pesquisa foi realizada de forma que aproximasse a pesquisadora E os atores envolvidos nas Feiras Populares de Economia Solidária no município de Joinville, SC. Isso permitiu coletar dados qualitativos com diálogo informal, além da observação do ambiente, dos produtos e artefatos. Tendo





como base o ecodesign, isto é, aspectos gerais de sustentabilidade, tecnologias utilizadas, processos de fabricação e aspectos estéticos e conceituais.

Nesta pesquisa, foi mantido sigilo dos entrevistados e do local das Feiras, desta forma, iniciou-se a visita em conversa informal com as artesãs/artesãos explicando a pesquisa e a relação com a economia solidária, com intuito de conhecer os artesanatos que estavam sendo exposto. Saber os aspectos positivos como benefícios, necessidades e dificuldades dos mesmos.

Feira Sindical

Esta Feira foi organizada por um movimento sindical trabalhista, nela haviam 13 expositores, ao todo, 11 mulheres e somente 2 homens, entre os quais eram: artesãs, artistas, professores, cozinheiras e comerciantes. Observou-se que as pessoas não eram de baixa renda, em sua maioria tem uma outra fonte principal de renda para sustento da família, tendo barracas próprias e carro para transporte.

Ao observar as considerações sobre ecodesign, em conversa com as artesãs/artesãos, foi possível identificar as preocupações sobre as questões ambientais nos processos produtivos dos artesanatos. Ao escolher a matéria-prima, rejeitam aquelas prejudiciais ao meio ambiente e optam por materiais orgânicos ou reciclados para os processos de fabricação e nas implicações do descarte, adequando os produtos desenvolvidos.

Outros aspectos do ecodesign foram identificados na prática da confecção dos artesanatos, não de forma teorizada como na literatura, mas incorporado como um saber popular. Desta forma, foi observado que os entrevistados compreendem o pensamento em ciclo de vida do produto, da extração ao descarte, de fato, há preocupações ambientais no momento que estão produzindo o artesanato. Além disso, utilizam os princípios dos 5 Rs (Reduzir, Reutilizar ou Reaproveitar, Reciclar, Repensar, Recusar) na criação e fabricação dos artesanatos. Em sua maioria são engajados em movimentos sociais, tais como: causa animal; feminismo; sindicalista; e discriminação de mulheres negras.

Para este artigo, foram selecionados alguns registros fotográficos, como na (Figura 1) que apresenta vários artesanatos confeccionados em argila por um artesão, professor e ceramista. Em suas peças retrata a cultura local e os personagens da região, tais como: adereços ou artefatos de decoração; esculturas; ou peças para colares. Ele relatou que, para a confecção cria a maior parte das suas ferramentas, poucas são de adaptações que faz de utensílios domésticos. A sua técnica de cerâmica tem como característica a estética do estilo artístico Naif, representando o meio ambiente, a cultura, e os saberes locais.

””





Figura 1: Artesanatos de decoração em Argila.



Fonte: Elaborado pelos Autores

Já na (Figura 2), os artesanatos também são de argila, no entanto, a artesã trabalha outra técnica de construção, em geral, são utensílios que possuem aspectos de funcionalidade, em sua maioria utilizados para cozinha. Objetos como fruteiras, jarros de água e até copos para beber água.

A artesã relatou que o tratamento final das peças é feito por uma resina natural criada por ela e obtém a coloração por sementes ou pela própria terra. A artesã consegue chegar em tons diferenciados, na busca de um degrade de cores para utilizar nos acabamentos das peças e diferencia-las. Além disso, relatou que faz suas próprias ferramentas, adaptando pedaços de madeira, ou reutilizando ferramentas já descartadas.

Sobre a Feira de forma geral, além das informações citadas acima, foi observado dificuldade em relação à organização e à falta de apoio institucional. Tanto pelo diálogo quanto pela observação foi possível concluir que: não há divulgação e nem comunicação efetivas com a sociedade sob a ótica do design, isto é, seria necessário elaborar materiais gráficos e planejamentos de campanha de divulgação e marketing.

Outro ponto importante diz respeito à estrutura do local, pois as barracas de proteção não são adequadas ao clima da região, são fracas, e qualquer vento e chuva mais forte faz com que a feira seja rapidamente desfeita ou cancelada com antecedência.





Figura 2: Utensílios para cozinha em Argila.

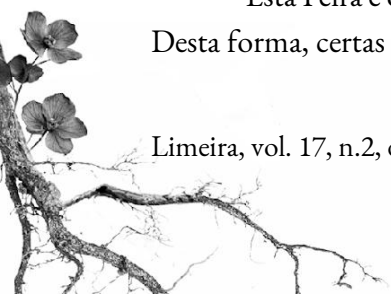


Fonte: Elaborado pelos Autores

Ainda sobre os aspectos que se relacionam com o ecodesign na prática, ao relatarmos que: tomam muito cuidado ao extrair a matéria-prima para não prejudicar a natureza; atuam de forma ativa na recuperação ou conservação dos materiais naturais utilizados; sabem escolher processos e materiais não prejudiciais ao meio ambiente; e reutilizam materiais que foram descartados. Como também, o protagonismo feminino, o engajamento em causas sociais e a consciência as questões ambientais. Observou-se que artesãs/artesãos possuem várias adaptações ou criam suas próprias ferramentas para confecção dos produtos, além das adaptações para proteção com as barracas e guarda-sol. As dificuldades encontradas estão relacionadas: a não adequação das estruturas de proteção (barracas) com o clima da região; ao local disponibilizado; e a falta de apoio institucional de órgãos públicos.

Feira Central

Esta Feira é organizada tanto pela Prefeitura da cidade, quanto pelo grupo de artesãs que a compõe. Desta forma, certas decisões são tomadas em grupo pelas artesãs, costureiras e cozinheiras, todas mulheres,





fazem reuniões semanalmente para definir antecipadamente ações adotadas para a Feira. As artesãs fazem um levantamento da previsão do tempo com antecedência, caso haja previsão de vento forte e chuva, a feira é cancelada no dia anterior e comunicado à Prefeitura.

Neste grupo, existem conselheiras eleitas pelas participantes da feira, que se reúnem e tomam decisões de consenso para todos, por meio de votação. São diversos os tipos de produtos expostos, como artesanato em geral, vestuário e culinária. A prefeitura se envolve da seguinte forma: incentivando as atividades; cadastrando os empreendedores; disponibilizando e autorizando o local na cidade; fazendo o controle dos participantes; determinando as regras; autorizando o local e dia de realização. As regras são determinadas por regimentos e no site são apresentados os endereços das feiras de economia solidária que recebem incentivo da Prefeitura.

A abordagem inicial aconteceu da mesma forma que a feira relatada anteriormente, no entanto, ao chegar foi observado que não havia nenhuma faixa de comunicação com o público, havia 13 barracas de artesãs, dessas, conversei com 7. Observando as considerações sobre ecodesign, em conversa com as artesãs, foi possível identificar as preocupações das questões ambientais nos processos produtivos dos artesanatos. De forma geral, as artesãs comentaram sobre a preocupação em utilizar uma matéria-prima que não prejudique o meio ambiente, utilizando materiais orgânicos ou reciclados para fabricação, e consideram as implicações do descarte.

Na Figura 3, foi registrado o trabalho de uma artesã, costureira que trabalha com a técnica de patchwork, cria bonecas de pano com tecidos reaproveitados de retalhos descartados pelas industriais de tecido da cidade, são refugos das industriais têxteis da região, consegue por doação ou por um valor menor de compra.





Figura 3: Bonecas de pano.



Fonte: Elaborado pelos Autores

Já a Figura 4 é composta por uma barraca com vários produtos feitos de crochê, tricô e outras técnicas manuais, ao confeccionar bolsas femininas e diversos outros acessórios. Em vários deles são reutilizados retalhos de tecidos descartados, outros como lacre de garrafa de refrigerante, entre outros. O local onde ocorre a Feira Central, é um ponto da cidade que faz parte de sua História. Hoje, é um dos principais pontos turísticos de Joinville-SC.





Figura 4: Produtos com técnica manual de tricô, crochê, entre outros.



Fonte: Elaborado pelos Autores

Os aspectos observados das duas feiras visitadas.

Ao comparar os dados observados nas duas feiras citadas acima, foram encontradas dificuldades em relação à organização e à falta de apoio institucional. Tanto pelo diálogo quanto pela observação é possível concluir que não há divulgação e nem comunicação com a sociedade sob a ótica do design, isto é, seria preciso elaborar materiais gráficos e planejamentos de campanha de divulgação. Outro ponto importante, diz respeito à estrutura do local onde ocorrem as feiras, as barracas de proteção não são adequadas ao clima da região, são fracas, e qualquer vento e chuva mais forte faz com que as feiras sejam rapidamente desfeitas ou canceladas com antecedência.

Já os aspectos positivos, nas duas feiras, principalmente os relacionados ao ecodesign e sua prática, foram identificados nos relatos, os quais foram: tomam muito cuidado ao extrair a matéria prima para não prejudicar a natureza; atuam de forma ativa na recuperação ou conservação dos materiais naturais utilizados; sabem escolher processos e materiais não prejudiciais ao meio ambiente; e reutilizam materiais que foram descartados. Como também, outros valores relacionados à democracia e igualdade como: o protagonismo feminino; o engajamento em causas sociais; e a consciência das artesãs sobre as questões ambientais.





Nas duas feiras foi observado que as artesãs possuem várias adaptações ou criam suas próprias ferramentas para confecção dos produtos, além das adaptações para proteção com as barracas e guarda-sol. As dificuldades encontradas estão relacionadas: a não adequação das estruturas de proteção (barracas) com o clima da região; ao local disponibilizado; e a falta de apoio institucional de órgãos públicos. Desta forma, as considerações do campo CTS para o ecodesign apontam elementos que caracterizam aspectos de inovação, principalmente sobre as considerações de Latour sobre a identificação de questões de poder e conflito, na sua proposta de reelaboração do ecodesign pelo olhar do outro considerando os atores envolvidos.

Considerações Finais

Pode-se concluir que, foi um movimento de aproximação preliminar do objeto permitindo a coleta de alguns achados, tais como: 1) a consciência da sustentabilidade da produção dos artesanatos; 2) nos aspectos estéticos considerando equilíbrio de cores e formas, além das características da cultura popular e regional inseridas nas peças; 3) o processo de articulação e organização da feira não é feita pelas artesãs/artesãos, e sim decidida pelos integrantes do sindicato, isso se contradiz com os princípios da economia solidária sobre a organização ser de forma coletiva; 4) foram identificados o protagonismo feminino e o engajamento em causas sociais.

Além disso, ao relacionar os dados obtidos com o referencial teórico, foi observado um diálogo com os estudos em CTS, na possibilidade de um redesenho do ecodesign, como propõe Latour (2008) sobre o agrupamento das “coisas”. Isso acontece, por exemplo, com a observação dos artefatos e dos produtos na feira, a visão do ecodesign sobre eles e no os apontamentos das dificuldades artesãs/artesãos.

Na presente pesquisa, ao relacionar os dados coletados com o referencial teórico, o ecodesign quando se aproxima do artesanato, tradicionalmente considera a dimensão social da sustentabilidade, a geração de renda, o trabalho manual, a valorização dos saberes locais. Entretanto, não considera aquilo que a Economia Solidária e Tecnociência Solidária mais prioriza, que é a propriedade coletiva dos meios de produção, como abordado por Dagnino (2019), além das tecnologias democráticas, defendidas por Winner (2017), as quais são considerações fundamentais para a adequação socio técnica do ecodesign.

Referências

- DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. 161 p.
- Hayashi, M. C. P. I. (2014). **Fertilizações cruzadas entre a Cientometria, a Sociologia da Ciência e os Estudos Sociais da Ciência**. In M. C. P. I. Hayashi, C. C. D. Rigolin & M. T. M. Kerbauy (Orgs.). *Sociologia da ciência: contribuições ao campo CTS*. Campinas: Alínea.
- LATOUR, Bruno. Um Prometeu cauteloso?: alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk). in: **Agitprop: revista brasileira de design**, São Paulo, v. 6, n. 58, jul./ago. 2014.





MANZINI, Enzo; VEZZOLI, Carlos. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais**. Tradução de Astrid de Carvalho. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Ecodesign**. MMA, 2009. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/informma/item/7654codesign.html#:~:text=%C3%89%20todo%20o%20pr,cesso%20que,durante%20seu%20ciclo%20de%20vida>>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: PD&A, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária/Paul Singer** 1ª-ed.-São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WINNER, Langdon. **Artefatos têm política?** Tradução Debora Pazetto Ferreira; Luiz Henrique de Lacerda Abrahão. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 195-218, 2017.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**/ Robert K. Yin; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre, 2016.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: [10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20114](https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20114)

Recebido em: 21/03/2025

Aceito para publicação em: 29/10/2025

Bianca Marchesin Bottosso

Universidade Federal de São Carlos – Campus

Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-1874-7643>

Carlos Henrique Costa da Silva

Universidade Federal de São Carlos – Campus

Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2910-6602>

Programa lotes sociais: uma alternativa habitacional a partir das áreas institucionais desafetadas em Sorocaba (SP).

Resumo:

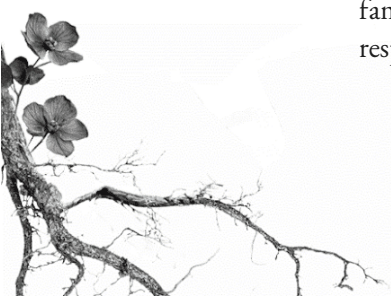
O estudo das alternativas para construção da Política de Habitação é um tema urgente diante do cenário no qual a moradia se consolida, a passos largos, como uma ferramenta para assegurar a dignidade humana, em que há o recrudescimento das expressões da questão social e, também, o afunilamento das possibilidades de financiamento das ações em programas habitacionais na esfera municipal. Este trabalho se apresenta com o objetivo de realizar um estudo da composição do Programa de Lotes Sociais, enquanto uma alternativa para o atendimento às famílias sorocabanas em Política de Habitação. Trata-se de um estudo que irá entrevistar os agentes bem informados, integrantes do Poder Público, responsáveis pela elaboração dessa proposta dos Lotes Sociais. Com o resultado da pesquisa se espera identificar a efetividade do Programa Lotes Sociais no cumprimento da sua intenção, assim como entender a produção do espaço e ordenamento territorial formado pelas decisões políticas, planejamento urbano, interesse econômicos e organização da população. A conclusão ainda não é passível de ser apresentada em virtude do momento inicial que se encontra a pesquisa.

Palavras-chave: Habitação; Produção do Espaço; Ordenamento Territorial.

Social lots program: a housing alternative from the unaffected institutional areas in Sorocaba (SP).

Abstract

The study of alternatives for developing a Housing Policy is an urgent issue, given the rapidly consolidating importance of housing as a tool for ensuring human dignity, the resurgence of social issues, and the narrowing of funding opportunities for municipal housing programs. This work aims to analyze the composition of the Social Lots Program as an alternative for assisting Sorocaba families through Housing Policy. This study will interview knowledgeable public officials responsible for developing the Social Lots proposal. The research results hope to identify the





effectiveness of the Social Lots Program in fulfilling its purpose, as well as understand the spatial production and territorial organization shaped by political decisions, urban planning, economic interests, and population organization. Conclusions cannot yet be presented due to the early stages of the research

Keywords: Housing; Production of Space; Territorial Planning.

Programa de lotes sociais: uma alternativa de vivienda a partir de las áreas institucionales no afectadas en Sorocaba (SP).

Resumen

El estudio de alternativas para el desarrollo de una Política de Vivienda es urgente, dada la creciente importancia de la vivienda como herramienta para garantizar la dignidad humana, el resurgimiento de problemas sociales y la reducción de las oportunidades de financiamiento para los programas municipales de vivienda. Este trabajo busca analizar la composición del Programa de Lotes Sociales como alternativa para asistir a las familias de Sorocaba a través de la Política de Vivienda. Este estudio entrevistará a funcionarios públicos con conocimiento en el tema, responsables del desarrollo de la propuesta de Lotes Sociales. Los resultados de la investigación buscan identificar la efectividad del Programa de Lotes Sociales en el cumplimiento de su propósito, así como comprender la producción espacial y la organización territorial moldeada por decisiones políticas, planificación urbana, intereses económicos y organización poblacional. Debido a que la investigación se encuentra en una etapa inicial, aún no se pueden presentar conclusiones.

Palabras clave: Vivienda; Producción de Espacio; Planificación Territorial.

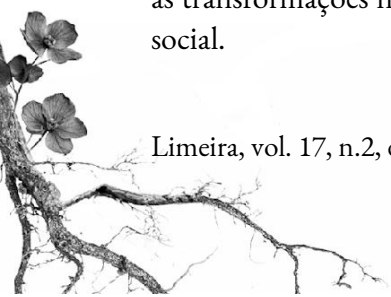
Introdução

O presente estudo busca analisar a alternativa do poder público municipal para o atendimento às famílias, na Política de Habitação na cidade de Sorocaba (estado de São Paulo), intitulada Programa Lotes Sociais, que é operacionalizada pela Secretaria da Habitação de Regularização Fundiária (SEHAB) do referido município.

A ocorrência dessa demanda (falta de moradia), de acordo com Carvalho e Iamamoto (1983), se caracteriza como uma das expressões da questão social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho; Iamamoto, 1983, p.77).

Tais reflexões estão fortemente conectadas com o conceito de espaço enquanto uma categoria fundamental no pensamento geográfico e estudada por diferentes autores, que se compreende ao observar as transformações nele ocasionadas pela ação humana diante da dinamicidade da produção e reprodução social.





O espaço se apresenta como um tema da Geografia que exige apreciação por diferentes ângulos e escalas, conforme os elementos das relações da sociedade nele próprio arranjado e por permitir múltiplas conceituações. Isso se dá em virtude de que a produção do espaço não é algo finalizado e, sim, em constante elaboração, sendo esse elemento um parâmetro de análise do estudo proposto nessa pesquisa, pois a demanda habitacional e seu enfrentamento se recompõe diante dos movimentos das relações estabelecidas e criadas nos espaços.

Essa elaboração contínua do espaço se configura em virtude da interação entre os sistemas econômico, através das relações de trabalho e produção, político e ideológico, o que permite entender o espaço urbano como um produto histórico e social, exigente das relações humanas, enquanto mola propulsora para a sua construção e, portanto, para se pensar o espaço se faz necessário pensar como é a sociedade que o produziu.

O entendimento do conceito de espaço, galgado nas contradições para sua produção, aparece em Silva (2015) subdividido em espaços isotópicos, espaços heterotópicos e espaços utópicos, conforme formulações de Lefebvre, sendo que os primeiros apresentam funções e estruturas correspondentes à concepção da reprodução do capital (valor de troca) e, portanto, são produzidos pelo poder público e, muitas vezes, se configuram como ferramentas de dominação.

Já os espaços heterotópicos em Silva (2015, p.206) representam o valor de uso e são desmercantilizados, diferentemente dos espaços utópicos, que ainda não existem plenamente.

Para Harvey (2014) as implicações na configuração do espaço ocorrem pela urbanização enquanto um mecanismo pelo qual são absorvidos os excedentes do capital, pois a produção do espaço, juntamente com os monopólios espaciais, torna-se parte integrante da dinâmica de acumulação.

Em consonância com esse raciocínio de compreender a constituição das cidades e no intuito de buscar um embasamento consolidado em princípios, é possível acrescer as ponderações feitas por Raffestin (2009) ao afirmar que centralização, verticalização, concentração, mediação, heterogeneidade e mecanização são os princípios, presente no século XVIII até os dias atuais, responsáveis por influenciar o desenvolvimento de uma cidade.

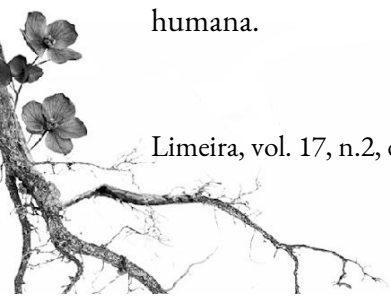
Dentro desses princípios, cabe destacar dois que estão imbricados às exigências postas à Política de Habitação: a centralização e a verticalização, sendo o segundo uma consequência do primeiro.

A centralização se caracteriza como aquele processo rotineiro estabelecido nas cidades, nas quais elas, por algum motivo específico, como alta empregabilidade, localização estratégica, a existência anterior de programas habitacionais, bons índices de qualidade de vida, propaganda política, se tornam atraentes e, portanto, mais adensadas.

Diante da alta concentração da população nas cidades, o preço da terra é impactado e a manipulação econômica do uso da terra, como o direcionamento das regras urbanísticas pelo empresariado, se faz presente e, muitas vezes, encontra como a estratégia imediata a verticalização das construções, permitindo um melhor aproveitamento financeiro do metro quadrado.

Com essa caracterização é possível reconhecer o princípio geográfico de maior complexidade, aquele que é intitulado como ordem.

Moreira (1982) dedica-se ao entendimento dos princípios por entender que tudo na geografia tem sua origem nos princípios. Sobre a ordem ele infere que ela se aplica ao ordenamento territorial, como o devido arranjo espacial que se dá de acordo com as regras estabelecidas e mantidas pela própria sociedade que a produziu, sendo que esses atores, responsáveis pelo arranjo espacial, podem ser detentores das decisões políticas, responsáveis pelo planejamento urbano ou representantes do modo que se deu a ocupação humana.





Para ampliar essa análise e torna-la atual é necessário tensionar o entendimento sobre continuidade territorial e continuidade espacial construído Silva et.al. (2025), mediante a ideia de implosão-explosão da cidade, proposta por Henri Lefebvre, que representa uma particularidade da fragmentação socioespacial ao revelar as dinâmicas atuais de rupturas dos diferentes planos de composição do espaço (social, econômico e político) pela coexistência das partes da cidade de forma contraditória e excludente.

A continuidade territorial representa a ocupação das terras e, portanto, a ausência de grandes áreas não loteadas entre o bairro urbano-periférico e o restante do município. No entanto, o conceito de maior relevância para reconhecer, ou não a desigualdade ou a segregação socioespacial é a continuidade espacial, que para Silva et.al. (2025, pg. 102) “[...] é dada sempre que temos fluidez espacial, possibilitando a mobilidade urbana”.

A oferta, a contento, dos meios de consumo coletivo em infraestruturas, como as redes diversas de abastecimento, e os serviços públicos, como o transporte coletivo, é que asseguram, entre outros, a continuidade espacial ao permitir que a população tenha acesso aos recursos institucionais importantes.

Diante de tal ausência, Silva et.al. (2025) inferem o surgimento da noção de “morar longe”, que não se trata, somente, de uma distância calculada em quilômetros e, sim, da distância considerada sobre o ponto de vista material e imaterial, pois refere-se ao tempo, meios disponíveis e acessíveis, assim como a ausência de cidade que não proporciona, para uma parcela significativa da população, infraestrutura, equipamentos e serviços públicos adequados, além de gerar a exposição a riscos ambientais e sociais.

É nesse cenário de conflitos que a habitação, enquanto produto de uma necessidade humana básica de todo cidadão e fruto dos limites e possibilidades de uso da terra, que se caracteriza como elemento determinante para a inclusão social, através do combate à pobreza, da garantia da proteção e segurança, além da busca pela qualidade de vida da população, conforme Monteiro (2017).

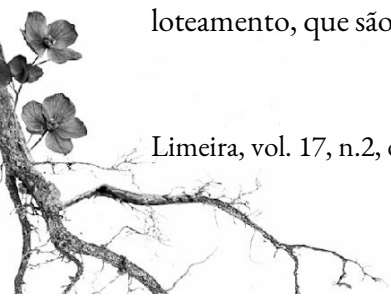
A moradia, enquanto valor de uso, apresenta a capacidade que esse bem tem em satisfazer diferentes necessidades do ser humano, assim como permitir o prazer com a sua posse. Essa situação é verificada com o impacto positivo na saúde física e na saúde mental daqueles que conseguem o atendimento com moradia, como as famílias que residem em áreas de risco e, frequentemente, sofrem com as consequências das altas dos rios (por exemplo, aquelas que são vitimadas pela leptospirose) ou como as mulheres vítimas de violência que enfrentam ciclos contínuos de depressão em virtude da ausência de autonomia para residir em outro espaço distante do agressor.

A garantia dessa proteção exige significativo esforço governamental e parceria entre os entes federativos para ser efetivada. No entanto, muitas vezes, a possibilidade de convênios entre a União e o Município ou entre o Estado e o Município é reduzida, não atendendo as metas do Município previstas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), ou é inexistente, o que implica num aumento progressivo do déficit habitacional.

Diante desse panorama, cabe à municipalidade, segundo o governo estadual (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, 2011), buscar estratégias para fomentar a produção de unidades habitacionais e para gerar diferentes modalidades de atendimento dentro da Política de Habitação.

Em Sorocaba, a SEHAB, órgão da Administração Pública direta responsável por planejar, gerir e promover a Política Municipal da Habitação Social, identificou nas áreas públicas institucionais uma potencialidade para colaborar no atendimento às famílias na Política de Habitação (Prefeitura de Sorocaba, 2017).

As áreas públicas institucionais são uma reserva legal, prevista no inciso I, do artigo 4º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que o loteador deverá garantir na composição do projeto de loteamento, que são destinadas para a implantação de equipamento urbano e comunitário, que passarão ao





domínio do município, no ato do registro do loteamento, e que não poderão ter a sua destinação alterada pelo loteador.

Muitas vezes, em virtude dos equipamentos públicos comunitários existentes em uma região já serem suficientes para atender a demanda local, como o exemplo os bairros com população idosa que não necessitam da construção dos Centros de Educação Infantil (CEI), as áreas institucionais se tornam ociosas e não são utilizadas para a implantação de novos equipamentos, o que causa significativo dispêndio do erário público para sua manutenção, como roçagem, e exige constante monitoramento, por parte da municipalidade, para evitar as ocupações irregulares nas terras públicas.

É também possível observar a existência de áreas públicas institucionais que não são apropriadas para a instalação de equipamentos comunitários, visto que tais áreas institucionais possuem pequena metragem quadrada e não se adequam às especificações exigidas para os projetos padrões de construção, por exemplo, de escolas, conforme previsão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2020).

Em alguns momentos, é possível notar, que diante da ociosidade das áreas institucionais, o município opta por realizar concessão das áreas, que, segundo Moreira (2008), trata-se de um contrato de concessão, no qual a Administração Pública permite que terceiros utilizem, de forma privativa e com destinação específica, um bem público. Entretanto, essa modalidade de cessão de área pública é alvo de inúmeras críticas por não garantir o cumprimento do princípio da função social da propriedade, Moreira (2008, p. 143) esclarece que “[...] o principal problema da concessão de uso é a proporcionalidade da contrapartida. Ela proporciona a cessão para uso privativo, mas não computa os ganhos que ela oferece ao ente privado. E a contrapartida estipulada nem sempre é cumprida”.

Em Sorocaba, segundo o mapa de áreas públicas disponível no site da Prefeitura, há várias áreas institucionais ociosas, com características diversas no que tange ao tamanho, ao formato, à inclinação e à localização e, portanto, foi essa condição, aliada à necessidade proporcionar o atendimento na Política de Habitação, que a SEHAB criou o Programa de Lotes Sociais, conforme a Lei Municipal nº 12.486, de 07 de janeiro de 2022.

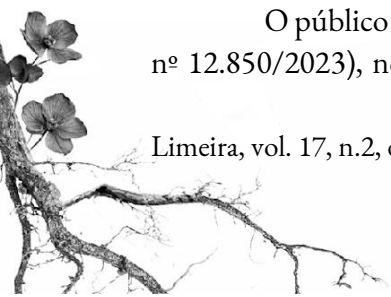
O Lotes Sociais é um Programa que aliena, por doação com encargos, áreas públicas dominiais ou institucionais vazias para famílias em vulnerabilidade, após a devida desafetação da área, quando necessário, assim como a execução do tramites técnico (como análise de viabilidade) e jurídico (como autorização legislativa) para a sua efetivação, conforme estudo pormenorizado da Lei supracitada.

Quando da realização dessa doação é possível se aproximar de um princípio jurídico aberto de significativa relevância para esse estudo que é a função social da propriedade pública, visto que é ele quem vai dar legitimidade ao uso das áreas institucionais com a finalidade de moradia às famílias que se apresentam como uma demanda habitacional.

Segundo Carneiro e Silva (2020), a função social da propriedade privada está presente, de forma explícita, na Constituição de 1988, diferentemente do princípio da função social da propriedade pública que pode ser deduzido em alguns artigos com o artigo 182, que ao tratar sobre a política de desenvolvimento urbano informa que o objetivo é ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade.

No Programa Lotes Sociais, trata-se da doação, somente, da área, cabendo ao grupo familiar beneficiário de tal Programa edificar a residência em conformidade com as exigências legais urbanísticas do Município, como o Código de Obras, sendo, portanto, de sua responsabilidade arcar com os custos de contratação de mão de obra, compra de materiais e pagamento das taxas exigidas, além do cumprimento e a devida execução do projeto arquitetônico da residência, o qual foi elaborado e definido entre a equipe técnica de Engenharia/Arquitetura e os munícipes inseridos no Programa.

O público alvo do Lotes Sociais são os beneficiários do Programa Auxílio Moradia (Lei Municipal nº 12.850/2023), no qual a Prefeitura de Sorocaba faz o pagamento da locação do imóvel quando, por





exemplo, há interdição da Defesa Civil, e às famílias residentes em Área de Especial Interesse Social (AEIS) que, no momento da elaboração do projeto de regularização fundiária, tenham sido diagnosticados os impedimentos para a sua regularização.

Durante o período de execução da obra, no lote doado, a família permanecerá atendida pelo Programa Auxílio Moradia e, dessa maneira, o aluguel da residência em que ela reside será custeado pela Prefeitura. Já as famílias residentes em AEIS continuaram residindo em suas casas até o término das obras nos lotes sociais.

Sobre os objetivos específicos a busca a ser feita é de caracterizar a demanda habitacional no município de Sorocaba com a análise qualitativa desse perfil e a apresentação dos dados quantitativos; identificar as diferentes estratégias para o atendimento em Programa Habitacional, adotadas pela SEHAB, do município de Sorocaba, após o ano de 2011, data de publicação do PLHIS e descrever as características das áreas públicas institucionais em Sorocaba para compreender sua constituição legal, identificar suas potencialidades de uso e reconhecer seus limites de aproveitamento em diferentes políticas públicas.

Segundo o PLHIS (2011, p. 32), a estimativa do déficit quantitativo para famílias com a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos em Sorocaba era de 12.448 novas unidades habitacionais, sendo que ele representa a soma do déficit habitacional básico, do ônus excessivo com aluguel e do número de novas unidades necessárias em virtude das remoções ocorridas naqueles assentamentos que apresentam risco físico às famílias residentes do local.

O déficit habitacional básico se caracteriza pela situação coabitação familiar, os domicílios rústicos e improvisados, sendo que a coabitação se refere às famílias conviventes, moradoras em cômodos.

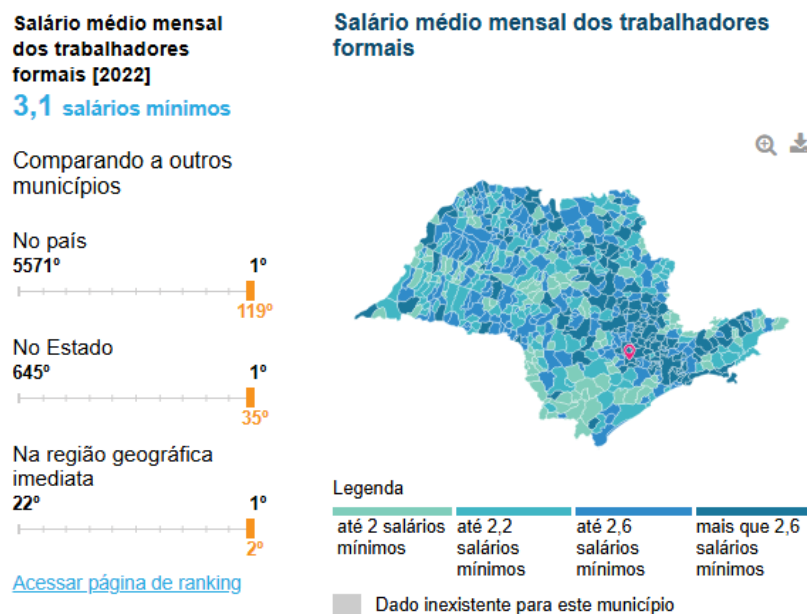
Já o ônus excessivo com o aluguel trata-se dos casos em que o aluguel compromete mais de 30% da renda familiar. No PLHIS (2011, p. 32), esse grupo representa 4.491 novas unidades do valor total supracitado de 12.448, ou seja, 36,07% do total.

Essa faixa de renda do grupo familiar identifica um segmento bastante específico da população sorocabana, pois se distancia do salário médio mensal dos trabalhadores formais existentes no município, que, segundo dados do IBGE do ano de 2022, é de 3,1 salários mínimos e, portanto, faz Sorocaba ocupar a 35ª posição no estado de São Paulo, sendo que esse município está inserido na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) composta por 27 municípios, com significativa diversidade entre eles e que estão classificados em sub-região 01, 02 e 03.





Figura 1 – Salário médio mensal dos trabalhadores formais do Estado de São Paulo



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sorocaba/panorama>

Para o desenvolvimento adequado da pesquisa é necessário que os procedimentos metodológicos traduzam a escolha adequada das técnicas para a investigação, dessa maneira, a opção dessa investigação, é realizar revisão bibliográfica, entrevista, questionário e sistematização dos dados, conforme segue.

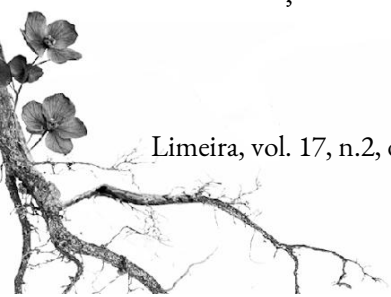
Procedimentos Metodológicos

Nesse estudo o problema se caracteriza pela busca do entendimento de quais contribuições a desafetação das áreas públicas institucionais traz para a Política Pública de Habitação do município de Sorocaba, através do Programa de Lotes Sociais, sendo que, a partir dessa lacuna no conhecimento, será possível propor as hipóteses que busquem explicar esse fenômeno, como aquela que orienta a investigação científica na análise de que se efetivada a desafetação de áreas públicas institucionais, então há redução do déficit habitacional no município de Sorocaba.

A pesquisa do “Programa Lotes Sociais”, ao buscar compreender sua complexidade e suas especificidades, como a caracterização da desafetação de áreas públicas institucionais realiza uma avaliação analítica que colabora em decisões correlatas.

O lugar desse estudo de caso são os Lotes Sociais delimitados enquanto unidades de atendimento para a Política de Habitação às famílias em situação de insegurança jurídica e risco social pelo atendimento com o Programa Auxílio Moradia, sendo que o atendimento se deu mediante a desafetação de área pública institucional localizada no bairro Parque Vitória Régia.

Assim, como proposto por Antonio Chizzotti (2018), o estudo desse caso – Programa Lotes Sociais – serve para fundamentar um processo e, possivelmente, avaliar analiticamente uma política pública, visto que ao realizar esse estudo será possível coletar e registrar dados de um caso particular, organizar um relatório crítico de uma experiência, a conexão dos fatores que influenciam a constituição desse caso e a sistematização analítica.





Para o desenvolvimento dessa pesquisa serão necessários diferentes instrumentos de coletas de dados, conforme segue:

a. Pesquisa documental:

Tais documentos são as publicações parlamentares, como a Lei Municipal nº 12.486/2022, e o PLHIS, enquanto um arquivo público municipal.

Cellard (2012) afirma que é necessário interpretar documentos, conhecer os interesses e motivações que levaram a escrevê-los, ser uma provocação valiosa para melhor entendimento sobre as pretensões ao desafetar as áreas públicas institucionais para produção de lotes sociais que venham a atender determinado grupo do montante da demanda habitacional do município de Sorocaba.

b. Produtos cartográficos:

O produto cartográfico a ser utilizado nessa pesquisa é o mapa 1 que apresenta as áreas públicas existentes no município de Sorocaba.

O foco dessa pesquisa será analisar as áreas públicas institucionais, que estão no penúltimo item da legenda do mapa e estão representadas na cor azul claro.

c. Entrevista:

A análise sobre as entrevistas, no prisma da ciência geográfica, Góes (2022, p.77) considera ser necessário entender a Geografia além de uma ciência dos lugares e, sim, como uma “[...]ciência da sociedade produtora do espaço e que é produzida espacialmente”.

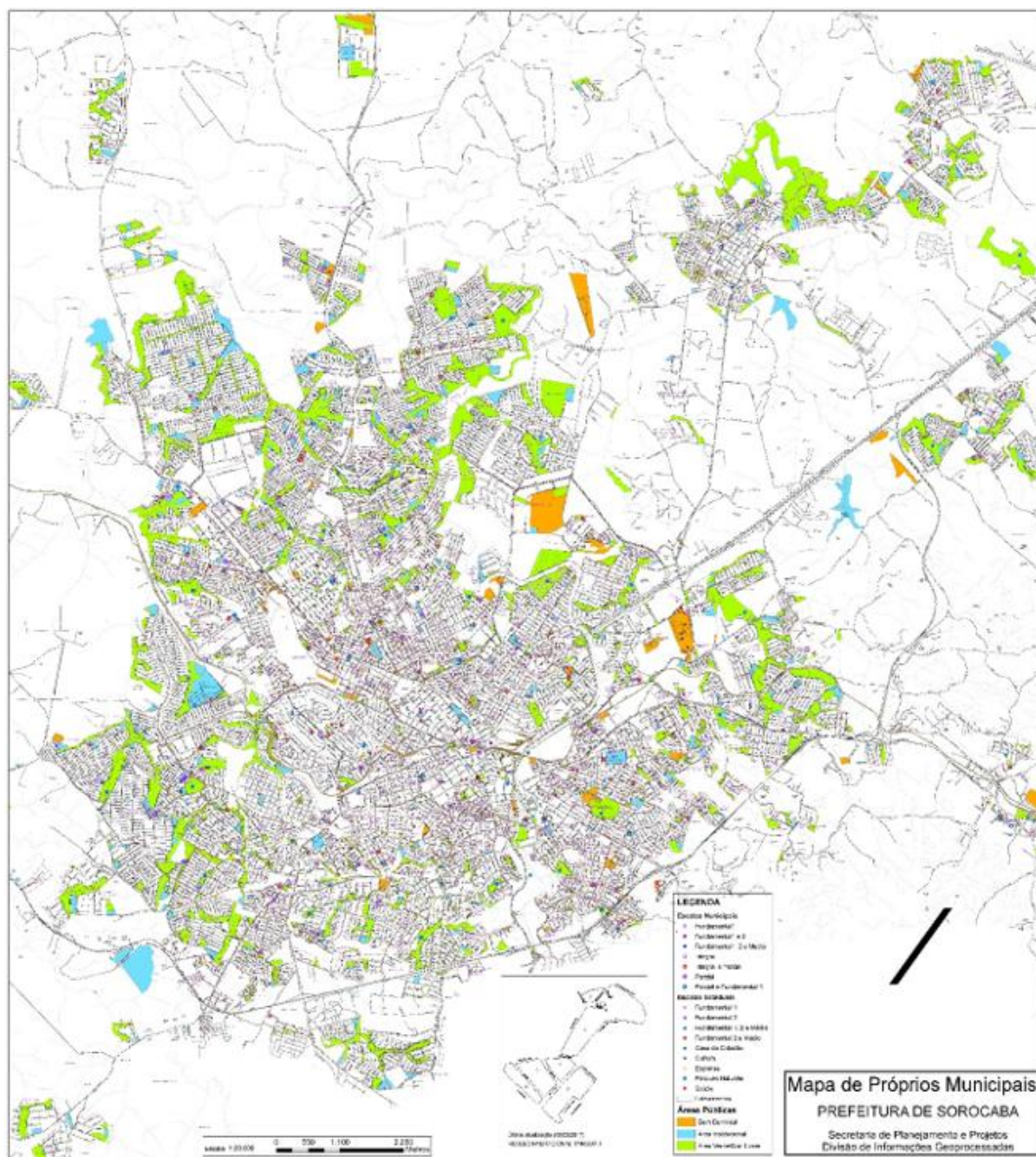
Em consonância com esse entendimento está a tríade lefebvriana (análise do espaço a partir de três dimensões que se relacionam: espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido), que, enquanto uma concepção teórica e metodológica, apresenta sua competência para alcançar a fragmentação socioespacial e, pode ser melhor compreendida, com as entrevistas dos “agentes bem-informados”, que será o foco desse estudo.

Legroux (2022) entende que os “agentes bem-informados” são pessoas com significativo conhecimento sobre a cidade, como secretários municipais e agentes imobiliários, e que, em virtude da função que exercem nas cidades em estudo, dispõe de informações que estão conectadas à capacidade execução de atividades relacionadas à produção no espaço urbano.

Serão realizadas entrevistas com “agentes bem-informados” da Prefeitura de Sorocaba, responsáveis pela elaboração do Programa Lotes Sociais, como o Secretário da Habitação e Regularização Fundiária e o Secretário Jurídico, para tentar compreender se tais profissionais conhecem qual é a demanda habitacional do município e se acreditam (ou não) que a desafetação de áreas públicas institucionais é uma Política de Habitação.



Figura 2: Mapa das áreas públicas do município de Sorocaba: bem dominial, área institucional e área verde ou sistema 2de lazer em 2025.



Fonte: <https://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SEMOB/loteamentos-e-areas-publicas/1.%20C3%81reas%20P%C3%81Blicas/Mapa%20de%20C3%81reas%20P%C3%81Blicas.pdf>

Discussão dos Resultados

Com o uso dessas ferramentas metodológicas, essa pesquisa se debruçará na composição do Programa de Lotes Sociais para entender se essa é uma alternativa possível de ser utilizada, no município de Sorocaba, para atendimento às famílias na Política de Habitação, mediante o uso das áreas institucionais



desafetadas com a devida análise do processo de produção do espaço, reflexão crítica sobre as contradições inerentes à lógica de reprodução capitalista e reconhecimento dos desafios cotidianos apresentados à gestão pública municipal para assegurar o direito à cidade.

O resultado esperado é compreender a efetividade do Programa Lotes Sociais no atendimento às famílias na Política de Habitação, com o uso das áreas institucionais desafetadas e analisar, de forma refinada, os impactos da produção do espaço, assim como o princípio da ordem aplicado ao ordenamento territorial.

Essa previsão também é almejada em outros trabalhos que estudam temas afins como em Matos (2023) ao analisar as legislações municipais de Juazeiro do Norte (Ceará) que tem como o objeto jurídico as doações/alienações das terras públicas daquele Município.

Matos concluiu que as doações com a finalidade de moradia são numericamente menores ao comparar com as alienações de terrenos públicos de Juazeiro do Norte para fins comerciais/industriais. Essa diferença demonstra que os agentes concretos, protagonista do espaço urbano, como o Estado e os detentores do meio de produção, fazem uso do arcabouço legal para operacionalizar suas intenções, que não são neutras, e, muitas vezes, representam os interesses econômicos hegemônicos em detrimentos à demanda da população em vulnerabilidade.

Após identificar a finalidade das doações, Matos se propôs a alcançar outro objetivo específico, que é mapear os bairros em que se localizam as terras doadas para moradia. Segundo Matos, foi possível reconhecer que todos os bairros se caracterizavam como bairros urbano-periféricos, com precariedade na infraestrutura urbana, com ocupação por grupos sociais com menor poder aquisitivo, sendo os terrenos de baixo valor.

Com a identificação dessa desigualdade socioespacial, é possível reconhecer o processo de fragmentação socioespacial já apontado por Silva (2022), que, contrariamente à ideia do direito da cidade para todos, perpetua a clivagem social e polariza os componentes espaciais, pela desconexão físicas, as dimensões sociais e políticas, em virtude das estruturas de gerenciamento e regulação da urbe.

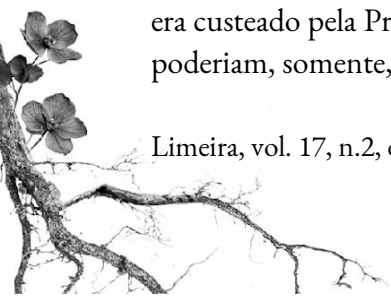
O estudo desse artigo em tela encontra-se numa etapa em que ainda não é possível discorrer sobre conclusões, visto que, por estar no início, não há elementos que permitam encontrar as devidas respostas à problemática levantada, assim como verificar se os objetivos da pesquisa foram alcançados, identificar as limitações do estudo ou apresentar recomendações ou sugestões para trabalho futuro que possa servir de parâmetro para outras intervenções.

De forma incipiente, é possível identificar que o objetivo “discutir sobre os desafios à gestão pública municipal no atendimento às famílias na Política de Habitação e as suas alternativas de intervenção” se expressa de diferentes maneiras ao longo de todo o processo de trabalho.

O desafio inicial apresentado refere-se à seleção da demanda a ser atendida nesse Programa, pois muitos são os grupos e segmentos que se caracterizam como uma demanda habitacional, entretanto se faz necessário a construção de um parâmetro legal que permita eleger uma prioridade de atendimento e que esteja conectado com os princípios da Política de Habitação e em consonância com os limites do atendimento.

Dessa maneira, foi feita a opção por dois grupos que demandavam ao Poder Público uma intervenção para finalizar o atendimento e sanar a inconclusão da inserção na Política de Habitação, sendo eles:

- os beneficiários do Programa Auxílio Moradia, que tiveram o seu imóvel (anteriormente localizado em área de risco) interditado pela Defesa Civil e, portanto, estavam residindo em imóvel, o qual o aluguel era custeado pela Prefeitura. Diante da ausência de uma solução finalística para esse grupo de famílias, eles poderiam, somente, ter entrado no Programa supracitado, inexistindo uma porta de saída de tal benefício,





o que se apresenta com um prejuízo para tais famílias, assim como para o erário do Município. Dessa maneira, os lotes sociais poderiam se tornarem a opção para finalização do atendimento;

- as famílias residentes em Área de Especial Interesse Social (AEIS) que, no momento da elaboração do projeto de regularização fundiária, tenham sido diagnosticados os impedimentos para a sua regularização. Para esse grupo não haveria possibilidade legal de receberem o título dos imóveis, como é previsto dentro do escopo de trabalho da regularização fundiária, o que, perduraria, ao longo do tempo, a irregularidade patrimonial, a insegurança jurídica e, muitas vezes, a manutenção na condição de risco que, apesar de não ser iminente, como o grupo de munícipes que foram atendidos no Programa Auxílio Moradia, poderia ocasionar significativos prejuízos à condição de vida desses moradores e responsabilização do Poder Público diante de uma eventualidade.

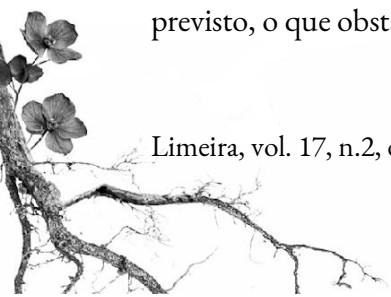
O desafio seguinte foi a estruturação legal do Programa evidenciada em virtude da divergência teórica que se tinha, no mundo do Direito e entre os pares da Prefeitura responsáveis por desenhar o Programa, acerca da competência do município em legislar sobre a matéria de desafetação de áreas institucionais para finalidade de moradia. Cabe acrescentar que por ser um tema pouco recorrente na atividade pública e até inovador enquanto ferramenta de intervenção, houveram muitas dúvidas e desconfiças sobre esse modelo de programa e a possibilidade de atuação, principalmente, por não existir, em quantidade significativa, experiências anteriores que pudessem se servir de paradigma a essa proposta de trabalho.

O embate jurídico supracitado se configurou em virtude da divergência de entendimento sobre a competência do Estado ou do Município em editar legislação suplementar sobre matéria urbanística. Essa discussão constitucional não esteve limitada aos muros filosóficos e políticos do município de Sorocaba, uma vez que, em virtude da relevância do tema para o desenvolvimento das Políticas Públicas, foi necessário a composição de um entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) realizado em Plenário daquela Corte através da votação de seus integrantes.

As definições estabelecidas pelo STF foram no entendimento de que o Estado não pode proibir o Município de realizar as desafetações de tais áreas, sendo que a fundamentação de tal análise vai ao encontro das reflexões já apresentadas anteriormente nesse estudo sobre o melhor uso desses espaços através da promoção do adequado ordenamento territorial, do controle do planejamento urbano e do uso eficiente da terra urbana, que, muitas vezes, se torna uma moeda valiosa nas operações cotidianas realizadas para a ocupação dos espaços.

O último desafio posto à gestão pública que pode ser identificado, nesse momento, refere-se ao fato de que algumas famílias beneficiárias dos Lotes Sociais já estão autorizadas a iniciar a construção no terreno, entretanto não começam a edificação da residência nos lotes, apesar da orientação da equipe técnica acerca dos procedimentos e das etapas a serem cumpridas para a construção do imóvel e do recorrente acompanhamento para atendimento dos prazos legais e identificação de eventualidades que possam prejudicar a adesão ao Programa.

Para encerrar esse arcabouço de desafios, cabe pontuar um enfrentamento específico realizado pela SEHAB quando do ordenamento do Programa Lotes Sociais. Foi possível observar uma disputa interna das Secretarias municipais sobre a detenção das áreas ociosas. De forma procedimental, quando da identificação de uma área, se faz necessário que todas as Secretarias sejam comunicadas a respeito da sua existência, assim como sejam provocadas a declarar o seu interesse, ou não, no seu uso. Muitas Secretarias apesar de não disporem de projeto específico para o uso de tal área identificada, frequentemente solicitavam a reserva desse espaço para futura e eventual intervenção de Projeto/Programa que ainda não existia e nem estava previsto, o que obstaculizava o uso imediato pela SEHAB para a implantação dos Lotes Sociais e, muitas





vezes, demanda significativa articulação e extenso processo de negociação, trazendo morosidade para a execução do Programa Lotes Sociais.

Assim, abre-se a cortina de alguns tópicos iniciais a serem estudados com maior esmero quando do desenvolvimento e evolução dessa pesquisa para que, dessa maneira, seja possível uma melhor compreensão do tema proposto e um aprofundamento nos conceitos e nas categorias da Geografia.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 03 abr. 2024.

CARNEIRO, G. R.; SILVA, E. E. D. Vazios urbanos: a não utilização dos imóveis municipais em Campina Grande e o descumprimento da função social da propriedade. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190294>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: DESLAURIERS, J-P. (org). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petropolis, R.J: Vozes, 2012.

CHIZZOTTI, A. Estudo de caso. In: CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2018, p.57.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL URBANO - CDHU. Secretaria da Habitação – Governo do Estado de São Paulo. **Plano Estadual de Habitação de São Paulo PEH – SP 2011 – 2023**. São Paulo: CDHU, 2011. 338 p. Disponível em: <https://cdhu.sp.gov.br/documents/20143/30938/documento-final-peh-sp.pdf/2c6d555f-1e5d-ab04-1edd-60ef60e1f51d>. Acesso em 29 out. 2024.

FACHIN, O. Capítulo 9 – Formulário e Questionário. In: _____. Fundamentos da Metodologia. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 151 - 168. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74302802/FACHIN-Odilia-fundamentos-de-Metodologia.pdf>. Acesso em 23 de nov. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. Infraestrutura física escolar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/par/infraestrutura-fisica-escolar>. Acesso em: 15 de abr. 2024.

HARVEY, D. As raízes urbanas das crises capitalistas. In: HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 67-133.

IAMAMOTO, M.V. Relações sociais. In: IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO. R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2013, 39 ed., p. 77-84.





INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sorocaba/panorama>. Acesso em 12 set. 2025.

LEGROUX, J., MORCUENDE, A., SILVA, C. F. da; SILVA, K. A. A. da. Capítulo 3: Entrevistas com agentes bem-informados - Perspectivas para a análise da fragmentação Socioespacial. In: GOES, E. M. (org). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022 p. 123 – 148.

MATOS, C. S; NASCIMENTO, D.C. do; SILVA, M.M. da C; TORRES, G. G. S. Doações de terrenos públicos para fins de moradia: um estudo de caso em Juazeiro do Norte, Ceará. Revista Ciência e Sustentabilidade, Juazeiro do Norte, V.7, Nº2, p.129-146, jul./dez. 2023.

MENDES, E. DE P.P.; SILVA, J. M. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G.J; RAMIRES, J.C. DE L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V.L.S. **Pesquisa qualitativa em geografia reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 207 – 221. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114438>. Acesso em 23 nov. 2024.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. **A Questão Habitacional no Brasil**. Mercator (Fortaleza. Online), v. 16, p. 1, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/#> Acesso em 01 nov. 2024.

MOREIRA, RUY. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 35-49.

MOREIRA, T. Áreas públicas: fontes de destinação social ou privada. Referências às novas políticas habitacionais brasileiras. Oculum Ensaios n. 7-8. Campinas: PUC, 2008, p. 136-145.0 Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3517/351732344011.pdf> Acesso em: 10 abr. 2024.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Ciência e Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 51 – 66. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em 28 out. 2024.

PREFEITURA DE SOROCABA (SP). **Mapa de áreas públicas**. Sorocaba: Prefeitura de Sorocaba, 2017. Escala 1:20.000. Disponível em: <https://servicospublicos.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/Mapa-de-Areas-Publicas.pdf>. Acesso em 01 nov. 2024.

PREFEITURA DE SOROCABA (SP). **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Sorocaba: PMS, 2011. 96 p. Disponível em: <https://habitacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/plano-local-de-habitacao-de-interesse-social-de-sorocaba.pdf>. Acesso em 30 out. 2024.





RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processo e conflitos**. São Paulo: Unesp, 2008, p. 17-35. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em 06 mar. 2025.

SILVA, J., Jr. Espaços urbanos coletivos, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA, G. M. (org). **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 193 -214.

SILVA, C. H. da C, SPOSITO, M. E. B, JESUS, P. M. e BERNARDES, A. H. Implosão-explosão da vida urbana: Cidade Tiradentes como fragmento da metrópole paulistana. In: SPOSITO, E. S(org). **Estruturas espaciais em tensão: da cidade centro-periférica à cidade fragmentada**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2025. p. 83 – 130.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: [10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20256](https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20256)

Recebido em: 05/05/2025

Aceito para publicação em: 15/12/2025

Alexandre Junger de Freitas

Universidade Federal de São Carlos – Campus
Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2319-1340>

Carlos Henrique Costa da Silva

Universidade Federal de São Carlos – Campus
Sorocaba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2910-6602>

Audiência pública ou acordo privado? Vozes e discursos sobre a reconfiguração do BRT Oeste de Sorocaba

Resumo:

O artigo se debruça sobre a audiência pública realizada em 23 de fevereiro de 2022, que discutiu a reconfiguração do projeto do BRT Oeste de Sorocaba. A partir de uma abordagem qualitativa e da análise crítica de discurso, o estudo investiga como a sessão pública, dominada por comerciantes locais, funcionou mais como um mecanismo de validação de decisões já tomadas pelo Poder Público do que como um espaço real de escuta pública. O material analisado incluiu a transcrição da audiência, documentos oficiais e manifestações da imprensa. As falas revelam uma dinâmica marcada pela desproporção entre os agentes com maior capacidade de influência, os comerciantes, e os usuários do transporte coletivo, cujas vozes foram pouco ouvidas. A audiência pública, nessa circunstância, serviu como etapa formal de um acordo político entre governo e setor empresarial, que levou à descaracterização do projeto original do BRT. O artigo mostra como processos participativos podem ser usados para legitimar interesses privados em contextos marcados por desigualdade e baixa transparência.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; BRT; Disputa Territorial; Governança urbana.

Public hearing or private agreement? Voices and discourses on the reconfiguration of the West BRT in Sorocaba

Abstract

This article analyzes the public hearing held on February 23, 2022, which discussed changes to the West BRT project in Sorocaba, Brazil. Using a qualitative approach and critical discourse analysis, the study investigates how the hearing, dominated by local business representatives, operated more as a validation of previously made decisions than as a genuine space for public participation. The analysis includes transcripts of the hearing, official documents, and media coverage. The





speeches reveal a dynamic marked by an imbalance between powerful actors — such as business owners — and public transportation users, whose voices were marginalized. In this context, the public hearing became a formal stage of a political agreement between local government and the commercial sector, which led to the dismantling of the original BRT plan. The article highlights how participatory processes can be used to legitimize private interests in contexts of inequality and limited transparency.

Keywords: Public Hearing; Urban Mobility; BRT; Urban Governance

¿Audiencia pública o acuerdo privado? Voces y discursos sobre la reconfiguración del BRT Oeste de Sorocaba

Resumen

El artículo analiza la audiencia pública realizada el 23 de febrero de 2022, que debatió la reconfiguración del proyecto BRT Oeste en Sorocaba, Brasil. A partir de un enfoque cualitativo y del análisis crítico del discurso, el estudio examina cómo la audiencia, dominada por representantes del comercio local, funcionó más como una validación de decisiones ya tomadas que como un espacio real de participación pública. El análisis se basa en la transcripción del evento, documentos oficiales y reportajes de prensa. Las intervenciones revelan una dinámica marcada por el desequilibrio entre actores con mayor capacidad de influencia —como los comerciantes— y los usuarios del transporte público, cuyas voces fueron marginadas. En este contexto, la audiencia pública se convirtió en una etapa formal de un acuerdo político entre el gobierno local y el sector empresarial, que resultó en la desfiguración del proyecto original del BRT. El artículo muestra cómo los procesos participativos pueden ser utilizados para legitimar intereses privados en contextos de desigualdad y baja transparencia.

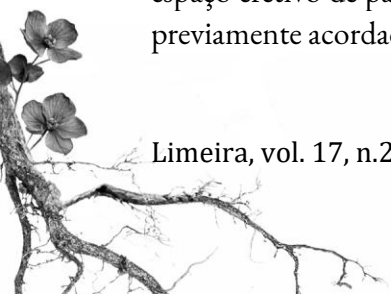
Palabras clave: Audiencia Pública; Movilidad Urbana; BRT; Gobernanza Urbana

Introdução

Este artigo investiga a reconfiguração do projeto original do *Bus Rapid Transit* (BRT) no trecho Oeste da cidade de Sorocaba/SP, a partir das disputas e conflitos entre agentes privados, Estado e usuários do transporte coletivo. A análise se concentra na forma como comerciantes das avenidas General Carneiro e Armando Pannunzio, que conectam a região central à Rodovia Raposo Tavares (SP-270), atuaram para interferir nas escolhas técnicas e operacionais relativas à implantação do BRT no trecho Oeste do Município.

A partir do exame da audiência pública realizada em fevereiro de 2022 e de documentos oficiais, o artigo busca compreender como interesses privados organizados influenciaram a gestão urbana, resultando na descaracterização do projeto de BRT e na priorização de demandas econômicas de determinado grupo empresarial em detrimento do interesse público.

A questão que guia este estudo indaga até que ponto a audiência pública funcionou como um espaço efetivo de participação democrática ou operou, na prática, como mera homologação de decisões já previamente acordadas entre a Administração Pública e setores organizados do comércio local.





Assim, o objetivo central é analisar os discursos e as vozes presentes no processo de reconfiguração do BRT Oeste, identificando as assimetrias de participação e os mecanismos por meio dos quais determinadas posições ganharam legitimidade, enquanto outras foram silenciadas ou ignoradas.

O recorte espacial se concentra nas obras da porção Oeste do Município de Sorocaba, particularmente no eixo formado pelas avenidas General Carneiro e Armando Pannunzio. O recorte temporal abrange o ciclo de implantação do BRT na Cidade, entre os anos de 2019 e 2022, com destaque para os eventos que culminaram na audiência pública promovida pela Câmara Municipal em 23 de fevereiro de 2022.

O tema é emergente no debate contemporâneo da Geografia porque diz respeito a questões atuais relativas à mobilidade urbana, à justiça espacial e à forma como projetos públicos são negociados em contextos desiguais de poder. Disputas em torno de obras e serviços públicos podem revelar conflitos entre agentes com diferentes capacidades de influência sobre o espaço, evidenciando as assimetrias que permeiam os processos de decisão nas cidades.

Além disso, reforça a percepção de que decisões de impacto coletivo são, muitas vezes, tomadas em favor de arranjos pragmáticos com setores organizados, sem respaldo técnico qualificado e sem mediação por meio de debate político que considere a cidade como espaço coletivo e reconheça o direito de todos à participação nas decisões que os afetam.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem metodológica desenvolveu-se numa perspectiva qualitativa voltada à compreensão dos modos, dinâmicas e estratégias presentes nos discursos relacionados à reconfiguração do projeto do BRT Oeste em Sorocaba. O recorte empírico concentra-se na audiência pública promovida pela Câmara Municipal em 23 de fevereiro de 2022, cuja gravação integral, disponível em meio digital, foi transcrita e analisada. Essa sessão, originada por requerimento do vereador Ítalo Moreira, do Partido Novo, constituiu a base empírica principal deste trabalho, permitindo a identificação e interpretação direta das falas proferidas ao longo do evento.

Além da audiência, foram considerados os documentos oficiais reunidos no processo administrativo CPL nº 020/2017, que compreende o edital de licitação, o contrato de concessão e registros administrativos relativos à execução contratual. Dentre os documentos, destacam-se os pedidos subscritos pelos representantes do setor comercial, os despachos da Secretaria Municipal de Mobilidade, as manifestações do órgão técnico da URBES – Trânsito e Transportes, empresa pública municipal, e o cotejamento entre o projeto original e o proposto para alteração do BRT Oeste.

Também foram examinadas reportagens publicadas na imprensa local, notadamente no portal do *Jornal Cruzeiro do Sul* (edições de 13/7/2019, 27/7/2019 e 2/3/2022), no site do *Jornal ZNorte* (edição de 25/10/2019), e no portal da Câmara Municipal de Sorocaba (12/7/2019), que abordaram os impactos das obras na Zona Norte, as queixas dos comerciantes e as articulações políticas subsequentes.

A triangulação entre essas fontes permitiu identificar os principais atores envolvidos, os argumentos mobilizados e os mecanismos de construção de legitimidade no processo de reconfiguração do projeto.

O tratamento das falas foi orientado pela Análise de Discurso de linha materialista (Orlandi, 2012; 2015), que compreende o discurso como forma de materialização da ideologia e das relações de poder. As intervenções foram escolhidas com base em sua centralidade no debate sobre a alteração do traçado do BRT Oeste.





A análise se deu com foco na identificação das posições discursivas assumidas pelos sujeitos falantes, buscando evidenciar quais argumentos foram privilegiados, quais temas prevaleceram e quais foram desconsiderados ou marginalizados.

Foram observadas recorrências de palavras e expressões, formulações ideológicas implícitas, contradições entre o discurso e a prática, e o uso de narrativas de pertencimento local como forma de sustentação simbólica de determinadas reivindicações.

Do ponto de vista ético, foram utilizadas exclusivamente fontes públicas, acessíveis e previamente divulgadas, não havendo coleta de dados sigilosos ou envolvimento direto com participantes.

O BRT de Sorocaba em disputa: planejamento, conflito e reconfiguração

O sistema BRT (*Bus Rapid Transit*), ou Transporte Rápido por Ônibus, foi criado para tornar os deslocamentos urbanos mais rápidos e eficientes, usando ônibus de alta capacidade em faixas exclusivas. Esse modelo inclui pistas separadas do trânsito comum, estações com embarque no mesmo nível do veículo, cobrança antecipada de tarifa e o uso de ônibus articulados. Esses elementos juntos visam garantir mais agilidade, reduzir o tempo de viagem e tornar o transporte coletivo mais confiável.

Em 1974, Curitiba deu início a esse modelo inovador de transporte coletivo, que se espalhou por várias cidades do mundo como uma alternativa mais barata e flexível que o sistema metroviário, especialmente em cidades médias e grandes. A proposta do sistema é oferecer um transporte público moderno, acessível e que fosse capaz de competir com o carro particular, contribuindo para reorganizar a mobilidade urbana.

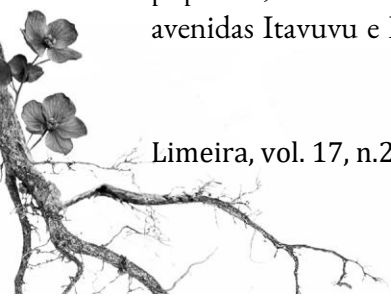
No Brasil, o modelo foi adotado com destaque no Rio de Janeiro, onde o BRT foi construído como parte da infraestrutura de mobilidade para os Jogos Olímpicos de 2016. Apesar de seu porte e visibilidade, o sistema carioca enfrentou problemas de planejamento, superlotação e deterioração ao longo do tempo, evidenciando os desafios de implementação em larga escala (Ribeiro, 2017).

Cidades médias, como Uberlândia e Uberaba (MG), também implantaram sistemas de BRT, buscando melhorar a fluidez do transporte coletivo. No entanto, resultados positivos dependem da integração do sistema BRT com outros modais de transporte, da existência de redes planejadas e da articulação com políticas urbanas mais amplas (Teixeira; Ribeiro; Amaral, 2017).

Em Sorocaba, o BRT foi inicialmente planejado dentro de um projeto mais amplo de transformação urbana, chamado Programa Sorocaba Total (2009–2012). Essa iniciativa visava preparar a cidade para um futuro com perfil metropolitano, ampliando a infraestrutura e conectando áreas de maior atividade econômica, como a Zona Norte e a Zona Industrial. Para isso, contou com cerca de R\$ 200 milhões financiados pela Corporação Andina de Fomento, investidos principalmente na ampliação da malha viária e na criação de novas ligações entre regiões estratégicas.

As obras do Sorocaba Total criaram as condições para que, entre 2012 e 2014, a cidade elaborasse o projeto do sistema BRT. Esse novo projeto foi financiado com recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC-2, totalizando R\$ 133 milhões. O plano incluía corredores exclusivos para ônibus, em várias regiões da cidade, estações com embarque em nível, terminais, integração com bicicletas e sinalização inteligente. Esse investimento refletia uma política nacional voltada para fortalecer o transporte coletivo e promover a mobilidade urbana mais eficiente e sustentável.

A implantação inicial do BRT em Sorocaba começou pela Zona Norte da cidade, uma região populosa, com forte presença de trabalhadores, conjuntos habitacionais e comércio diversificado. As avenidas Itavuvu e Ipanema, por onde passaram os primeiros corredores do sistema, são vias centrais na





circulação diária dos moradores. Na avenida Itavuvu, em especial, o comércio de pequeno e médio porte tem papel importante na economia local.

As obras do BRT nas avenidas Itavuvu e Ipanema, na Zona Norte, teriam afetado o comércio. Comerciantes relataram prejuízos, dificuldades de acesso e perda de clientes, o que gerou protestos, fechamento de lojas e reuniões com a Prefeitura e a Câmara Municipal (Jornal Cruzeiro do Sul, 2019b). Mesmo com as pressões, a gestão municipal da época manteve o projeto original, com corredores centrais e estações em nível.

Quando a nova administração municipal assumiu a Prefeitura de Sorocaba em 2021, o sistema BRT já se encontrava em fase avançada de implantação. Logo nos primeiros momentos do novo governo, as críticas e os impactos percebidos durante as obras na Avenida Itavuvu foram apresentados como um alerta sobre o que não deveria se repetir no trecho Oeste.

Embora tecnicamente as obras do eixo Oeste seguissem o mesmo padrão originalmente concebido, o novo governo passou a enfrentar uma nova frente de mobilização. Comerciantes das avenidas General Carneiro e Armando Pannunzio anteciparam suas reivindicações, exercendo pressão preventiva para evitar prejuízos semelhantes aos vivenciados pelos lojistas da Zona Norte.

Ao examinar o processo administrativo que acompanha a execução das obras, foram encontrados ofícios enviados por esses comerciantes à Prefeitura solicitando reuniões e propondo alterações no traçado original do BRT. Além disso, foram encaminhados documentos semelhantes à Câmara Municipal, indicando a tentativa de mobilizar apoio político para suas demandas. Esses registros mostram que a pressão do setor empresarial não começou na audiência, mas já vinha sendo construída formalmente por meio de canais institucionais.

Essa movimentação serviu de base política para organização de um processo que culminaria na reformulação do projeto originalmente previsto. A audiência pública, então, foi um marco público de uma resolução que já vinha sendo negociada nos bastidores. Após esse evento, o movimento ganhou força e avançou em direção ao Governo federal.

O ponto alto desse processo foi a articulação de uma comitiva formada pelo prefeito Rodrigo Manga, secretários municipais e o empresário Sérgio Reze, representante direto dos comerciantes afetados. Essa comitiva viajou a Brasília com o objetivo de negociar mudanças no projeto junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

A reunião na capital federal foi intermediada pelo então deputado federal capitão Derrite, evidenciando o apoio político de figuras com influência no Governo. O grupo foi recebido pelo ministro Rogério Marinho, que autorizou a realização de estudos sobre as modificações propostas.

Essa autorização foi o primeiro passo institucional para validar a mudança do projeto original, que até então seguia os parâmetros técnicos típicos de um sistema BRT, com faixas exclusivas, estações em nível e prioridade para o transporte coletivo.

Esse processo resultou na assinatura de um termo de compromisso entre a Prefeitura de Sorocaba e o Ministério do Desenvolvimento Regional — sob a estrutura administrativa do governo Temer, que havia substituído o antigo Ministério das Cidades.

O termo oficializou tanto a ampliação do prazo de conclusão das obras quanto a incorporação das alterações defendidas pelos comerciantes. A justificativa apresentada foi a necessidade de adaptar o projeto às "exigências dos agentes econômicos locais", o que revela a influência do setor empresarial nas decisões públicas sobre infraestrutura urbana. (Jornal Cruzeiro do Sul, 2022).

No entanto, ao atender essas demandas, o governo municipal descaracterizou aspectos centrais do sistema BRT. A retirada de faixas exclusivas, estações elevadas e embarque rápido comprometeria a eficiência do projeto, reduzindo-o a uma linha de ônibus convencional com nome de BRT. A Cidade





perdeu a oportunidade de estruturar um modelo de mobilidade mais eficiente e inclusivo no trecho Oeste, em troca da acomodação de interesses pontuais.

O posicionamento político de priorizar os comerciantes, ainda que justificada como estratégia de desenvolvimento local, expõe a vulnerabilidade das políticas públicas frente as pressões econômicas, e revela uma racionalidade de gestão urbana em que o Poder Público opera em sintonia com interesses privados organizados, muitas vezes em detrimento do bem coletivo.

O BRT Oeste desidratado de seu potencial e em seu lugar, consolidou-se uma solução tecnicamente inferior, mas politicamente acomodada, revelando os limites da governança urbana em situações marcadas por relações desiguais de poder e pela mercantilização do espaço público.

A Cidade fala, mas quem fala pela Cidade? - A audiência do BRT Oeste como encenação política

A previsão de audiências públicas como instrumentos de gestão democrática não é fortuita, mas resulta de uma construção normativa que inscreve a participação popular no centro das políticas urbanas. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), principal marco legal do urbanismo brasileiro, consagra expressamente a gestão democrática da cidade como um de seus princípios fundamentais, prevendo mecanismos como debates, consultas e audiências públicas (art. 2º, inciso II e art. 43).

Essa diretriz legal busca assegurar que a formulação, execução e monitoramento das políticas urbanas contem com a influência direta da sociedade civil. No entanto, como alerta Raquel Rolnik (2013), a persistência de um padrão de articulação hierarquizado e pouco responsivo frequentemente transforma esses mecanismos de mediação entre o Poder Público e a sociedade civil em formalidades procedimentais, esvaziando seu potencial transformador. As audiências públicas frequentemente se convertem em sessões simbólicas de consulta, de modo que função performática sobreponha-se à escuta substantiva.

Essa dissonância entre o ideal democrático e sua materialização institucional se expressou na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Sorocaba, em 23 de fevereiro de 2022, convocada e presidida pelo vereador Ítalo Moreira (Novo), com o objetivo de debater a reconfiguração do eixo Oeste do sistema BRT (Câmara Municipal de Sorocaba, 2022)

A maioria absoluta dos participantes daquela audiência era formada por agentes do setor comercial com lojas organizadas nas avenidas General Carneiro e Armando Pannunzio, com destaque para concessionárias automotivas e redes varejistas de grande porte, como o Hipermercado Tauste. De outro lado, apenas dois usuários do transporte coletivo participaram: um presente e outro virtualmente. A assimetria de representatividade reservou aos usuários um papel secundário naquele debate público.

O tom do evento foi dado já no início por seu proponente, o vereador Ítalo Moreira, que saudou Sérgio Reze, liderança empresarial e ex-presidente da Associação Comercial de Sorocaba, conferindo-lhe e aos comerciantes o protagonismo discursivo e político do encontro:

Hoje é um dia importante para debatermos aqui a questão do BRT, o corredor da Zona Oeste, trazendo aqui a comunidade para conversar, para que não aconteça aquilo que aconteceu no corredor da Itavuvu, na Zona Norte.

Onde, infelizmente, não houve, por parte do poder público, um diálogo com a comunidade, acabou afetando os comerciantes ali daquela região, levando muitos estabelecimentos comerciais à falência, principalmente os pequenos.

Os maiores não fecharam, mas tiveram grandes prejuízos, também prejudicando a geração de empregos, de renda para a nossa cidade.





*Lembrando que, inclusive, os comerciantes, moradores da Zona Oeste, principalmente, levantaram mais de 8 mil assinaturas, que estão aqui nas nossas mãos. (...).
Queria aproveitar a oportunidade, saudar todos os presentes, agradecer a participação de todos que estão aqui, representando as entidades, as empresas, associações e os municípios. (...).
A plateia está lotada, todos aqui preocupados, então é extremamente importante.
Queria cumprimentar aqui, na figura de todos os comerciantes, meu amigo Sérgio Reze, que já foi presidente da Associação Comercial, um grande guerreiro que luta bastante, sempre preocupado com as causas sociais da nossa cidade e, mais uma vez, trazendo essa grande demanda.*

Na fala, o vereador usa o termo “comunidade” de forma seletiva, tratando os comerciantes como que estes representassem toda a população. Ao destacar a presença dos empresários e valorizar a coleta das assinaturas por esse grupo, o vereador lhes conferiu lugar de destaque na audiência.

Ainda na abertura da sessão, o secretário municipal de Mobilidade, Carlos Eduardo Pasquini, anunciava a escolha que a Administração já havia tomado: “*A municipalidade decidiu, através do prefeito Rodrigo Manga, que a gente vai manter o corredor do jeito que vocês querem, na direita, sem ter corredor exclusivo junto ao canteiro central*”. Sua declaração sugere que o encontro não tinha como objetivo ouvir a população para orientar uma decisão futura, mas tão somente a confirmação de uma escolha feita anteriormente, esvaziando o sentido participativo da audiência.

Ao anunciar a decisão logo na abertura da sessão, o secretário esvaziou o sentido participativo da audiência pública, transformando um espaço supostamente deliberativo em ato de comunicação unilateral. Por que essa decisão foi antecipada? Que razões levariam o Executivo a romper com o rito da audiência pública, cuja função seria justamente acolher diferentes visões e construir alternativas coletivas? Não houve contraponto nem discussão técnica sobre o projeto, tampouco se cogitou mitigar os impactos da obra no trecho Oeste.

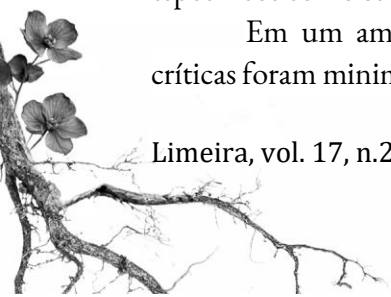
Essa atitude do Executivo expõe um modo de governar sensível a pressões específicas e impermeável às demandas sociais. O gesto de anunciar previamente a mudança evidencia que o posicionamento da Administração já havia sido tomado em outros espaços, não públicos, em articulação direta com setores organizados do comércio local.

Essa trama tem relevância para entender o protagonismo dos comerciantes e facilidade com a qual conduziram a sessão pública, dando destaque à defesa de suas atividades empresariais. As falas concentraram-se nos riscos associados aos impactos negativos que as obras do BRT na extensão das avenidas General Carneiro e Armando Pannunzio poderiam trazer ao comércio local. Os participantes mencionaram as intervenções anteriores na avenida Itavuvu como responsáveis pela queda na circulação de consumidores e, por consequência, pela redução dos negócios na Zona Norte.

O empresário José Maurício Andreta Jr., presidente do Grupo Andretta e representante das concessionárias Ford e Peugeot, afirmou: “*Se paralisar a avenida lá para essa obra, do jeito que está sendo projetada, seria um caos para os pequenos e também para os grandes*”.

Sérgio Reze, por sua vez, defendeu que o pedido dos comerciantes para alteração do projeto representava a vontade da população como um todo. Disse ele “*quando se fala em mais de 10 mil assinaturas, não se fala no varejo, não se fala dos comerciantes da avenida, se fala nos moradores de Sorocaba*”. Seu argumento se sustenta em um número limitado de assinaturas, que, embora expressivo, representaria apenas uma pequena parcela da população total de Sorocaba. Uma tentativa de legitimar interesses específicos como se fossem consensuais ou amplamente compartilhados.

Em um ambiente já direcionado à validação de decisões tomadas previamente, manifestações críticas foram minimizadas ou simplesmente ignoradas. Um exemplo foi o depoimento de Magno Oliveira,





cadeirante e usuário de longa data do transporte público: “Gostaria de questionar aos comerciantes e à URBES, com essa mudança para as laterais e não no meio, como que vai ficar a acessibilidade?”. Sua preocupação com a falta de estações elevadas e com as barreiras físicas criadas pela alteração do traçado recebeu uma resposta genérica do secretário de Mobilidade: “Pode ficar tranquilo. Todo o projeto terá acessibilidade.” A resposta ignorou o questionamento específico e não foi acompanhada de nenhuma justificativa ou explicação concreta.

Apesar da dinâmica desfavorável ao debate, outra voz destonante se manifestou. A intervenção da usuária Letícia, lida pelo presidente da mesa durante a audiência, trouxe uma perspectiva diferente, baseada na experiência cotidiana com o transporte coletivo. O presidente leu sua pergunta:

Ela fala que todo o trajeto dela ela faz de ônibus. [...] Agora, ela diz que estava feliz sabendo que chegaria mais cedo na Anhanguera e voltaria mais rápido para casa nos próximos três anos, que ainda faltam do curso. Viu no jornal, na TVT, que querem deixar igual como está hoje. Assim, pergunta ao secretário de Mobilidade: o senhor concorda com as alterações propostas mesmo sabendo que vai demorar mais para os passageiros? [...] Acho que tem mais sorocabano andando de ônibus do que de carro. O senhor anda de ônibus?

A fala de Letícia expôs uma questão importante: a percepção de que a proposta de mudança comprometeria a eficiência do sistema para quem depende dele. Sua indagação endereçada ao secretário municipal de Mobilidade parece evidenciar a desconexão entre a solução escolhida e as necessidades reais dos usuários do transporte público.

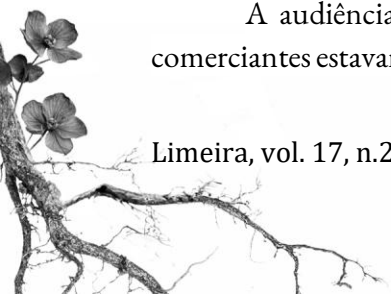
Por fim, a fala da comerciante Alessandra reforça a centralidade dos interesses empresariais na audiência, ao mesmo tempo em que evidencia o caráter de confirmação pública de uma medida já tomada.

Eu queria agradecer, primeiramente, a oportunidade de estar aqui, a todos vocês que estão nos ouvindo, e dizer que é muito importante esse movimento que está sendo feito hoje, porque a gente realmente precisava dessa discussão. A gente não merecia realmente um canteiro cheio de pistas e atrapalhando o comércio. Nós, que estamos na General Carneiro, vivemos diariamente a dificuldade que é manter um comércio em uma avenida tão movimentada, que já tem tantos problemas. Então, eu agradeço de verdade essa mudança, e eu tenho certeza de que todos que estão aqui hoje também estão felizes com essa decisão que foi tomada. Muito obrigada a todos.

Ao dizer que “não merecia um canteiro cheio de pistas atrapalhando o comércio”, Luciana indica o ponto de vista dos empresários, centrado na proteção de suas atividades comerciais. Além disso, ao afirmar que todos estavam felizes com a decisão, desconsidera outras opiniões e reforça a ideia de que havia um consenso no ambiente, mesmo que a diversidade de interesses, especialmente dos usuários, não estivesse plenamente representada.

Ao longo da audiência, outras falas de vereadores, secretários municipais e comerciantes reforçaram a mesma linha de argumentação: todos defendiam a mudança do traçado do BRT para evitar prejuízos ao comércio local. As intervenções repetiam a ideia de que o projeto original causaria transtornos e perdas econômicas, e que a alteração seria uma forma de proteger os negócios da região. Não houve espaço para considerar outras perspectivas, nem para discutir os impactos desse posicionamento sobre os usuários do transporte coletivo.

A audiência caracterizou-se pela diferença de força entre os grupos presentes. De um lado, os comerciantes estavam organizados, tinham acesso a autoridades e conseguiram pressionar por mudanças no





projeto. Do outro, os usuários do transporte coletivo, sem representação e sem articulação, tiveram pouca voz. Ana Fani Alessandri Carlos (2020) propõe que olhemos para a cidade com atenção às contradições internas dos processos que moldam o espaço urbano. É justamente nesse jogo de forças, e nas tensões que ele gera, que podemos entender como a cidade é construída.

A sessão condensou, em poucas horas de falas e aplausos, uma disputa mais ampla sobre quem pode falar pela cidade — e, mais ainda, quem pode moldá-la segundo seus próprios interesses. Ela evidenciou, em certo ponto, que a cidade se transforma, mas não como resultado de um processo coletivo e inclusivo, e sim por meio de pactos seletivos que favorecem agentes com maior capacidade de mobilizar recursos econômicos e articular redes políticas.

Nesse caso, os comerciantes das avenidas General Carneiro e Armando Panunzio, com respaldo da Administração municipal, tiveram êxito no deslocamento do debate do campo técnico, onde a discussão deveria acontecer com base em estudos, dados e impactos para o conjunto da população, para o campo político, no qual interesses setoriais foram legitimados por sua força de pressão institucional. Esse movimento alterou não apenas o conteúdo do debate, mas o próprio formato da decisão pública.

Enquanto isso, os usuários do transporte coletivo, por serem um grupo disperso e desarticulado politicamente, seguiram excluídos das decisões que impactaram diretamente sua mobilidade e sua vivência cotidiana na cidade. A ausência de representação efetiva tornou suas demandas invisíveis diante da força organizada dos setores empresariais.

A audiência pública analisada exemplifica, assim, uma prática recorrente nas cidades brasileiras: a captura de mecanismos participativos por grupos com maior capacidade de articulação e *lobby*. O que se apresentava como um rito democrático desenvolveu-se, na prática, como um dispositivo de confirmação de desigualdade existente entre os diferentes grupos sociais que disputam o espaço e as decisões sobre a cidade. A cidade segue sendo um campo de disputa, em que a aparência de consenso esconde a violência simbólica da exclusão e reforça as desigualdades no direito à cidade.

Quando o interesse público é capturado: reflexões críticas sobre o caso BRT Oeste

A reconfiguração do trecho oeste do BRT de Sorocaba exemplifica como as diversas infraestruturas de uso público, sejam estas de saneamento, redes de energia elétrica, lógica e de dados, por exemplo, são construídas a partir de disputas de grupos com capacidade desigual de articulação política e econômica. O que se propunha como sistema de transporte coletivo eficiente foi alterado por pressões de empresários locais, que se movimentaram para justificar a supressão dos elementos estruturantes que seriam próprios do modelo BRT, a partir de afirmações distorcidas e compreensões equivocadas das obras realizadas na porção norte do projeto.

Sem corredores centrais exclusivos, estações de embarque rápido, plataformas em nível e pagamento antecipado de tarifas, o trecho Oeste passou a operar como uma linha de ônibus convencional, perdendo os atributos que justificariam sua classificação como sistema de transporte rápido por ônibus. O que se revelou, ao final, foi um “não-BRT”, uma estrutura apenas nominal, que contraria as intenções de eficiência, fluidez e inclusão que originalmente embasaram seu projeto.

Para entender as tensões e a dialética desse processo, é necessário considerar a ação dos diferentes grupos envolvidos. Como ensina Roberto Lobato Corrêa (1995, 2012), o espaço urbano não é neutro. Ele é resultado da atuação de agentes concretos, historicamente situados, com objetivos diversos. Alguns grupos têm mais força para influenciar o uso do território, seja por sua capacidade financeira, por suas conexões políticas ou por sua presença institucional.





Os comerciantes das avenidas General Carneiro e Armando Pannunzio conseguiriam capturar a narrativa e deslocar o debate sobre mobilidade coletiva para a preservação do acesso de consumidores aos seus estabelecimentos durante o período das obras. A proposta apresentada por eles manteria o leito carroçável que já era ocupado pelos ônibus convencionais, sem a construção de novos equipamentos. Na prática, a implementação seria mais rápida, com um período de obras reduzido e menor interferência no fluxo cotidiano do comércio local.

Essa aparente solução prática resultaria em consequências duradouras. Ao priorizar a redução dos impactos imediatos das obras sobre o comércio, os proponentes acabaram comprometendo permanentemente a qualidade do sistema de transporte coletivo.

Para Milton Santos (2000), quando a racionalidade empresarial desconsidera os efeitos no entorno, ela provoca deformações substanciais no tecido urbano e social:

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. (...). Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas e convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social. (Santos, 2000, p. 41).

Assim, ao atuarem para preservação do acesso dos consumidores às lojas, os comerciantes encaminharam uma solução que foi funcional apenas para suas preocupações mais circunstanciais. Uma visão restrita, voltada ao imediato e descomprometida com os impactos futuros sobre a mobilidade urbana. O Poder Público aderiu sem dificuldades a proposta e atendeu integralmente suas reivindicações dos empresários.

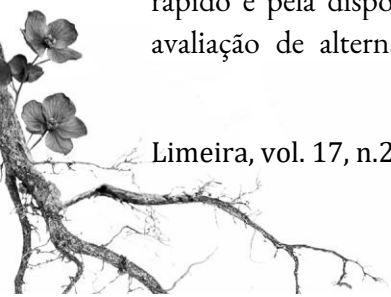
Ao analisar o processo administrativo de concessão das obras e da operação do BRT, não foram encontrados estudos sobre os impactos das intervenções nem propostas de medidas para reduzir possíveis prejuízos. Também não há registros de análises técnicas, simulações operacionais ou justificativas que embasassem a mudança no projeto original.

O Poder Público, antes de atuar como um mediador entre os diferentes interesses envolvidos, optou por apoiar e atender um lado, apenas. Poderia ter levado em conta as preocupações dos comerciantes, que, em certa medida, são compreensíveis, principalmente porque outros comerciantes teriam sido afetados negativamente pelas obras anteriores na avenida Itavuvu, causando transtornos no acesso aos estabelecimentos e redução das vendas.

A forma como a Prefeitura funcionou nesse caso pode ser compreendida a partir das reflexões de David Harvey (2005) sobre a mudança no papel dos governos urbanos, especialmente em contextos de capitalismo tardio. Harvey aponta que muitos governos deixaram de exercer apenas funções administrativas e passaram a adotar uma postura mais empreendedora, voltada à atração de investimentos, valorização de áreas da cidade e impulsionamento do crescimento econômico local.

O espaço urbano deixa de ser concebido como um direito difuso e coletivo e passa a ser tratado como um ativo econômico. Santos, Souza e Silveira (1998) chamam de mercantilização do território o processo no qual o espaço urbano é sequestrado por interesses privados, com o consentimento do Poder Público.

Essa forma de governança se expressa em decisões guiadas por expectativas de retorno político rápido e pela disposição em atender pressões organizadas, mesmo sem suporte de análises técnicas ou avaliação de alternativas. O planejamento, nesse modelo, não se estrutura a partir de diagnósticos





abrangentes ou princípios de justiça espacial, mas tende a responder a interesses pontuais, com foco mais na viabilidade imediata do que na sustentabilidade dos projetos públicos. A condução de políticas urbanas nessa perspectiva cria brechas para que grupos mais organizados e influentes imponham suas demandas. É exatamente isso que se verificou no caso do BRT Oeste.

A mentalidade empresarial transforma o território em ativo, e o planejamento urbano em instrumento de acomodação das exigências do capital. Trata-se de uma captura do espaço público, não apenas física, mas também discursiva e institucional, que inverte as finalidades da política urbana e aprofunda as desigualdades sociais. Como lembra Santos (1989), essa articulação entre capital e governo local destitui a cidade de seu papel integrador, convertendo-a em campo de segmentação e disputa.

O caso do BRT Oeste, portanto, não se resume a uma alteração de projeto. Ele revela uma lógica mais ampla de governança urbana marcada pela seletividade, na qual a cidade é negociada entre poucos e implementada com base em interesses particularistas. A modificação de um sistema público de mobilidade, para acomodar demandas de um grupo específico, não fere apenas princípios elementares da administração pública, como a impessoalidade e a universalidade do serviço, mas compromete o próprio direito à cidade, entendido como acesso equitativo à infraestrutura, à mobilidade e à participação política.

O processo de transformação do BRT em um “não-BRT” não modificou somente a paisagem da Cidade. O modo como se operou reitera, materializa e legitima a hegemonia de certos interesses sobre outros, mantendo uma urbanização desigual e excludente. E sendo assim, a cidade deixa de ser espaço de direitos e passa a ser território de exceções, em que o público se dobra diante do privado, onde a política urbana se realiza por pactos silenciosos, não por deliberações democráticas.

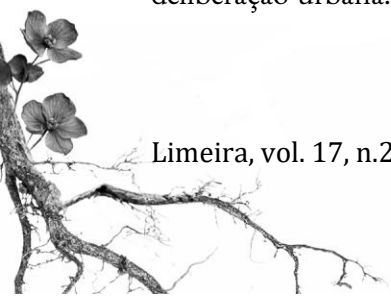
Considerações Finais

O caso do BRT Oeste de Sorocaba evidencia como decisões sobre infraestrutura urbana podem ser moldadas por disputas políticas e pressões econômicas organizadas, levando à descaracterização de projetos tecnicamente estruturados. A audiência pública, antes de funcionar com um espaço de deliberação participativa, operou como ritual de validação de acordos pré-estabelecidos, reproduzindo a diferenças entre grupos organizados e usuários comuns do transporte coletivo.

Nessa perspectiva, o Estatuto da Cidade, que consagra a gestão democrática da cidade como princípio estruturante da política urbana, acaba tensionado. Embora preveja instrumentos como audiências públicas para assegurar o controle social e a participação na formulação de políticas urbanas, sua efetividade depende da capacidade real dos diferentes segmentos da população de influenciar as decisões.

Os achados revelam os limites da participação institucionalizada quando não se equilibram as condições de influência entre os atores sociais. A interlocução desigual com o Poder Público, a ausência de critérios técnicos transparentes e o predomínio de interesses setoriais demonstram como as audiências públicas podem ser apropriadas por dinâmicas clientelistas e empresariais, esvaziando seu sentido democrático.

Mais que uma crítica à má condução de um projeto específico, o caso lança luz sobre a fragilidade das promessas participativas na governança urbana brasileira. Como assegurar que a participação não se converta apenas em performance legitimadora de decisões já tomadas? Que condições seriam necessárias para uma escuta pública efetivamente democrática e equilibrada? Essas questões não encontram respostas simples, mas indicam a urgência de se repensar os formatos, as mediações e os dispositivos institucionais da deliberação urbana. Nesse sentido, o estudo reforça a importância de abordagens críticas que articulem a





análise empírica dos processos decisórios com os fundamentos teóricos da justiça espacial e da produção do espaço urbano.

Agradecimentos

Agradeço, de forma especial, ao professor Dr. Carlos Henrique Costa da Silva, orientador desta pesquisa, pela orientação cuidadosa e pelos questionamentos que ampliaram meu olhar e fortaleceram a construção crítica deste trabalho. Sua escuta generosa e firmeza teórica estão sendo fundamentais em todas as etapas da pesquisa, desde a definição do problema até a escrita final.

Aos colegas Carlos Ruffini, Lara Bittar e Victor Inostroza, meu agradecimento pelo acolhimento caloroso e pela convivência tão amável. As trocas que tivemos ampliaram minha visão da Geografia e tornaram o ambiente acadêmico mais leve, provocador e profundamente humano

Referências

A dois meses do Natal, empresários da Itavuvu temem quedas no faturamento por conta das obras do BRT. **Jornal Z Norte**, 25 out. 2019. Disponível em: <https://jornalznorte.com.br/sorocaba/a-dois-meses-do-natal-empresarios-da-itavuvu-temem-quedas-no-faturamento-por-conta-das-obras-do-brt>. Acesso em: 7 ago. 2024.

Audiência pública debate impactos das obras na Avenida Itavuvu. **Câmara Municipal de Sorocaba**, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://camarasorocaba.sp.gov.br/newsitem.html?id=5e3f294b54d943117eea6027&keywords=>. Acesso em: 18 maio 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Geografia urbana crítica: teoria e método**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

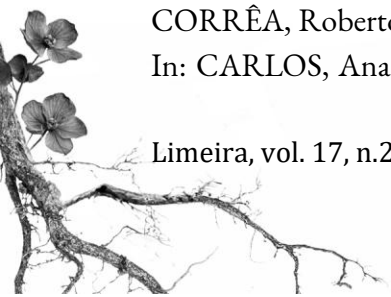
CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA. **Audiência pública: construção do Corredor Oeste do BRT**. Sorocaba, 22 fev. 2022. Disponível em: https://camarasorocabaspgovbr-my.sharepoint.com/personal/leandro_almeida_camarasorocaba_sp_gov_br/_layouts/15/stream.aspx?id=%2Fpersonal%2Fleandro_almeida_camarasorocaba_sp_gov_br%2FDocuments%2FÁrea%20de%20Trabalho%2FCERIMONIAL%2FAP%20BRT%2FAP_23_02_2022.mp4. Acesso em: 4 nov. 2024.

COMÉRCIO de Sorocaba reclama de prejuízos com obras do BRT na Itavuvu. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 13 jul. 2019. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/comercio-de-sorocaba-reclama-de-prejuizos-com-obras-do-brt-na-itavuvu/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CONSÓRCIO BRT fará adequações para reduzir transtornos na Avenida Itavuvu. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/consorcio-brt-fara-adequacoes-para-reduzir-transtornos-na-avenida-itavuvu/>. Acesso em: 6 maio 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão





(org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41-51.

GOVERNO federal autoriza estudos para Sorocaba mudar obras do BRT. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 9 mar. 2022. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/noticias/2022/03/689770-desenvolvimento-regional-autoriza-estudos-para-mudancas-nas-obras-do-corredor-oeste-do-brt.html>. Acesso em: 5 maio 2024.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

RIBEIRO, Gustavo. Em quase cinco anos, sistema BRT no Rio não funciona bem. *Jornal O Dia, Rio de Janeiro*, 20 fev. 2017. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/10245/em-quase-cinco-anos-sistema-brt-no-rio-nao-funciona-bem.html>. Acesso em: 12 out. 2025.

ROLNIK, Raquel. Audiências públicas: repensar para poder avançar. **Blog Raquel Rolnik**, 27 mar. 2013. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/03/27/audiencias-publicas-repensar-para-poder-avancar/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SANTOS, Milton. Guerra dos lugares. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1989. Caderno Opinião.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2000.

SOROCABA. **Processo administrativo CPL n. 20/2018: concessão das obras e da operação do BRT Sorocaba**. Sorocaba, 2018.

TEIXEIRA, Eunice Horácio S. de B.; RIBEIRO, Ary de Souza; AMARAL, Victor Rodrigues do. Rede integrada como solução de mobilidade urbana. **Revista de Cultura e Extensão USP**, São Paulo, n. 16, p. 64–78, mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rce/article/download/141950/137156/279161>. Acesso em: 27 nov. 2025.





REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: [10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20226](https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20226)

Recebido em: 17/06/2025

Aceito para publicação em: 14/12/2025

Beatriz Anselmo Olinto

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6520-0711>

Daniela Vallandro de Carvalho

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Orcid: <https://orcid.org/0009-005-3881-7280>

Lucy Victoria Chimilowski

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3762-3799>

A repolitização da ação humanitária na revista informação MSF (1997-2020)

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a atuação humanitária da organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) no início do século XXI, a partir da análise do periódico Informação, publicado pela instituição desde 1997. Considerando que a atuação de MSF se estrutura em três eixos — atendimento médico, ajuda humanitária e divulgação/sensibilização coletiva —, analisa-se como a revista buscou, em seus conteúdos, não apenas suas atividades e sensibilizar o público sobre o sofrimento humano, mas também promover uma repolitização da ação humanitária, no sentido proposto por Didier Fassin. Nesse contexto, por meio da denúncia da situação de refugiados e deslocados, dos relatos de experiências e da constituição de novas subjetividades, o periódico se apresenta como um espaço de resistência à adiaforização das ações na contemporaneidade.

Palavras-chave: Políticas de Vida; Biopolítica; MSF; Periódicos.

The repoliticization of humanitarian action in the journal MSF information (1997-2020)

Abstract

The aim of this article is to reflect on the humanitarian work of Médecins Sans Frontières (MSF) at the beginning of the 21st century, based on an analysis of the periodical Informação, published by the organization since 1997. Considering that MSF's work is structured around three axes - medical care, humanitarian aid and collective dissemination/sensitization - we analyze how the magazine sought, in its content, not only to showcase its activities and raise public awareness of



human suffering, but also to promote a repoliticization of humanitarian action, in the sense proposed by Didier Fassin. In this context, by denouncing the situation of refugees and displaced people, reporting on experiences and constituting new subjectivities, the journal presents itself as a space of resistance to the adiaforization of actions in contemporary times.

Keywords: Politics of life; Biopolitics; MSF; Periodicals

La repolitización de la acción humanitaria en la revista MSF información (1997-2020)

Resumen

Este artículo pretende reflexionar sobre la labor humanitaria de Médicos Sin Fronteras (MSF) a principios del siglo XXI, a partir del análisis de la revista *Informação*, publicada por la institución desde 1997. Considerando que el trabajo de MSF se estructura en torno a tres ejes -atención médica, ayuda humanitaria y publicidad/concienciación colectiva-, analizamos cómo la revista buscaba, en su contenido, no sólo mostrar sus actividades y sensibilizar a la opinión pública sobre el sufrimiento humano, sino también promover una repolitización de la acción humanitaria, en el sentido propuesto por Didier Fassin. En este contexto, al denunciar la situación de los refugiados y desplazados, informar sobre experiencias y constituir nuevas subjetividades, la revista se presenta como un espacio de resistencia a la adiaforización de las acciones en contemporaneidad.

Palabras clave: Política de La Vida; Biopolítica; MSF; Publicaciones Periódicas.

Introdução

A história é o projeto simbólico de nossa existência, mais as escolhas morais que fazemos todos os dias (Bauman; Donskis, 2014, p. 40). Em 1999, quando Médicos Sem Fronteiras (MSF) recebeu o Prêmio Nobel da Paz, o Dr. James Orbinski, então presidente do Conselho Internacional da organização, foi o responsável por receber a homenagem. Em seu discurso, afirmou:

O silêncio tem sido, há tempos, confundido com neutralidade, e apresentado como condição necessária para a atuação humanitária. Desde o começo, MSF se estabeleceu em oposição a essa máxima. Não estamos certos de que as palavras podem sempre salvar vidas, mas sabemos que o silêncio pode, certamente, matar (MSF, s.d.).

Médicos Sem Fronteiras (MSF) é uma organização humanitária fundada na França em 1971, por médicos e jornalistas que, como voluntários, atuaram na Nigéria durante a Guerra de Biafra, no final dos anos 1960. Nesse conflito, a fome foi usada como uma arma de guerra, resultando na morte de mais de um milhão de pessoas. Desde sua fundação, MSF delineou três eixos de atuação: o atendimento médico, o auxílio humanitário e a divulgação/sensibilização pública. Propondo um humanitarismo que não apenas atende as pessoas, mas também expõe e divulga o sofrimento humano por meio de informativos, relatórios, notícias diversas, periódicos, documentários, *podcasts*, entre outros, a organização representa o que Didier Fassin chamou de repolitização do trabalho humanitário. Ao fazer isso, MSF não se limita à ajuda imediata, mas também questiona as causas e as condições estruturais que perpetuam o sofrimento.





No início do século XXI, a organização teve desafios crescentes, especialmente no atendimento a populações refugiadas e deslocadas. O agravamento das condições de trabalho se deve, em grande parte, ao crescente cerceamento das políticas migratórias: “os Estados têm aprimorados e implementados um leque cada vez maior de medidas restritivas” (Derderian; Schckaert, 2009, p. 111). Esse cenário foi analisado como uma particularidade de securitização da imigração, termo cunhado por Osaki, que descreve o processo no qual os imigrantes passaram a ser vistos como uma ameaça à segurança nacional, e não mais como sujeitos de direitos. A securitização contribui para um ambiente de exclusão e marginalização da situação em situação de vulnerabilidade, dificultando ainda mais o trabalho humanitário, que precisa lidar com obstáculos legais e burocráticos, além de enfrentar o estigma crescente associado aos imigrantes e refugiados. Nesse contexto, MSF se vê desafiado não apenas a oferecer ajuda, mas a se posicionar politicamente, lutando por políticas mais inclusivas e pelo reconhecimento dos direitos fundamentais dessas leis.

O presente artigo discute o atendimento de MSF e as suas estratégias de resistência à insensibilidade pública através das páginas do seu periódico *Informação* durante as duas primeiras décadas do século atual, até janeiro de 2020, mais precisamente, no período imediatamente anterior da expansão da pandemia de Covid-19. Tal recorte visa delimitar o objeto da pesquisa a esse momento anterior à pandemia, pois o MSF havia previamente diagnosticado uma crescente insensibilidade global e enfrentava essa questão não só com sua atuação, mas também pelas páginas da sua revista. Essa adiaforização das condutas, definida como uma “exclusão (das decisões e ações) do domínio da avaliação moral” (Bauman; Donskis, 2014, p. 23) na modernidade líquida contemporânea. Tal quadro estava delineado nas ações biopolíticas de estados, nas organizações e nos indivíduos antes da chegada da Covid-19, porém, essa última, expôs a questão de maneira irrefutável.¹

O periódico *Informação* é produzido pela organização MSF desde 1997 e permanece em circulação até hoje. Inicialmente, foi impresso e enviado aos doadores, mas atualmente está disponível em acesso aberto no *site* da organização, sendo publicado exclusivamente em formato digital a partir de 2021. Sobre o uso de periódicos como fontes históricas, Tânia Regina de Luca ressalta que seu conteúdo articula objetivos, estrutura e sentidos, e alerta que “[...] é preciso atentar para os responsáveis e colaboradores mais assíduos, pois, na maioria das vezes, revistas e jornais relevantes são em projetos coletivos” (Luca, 2008, p. 118).

Trata-se de um projeto político coletivo que se articula com as noções de economia moral e políticas da vida desenvolvidas por Fassin (2016). A MSF resiste à desumanização das situações expostas ao sofrimento, ao mesmo tempo em que atende e divulga as suas condições. Além disso, a organização enfrentou a chamada “crise moral”, também comprovada por Fassin, ao romper com a concepção tradicional de neutralidade do trabalho humanitário. Nesse processo, politiza sua atuação e atribui papéis de protagonismo a diversas subjetividades envolvidas em suas ações. Nesse contexto, a revista *Informação* atua como um instrumento de denúncia e reflexão política, dando visibilidade a acontecimentos, pessoas e iniciativas que denunciam as brutalidades cometidas contra seres humanos.

Repolitização da ação humanitária: reflexões contemporânea

Em Ao buscar tornar visível o sofrimento humano, MSF evidenciou, no início do século XXI, o enfraquecimento da sensibilidade para as causas humanitárias, especialmente na política de atendimento aos refugiados. Paralelamente, os Estados nacionais reforçaram as suas fronteiras e reduziram a responsabilidade de proteger as suas leis, contrariando o compromisso global estabelecido pela ONU, como aponta Guimarães:

¹ Boaventura de Souza Santos afirma sobre os resultados do gerenciamento pandêmico que: “a economia prosperasse em cima de um monte de cadáveres” (Souza Santos, 2021, p. 28)



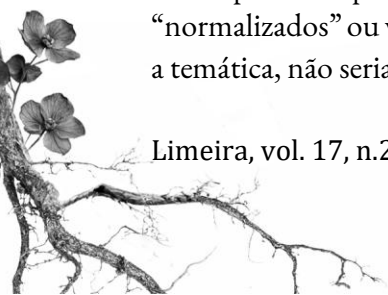


As normas de intervenção humanitária se estruturam num contexto normativo e político internacional. No cenário pós-Guerra Fria, seguido de acontecimentos históricos de atrocidades em massa contra civis, ocorridos na década de 1990, as normas, assim como o próprio debate em torno das intervenções humanitárias, adquiriram notoriedade. Nesta conjuntura surgiu, em 2001, o princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P), por meio da elaboração da Comissão Internacional sobre a Intervenção e a Soberania Estatal (ICISS), e se consolidou como princípio do Direito Internacional em 2005, na Cúpula Mundial das Nações Unidas. Seu ponto de inflexão se deu por meio da Resolução nº1973 no ano de 2011 – emanada pelo Conselho de Segurança da ONU – que redundou na intervenção na Líbia (Guimarães, 2020, p. 8)

As normas de intervenção humanitária estão inseridas em um sistema complexo de regras e práticas que envolvem os direitos internacionais, as decisões políticas de países e as normas condicionais pelas organizações internacionais, como as Nações Unidas. Esse contexto é moldado por um conjunto de valores que busca proteger os direitos humanos e intervir em situações de grave violação desses direitos. O R2P, conforme Fassin (2016), prevê que cada Estado, individualmente, tem a responsabilidade de proteger suas populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Já a legislação para os refugiados e deslocados é fundada pela Convenção de Genebra em 1951, no contexto pós II Guerra e envolvia apenas populações europeias. Só a partir de 1967, com o Protocolo de Nova York da ONU, é que foi generalizada “a proteção de Genebra para qualquer pessoa que se encaixasse na definição de refugiado” (MSF, s. d.).

No periódico *Informação*, o termo utilizado para se referir a indivíduos que tiveram que sair dos seus territórios forçadamente é o termo “deslocados”. No dicionário de língua portuguesa, estes sujeitos são significados da seguinte maneira: “deslocados são pessoas que foram forçadas a sair de suas casas ou lugar de residência habitual.” (Dicio, s. d). O termo se refere ao fenômeno conhecido como migração forçada. Deslocado é um adjetivo que significa que algo ou alguém está fora do seu lugar. Além deste termo, são utilizadas também as definições: expatriado, asilado, desterrado, emigrado, degredado e entre outras, e a mais frequente, refugiados. Esses ultimo refere-se a “pessoa que, em razão de uma guerra ou por sua religião, etnia, orientação sexual, ideologia etc., foi obrigada a sair de sua terra natal e se mudar para outra, por ser alvo de perseguição” (Dicio, s.d). Podem ser assim percebidas as diferenças carregadas pelo uso das palavras “deslocado” e “refugiado”, seus sentidos possuem especificidades, pois que o termo “refugiado” apresenta em si características políticas que agregam - para além da situação de desterro - também a ideia de serem estes indivíduos “alvos de perseguição” em sua terra natal.

Voltando a Bauman e Donkis (2014), a adiaforização é caracterizada como uma forma de conceber uma determinada ação como neutra e, assim, inviabilizar a reflexão sobre suas consequências morais e políticas. Situação esta que proporcionaria que atos moralmente injustificáveis em outros contextos pudessem ser normalizados. Configura-se, portanto, num processo no qual ações ou decisões que, em um contexto moral, devem ser consideradas injustificáveis, são vistas como neutras, desprovidas de julgamento ético. Ao considerar uma ação como “neutra”, cria-se uma espécie de distanciamento moral que impede uma reflexão crítica sobre as consequências dessa ação. Em outras palavras, ao neutralizar algo, evita-se discutir se aquilo é moralmente certo ou errado, permitindo que ações que, em outras situações, sejam inaceitáveis, se tornem vistas como normais ou aceitáveis. No caso de Bauman e Donkis, essa neutralidade torna possível que atos, como violação de direitos humanos ou outras formas de injustiça, sejam “normalizados” ou vistos como parte de uma rotina. Dialogando tal conceito com as análises de Fassin sobre a temática, não seriam essas decisões localizadas fora de uma moral e em uma suposta neutralidade política,





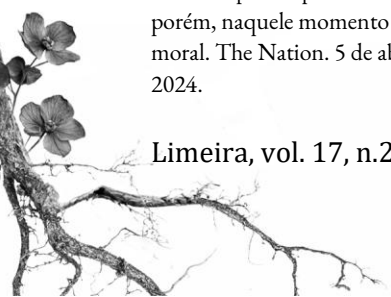
mas inscritas em uma economia moral específica encapsulada na noção de neutralidade. Nesse sentido, a volta da discussão política sobre o atendimento humanitário seria uma maneira de resistir a suposta neutralidade que transformou os direitos humanos em uma benesse, concedida para alguns e negada a muitos outros.²

Refletindo sobre a normalização de uma política que gerencia as vidas humanas fora do campo da moral, pode-se recorrer à noção de biopolítica desenvolvida por Michel Foucault, que a conceitua enquanto um conjunto de mecanismos pelos quais a governamentalidade moderna gerencia a vida em sociedade, buscando melhorar a saúde, a produtividade e o bem-estar, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo normas e práticas que regulam corpos e populações. Ao contrário das formas tradicionais de poder, que se concentram principalmente na repressão e controle da população, a biopolítica é centrada na gestão e otimização da vida humana, tratando os indivíduos como objetos de administração e regulação. Foucault discorreu sobre a biopolítica como um poder que atua diretamente na organização e regulação dos corpos, das políticas e das esferas sociais, desde a saúde pública até as normas econômicas e comportamentais. Esse poder busca gerenciar a vida, equilibrando as liberdades individuais com os critérios coletivos e sociais, sendo exercido por meio de instituições como hospitais, escolas, prisões, além dos sistemas de saúde e políticas de segurança pública. Nesse contexto, a biopolítica não apenas regula o comportamento, mas também cria uma relação intrínseca entre poder, saúde, educação, bem-estar e até sexualidade, moldando o comportamento social de maneira contínua. Assim, a biopolítica possui um duplo sentido: é um poder de vida e também, um poder de morte. Dentre as formas de normalização desse poder de morte, o racismo se configurou como uma das mais significativas, pois realiza um corte que divide a humanidade e define quem será deixado para morrer na invisibilidade ou na visibilidade silenciada.

É a partir deste conceito que Mbembe desenvolveu a noção de necropolítica. Segundo o autor, essa noção atua como ampliação dos poderes soberano e biopoder de Foucault, pois são compreendidos como atuando conjuntamente na decisão biopolítica de quem deve viver ou morrer. Onde “o deixar morrer”, mais que se tornar aceitável, se transforma em um “fazer morrer” a partir das estruturas coloniais contemporâneas. Para Mbembe, o objetivo das necropolíticas é causar a destruição de alguns grupos de forma legalizada, a partir da aplicação de condições de vida sub-humanas, aplicando o *status* de desumanização dos corpos de determinados sujeitos. Assim, os estados nacionais utilizam dispositivos para aplicar suas necropolíticas seletivas e hierarquizadas sobre os classificados como suspeitos ou indesejáveis, lembrando aqui mais uma vez a análise de Fassin: “A política governa vidas, se manifesta nos corpos e procede escolhas morais” (Fassin, 2018, p. 17).

Didier Fassin (2001) também destacou, a partir de dados da França, Itália e Espanha durante as ondas migratórias no início de 2011, que os grupos mais atingidos pelas políticas de exclusão social são racialmente selecionados, especialmente aqueles de origem negra ou islâmica. Naquele contexto, migrantes que já vinham de condições humanitárias precárias em seus países de origem passaram a enfrentar novas barreiras nos locais de asilo, tanto nas condições de vida oferecidas quanto nas dimensões sociais, como a xenofobia, sendo vistos como sujeitos indesejados nos países do Norte global. Essas considerações, ao longo do século XXI, se estenderão também aos latino-americanos e às outras disposições não brancas fora do epicentro europeu e norte-americano. O corpo dos migrantes torna-se, assim, o lugar de inscrição das políticas de imigração, refletindo uma interpretação cada vez mais restritiva da Convenção de Genebra pelos países europeus — processo que, segundo Fassin, teve início ainda na década de 1990.

² Fassin aponta que o número de refugiados na Europa em 2015 era semelhante aos números do período dos conflitos na ex-Yugoslávia, porém, naquele momento esses não eram vistos como um problema ou uma crise. Ver: Fassin, Didier. A questão dos refugiados como crise moral. *The Nation*. 5 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/from-right-to-favor/>. Acesso em: 7 mai. 2024.





Ampliando a análise, é possível recorrer a Kabengele Munanga, que discute o racismo como um mecanismo de limitações do acesso à saúde, tanto no contexto brasileiro quanto no global. Para Munanga, o racismo atua como um processo de diferenciação e exclusão profundamente enraizado na estrutura social, o que o torna invisível e difícil de combater. Como resposta a essa realidade, propõe-se três caminhos para o enfrentamento do racismo estrutural: a criação de legislação específica, a promoção de uma educação antirracista e a implementação de ações afirmativas. Munanga enfatiza que o combate ao racismo requer uma abordagem multifacetada, que combine consciência crítica e ações concretas. Dessa forma

[...] a sociedade atribuíu uma escala de valores entre as raças, onde os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela” e, estabelecia relações entre o caráter biológico (da raça negra) e as qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores, nascendo daí o racismo ligado ao conceito de raça (Munanga, 2005, p. 5).

Vale ressaltar que a ação destes estados nacionais supracitados, ao conduzirem suas políticas de exclusão pelo viés racial em relação aos imigrantes que passam a afluir pra seus territórios não estão criando ou inovando em suas práticas discriminatórias, mas fazendo releituras dentro do que a legislação permitiu e do que a história vivenciou na passagem dos séculos XIX para o século XX, no sul global, sobretudo em relação as populações negras oriundas de sistemas escravistas, como no caso do Brasil com uma ciência fortemente marcada pelo “racismo científico”³. Historicizando um pouco mais, é possível afirmar que as ideias que vão dar corporeidade e legitimidade a este racismo científico têm sua conformação entre os séculos XVIII e XIX, quando pensadores e cientistas europeus buscaram estabelecer bases e parâmetros sociais em hierarquias raciais embasadas em diferenças físicas e biológicas entre as raças,⁴ tal qual Munanga discorre. Pois como disse Schwarcz (2019, p. 31) “a emergência do racismo é (...) uma espécie de ‘troféu da modernidade’”.

Não estaríamos fazendo um deslocamento retórico do racismo científico do século XIX a um xeno-racismo ou uma xenofobia racializada nos séculos XX e XXI, como propôs Sinavadan, ao falar de seletividade desigual no acolhimento de estrangeiros migrantes e imigrantes na condição de deslocados? Evidente que não se verifica apenas uma mudança discursiva, mas uma mudança discursiva que insere novos elementos distintivos entre os grupos a serem “acolhidos” e tratados desigualmente que incide na prática sobre o poder de vida e poder de morte lançado sobre estes sujeitos.

Para Sivanandan (2001), o xeno-racismo é um racismo, que não é dirigido, necessariamente:

Àqueles com pele escura, [oriundo] dos antigos territórios coloniais, mas às novas categorias de deslocados, despossuídos e desarraigados, que estão batendo nas portas da Europa Ocidental, a Europa que ajudou a substituí-los em primeiro lugar. É um racismo, isto é, que não pode ser codificado por cores, dirigido também para brancos pobres e, portanto, é passado como xenofobia, um medo “natural” de estranhos [...]. É xeno-racismo (Sivanandan, 2001, p. 3).

³ Para Schwarcz, o racismo científico é a aplicação de métodos e teorias pseudo-científicas para justificar a inferioridade de grupos humanos com base em características físicas ou culturais, como a raça, para legitimar a discriminação e desigualdade, legitimando práticas racistas. SCHWARCZ, L. K. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴ Uma discussão mais aprofundada sobre raça, racismo e ciência pode ser encontrada em: PATY, Michel. O discurso sobre as raças e a ciência. ESTUDOS AVANÇADOS 12 (33), 1998.





Tais questões são fundamentais para compreendermos o contexto em que as táticas de divulgação de MSF estão inseridas, bem como as denúncias das situações de calamidade enfrentadas por partes da humanidade. Ao abordar as necropolíticas, é crucial entender que as ferramentas utilizadas para sua implementação são os aparelhos sociais públicos. Nesse sentido, em 2021, a MSF divulgou a sua avaliação sobre a situação do campo de refugiados em Lesbos, na Grécia, destacando a replicação do seu modelo em outras regiões da Europa, da seguinte forma:

É chocante ver que o campo de Moria, em Lesbos, que não era apenas disfuncional, mas mortal, tornar-se agora o modelo para um novo centro semelhante a uma prisão em Samos. A nova instalação fica em uma área remota e exposta da ilha e irá manter as pessoas em contêineres, cercadas por arame farpado, com entrada e saída controladas. Isso não pode ser considerado uma melhoria nas condições de vida das pessoas. Pelo contrário, isso continuará a causar danos na saúde mental das pessoas, uma nova crise de proteção e tornará o sofrimento dos migrantes presos nas ilhas gregas ainda mais invisível (MSF, s.d).

Pode-se analisar de que forma o estado nacional, nesse caso o grego, aplica necropolíticas silenciosas nas populações refugiadas, através do mal funcionamento de instalações para abrigo destes indivíduos, os quais são submetidos a campos de refúgio que padecem de condições básicas de higiene e segurança. Não são casos isolados os campos que sofrem com ataques que forças policiais e/ou armadas, mas também com a própria estrutura desses locais, o campo de Lesbos havia passado por um incêndio em 2016⁵, situação que se repetiu de forma mais grave em 2020⁶, reflexo das situações precárias, sendo projetado para abrigar 2200 pessoas, no momento do incêndio contava com mais de 13 mil pessoas⁷. A omissão estatal é compreendida como uma estratégia de adiaforização das condutas e dos gerenciamentos públicos, uma suposta neutralidade que busca “excluir categorias de seres humanos do eixo moral-imoral” (Bauman; Donskis, 2014, p. 52) e, assim, sem reflexão moral, possibilitar ações desumanas para com essas pessoas.

Acrescente-se ao quadro as ações de fechamento de fronteiras, como as da União Europeia, para refugiados em períodos de conflitos armados no Oriente Médio e África. Todas essas questões ultrapassam o que se poderia entender como uma crise de refugiados, apresentam-se como a construção de um tratamento das diferenças como questão de segurança nacional, um estranhamento dos estrangeiros, que se tornam indesejáveis, mais ainda, que se tornam suspeitos. (Bauman; Donskis, 2014, p. 127). Aqui destacamos que a associação de determinados grupos de indivíduos migrantes com seres indesejados em menor medida, e em maior medida como suspeitos em potencial, logo entendidos como perigosos a estas nações que os “acolhem” e os “repelem” também não são estratégias inovadoras destes estados nacionais, mas reedições contemporâneas à luz de problemas também contemporâneos, de ideias que deitam raízes no século XIX europeu, mais precisamente presentes em indivíduos propensos à criminalidade, característica esta latente e presente em algumas raças, como defendeu o médico e criminalista italiano Cesare Lombroso. Conforme Agier:

O antropólogo francês Michel Agier observa que o termo ganhou uso oficial em documentos administrativos já no século 19, em países como Brasil, Estados Unidos, Alemanha e França. Mas, hoje, ressurgiu com força em discursos políticos e registros

⁵ Sobre o incêndio de 2026, recomendamos ver: <https://brasil.un.org/pt-br/74363-inc%C3%A2ndio-em-campo-de-refugiados-na-ilha-de-lesbos-na-gr%C3%A9cia-desabriga-cerca-de-800-pessoas>. Acesso em: 27 jul. 2024.

⁶ Ver: Costa, 2021.

⁷ Sobre o incêndio de 2020 ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/maior-campo-de-refugiados-da-europa-pega-fogo-em-lesbos-na-grecia/>. Acesso em: 30 ago. 2024.





policiais, especialmente na Europa. “Homens jovens, racializados, de origem subsaariana ou norte-africana são designados como indesejáveis com base em sua etnia, precariedade econômica, idade e gênero. (Agier apud Arantes, 2025, s.p)

Nesse sentido, é possível observar resquícios destas ideias gestadas ainda no século XIX no tratamento de refugiados como indesejados e perigosos, sobretudo verificados em discursos oficiais ou de imprensa bem como nas legislações migratórias de alguns países. Assim, pode-se dizer que as teorias lombrosianas, tem sido reinterpretada e utilizada para justificar a exclusão e o medo em relação a grupos específicos, como os refugiados, que são frequentemente associados à criminalidade e visto como ameaça à segurança nacional. Ainda para Agier (2025):

A indesejabilidade expressa-se em níveis diversos: jurídicos, sociais, simbólicos e afetivos. “O princípio da indesejabilidade tem a ver com a ideia de Hannah Arendt da superfluidade: tornar alguém indesejável é torná-lo possível de desaparecer.” Esse processo (...) concretiza-se nos campos – de refugiados, de detenção, de retenção administrativa –, que já são o primeiro passo do desaparecimento. “Quem está em um campo está fora do espaço social, do espaço cidadão (Agir, 2025, s.p).

A política de nações que escolhem acolher ao mesmo tempo que repelir, pode parecer um contrassenso, mas como bem lembra Agier, “as palavras “hostilidade” e “hospitalidade” derivam da mesma raiz latina e compartilham uma tensão constitutiva. “Essa dualidade ou ambiguidade se encarna em noções que, sendo próximas, designam tanto o inimigo como o hóspede” (Agier *apud* Arantes, 2025, s. p).

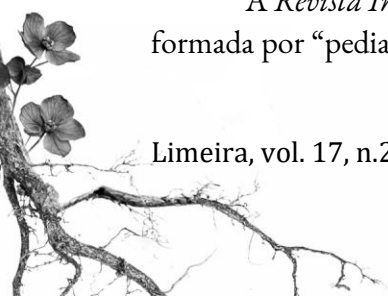
Desde 1998, Fassin já demonstrava que os migrantes na França eram tratados como indivíduos indesejados, e que as intervenções sociais na área da saúde revelavam vieses políticas e práticas repressivas veladas por parte do Estado francês. Nas suas análises, o autor aponta que a chamada crise europeia de refugiados é, antes de tudo, uma questão moral, e não apenas demográfica. O problema não se resume à disponibilidade de espaço físico nos países de asilo, mas envolve a existência de dispositivos capazes de garantir uma vida digna — e não apenas uma sobrevivência temporária —, considerando que o retorno dos migrantes aos seus países de origem não é uma certeza.

Ao longo do século XXI, a França desenvolveu medidas de cuidado em saúde que não se limitavam ao atendimento físico dos migrantes, incluindo também programas de apoio psicológico. No entanto, essas iniciativas revelam uma redução do espaço da questão dos refugiados no âmbito dos direitos legais internacionais, à medida que privilegiavam as avaliações sobre corpos doentes e necessidades médicas, esvaziando, assim, a dimensão política da atuação humanitária.

A análise de alguns aspectos da revista *Informação* e da própria atuação de MSF sob essa problemática contemporânea expõe preconceitos das formas pelas quais, ao compor novas subjetividades nas páginas do periódico, a organização buscou posicionar-se como uma resistência antirracista e anticolonial objetivando repolitizar a ação humana.

Estratégias de sensibilização: apontamentos sobre subjetividades na revista *Informação*

A *Revista Informação*, na edição de 2018, apresentava a equipe da organização na contracapa como formada por “pediatras, cirurgiões, enfermeiros, farmacêuticos, ginecologistas, fisioterapeutas, psicólogos,





anestesistas, profissionais logísticos, e administradores, entre outros.” (Revista Informação, 2018)⁸. Acompanhando a mesma edição, no Editorial, a então diretora-geral do MSF Brasil, Suzana de Deus, definia assim o trabalho da organização:

Nós, de Médicos Sem Fronteiras (MSF), em campo ou no escritório, acabamos convivendo com as tragédias das pessoas a quem prestamos assistência médica em todas as partes do mundo. Pessoas cujos caminhos se encontram em situações extremas de sobrevivência ou que, de igual modo, sofrem diariamente por doença, morte ou perda. Mesmo convivendo cotidianamente com essa realidade, felizmente não deixamos de nos indignar nem cruzamos os braços (Deus, 2018, p. 3).

Na passagem acima, percebemos novamente como MSF diagnosticou uma perda coletiva de sensibilidade, de solidariedade humana e de capacidade de indignação naquele contexto. Características como empatia e avaliação moral das ações foram atribuídas à equipe de MSF, indicando, em uma perspectiva relacional, que havia outros que não compartilhavam essas qualidades. Visando discutir a prática humanitária de MSF, recuperamos Didier Fassin acerca do humanitarismo sob uma perspectiva biopolítica. Segundo o autor:

A intervenção humanitária é uma biopolítica na medida em que estabelece, monta e administra campos de refugiados, estabelece corredores protegidos para acesso de vítimas de guerra, desenvolve ferramentas estatísticas para medir desnutrição e utiliza meios de comunicação para testemunhar as injustiças no mundo. Mas a intervenção humanitária é também uma política de vida, como sugiro dizer, na medida em que tem por objeto a salvação de indivíduos, o que pressupõe, não só arriscar a vida de outros, mas também fazer uma seleção de quais existências é possível ou legítimo salvar (Fassin, 2007, p. 501, tradução nossa).

Na passagem acima, o autor discute o dilema biopolítico presente na atuação humanitária. Contudo, pondera que, apesar destas contradições, o trabalho da organização também cumpre um papel fundamental ao tornar públicas as ambiguidades da sua atuação, dando visibilidade ao sofrimento humano e propondo a sua proteção e defesa. Dessa forma, o espaço público e midiático passa a ser ocupado por questões humanitárias, e não apenas por disputas geopolíticas⁹. Com isso, torna-se possível compreender a coerência estratégica da ação de MSF, evidenciando que a publicidade é tão importante quanto a própria atuação humanitária, já que, por meio dela, promove-se a repolitização do espaço público ao colocar o sofrimento humano em pauta. Esse espaço, no entanto, apresenta-se ampliado em suas fronteiras e conexões, uma vez que, no milênio atual, ele é potencialmente global.

Para além disso, o discurso humanitário do MSF busca saídas ao percorrer um arquivo constituído pela modernidade, com sua lógica da colonialidade, do racismo e do patriarcado. Construindo alternativas para romper com uma praxe jornalística “herdeira de um costume secular de exibir seres humanos exóticos - ou seja, colonizados (...)”, como refletiu Susan Sontag (2003). Essa prática de “exibição” de sofrimento, segundo Sontag, remonta a uma tradição colonial de reduzir o “Outro” à sua condição de vítima, sem

⁸ *Informação*: Médicos Sem Fronteiras, ano 21, nº 42, fevereiro de 2018, contracapa.

⁹ Sobre a tendência de encobrimento das tragédias humanas, Fassin pondera sobre o genocídio em Gaza: “Trata-se de uma questão geoestratégica, pois Israel é considerado um posto avançado do mundo ocidental no Oriente Médio. É também uma questão econômica, envolvendo a formação de um grande mercado regional e o apoio ao complexo militar industrial internacional. É ainda uma questão ideológica, marcada pela ascensão do racismo anti-árabe e anti-muçulmano, (...)”. Ver: Fassin, D. O aniquilamento de Gaza, uma derrota moral. Entrevista. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/10/28/didier-fassin-o-aniquilamento-de-gaza-uma-derrota-moral/> Acesso: 24 mar. 2014.





considerar as complexidades e as causas estruturais que geram essas condições. Nesse sentido, MSF, ao adotar uma abordagem mais crítica e reflexiva, busca tratar as emergências ao mesmo tempo em que também se envolve em uma condução das narrativas que tratam dos contextos de crise. A capa da edição 2018 da revista fornece indícios sobre as estratégias discursivas adotadas para isso, conforme pode ser observado abaixo:

Figura 1 – Revista Informação



Fonte: Revista Informação, 2018.

Na fotografia (Imagem 01), observa-se no primeiro plano um bebê deitado no colo de uma mulher, presumivelmente a mãe, sendo atendido por um homem de jaleco branco, identificado como um profissional da saúde. Ele segura uma das mãos da criança com ambas as mãos protegidas por luvas cirúrgicas. Sobre a mesa entre eles, é possível ver diversos materiais de atendimento médico, como frascos, embalagens e equipamentos. Todas as pessoas presentes na imagem são negras. Essa composição pode ser interpretada como uma retomada do tema cristão da Pietà, combinada ao tema do cuidado em saúde, representada pelo conhecimento científico e técnico evidenciado pelos insumos médicos à disposição. Trata-se de uma atuação externa à salvação dos “destituídos de poder, limitados à impotência” (Sontag, 2003, p. 67). No entanto, esse acontecimento discursivo que compõe a capa do periódico também traz uma novidade significativa: tanto a figura da mãe, a Pietà, agora assistida pela ciência antes da morte do filho, quanto o profissional de saúde, com seu jaleco branco, são pessoas negras. Retomando as reflexões de Sontag sobre as imagens da dor dos outros:





A exibição, em fotos, de crueldades infligidas a pessoas de pele escura, em países exóticos, continua a promover o mesmo espetáculo (...); pois o outro, mesmo quando não se trata de um inimigo, só é visto como alguém para ser visto, e não como alguém (...) que também vê (Sontag, 2003, p. 63).

A Revista *Informação* subverte tais expectativas. Pois se por um lado, ela está a ativar as conhecidas significações de distanciamento, a saber, o MSF age nesses lugares distantes e exóticos “onde coisas horríveis acontecem”; como dizia Sontag sobre as imagens de sofrimento humano disseminadas nas mídias do ocidente ao início do século XXI (Sontag, 2003, p. 61).; por outro, a fotografia impressa na capa apresenta indivíduos em papéis reconhecíveis e próximos, ou seja, uma mãe amorosa com o seu filho no colo e o profissional de saúde realizando a sua missão esclarecida de salvação da humanidade, porém esses são pessoas pretas. Assim, a imagem parece trazer quem era visto como o outro de volta ao *continuum* da humanidade, busca reestabelecer o que fora rompido pelo racismo e o colonialismo modernos, tece protagonismo para outras subjetividades.

Tal estratégia da publicação de MSF pode ser compreendida lembrando uma reflexão fundamental de Michel Foucault: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (Foucault, 1996, p. 10). E o MSF tem clareza disso e vai ao encontro das palavras de Kabengele Munanga sobre o atendimento à saúde ao início do século XXI: “As propostas de intervenção, os projetos e programas de saúde devem ser diversificados e diferenciados. Apesar da modernidade ser a mesma, ela não pode ignorar as diferenças, as desigualdades e as inequidades modernas” (Munanga, 2007, p. 14).

As escolhas editoriais da revista são compreendidas como táticas criativas de políticas de vida, que se infiltram em dispositivos biopolíticos e introduzem novas subjetividades na discursividade humanitária da organização Médicos Sem Fronteiras. Esse movimento pode ser observado a seguir.



Figura 2 - MSF



Fonte: Revista Informação, 2018.

Na contracapa, vemos a ativação do saber geográfico na construção de um mapa global para demarcar, com pontos vermelhos, os locais de atuação da organização em fevereiro de 2018. No Editorial, os dados sobre esse o atendimento também são localizados geograficamente, denominando-os pelos estados nacionais nos quais os atendimentos são realizados naquele momento. Nas fotos, a esquerda, aparece novamente um profissional de saúde negro que parece estar pronto para um atendimento cirúrgico (indicado por sua indumentária); no lado direito da imagem, temos um grupo de pessoas na República Centro-Africana, a informação está nos créditos da foto. Nessa, em primeiro plano, as pessoas caminham em direção do fotógrafo, no plano de fundo, parecem olhar algo em uma árvore, o enquadramento é em perspectiva o que intensifica a ideia de movimento do grupo fotografado, reforçando a ideia de deslocamento populacional atendido por MSF.

No texto do Editorial não há referência direta à República Centro-Africana, embora essa seja a matéria de capa da edição, intitulada: “A violência crescente na República Centro-Africana: insegurança limita a oferta de ajuda humanitária” (Revista Informação, 2018, capa). A diagramação da página 3 (à direita na Imagem 02) é completada com pequenas fotografias dos atendimentos realizados por MSF: na primeira, uma criança é vacinada; na segunda, um homem usando uma camiseta da organização confortável, com um gesto de amparo, um idoso. Há ainda um pequeno recorte com a imagem de Suzana de Deus, diretora-geral do MSF-Brasil à época e autora do Editorial. Os três eixos de atuação do MSF, o atendimento médico, auxílio humanitário e sensibilização coletiva por meio da publicidade do sofrimento, tornam-se visíveis tanto nas imagens quanto nas opções de edição desse volume do periódico, características que se mantêm de forma contínua ao longo do periódico.

Didier Fassin apontou que a repolitização da vida é uma forma de reocupação do espaço público, pois que “a política se exerce sobre e por intermédio dos corpos” (Fassin, 2018, p. 17, tradução nossa). Nesse sentido, a separação entre o humanitarismo e a ação política, além de ser uma falácia, acaba por criar um vazio de reflexão no qual a desigualdade, a violência, racismo e a injustiça crescem, o que vem a “reforçar a dominação e a exclusão ao negar a possibilidade de vida política aos que a elas são submetidos na prática.”



(Fassin, 2018, p. 514, tradução nossa). Acompanhando as imagens selecionadas para a análise das ações, percebe-se uma nova abordagem comunicativa, assim:

Figura 3



Fonte: Revista Informação, 2020.

A imagem selecionada tem a legenda: “Profissionais da organização MSF em preparo para aplicação de medicamento”, nela observa-se em primeiro plano a atuação de profissionais de saúde negros da organização Médicos Sem Fronteiras, que manuseiam medicamentos (especificamente uma injeção) para aplicação na população, composta majoritariamente por mulheres e crianças, que aguarda em fila no segundo plano da fotografia. A revista informa que o local é a República do Chade, situada no centro-norte da África. Algumas mulheres na fila observam a preparação da injeção, enquanto outras olham para o lado. As crianças, por sua vez, dividem seus olhares entre as mulheres, provavelmente suas mães, e a movimentação em torno da injeção. Acompanhadas de suas tutoras, esses olhares expressam uma mistura de medo, curiosidade e esperança. O ambiente é uma sala simples, aparentemente não destinada originalmente a serviços de saúde, como indica marcas de infiltração no teto e nas paredes. Uma faixa branca e vermelha demarca a separação entre os profissionais e os pacientes, solicitando a organização para um procedimento de vacinação ou aplicação de outra medicação injetável. A exposição, por meio do periódico, da participação de pessoas negras como sujeitos ativos nas atividades médico-humanitárias constitui uma ação afirmativa que contribui para a transformação de conceitos e percepções sociais, promovendo a igualdade de direitos e a proximidade entre diferentes grupos. Assim, ao apresentar mulheres negras como protagonistas no campo do conhecimento científico, a MSF reforça uma estratégia de repolitização por meio da resistência em ação e da exibição de imagens que rompem com estereótipos coloniais, racistas e misóginos.

Na imagem abaixo (Imagem 04), a diversidade cultural e de pertencimento está representada no periódico. Uma mulher ocupa novamente o primeiro plano da fotografia, mas usando vestimentas que se identificam como pertencentes ao Islã, sendo apresentada como cuidadora. Consideramos que a imagem carrega sentidos religiosos, políticos e de gênero para um leitor ideal, presumivelmente branco e ocidental. Dessa forma, ao dialogar com esse olhar ocidental sobre os papéis sociais femininos, a submissão religiosa e o apagamento político das mulheres muçulmanas, a fotografia busca também subverter essas leituras ao expandir o protagonismo da ação. A leitura da imagem é, portanto, deslocada: a mulher detém um papel privilegiado no cuidado, não apenas de suas redes sociais semelhantes, mas também de outros grupos. Esse





protagonismo é reforçado pela legenda que acompanha a fotografia, disciplinando o olhar do leitor e orientando sua interpretação, como pode ser observado a seguir

Figura 4



Fonte: Revista Informação, 2018.

A imagem 04 possui a legenda: “Mulheres do Iêmen desenvolvem ação representativa de atividade médica para com a população assolada por doenças e feridos pelo conflito armado no país”. Nela a profissional da saúde, sujeito da ação de vacinar, é uma mulher muçulmana, pois que está usando uma burca, ou chadri, tal imagem busca aproximar o que era distante, deixa mais fina a linha que separava a humanidade, que dividia o nós e os outros. Percebe-se que a participação das populações locais nas ações humanitárias de MSF é uma prática constante da organização, pois que a atuação é facilitada pela proximidade cultural entre profissionais e pacientes.

Na próxima imagem selecionada (Imagem 05), estão presentes em primeiro plano pessoas negras e brancas. Em primeiro plano, há uma mulher segurando um bebê, uma profissional de MSF (identificada pela camiseta que veste), um homem de cócoras e uma mulher deitada de lado no chão. Essa última é atendida pela profissional de MSF, uma mulher branca. A fotografia é de um local aberto, com vegetação de savana ao fundo, onde destaca-se uma grande árvore a esquerda em segundo plano. Ao lado dessa existe um amontoado de baldes e sacolas plásticas, aparentando ser um sistema fornecimento de água potável. Atrás do homem estão dispostos comunicadores portáteis, indicando que esse também seria um profissional de MSF, guia ou interprete. As roupas das mulheres negras são de características da sua cultura e a revista informa a nação, o Sudão do Sul, país que se tornou independente do Sudão em 2011, a instabilidade política estava presente no ano da fotografia, tirada em 2017, em que a instabilidade política ainda era uma realidade no país, o que agravava as condições de atendimento de saúde para a população. Na fotografia, a ajuda prestada por MSF é retratada como urgente e realizada em condições precárias, com o objetivo de atender as comunidades do interior do jovem estado. Essa ideia é reforçada pela fita de demarcação ao fundo, pelo atendimento ao ar livre, sobre uma esteira, e pelo desconforto evidente das pessoas retratadas, como pode ser visto abaixo:



**Figura 5**

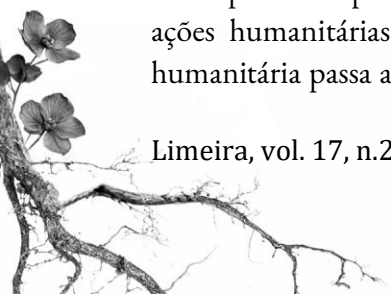
Fonte: Revista Informação, 2017.

A imagem 05 possui a legenda: “Atendimento *in loco*”, ela pode ser abordada também como um encontro entre culturas diferentes, uma rica em desenvolvimento humano e tecnologias, com roupas claras e disposta ao auxílio de outros. Outra exposta a uma vida precária, de abandono em um ambiente natural, pois que nenhum outro utensílio da cultura do Sudão do Sul aparece na fotografia a não ser as roupas. Representações do cuidado médico dos quais a revista e a organização tentam fugir, mas que reaparecem, emergem em detalhes negligenciáveis ao fundo, o que reforça espaços e subjetividades preestabelecidas na colonialidade moderna. São assim apresentadas relações étnicas, culturais, sociais e políticas, entre inovações e permanências discursivas.

Didier Fassin afirma que as políticas de vida estão intrinsecamente ligadas ao biopoder, ou seja, aos direcionamentos políticos sobre quem deve ser atendido e quem ficará à margem. O autor se aproxima de um debate em que diferentes entendimentos e leituras sobre as mesmas ações e práticas de saúde locais interferem nas relações econômicas e geopolíticas de um país ou região. Destacam-se, nas imagens, a relação humana entre diferentes culturas que, embora distantes em seus contextos, buscam um objetivo comum: a cura, o atendimento, a assistência. No entanto, também tornam possível vislumbrar a distância de compreensão sobre as ações possíveis para alcançar esse objetivo. A forma como os corpos são compreendidos, bem como a relação entre percepção e sentimentos, são elementos fundamentais na construção do processo de saúde e doença.

Considerações Finais

A análise da atuação de Médicos Sem Fronteiras (MSF) no contexto do trabalho humanitário e da repolitização da ajuda humanitária encaminha a repensar as mudanças nas dinâmicas de ajuda internacional e o impacto das políticas migratórias no trabalho das organizações humanitárias. Ora, se, inicialmente, as ações humanitárias eram vistas como neutras, apartadas da política e da moral, hoje a intervenção humanitária passa a ser reconhecida como um ato político, um compromisso com a justiça social que vai





além da simples entrega de assistência. Ao divulgar os sofrimentos que ocorrem em contextos de guerra, migração forçada ou crise sanitária, MSF não apenas presta socorro, mas também expõe as falhas do sistema internacional que perpetuam essas condições de vulnerabilidade.

A crescente securitização da imigração, conforme recomendado por Osaki, coloca a organização em uma nova posição, pois ela se vê diante de um cenário em que as políticas de restrição e controle das fronteiras tornam-se mais rígidas, dificultando o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade a serviços básicos, incluindo cuidados médicos.

As políticas de vida são também biopolíticas, porém o humanitarismo é uma ação política concreta contra as distinções de raça, gênero, etnia ou nacionalidade que escolhem quais seres humanos serão dignos de auxílio e comoção pública diante do seu sofrimento e quais serão relegados a indiferença. Para Fassin, a ação humanitária é uma construção histórica contra a desumanidade das guerras e que remete a dois sentidos próprios do conceito de humanidade, a saber:

Por um lado, é um conceito que sugere que a humanidade, enquanto coletivo de seres humanos, é una e indivisível - um conceito que, como se sabe, é ao mesmo tempo recente e frágil. Por outro lado, é um sentimento que manifesta um gesto de humanidade de um indivíduo para com outros seres humanos que sofrem ou estão em perigo - sentimento que dá um sentido concreto de pertencimento à espécie humana. Esse paradigma foi estabelecido em contraste com outros que implicavam distinções entre os seres humanos (através de ideias de raça, por exemplo) ou promoviam indiferença com os outros distantes (particularmente estimulando sentimentos nacionalistas) (Fassin, 2007 p. 518).

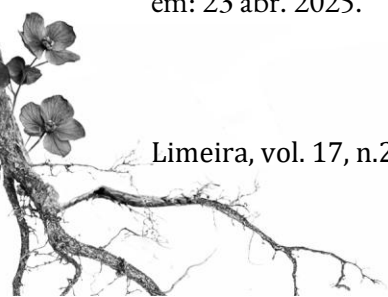
Ao refletir sobre os dispositivos biopolíticos nas ações humanitárias possibilita-se a expansão do potencial das políticas de vida ali também subjacentes. Somente a repolitização da ação humanitária, as estratégias e táticas das políticas de vida trazidas por MSF, a reflexão sobre o valor das vidas humanas e a crítica às necropolíticas contemporâneas podem auxiliar a ocupar um pouco do espaço público/político com novas subjetividades e faces para a história.

Se, como disse Agier (*apud* Arantes, 2025, s.p.) as imagens possuem um papel central na construção do imaginário social contemporâneo e tem sido produzidas para emitir sentidos políticos, como medo, repulsa ou ameaça, o periódico Informação do MSF tem atuado no caminho inverso, como um canal de resistência nessa disputa narrativa, com a convicção de produzir outros sentidos, como um humanitarismo necessário e um horizonte ético em busca de uma cosmopolítica que na prática preze por uma reciprocidade, uma hospitalidade e uma solidariedade verdadeiramente comprometida com o bem comum.

Referências

ALVAREZ, Marcos Cezar. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº4, 2002, p. 677 a 704.

ARANTES, José Tadeu. **Migrantes e refugiados: a construção da figura do 'indesejável'**. <https://agencia.fapesp.br/migrantes-e-refugiados-a-construcao-da-figura-do-indesejavel/54551>. Acesso em: 23 abr. 2025.





BAUMAN, Zygmund; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COSTA, João Miguel Gomes de Almeida Gama. **Médicos Sem Fronteiras e as limitações da ajuda humanitária: (Preenchendo uma lacuna)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Internacionais). ISCTE-Universidade de Lisboa, 2021.

DERDERIAN, Katharine; SCHOCKAERT, Liesbeth. Respostas a Fluxos Migratórios Mistos: uma perspectiva humanitária. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*. Ano 6, nº 10, São Paulo: junho 2009, p. 107- 119.

FASSIN, Didier. From Right to Favor. The Refugee Question as Moral Crisis (A questão dos refugiados como crise moral). **The Nation**. Apr 5, 2016. Disponível em: <https://www.thenation.com/authors/didier-fassin/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FASSIN, Didier. Humanitarianism as a politics of life. **Public Culture**. Vol.19, Issue 3. Duke University Press, fall 2007 (p.499-520). Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/public-culture/article-abstract/19/3/499/31885/Humanitarianism-as-a-Politics-of-Life>. Acesso: 08/05/2023.

FASSIN, Didier. **O aniquilamento de Gaza, uma derrota moral**. Entrevista. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/10/28/didier-fassin-o-aniquilamento-de-gaza-uma-derrota-moral/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FASSIN, Didier. **Por uma repolitización del mundo: las vidas descartables como desafio del siglo XXI**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

FASSIN, Didier. The biopolitics of otherness. Undocumented foreigners and racial discrimination in French public debate. **Anthropology Today**. Vol. 17, n. 1, february 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2678317>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Leila Maria. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** 29 (63). Sep-Dec 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980**. 2 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: CCS/Achiamé, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)** São Paulo: Martins Fontes, 2008.





GUIMARÃES, Ana Clara Figueira. **Responsabilidade ao Proteger (R2P)**: iniciativa empreendedora normativa como forma complementar de contribuição humanitária. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2020.

REVISTA INFORMAÇÃO: **Médicos Sem Fronteiras**, ano 20, nº41, agosto de 2017.

REVISTA INFORMAÇÃO: **Médicos Sem Fronteiras**, ano 21, nº 42, fevereiro de 2018.

REVISTA INFORMAÇÃO: **Médicos Sem Fronteiras**, ano 23, nº46, janeiro, 2020.

LUCA, Tânia R. de. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP/ ANPUH, 2008.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos afro-asiáticos**. 2001, vol.23, n.1, pp.171-209.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1, 2018.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **MSF: 50 anos**. Disponível em: <https://www.msf.org.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Doutrina da responsabilidade**. <https://guiadefontes.msf.org.br/doutrina-da-responsabilidade-ao-proteger-rwp/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, junho, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: Acesso em: 4 abr. 2023.

MUNUNGA, Kabengele. Saúde e diversidade: editorial especial. In: **Saúde Social**. São Paulo. v. 16, nº 2, p. 13-18, 2007.

OLINTO, Beatriz. A.; MOREIRA, G.; MONSSAO, M. R. 50 anos da organização Médicos Sem Fronteiras: Memória e historicidade em produções comemorativas. (prelo) **Espaço Plural**. UNIOESTE, 2024.

OSAKI, Rafaela C. A narrativa societal da ameaça imigrante e a securitização da migração externa na Fortaleza Europa. **Revista Monções**. Dourados, MS. Vol. 13, nº 26, jul./dez. 2024.

SANTOS, Boaventura de S. **O futuro começa agora**: da pandemia a utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SCHWARCZ, Lilian. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilian. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2019. p.31.





STEIN, Marcos; OLINTO, Beatriz. O velho oeste transforma-se num celeiro agrícola: imprensa, colonização e historicidade entre refugiados da Segunda Guerra no Brasil (Guarapuava/PR). **Estudos Ibero-Americanos**, 46 (2), 2020.

SIVANANDAN, Ambalavaner. Poverty is the New Black. **Race & Class**, v. 43, n. 2, p. 1-5, October 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0306396801432001>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

UNHCR ACNUR Brasil. **Convenção Relativa ao estatuto de refugiados** (1951). Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UNHCR ACNUR Brasil. **Protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UNHCR ACNUR Brasil. **Declaração de Cartagena (1984)**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 4 abr. 2024.



Julia Dias Milani

Universidade Estadual de Campinas

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0738-533X>

Resenha

Interdisciplinary Cooperation for Ayahuasca Research and Outreach (Brasil). **Visões Multidisciplinares da Ayahuasca**. Campinas: Editora Unicamp, 2023. 245 p.

A obra, derivada de um projeto da *Cooperação Interdisciplinar para Pesquisa e Divulgação da Ayahuasca*, parte de uma abordagem ampla, tratando a ayahuasca como fenômeno multidisciplinar, de modo a apresentar ao leitor uma articulação de diferentes perspectivas e campos do conhecimento. Tendo isso em vista, a produção desta resenha crítica busca reconhecer sua completude e caráter multidimensional, que fornecem uma compreensão plural acerca da ayahuasca, abrangendo diversas áreas como botânica, ecologia, antropologia, psicanálise, psiquiatria, bioética, comunicação, entre outras. O livro *Visões Multidisciplinares da Ayahuasca*, publicado em 2023, insere-se no contexto de um cenário global de “renascimento psicodélico”, onde a ayahuasca assume certo protagonismo, estimulando pesquisas que investigam seus múltiplos desdobramentos e implicações.

O livro está organizado em três partes: (i) *Ayahuasca, natureza e humanidades*; (ii) *Ayahuasca e saúde mental*; e (iii) *Ayahuasca e pesquisas experimentais*. A primeira parte compreende quatro capítulos que abordam os aspectos botânicos e ecológicos da ayahuasca, as religiões ayahuasqueiras brasileiras e seu contexto transnacional contemporâneo, os aspectos bioéticos relacionados ao cuidado com a bebida e, por fim, um panorama sobre a representação e a trajetória histórica da ayahuasca na mídia. A segunda parte concentra-se nos conteúdos ligados aos conhecimentos científicos e aos potenciais terapêuticos da bebida, incluindo sua relação com o cuidado de pessoas com uso problemático de drogas, análises sobre metodologias de avaliação científica dos efeitos subjetivos da ayahuasca e explorações psicanalíticas de seus fenômenos psíquicos. Por fim, a terceira parte trata das concepções relacionadas a estudos experimentais com ayahuasca em animais, pesquisas pré-clínicas, seus efeitos sobre o cérebro e investigações metabólicas da bebida.

Diante das prerrogativas apresentadas, é importante ressaltar que a ayahuasca, palavra de origem quéchua, é uma bebida enteógena amazônica preparada a partir da cocção das folhas de *Psychotria viridis*, que contém *N-dimetiltriptamina (DMT)* – substância que atua em regiões cerebrais associadas à atividade serotoninérgica –, e do cipó *Banisteriopsis caapi*, rico em betacarbolinas capazes de inibir a enzima *MAO-A*, responsável pela degradação da DMT. Essa composição possibilita a ação da DMT no cérebro e o



desencadeamento dos efeitos psicoativos característicos da bebida. Sua propagação no Brasil está relacionada tanto à formação das chamadas “religiões ayahuasqueiras” – grafia utilizada na obra “O uso ritual da ayahuasca” (2002), organizada pelos antropólogos Beatriz Caiuby Labate e Wladimir Sena Araújo – que, a partir de um processo histórico prolongado, conquistaram reconhecimento e integração em diferentes esferas políticas e sociais enquanto fenômenos religiosos, quanto à reivindicação por participação de indígenas de alguns grupos do tronco linguístico Pano nas discussões políticas e sociais relacionadas.

O primeiro capítulo, “*Aspectos botânicos e ecológicos da ayahuasca*”, apresenta a origem, composição e preparação da bebida, destacando os dois principais componentes mencionados anteriormente, e sua significação cultural e histórica, que se dão sob a perspectiva de imagens religiosamente enviesadas de missionários jesuítas, no século XVIII, a respeito das ritualísticas indígenas com as plantas sagradas. Além disso, aborda o uso sustentável e os desafios ecológicos relacionados à extração e cultivo dessas plantas, pontuando as implicações da expansão da demanda da ayahuasca para além do território amazônico, que se desdobram em cenários como a regeneração lenta, o extrativismo predatório e o desmatamento na Amazônia, agravados por interesses econômicos que enfraquecem a fiscalização ambiental e comprometem a proteção das áreas indígenas. O capítulo enfatiza também a importância de práticas de manejo agroflorestal, pesquisa científica, educação local e cooperação internacional como estratégias para garantir a sustentabilidade da produção e distribuição da ayahuasca, preservando a biodiversidade e respeitando os ecossistemas nativos.

O segundo capítulo, intitulado “*As religiões ayahuasqueiras brasileiras e o cenário contemporâneo transnacional da ayahuasca: panorama histórico e atualizações*”, apresenta a formação, evolução e expansão das religiões ayahuasqueiras no Brasil, destacando seu percurso histórico desde os anos 1930 na Amazônia. Os primeiros grupos gradualmente se apresentaram como fenômeno religioso diante da sociedade e do Estado brasileiro, esse processo envolveu interlocuções com diversos agentes sociais e a construção de uma imagem pública consolidada principalmente a partir dos anos 2000. Entre os grupos pioneiros, destacam-se o organizado por Mestre Irineu, associado ao Santo Daime; a Barquinha, criada por Mestre Daniel, que incorporou mediunidade e elementos afro-brasileiros; e a União do Vegetal (UDV), fundada por Mestre Gabriel, marcada pelo uso ritual da ayahuasca e influência do catolicismo. Embora compartilhem práticas cerimoniais como o uso da ayahuasca, a música e hinos próprios, as diferenças entre os grupos aparecem na ritualística, na incorporação de elementos culturais diversos e na organização das cerimônias, conforme o contexto.

Além disso, o capítulo também examina a trajetória da regulamentação e reconhecimento legal da ayahuasca no Brasil, apontando que, nos anos 1980, o Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) iniciou investigações sobre seu uso, resultando em 1987 na exclusão da bebida da lista de substâncias proibidas, autorizando seu uso religioso. Em 2010, o Conselho Nacional de Política sobre Drogas (Conad) formalizou o uso religioso da ayahuasca como um direito constitucional, diferenciando-o do uso terapêutico fora do contexto religioso. Destaca-se ainda a tentativa de registro da ayahuasca como patrimônio cultural junto ao Iphan, a partir de 2008, com a participação de grupos indígenas nos debates públicos, evidenciando as tensões e a complexidades de perspectivas em torno da bebida.

O capítulo problematiza também a expansão e transformação das religiões ayahuasqueiras, observando mudanças no perfil de seus adeptos, bem como a difusão da prática nacional e internacionalmente. Surge nesse contexto um novo fenômeno, os grupos neoayahuasqueiros, vinculados à Nova Era, que se aproximam de práticas espirituais, terapêuticas e lúdicas, ainda que muitas vezes distantes das tradições originárias. No entanto, o capítulo ressalta os desafios éticos e epistemológicos dessa expansão, especialmente a necessidade de conciliar a produção científica com os saberes tradicionais, evitando apropriações ou colonizações culturais.





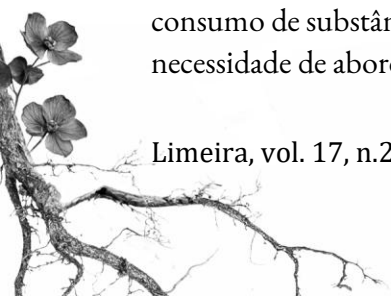
O terceiro capítulo, *“Aspectos bioéticos do cuidado com ayahuasca”*, discute as práticas terapêuticas e ritualísticas associadas à bebida, enfatizando o cuidado com os participantes e os dilemas éticos envolvidos. Destaca como culturas tradicionais, incluindo diversos grupos indígenas, utilizam a ayahuasca para promover experiências que restauram o equilíbrio simbólico entre o indivíduo e seu cosmos, apontando para a dimensão cultural e espiritual do cuidado. Ademais, o capítulo também contextualiza historicamente o surgimento das religiões ayahuasqueiras brasileiras, relacionando-o ao ciclo da borracha e às condições enfrentadas pelos trabalhadores amazônicos, além de destacar o estigma social e religioso direcionado a certos grupos, especialmente influências afro-brasileiras. Por fim, o texto trata de aspectos regulatórios e organizacionais, e descreve a diversidade de contextos de cuidado durante as cerimônias, evidenciando a necessidade de reflexão ética sobre a segurança, a responsabilidade e o bem-estar dos participantes.

O quarto capítulo *“Ayahuasca na mídia: abrindo as portas da redação”*, elucida o modo como a imprensa brasileira – em diálogo com tendências globais – construiu narrativas sobre a ayahuasca ao longo do tempo, revelando a oscilação entre exotização, demonização e, mais recentemente, legitimação parcial do seu uso. Mostra-se como, até o início dos anos 2000, a bebida era retratada como prática excêntrica, mas, a partir do chamado *“Renascimento Psicodélico”*, passou a ser reinterpretada também sob prismas médicos e científicos. O texto evidencia como os discursos jornalísticos estiveram atravessados por metáforas bélicas e estratégias de pânico moral herdadas da *Guerra às Drogas*, que reforçaram preconceitos e associaram a ayahuasca a crime, loucura ou práticas religiosas desviantes, como se nota no uso recorrente do termo “seita”, revelando tanto a persistência de visões colonialistas quanto a emergência de novas perspectivas.

Um ponto crítico levantado é a seletividade da cobertura: episódios de violência, como o assassinato de Glauco Villas Boas, recebem maior visibilidade e reforçam estigmas, ao passo que pesquisas científicas ou práticas culturais indígenas muitas vezes são secundarizadas ou tratadas de forma superficial. Ao mesmo tempo, a mídia também atua como mediadora de uma reconfiguração simbólica, sendo assim, quando percebe o potencial mercadológico e terapêutico da ayahuasca, sobretudo em pautas sobre saúde mental, busca reatribuir significados à substância. Nesse sentido, o capítulo chama atenção para o poder da imprensa em legitimar ou deslegitimar práticas culturais e religiosas, mas também para seus limites, já que a busca por narrativas “vendáveis” frequentemente reduz a complexidade do tema.

A segunda parte da obra inicia-se com o quinto capítulo *“Fronteiras do conhecimento científico sobre o potencial terapêutico da ayahuasca”*, que discute o estado atual das pesquisas biomédicas sobre o potencial terapêutico da ayahuasca, explorando diferentes contextos clínicos e observacionais. São apresentadas evidências preliminares de seus possíveis benefícios no tratamento de depressão, ansiedade, transtornos relacionados ao uso de substâncias, luto, transtornos alimentares, TEPT, além de sua aplicação em pessoas com doenças físicas graves, como câncer. O texto também aborda a relação da ayahuasca com processos de neurogênese e neuroplasticidade, sugerindo possíveis aplicações em doenças neurodegenerativas. Contudo, o capítulo ressalta que muitos dos estudos ainda são iniciais, com amostras reduzidas e metodologias limitadas, o que impede conclusões definitivas sobre a eficácia terapêutica da substância. Vale ressaltar que o autor enfatiza que o contexto de uso é determinante, sendo assim, em ambientes supervisionados, como pesquisas clínicas ou cerimônias estruturadas, os riscos parecem reduzidos, enquanto em contextos recreativos e não controlados há maior chance de reações adversas, incluindo episódios psicóticos.

O sexto capítulo *“O uso da ayahuasca no cuidado de pessoas com uso problemático de drogas”*, analisa a relação entre o uso problemático de drogas e o potencial terapêutico da ayahuasca, situando-se no cruzamento entre a crítica ao paradigma proibicionista e a busca por alternativas de cuidado mais integrativas. A partir de dados epidemiológicos globais e nacionais, o texto evidencia a magnitude do consumo de substâncias psicoativas e a insuficiência dos modelos tradicionais de tratamento, destacando a necessidade de abordagens que considerem a complexidade social, psicológica e biológica envolvida.





Nesse contexto, o texto aborda estudos clínicos e observacionais que sugerem benefícios na redução do consumo de substâncias como álcool e tabaco, especialmente entre frequentadores de religiões ayahuasqueiras. Tais efeitos seriam mediados tanto por mecanismos neurobiológicos – como a regulação dos sistemas serotoninérgico e dopaminérgico, a estimulação da neuroplasticidade e a produção de BDNF – quanto por dimensões intersubjetivas e sociais. A análise crítica revela, porém, que ainda permanecem questões abertas quanto à generalização dos achados e à necessidade de estudos mais rigorosos. O texto também reforça a relevância do contexto ritual e social como parte indissociável do potencial terapêutico, em contraste com abordagens biomédicas que tendem a reduzir a experiência a mecanismos farmacológicos isolados.

O sétimo capítulo se dedica a aprofundar *“Como avaliar cientificamente os efeitos subjetivos proporcionados pela ingestão da ayahuasca”*, discutindo metodologias qualitativas e quantitativas utilizadas para compreender experiências individuais e coletivas. São detalhados instrumentos psicométricos específicos – como o MEQ30, ASC, EDI, CEQ, EBI e PIQ – que permitem mensurar diferentes dimensões das experiências com ingestão da bebida. O texto evidencia que cada abordagem apresenta vantagens e limitações, uma vez que, enquanto métodos qualitativos oferecem maior profundidade e contextualização, métodos quantitativos permitem comparabilidade e generalização. Também é destacada a importância do contexto cerimonial, que podem ser significativos para o processo terapêutico e transformador da experiência.

O oitavo capítulo *“Ayahuasca e os fenômenos psíquicos: uma exploração à luz da psicanálise”* e nono *“Divãs psicodélicos e a manifestação do sujeito: um olhar psicanalítico sobre a experiência com a ayahuasca”*, abordam a intersecção entre a ayahuasca e a psicanálise, explorando como os efeitos da bebida podem ser compreendidos à luz da teoria psicanalítica e do funcionamento do inconsciente. O texto apresenta quatro níveis de efeitos psíquicos, perceptual, rememorativo-psicodinâmico, simbólico-existencial e de profunda integração ou transcendência do self, detalhando como cada um se manifesta na experiência individual. Destaca-se a relevância da *miração* como fenômeno visual e experiencial, comparável aos sonhos, que facilita o acesso a conteúdos inconscientes, memórias reprimidas e traumas, promovendo potencial transformação pessoal. Além disso, também diferencia efeitos desafiadores, como a “peia”, de experiências negativas, ressaltando seu papel terapêutico e ritualístico.

Por fim, inicia-se a parte três com o capítulo *“Estudos experimentais com ayahuasca e animais”*, que foca nos estudos experimentais com animais para investigar os efeitos da ayahuasca, destacando como esses modelos permitem analisar mecanismos biológicos e comportamentais em contextos controlados, sem a interferência de fatores culturais ou ritualísticos. O texto detalha a composição química da bebida, aborda evidências de efeitos terapêuticos, como ação antidepressiva e neuroprotetora, baseadas em estudos com animais filogeneticamente próximos aos humanos. Destacam-se mecanismos como aumento de fatores neurotróficos, inibição da acetilcolinesterase, ação antioxidante e prevenção da sensibilização comportamental induzida por álcool. Em última análise, a segurança do consumo em doses rituais também é enfatizada, reforçando a relevância dos achados pré-clínicos para compreender potenciais efeitos terapêuticos da ayahuasca.

O décimo primeiro capítulo *“O que as pesquisas pré-clínicas nos dizem sobre ayahuasca”*, demonstra três dimensões principais: farmacológica, psicológica e social. Na esfera farmacológica, discute a ação dos alcaloides da bebida em receptores serotoninérgicos e seus efeitos sobre dopamina, cortisol e fatores neurotróficos, incluindo estímulo à neurogênese, sugerindo um potencial antidepressivo. No plano psicológico, enfatiza a capacidade da ayahuasca de favorecer a regulação emocional, promover mudanças comportamentais e experiências místicas associadas a transformações pessoais. A dimensão social, por sua vez, envolve a influência de suporte grupal, religiosidade e expectativas coletivas na experiência do usuário.





Constatou-se que doses típicas em contextos rituais são seguras, enquanto doses elevadas podem ser tóxicas. Os achados indicam um potencial farmacológico antidepressivo e uma possível redução de comportamentos relacionados ao uso de substâncias, mas os efeitos sobre ansiedade ainda são inconclusivos.

O décimo segundo capítulo “*Ayahuasca e o cérebro*”, integra achados que vão do nível molecular a processos cognitivos e comportamentais. Em termos moleculares, demonstra-se que a ayahuasca modula receptores serotoninérgicos e sigma-1, hormônios e proteínas associados a efeitos terapêuticos, como normalização do cortisol, aumento do BDNF e redução de processos inflamatórios. No nível neuronal, indica-se que a bebida promove neurogênese e neuroplasticidade, enquanto na atividade elétrica cerebral observa-se redução de frequências lentas (alfa, teta, delta) em regiões de processamento de emoções e memórias e aumento de frequências rápidas (gama) em regiões ligadas à cognição, com correlação aos efeitos subjetivos e às concentrações sanguíneas de DMT e betacarbolinas. Quanto ao fluxo sanguíneo e oxigenação, verificam-se aumentos de atividade em regiões associadas à memória, emoção, percepção corporal e processamento visual, refletindo a relação entre mecanismos cerebrais e experiências perceptivas. Estudos de estrutura cerebral apontam mudanças, como afinamento do PCC, associadas à autotranscendência.

Em última análise, o capítulo “*Metabolômica da ayahuasca*”, enfatiza tanto a diversidade de composições quanto os riscos associados a adulterações. Destaca-se que, além das plantas tradicionais como *Psychotria viridis* e *Banisteriopsis caapi*, outras espécies, como *Peganum harmala* e *Mimosa tenuiflora*, podem ser utilizadas como substitutos ou aditivos, alterando a composição química da bebida. Casos de adulteração com *IMAOs* sintéticos são considerados especialmente preocupantes devido ao potencial de efeitos adversos e à distorção da experiência ritualística. O capítulo também introduz a metabolômica como ferramenta científica para compreender os processos bioquímicos da ayahuasca, oferecendo uma visão ampla do metabolismo dos seus alcaloides.

A obra se destaca por sua abordagem abrangente e interdisciplinar sobre a ayahuasca, oferecendo um panorama detalhado que abarca dimensões históricas, culturais, legais, terapêuticas, neurocientíficas e psicodinâmicas. Dentre as principais contribuições reside a articulação de múltiplas perspectivas, permitindo aos leitores e pesquisadores compreender não apenas os mecanismos de ação da substância, mas também suas implicações sociais, culturais e científicas. Tal amplitude representa uma inovação significativa, pois fornece uma base sólida para investigações subsequentes e para o aprofundamento de debates acadêmicos sobre a ayahuasca.

Contudo, apesar de abordar a participação de comunidades indígenas nos debates contemporâneos, a análise antropológica carece de maior profundidade, sobretudo no que concerne aos saberes e práticas tradicionais frente à difusão global da bebida. Do ponto de vista crítico, a obra se mostra relevante como referência multidisciplinar, especialmente por correlacionar evidências empíricas com contextos sociais e ritualísticos. Contudo, futuras produções poderiam aprofundar o diálogo intercultural, incorporando vozes indígenas e abordagens éticas mais extensas sobre apropriação cultural, biopirataria e impactos socioculturais.

Referências

Interdisciplinary Cooperation for Ayahuasca Research and Outreach (Brasil). **Visões Multidisciplinares da Ayahuasca**. Campinas: Editora Unicamp, 2023. 245 p.





LABATE, Beatriz Caiuby; ARAÚJO, Wladimir Sena (Org.). **O uso ritual da ayahuasca**. Campinas: Mercado das Letras, 2002. 686 p.

